

Marisol Alfonso de Armas

**No es lo mismo pero es igual: A singularidade
da segunda transição demográfica em Cuba**

Belo Horizonte, MG
UFMG/Cedeplar
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Marisol Alfonso de Armas

No es lo mismo pero es igual: A singularidade da segunda transição demográfica em Cuba

Tese apresentada ao curso de doutorado em Demografia do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do Título de doutor em Demografia.

Orientador: Prof^ª. Dr. Paula Miranda-Ribeiro

Co-orientador: Prof^ª. Dr^ª. Laura Rodríguez Wong

Belo Horizonte, MG
Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
Faculdade de Ciências Econômicas - UFMG
2008

Folha de Aprovação

A meus pais

A minha avó Luisa

AGRADECIMENTOS

Meus especiais agradecimentos:

Ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional – Cedeplar/UFMG, por ter me oferecido os recursos necessários para que as minhas idéias ganhassem corpo. O apoio conseguido, tanto institucionalmente quanto pelos professores e funcionários, tornou possível a concretização deste trabalho.

Ao Centro de Estudos Demográficos da Universidade de Havana pelo apoio recebido por parte da Direção, professores e pesquisadores, que sempre tiveram paciência para me escutar. Agradeço também a todos os trabalhadores que me apoiaram, oferecendo desde uma taxa de café até a impressão e xerox de documentos, empréstimo de livros, etc.

Aos meus pais, Juanito e Antonia, pelo amor, pela dedicação, pela compreensão, por aceitarem e apoiarem a minha ausência, em momentos difíceis.

Às minhas orientadoras Paula e Laura, o meu mais profundo agradecimento, admiração e carinho. Agradeço a confiança que sempre demonstraram ter em relação ao meu trabalho e à minha pessoa. Obrigada também pelo apoio com relação à burocracia para eu poder estar em Brasil.

Ao professor José Alberto, pelo apoio em questões burocráticas, mas fundamentalmente pelo valor dos conhecimentos que deixou na sala de aula, e também sempre que precisei dele.

Ao Rolando, que mais que orientador e professor, é amigo das horas difíceis.

Ao Albizu, por ser orientador através do Messenger. Obrigada também pelas muitas informações que colocaste nas minhas mãos, pelos jantares em Miramar, acompanhados de sugestões e debates sobre o meu trabalho.

Ao Raúl e Sonia, por estarem disponíveis para ler e por me permitir partilhar minhas dúvidas em qualquer momento.

A Grisell e a Daylín, agradeço primeiro pela ajuda para a realização das entrevistas em profundidade. Obrigada também pela paciência para me escutar ler em português e por

discordarem de mim muitas vezes. Agradeço por vocês ligarem para meus pais para eu ficar tranquila.

À minha banca de qualificação, formada pelos professores Maria Coleta F.A de Oliveira, Ignez Helena Oliva Perpétuo, José Eustáquio Diniz Alves e Taís de Freitas Santos, pelas sugestões que fizeram mudar o rumo inicial da minha tese.

Ao Julio, por me ajudar com o spss, esclarecer minhas dúvidas e me apoiar quando sentia medo de regressões e testes estatísticos; ao Almada, por corrigir meu português; à Elisenda, por me escutar; à Luiza por me ajudar a não me sentir sozinha; a todos por serem amigos.

À Junia, por chegar no pior momento, pelas dúvidas e angústias partilhadas

À Nina, Regiane e Andréa, pelas correções e dúvidas partilhadas.

A todos os colegas do Cedeplar, os da minha turma e outros, pelos bons momentos que compartilhamos.

Ao professor Eduardo Rios-Neto, por fazer parte, ainda que de maneira informal, da minha banca.

Aos professores Roberto do Nascimento, André Caetano, Ignez Helena, Roberto Monte-Mór, Simone Wajnman, Carla Jorge Machado, Moema Fígoli, Diana Sawyer, Fausto Brito que contribuíram, de alguma forma, na realização deste trabalho e na minha passagem pelo Brasil.

Finalmente, agradeço a todos aqueles que me permitiram compartilhar um pouco de suas vidas, sem os quais este trabalho não seria possível, especialmente a Loyda, Roberto, Yoy, Ale, Marcela, Hector, Maria Elena e Yalemis.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	1
2 OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIA EM CONTEXTOS DE SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA	9
2.1 A construção do objeto de estudo	9
2.1.1 A primeira transição demográfica (a transição demográfica clássica).....	10
2.1.2 A segunda transição demográfica	18
2.1.2.1 Como se manifesta a segunda transição demográfica?	20
2.1.2.2 Da primeira à segunda transição demográfica.....	22
2.1.2.3 As variáveis demográficas na segunda transição	24
2.1.2.4 A segunda transição demográfica vai se expandir?.....	30
2.1.3 Famílias e transição demográfica	33
2.2 Antecedentes deste estudo em Cuba	39
2.3 Contexto social, político e econômico cubano dos últimos cinquenta anos.	40
3 PERSPECTIVA METODOLÓGICA	47
3.1 Metodologia e dados	48
3.2 Fontes de informação	50
3.2.1 Dados quantitativos.....	50
3.2.2 Dados qualitativos	51
3.2.2.1 A equipe da pesquisa	52
3.2.2.2 O recrutamento	52
3.2.2.3 A entrevista	53
3.2.2.4 O perfil dos entrevistados.....	54
3.3 Indicadores	57
3.3.1 A abordagem da transição demográfica	57
3.3.2 A abordagem da segunda transição demográfica	58

4 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA CUBANA.....	62
4. 1 Estudos prévios e antecedentes.....	63
4.2 Cuba no contexto demográfico de América Latina o do Caribe.....	68
4. 2.1 Desigualdades demográficas dentro de Cuba.....	75
4.3 Uma proposta de sistematização do processo de transição	77
4.3.1 Transição da mortalidade.....	81
4.3.2 Transição da fecundidade	84
4.3.3 A migração no contexto sociodemográfico cubano	87
4.3.4 A evolução da estrutura etária	90
4. 4 Idéias que resumem este capítulo.....	91
5 MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E INDIVIDUAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS.	94
5.1 Breve panorama da estrutura das famílias em Cuba.	96
5.2. Sexualidade	104
5.2.1 Primeira menstruação	105
5.2.2 Experimentação da sexualidade: Iniciação sexual e prazer da sexualidade.....	108
5.3 Casamentos e uniões	119
5.3.1 Características dos casamentos e uniões	119
5.3.2 A tomada da decisão para o primeiro casamento ou união	123
5.3.3 Casamentos versus união consensual.....	128
5.4 Divórcios e separações	138
5.5 Recasamentos	145
5.6 A decisão para ter filhos	148
5.6.1 A fecundidade por coortes	158
5.6.2 Fecundidade e migração	159
5.6.3 Aborto e contracepção	161

5.6.4 A tomada de decisão para o aborto.....	165
5.7 Idéias que resumem este capítulo	170
6 TRANSIÇÃO, TRANSIÇÕES: À GUIA DE CONCLUSÃO.....	172
6. 1 Reflexões em torno dos principais achados encontrados.....	180
6.2 Visão crítica da pertinência da segunda transição demográfica para o caso cubano .	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	187
ANEXOS.....	202
Anexo 1. Informações sobre a entrevista em profundidade e pessoas entrevistadas.....	202
Anexos 2. Tabelas relativas aos processos de formação de famílias.	208

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1. ARCABOUÇO TEÓRICO.....	10
FIGURA 2. MODELO DA PRIMEIRA DA SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.....	31
TABELA 1. ORÇAMENTOS E GASTOS EM SAÚDE PER CAPITA. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	42
FIGURA 3. PROPOSTA METODOLÓGICA UTILIZADA NA PESQUISA.	49
QUADRO 1. CARACTERIZAÇÃO DOS INDIVÍDUOS ENTREVISTADOS.	57
QUADRO 2. DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS COM BASE NO ARCABOUÇO TEÓRICO PARA ANALISAR A SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA. (CONTINUA).....	59
QUADRO 2.DEFINIÇÃO DAS VARIÁVEIS SELECIONADAS COM BASE NO ARCABOUÇO TEÓRICO PARA ANALISAR A SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.(FIM)	60
TABELA 2. ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER. PAÍSES SELECIONADOS PARA TRÊS PERÍODOS DO SÉCULO XX.....	71
TABELA 3. TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL. PAÍSES SELECIONADOS PARA QUATRO PERÍODOS DE TEMPO. (POR MIL NASCIMENTOS).....	72
TABELA 4. TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL. PAÍSES SELECIONADOS PARA TRÊS PERÍODOS DO SÉCULO XX.....	74
TABELA 5. INDICADORES DEMOGRÁFICOS SELECIONADOS. CUBA E PROVÍNCIAS, ANO DE 2005.	76
GRÁFICO 1. TAXAS BRUTAS DE MORTALIDADE E NATALIDADE. CUBA, 1900-2005	79
GRÁFICO 2. TAXAS DE CRESCIMENTO MÉDIA ANUAIS. CUBA, 1900-2005.....	80
GRÁFICO 3. ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER POR SEXOS. CUBA, PERÍODOS SELECIONADOS.....	81

TABELA 6. ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER POR SEXO. PAÍSES E PERÍODOS SELECIONADOS.....	82
GRÁFICO 4. TAXAS DE MORTALIDADE INFANTIL. CUBA, 1990-2005.	83
GRÁFICO 5. TAXAS DE MORTALIDADE AJUSTADAS PELAS PRINCIPAIS CAUSAS DE MORTE. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	84
GRÁFICO 6. TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL. CUBA, 1900-2005.....	85
GRÁFICO 7. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	86
GRÁFICO 8. TAXAS DE SALDOS MIGRATÓRIO. CUBA, 1900-2005.	88
GRÁFICO 9. ESTRUTURA ETÁRIA DA POPULAÇÃO POR SEXO E IDADE. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	91
GRÁFICO 10. INDICADORES DE TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA. CUBA, 1900-2005.....	93
TABELA 7. TIPOLOGIA DOS DOMICÍLIOS CUBANOS. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	97
TABELA 8. CARACTERIZAÇÃO DOS DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO ATRIBUTOS SOCIODEMOGRÁFICOS DO CHEFE. CUBA, ANO 2002.	99
TABELA 9. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CHEFES DE DOMICÍLIOS POR SEXOS. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	99
TABELA 10. DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS CHEFES DE DOMICILIO POR SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	101
TABELA 11. ESTRUTURA DA POPULAÇÃO FEMININA DE 15 ANOS E MAIS POR SITUAÇÃO CONJUGAL SEGUNDO GRUPOS DE IDADES. CUBA, ANOS 1981 E 2002.	122
TABELA 12. IDADES MÉDIAS FEMININA E MASCULINA AO CASAR PELA PRIMEIRA VEZ. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	124
TABELA 13. INDICADORES SELECIONADOS DE NUPCIALIDADE PARA A POPULAÇÃO FEMININA. CUBA, 1990 – 2005.....	128

GRÁFICO 11. FREQUÊNCIA DE CASAMENTOS POR IDADES. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	129
TABELA 14. CASAMENTOS CELEBRADOS SEGUNDO TIPO DE FORMALIZAÇÃO. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	133
QUADRO 3. CARACTERÍSTICAS QUE DEFINEM A REALIZAÇÃO DOS CASAMENTOS E AS UNIÕES CONSENSUAIS.....	137
GRÁFICO 12. DIVÓRCIOS POR CADA 100 CASAMENTOS. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	139
TABELA 15. IDADE MÉDIA AO CASAR POR SEXOS SEGUNDO A ORDEM DO CASAMENTO. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	148
GRÁFICO 13. PORCENTAGEM DE NASCIMENTOS SEGUNDO IDADE DA MÃE. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	150
TABELA 16. IDADE MÉDIA AO PRIMEIRO FILHO SEGUNDO A QUANTIDADE DE ANOS DE ESTUDOS DA MÃE. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	154
TABELA 17. TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES E TAXA DE FECUNDIDADE TOTAL SEGUNDO SITUAÇÃO CONJUGAL DA MÃE. CUBA, 2002.	156
TABELA 18. TAXAS ESPECÍFICAS DE FECUNDIDADE POR IDADES, TAXAS DE FECUNDIDADE TOTAL E IDADE MÉDIA DA FECUNDIDADE SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE. CUBA, ANO 2002.....	157
TABELA 19. DESCENDÊNCIA MÉDIA (DM) À IDADE DE 30 ANOS DA COORTE COM IDADE 15-19 ANOS NO ANO INDICADO. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	158
TABELA 20. DESCENDÊNCIA MÉDIA (DM) DAS MULHERES COM IDADES ENTRE 30 E 39 ANOS DAS COORTES QUE TINHAM 30-34 E 35-39 ANOS NO ANO INDICADO. CUBA, ANOS SELECIONADOS.....	159
GRÁFICO 14. TAXAS DE ABORTO E REGULAÇÕES MENSTRUAIS. CUBA, ANOS SELECIONADOS. (POR MIL MULHERES DE 12 A 49 ANOS).	166

QUADRO 4. RESULTADOS DO COMPORTAMENTO DOS INDICADORES SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA.	184
QUADRO A1. CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS. (CONTINUA).....	205
QUADRO A1. CARACTERÍSTICAS DAS MULHERES ENTREVISTADAS. (FIM)	206
QUADRO A2. CARACTERÍSTICAS DOS HOMENS ENTREVISTADOS	207
TABELA A1. CHEFES DE DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANO 2002.	208
TABELA A2. CHEFES DE DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO CONDIÇÃO DE ATIVIDADE. CUBA, ANO 2002.....	208
TABELA A3. CHEFES DE DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO ANOS DE ESTUDO. CUBA, ANO 2002.	208
TABELA A4. CHEFES DE DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO SEXO. CUBA, ANO 2002.	208
TABELA A5. DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO REGIÃO DE RESIDÊNCIA. CUBA, ANO 2002.	209
TABELA A6. CHEFES DE DOMICÍLIOS MONOPARENTAIS SEGUNDO IDADE. CUBA, ANO 2002.....	209
TABELA A7. POPULAÇÃO FEMININA POR SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANO 1981.	209
TABELA A8. POPULAÇÃO MASCULINA POR SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANO 1981.	210
TABELA A9. POPULAÇÃO FEMININA POR SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANO 2002.	210
TABELA A10. POPULAÇÃO MASCULINA POR SITUAÇÃO CONJUGAL. CUBA, ANO 2002.	211
TABELA A11. TABLAS DE NUPCIALIDAD FEMENINAS CUBA, AÑOS SELECCIONADOS.....	212

TABELA A12. DIVÓRCIOS, CASAMENTOS E RAZÃO DIVÓRCIOS POR CADA 100 CASAMENTOS PARA AS MULHERES. CUBA, ANO 2005.	213
TABELA A13. DIVÓRCIOS, CASAMENTOS E RAZÃO DIVÓRCIOS POR CADA 100 CASAMENTOS. CUBA, ANOS SELECIONADOS.	213

RESUMO

Esta tese abordou o processo de formação de famílias em Cuba à luz do arcabouço da segunda transição demográfica. Para esse propósito, uma parte importante da mesma esteve direcionada ao processo da transição cubana durante todo o século XX. A escolha desta temática versou na necessidade de explicar as condições que a população exhibe há aproximadamente vinte anos, quando, segundo consenso entre estudiosos do tema, Cuba finalizou a transição demográfica.

O objetivo geral deste trabalho foi identificar e explicar as características dos processos de formação de famílias verificados a partir da década de 1990 em Cuba, vistos através da sexualidade, nupcialidade e fecundidade, com base na teoria da segunda transição demográfica, de maneira que seja possível discutir se Cuba efetivamente revela um cenário de segunda transição demográfica.

Aplicou-se uma metodologia quali-quantitativa. O processo de transição demográfica cubana foi abordado através da informação proveniente de indicadores agregados, enquanto a análise das condições demográficas atuais foi realizada através das perspectivas individuais e sua relação com os indicadores globais.

Os resultados mais importantes apontam para a verificação de condições de segunda transição demográfica, tais como fecundidade abaixo do nível de reposição de forma sustentada, aumento da coabitação, da idade do primeiro casamento legal, dos divórcios e diminuição dos recasamentos. Completam esse quadro o adiamento dos filhos, o uso freqüente do aborto e o aumento de famílias monoparentais.

A particularidade do caso cubano está, fundamentalmente, na conservação de um padrão jovem de fecundidade, nas singularidades históricas da coabitação e nas motivações subjacentes em todos os comportamentos mencionados. Neste sentido, aparece uma mistura de fatores econômicos, culturais e sociais.

Embora o país se caracterize pela homogeneidade em termos demográficos e sociais, em geral, os resultados do estudo de caso revelaram diferenças segundo a idade e o nível de escolaridade.

Palavras-chave: Segunda transição demográfica, formação de famílias, fecundidade, nupcialidade.

ABSTRACT

This PhD thesis addresses the process of family development and structure in Cuba, based on the assumptions that stem from the so-called Second Demographic Transition. A significant portion of this work focuses on the transition process that Cuba underwent through the 20th century. The choice of this topic is due to the growing need to explain the conditions that our population has been exhibiting for the last 20 years, at the end of which period, according to experts consensus, the demographic transition came to an end.

The general objective of this work has been to identify and elaborate on the characteristics of the process of family formation verified in the 1990's. Sexuality, marital status and fertility were at all times taken into consideration when analyzing the context in which these processes took place, under the assumption of the so-called "second demographic transition" in such a way that it became plausible to even discuss whether such occurrence took place.

The methodology applied was one that integrates both qualitative and quantitative perspectives in order to achieve the following: a) in-depth study of the Cuban demographic transition process with data emerging from global indicators; b) explain the current demographic conditions through individual perspective and their interactions with global indicators.

The most significant outcomes confirm the existence of an actual second demographic transition in the processes of family development and structure. Some features were corroborated throughout the investigation such as: fertility below the levels of replacement in a sustained manner, increase in cohabitation, age of first legal marriage, and divorce, and decrease in marriages of any kind.

Also in this scenario were found postponement of children, frequent use of abortion and the increase of single-parent families. The uniqueness of the Cuban situation lies mainly in the conservation of a young pattern of fertility, the historic singularities of cohabitation and the motivations that triggered (and still are triggering) most of these behaviors.

In the same note, a mix of economic, social and cultural factors stand out in the midst of any attempt of demographic analysis. Despite of the countries proverbial homogeneity in demographic and social terms, the results of the case studies in general revealed a number of differences in relation to variables such as age and educational level.

Keywords: Second demographic transition, family formation, fertility, nuptiality.

1 INTRODUÇÃO

...que una trabajadora normal, con su salario, pudiese comprar los artículos para poder tener su bebé y que no sea como es para todas nosotras: una angustia tener que acudir a una tienda y ver que una cuna, un colchón o las ropitas de bebé, están tan lejanos de nuestro poder adquisitivo y posponer por otro año más el tener un bebé o decidir no tenerlo¹.

Esta tese está direcionada ao estudo do processo de formação de famílias em Cuba, à luz do arcabouço da segunda transição demográfica. Com esse fim, uma parte importante da tese aborda a transição cubana durante todo o século XX. A escolha desta temática se fundamenta na necessidade de explicar os fatores que estão atuando sobre as condições demográficas exibidas desde finais de 1980 quando, segundo os principais estudiosos do tema, Cuba finalizou a transição demográfica.

A literatura internacional que trata de cenários demográficos similares oferece explicações parciais para a situação demográfica cubana. Segundo alguns indicadores demográficos como, por exemplo, a mortalidade infantil, Cuba poderia engrossar o grupo de países desenvolvidos. Porém, no que diz respeito aos padrões de casamentos e uniões, se assemelha muito mais a seus vizinhos caribenhos (Franco & Alfonso, 2007).

Em 2006, a taxa de fecundidade total foi de 1,39 filhos por mulher e a mortalidade infantil, de 5,3 óbitos por cada mil nascidos vivos². O sistema de saúde já venceu os principais problemas associados a causas de morte evitáveis e a esperança de vida supera, hoje, os 75 anos para ambos os sexos.

O cenário demográfico se completa com um visível envelhecimento da estrutura etária da população, sendo que se estima que, em 2025, Cuba será o país mais envelhecido da América Latina e estará em um nível similar ao dos países europeus. Existe uma tendência ao aumento da idade ao ter o primeiro filho, uma consagração na utilização de técnicas

¹ Trecho de uma carta enviada por uma mulher cubana ao “Granma”, principal jornal do país <http://www.granma.cubaweb.cu/secciones/cartas-direccion/cart-014.html>. 13/06/2008

² As estimativas demográficas oficiais são publicadas em Anuários demográficos pela Oficina Nacional de Estatísticas de Cuba. Ver www.one.cu

abortivas, uma elevada e crescente incidência da coabitação, um crescimento da maternidade fora do casamento legal e um aumento do divórcio.

Tal cenário é típico de uma segunda transição demográfica. No entanto, é necessário analisá-lo com cautela. A literatura cubana sobre o tema reconhece que a presença de algumas dessas manifestações não são decorrentes de mudanças ideacionais (via reorientação de valores) e culturais mas, sim, de comportamentos presentes na população cubana desde séculos passados, que acompanharam a transição e mudaram com ela, mas sem uma necessária relação de causalidade. Tais condições demográficas tampouco são decorrentes de processos acentuados de modernização e de mudanças de natureza econômica. Por exemplo, a união consensual ocorre com frequência em países da área do Caribe, como Cuba, sobretudo devido à presença da população de origem africana, que em épocas passadas não tinha acesso ao casamento. O divórcio, por sua vez, conta com ampla aceitação social e é praticado em Cuba há mais de um século, enquanto o preconceito em torno do aborto é muito baixo e, quando existe, se associa à perda de virgindade em mulheres mais jovens e não a motivos de natureza religiosa.

Em termos gerais, Cuba revela uma transição demográfica *sui generis* ao ser comparada com a trajetória da maioria dos países europeus, mas também com os vizinhos da região da América Latina. A transição cubana foi mais rápida do que a europeia mas, em comparação com a maioria de países da América Latina, Cuba experimentou uma transição mais lenta. Como consequência da modernização importada dos Estados Unidos, a mortalidade, começou a diminuir no início do século XX e demorou, aproximadamente, oitenta anos para completar a transição. A fecundidade iniciou a queda poucos anos mais tarde, tendência interrompida durante os primeiros anos da revolução, quando ocorreu um *boom* de nascimentos. Várias razões explicam esse comportamento, entre elas a materialização de uma fecundidade adiada durante o período de instabilidade política, a saída do país da grande maioria dos médicos pró-aborto e a escassez de métodos contraceptivos, tudo isso acompanhado da promessa de um futuro melhor trazida pela revolução. A tendência de queda da fecundidade é retomada poucos anos depois.

A transição cubana se caracteriza, ainda, por mostrar uma maior homogeneização e uma aceleração sem precedentes após as medidas de cunho social, estabelecidas com a Revolução de 1959. Dentre tais medidas, merecem destaque o aumento de empregos, a elevação do nível educacional e a gratuidade dos serviços de saúde e educação. As

mulheres foram beneficiadas com incentivos para a incorporação à atividade econômica, surgindo programas de apoio às mães e às crianças. Embora não exista uma política explícita de população em Cuba, sua transição apresenta uma mistura de determinações, que passam por questões de índole política, histórica, cultural e econômica.

Em geral, devido à baixa fecundidade e à elevada sobrevivência, pode-se afirmar que, na atualidade, convivem em Cuba todas as gerações envolvidas no processo de transição demográfica, levando inclusive à existência concomitante de manifestações associadas aos cenários da transição clássica e da segunda transição demográfica. Trata-se de homens e mulheres que experimentaram seus ciclos de vida em contextos sociais, políticos e econômicos marcadamente distintos.

Diante desse cenário complexo, a discussão sobre a dinâmica demográfica e, particularmente, sobre o processo de formação de famílias em Cuba, em condições de segunda transição, é de extrema relevância. Como a maioria dos problemas que as ciências sociais enfrenta, a multicausalidade e a concomitância de condições diversas fazem com que a importância deste debate seja cada dia maior.

Segundo Canales (2004), a demografia latino-americana deve ser capaz de reconstruir um discurso demográfico que recupere as especificidades das populações da região. Para isso, o esforço é muito maior, pois implica um duplo caminho: por um lado, um constate processo de tradução do pensamento ocidental para nossas sociedades e, por outro, a geração de um pensamento próprio, de maneira a poder entender a realidade e singularidade histórica da América Latina. O presente estudo segue esse duplo caminho, sendo que adere ao arcabouço da primeira e segunda transição demográfica de forma questionadora e crítica. Para isso, ressalta a mistura das particularidades cubanas em contraste com as generalidades demográficas que são exibidas pelos países que, na atualidade, exibem comportamentos de segunda transição demográfica.

The second demographic transition is characterized by the adoption of efficient contraception at early ages and by the overall postponement of parenthood. The contraceptive learning curve now has a steep rise at young ages (typically before age 20) and becomes markedly less dependent on union duration and parity. Together with the postponement of marriage and the adoption of new living arrangements, fertility now declines prior to age 30. This general postponement of parenthood is the hallmark of the second demographic transition as far as the fertility pattern is concerned. During this phase PTFRs decline below the

replacement level and record low levels are being reached (Lesthaeghe & Moors, 2000, p. 124)

A segunda transição demográfica marca mudanças nas assimetrias de gênero que permaneceram nas famílias durante a primeira transição demográfica, quando os papéis de mulheres e homens continuaram delimitados a espaços diferenciados, ainda em contextos de famílias menores e com maior participação da mulher na vida pública. Segundo Lesthaeghe & Neidert (2006), na segunda transição, os parceiros se preocupam mais com o bem-estar individual, os relacionamentos se caracterizam por apresentar uma maior qualidade em termos de igualdade entre parceiros e as assimetrias de gênero tendem a diminuir. Isso pode ser explicado através de uma maior aceitação social do divórcio, inclusive, em todas as camadas da população. Todavia, a participação crescente da mulher na sociedade, tanto através do aumento da escolaridade e da atividade econômica, como da participação na vida política, embora em grau relativamente menor, explicam a legitimação de uma autonomia feminina mais real, com um impacto mais evidente na formação de famílias.

Este trabalho discute e reflete sobre a dinâmica demográfica cubana passada, atual e futura, diante da possibilidade de os processos de formação de famílias cubanos estarem indicando condições de segunda transição demográfica, num contexto que pouco tem a ver com aquele que motivou seu surgimento em países da Europa.

A tese realiza uma primeira aproximação às atuais condições demográficas cubanas, utilizando o marco teórico da segunda transição demográfica. Desta maneira, embora considere tanto aspectos da primeira, quanto da segunda transição demográfica cubana, a pergunta central que guia esta investigação é a seguinte: as características dos processos cubanos de formação de famílias durante a década de 1990 e começo do século XXI, vistos através da sexualidade, da nupcialidade e da fecundidade, indicam um contexto de segunda transição demográfica?

Para responder à questão anterior, foram identificadas duas perguntas secundárias:

- 1) Quais são os atributos que definem a transição demográfica cubana?
- 2) Quais são as particularidades que podem ser observadas?

O objetivo central deste trabalho, portanto, identificar e explicar as características dos processos de formação de famílias em Cuba, verificados a partir da década de 1990, vistos através da sexualidade, nupcialidade e fecundidade, à luz da teoria da segunda transição demográfica, de maneira que seja possível discutir se Cuba efetivamente revela um cenário de segunda transição demográfica.

Os objetivos específicos são os seguintes:

1. Sistematizar o processo de transição demográfica cubana.
2. Identificar os elementos presentes na iniciação e experimentação da sexualidade nos contextos cubanos, identificando pontos em comum e particularidades de Cuba em relação à segunda transição demográfica europeia.
3. Caracterizar e interpretar os padrões de formação de uniões e casamentos exibidos pela população cubana.
4. Descrever os processos de tomada de decisão para ter ou evitar os filhos, particularizando nos condicionantes presentes nestes processos.
5. Identificar o papel do aborto e do uso da contracepção no controle da fecundidade.
6. Explicar as condições e diferenças que poderiam estar presentes nas decisões para se divorciar e separar.
7. Caracterizar os padrões de recasamentos e os elementos subjetivos presentes neles.

Parte-se da hipótese de que Cuba, desde a década de 1990, reflete condições demográficas pós-transicionais típicas de fases avançadas da transição demográfica clássica, com manifestações da chamada segunda transição demográfica. As particularidades dessa situação — em relação ao que se conhece como segunda transição demográfica — estão nos elementos substantivos dos processos de formação de famílias, que estão por trás desse quadro.

A abordagem destes processos de formação de famílias, sob a perspectiva da segunda transição, coloca um desafio metodológico. O arcabouço da segunda transição demográfica está baseado nas mudanças ocorridas, fundamentalmente, em termos de arranjos familiares, devido à reorientação de valores e atitudes em torno da sexualidade e

reprodução. No caso cubano, e possivelmente de muitos países subdesenvolvidos, é difícil encontrar fontes de informação disponíveis que permitam validar esse enfoque.

Assim sendo, para responder as perguntas, aplicou-se uma metodologia quali-quantitativa, a fim de englobar o processo da transição demográfica cubano através de informação proveniente de indicadores agregados e, aprofundar nas condições demográficas atuais, à luz da teoria da segunda transição demográfica, desta vez através das perspectivas individuais e familiares e sua relação com os indicadores globais.

Muitos argumentos justificam esta pesquisa, além de ampliar o conhecimento sobre segunda transição demográfica, utilizando contextos diferentes dos europeus e de países desenvolvidos. Em termos políticos, destaca-se o fato de que as políticas devem levar em conta as transformações que estão acontecendo tanto em termos demográficos, como, também, no nível individual e das famílias. Uma segunda transição traz um conjunto de mudanças no âmbito familiar, que coloca em questionamento o modelo “normal” de família que, por muito tempo, foi aquele onde se encontrava o pai, a mãe e os filhos. Esperava-se que este tipo de família predominasse com o avanço da modernização e a transição demográfica. Segundo Jelin (2005), há diversas justificativas para focalizar estudos na área das mudanças nas famílias. O aprofundamento nos processos de formação de famílias permite subsidiar as mudanças sociais necessárias quando, por exemplo, se situa o foco nas famílias que optaram por modelos não tradicionais.

A importância de focalizar no papel das decisões individuais como o motor das condições demográficas vigentes não precisa de justificativa. Em um cenário no qual a diminuição da mortalidade se constitui em uma tendência global e a fecundidade encontra-se estabilizada em níveis baixos, ganham destaque os fatores que incidem nas decisões individuais e familiares em torno da sexualidade, do controle da fecundidade, do tipo de união que as pessoas preferem estabelecer, dos cuidados de saúde, entre outros.

A demografia apresenta um instrumental eficiente e adequado para descrever, explicar e prever processos, fenômenos e comportamentos nos níveis macro da sociedade.

“De esta forma el desafío para la demografía, y para las ciencias en general, será dejar de pensar la población en términos de crecimiento, para pensarla en términos de relaciones y contradicciones entre individuos, entre generaciones, entre géneros, entre etnias, y entre la especie humana y la naturaleza” (Canales, 2004, p. 64).

A sociedade cubana constitui um marco de estudo complexo, com matizes de cunho social, cultural, político e econômico que a torna diferente dos outros países da América Latina. Isto junto a condições demográficas enquadradas freqüentemente dentre do grupo de países mais avançados nesse campo, sem a presença (freqüente) de reflexões sobre os caminhos transitados e as motivações sociais e individuais que tem levado a esse quadro.

No momento em que esta tese está sendo escrita, o país encontra-se novamente transitando por transformações econômicas e sociais importantes mas, a despeito das políticas de estímulo à autonomia feminina, como a legalização do aborto e o forte processo de secularização reforçado pelo programa revolucionário, do ponto de vista cultural e ideacional a mudança não acompanha o ritmo das políticas. Um exemplo bastante sintomático disto foi a reação da população, quando foi anunciada a liberação de cirurgia de troca de sexo. O senso comum evidencia uma postura machista, partidária do discurso heterossexual e resistente a mudanças nesse âmbito.

Fenômenos como esse, indicativos de mudanças sociais importantes, estão acontecendo concomitantemente à redação desta tese e, sendo assim, não é possível avaliar essas transformações em perspectiva. Contudo, essas mudanças certamente terão efeitos sociais importantes, mesmo no curto prazo. Apenas com essas primeiras manifestações é possível confirmar algumas das idéias que são discutidas nesta pesquisa. Em termos numéricos, Cuba poderia engrossar o grupo dos países mais avançados demograficamente, mas o conteúdo que está por trás desses indicadores é diferente daqueles países. Essa idéia constituiu uma das motivações fundamentais na realização desta pesquisa, ao aprofundar sobre os aspectos substantivos subjacentes nos indicadores demográficos exibidos pelo país.

A tese consta de seis capítulos, incluindo esta introdução. O Capítulo 2 (Os processos de formação de famílias em contextos de segunda transição demográfica) apresenta o arcabouço teórico da tese, que discute os conceitos de transição demográfica clássica e segunda transição. Também se focaliza na relação entre transição demográfica e famílias. Finalmente, se mencionam os principais antecedentes do estudo, assim como é apresentado o contexto econômico, político e social cubano dos últimos cinquenta anos.

No Capítulo 3 (Perspectiva Metodológica), é apresentado o desenho metodológico que conduziu esta pesquisa. São apontadas as principais características que, em termos

metodológicos, definem a pesquisa e caracterizadas as fontes de informação empregadas no estudo. Por fim, se apresenta uma listagem dos indicadores selecionados para medir a transição demográfica e a segunda transição, com base na revisão bibliográfica.

O Capítulo 4 (A transição demográfica cubana) apresenta os primeiros resultados desta pesquisa. Primeiramente, aborda-se a transição demográfica cubana com base nos estudos prévios. A seguir, se realiza uma abordagem comparativa da situação cubana com alguns países da região da América Latina. O capítulo conclui com uma proposta de sistematização da transição cubana, utilizando a informação disponível e a literatura revisada sobre a temática.

Tomando como ponto de partida os achados do Capítulo 4, se discutem, no Capítulo 5 (Manifestações sociais e individuais nos processos de formação de famílias), os processos de formação de famílias através da integração de perspectivas individuais e macro-sociais. Essa análise retoma o discurso da teoria da segunda transição demográfica sobre as mudanças acontecidas nos processos de formação de família aplicada para o caso cubano.

Por fim, o Capítulo 6 (Transição, transições: à guisa de conclusões) apresenta as considerações finais e recomendações que desta pesquisa se derivam, acompanhadas por um conjunto de reflexões sobre elas.

Nos anexos, incluem-se tabelas complementares à tese e roteiros de entrevista em profundidade utilizados na coleta dos dados primários.

Finalmente, deve-se destacar que trata-se de um estudo cuja temática engloba vários fenômenos, todos eles extremamente complexos. Cada um deles poderia constituir o foco de uma pesquisa particular, de igual importância e complexidade. Neste estudo, tentou-se abarcar todos estes fenômenos em função, apenas, da contribuição que eles proporcionam para a abordagem da segunda transição demográfica.

2 OS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIA EM CONTEXTOS DE SEGUNDA TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA

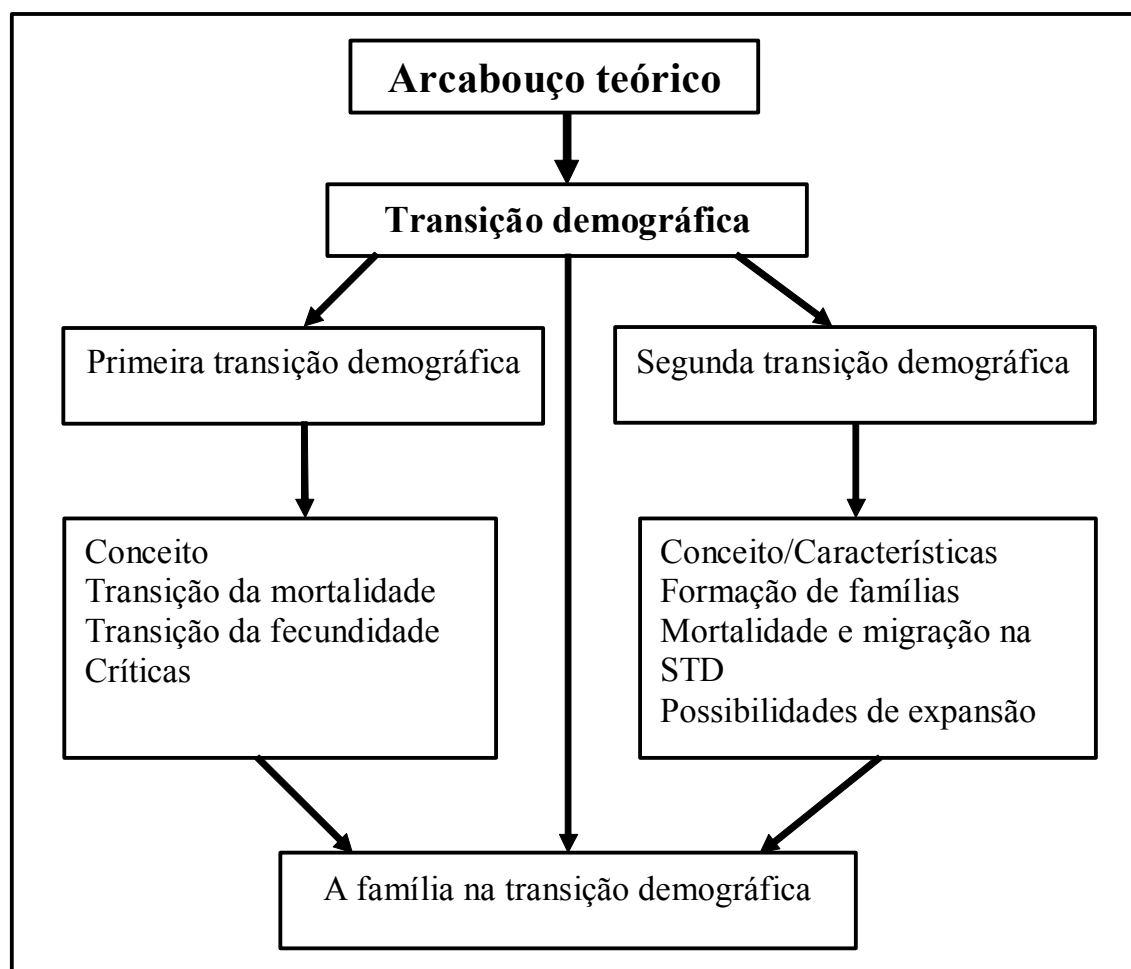
Neste capítulo será apresentada a discussão teórica que sustenta o estudo realizado. Nesse sentido, o capítulo consta de três seções. A Seção 2.1, A construção do objeto de estudo, compreende três itens: 2.1.1 A primeira transição demográfica; 2.1.2 A segunda transição demográfica; 2.1.3 Transição demográfica e formação de famílias.

Na Seção 2.2, Antecedentes deste estudo em Cuba, são apresentados os principais documentos de cunho acadêmico realizados em Cuba que foram relevantes para esta pesquisa. Muitos destes trabalhos são retomados no Capítulo 4, quando é abordada a transição demográfica cubana.

Na Seção 2.3, Contexto social, econômico e político cubano dos últimos cinquenta anos é apresentada uma descrição dos principais acontecimentos que estão presentes na evolução demográfica cubana.

2.1 A construção do objeto de estudo

A seguir, na FIG 1 se apresentam os principais aspectos que compõem o arcabouço teórico deste tese. Cada uns deles são discutidos a seguir.

FIGURA 1. Arcabouço teórico.

Fonte: Elaboração própria

2.1.1 A primeira transição demográfica (a transição demográfica clássica)

A teoria da transição demográfica pode ser entendida como uma forma de explicar a relação entre população e desenvolvimento econômico e social, num contexto em que desenvolvimento foi assumido como sinônimo do processo de modernização, vivido pelos países industrializados desde finais do século XVIII. Na atualidade, sua maior utilidade está no aproveitamento de sua capacidade preditiva, visando cenários futuros que consigam prever, com certa exatidão, a composição etária da população e apontar problemas sociais e prováveis soluções, através das políticas populacionais e públicas.

Assim, a transição demográfica poder-se-ia definir como um construto teórico, que responde desde pressupostos científicos ao debate da relação entre as tendências demográficas e o desenvolvimento (definido às vezes como econômico, outras com um perfil mais socioeconômico e atualmente, freqüentemente, concebido como sustentável). O conceito de desenvolvimento resulta complexo e apresenta diversas construções e conseqüentemente, diversas leituras. Tendo em vista que não constitui objetivo desta pesquisa aprofundar neste conceito, seu uso será restrito à forma em que ele aparece na literatura de corte demográfico, referido aos padrões europeus e dos países industrializados em geral.

Conceitualmente, a transição demográfica foi definida como a passagem de elevados níveis de mortalidade e fecundidade para baixos níveis nas duas variáveis. Esse processo é acompanhado da transformação de uma sociedade predominantemente agrária e rural para uma sociedade predominantemente urbana e voltada para a produção de bens e serviços (Notestein, 1953). Tem sido descrita como um processo de longa duração, que transcorre entre dois regimes extremos, se baseando, predominantemente, na experiência de países europeus industrializados.

Na atualidade, é consenso que a evolução e mudanças demográficas, ainda que com intensidades, ritmos e naturezas diferentes, acontece em todos os países. Neste contexto, a evolução da relação entre o comportamento demográfico e as mudanças econômicas, políticas e sociais constitui uma das áreas das ciências sociais e, particularmente, entre os estudiosos da população, que, historicamente, tem revelado mais divergências entre as distintas escolas de pensamento. Destacam-se, neste sentido, as propostas originais de Malthus (1798) e Marx (1867) e, teóricos mais modernos como Boserup (1981); Simon (1981); Coale e Hoover (1966); Hodgson (1988); Patarra & Oliveira (1988); Birdsall, (1988); Hodgson, (1988); Carvalho & Brito (2005), Alves (2000), entre outros.

Esses autores discutem sobre a inter-relação entre população e desenvolvimento em diferentes períodos e com distintas posturas, que colocam a dinâmicas da população tanto como a causa dos problemas econômicos, quanto a conseqüência dos modelos de desenvolvimento. Nesse debate, também se distinguiram as colocações da população como uma variável neutra, refutando qualquer generalização dos comportamentos demográficos e considerando que os efeitos do crescimento demográfico mudarão no tempo, espaço e circunstâncias (Birdsall, 1988). Neste caso, nega-se tanto o papel positivo, quanto

negativo, das mudanças demográficas no desenvolvimento econômico e social, estando sujeitas às mãos invisíveis do mercado.

As diferentes abordagens em torno da inter-relação entre a população e o desenvolvimento transversalizam as sistematizações existentes sobre transição demográfica. Poder-se-ia dizer que o surgimento da teoria da transição demográfica constitui uma resposta do ponto de vista economicista a essa inter-relação, ao assumir as mudanças demográficas em função do processo de modernização e da industrialização e urbanização decorrentes dele.

Não obstante, a evolução das populações que transitaram ou se encontram atualmente envolvidas no processo de transição demográfica, assim como as dinâmicas que vão surgindo, tem demonstrado a existência de impactos diretos sobre o desenvolvimento econômico e social, cujo exemplo mais conhecido é o impacto econômico do envelhecimento da estrutura etária. Isto significa que a população e o desenvolvimento se relacionam de forma bidirecional.

Sempre, ao se falar de uma temática de ampla complexidade, é exigência realizar um percurso histórico que ajude a um melhor entendimento. Descrita originalmente por Thompson (1929), a transição demográfica compreende três etapas que descrevem a forma em que se produzem as mudanças nas Taxas Brutas de Natalidade e Mortalidade associadas às mudanças sociais e econômicas decorrentes da modernização³.

Existem outros dois antecedentes importantes daquela que foi sistematizada como a teoria da transição demográfica. Eles são: as propostas de Landry (1934) e Saunder (1936). No primeiro caso, o autor desenvolve algumas idéias similares às de Thompson, explicando que o processo ocorreu em três etapas (primitiva, intermediária e contemporânea). Saunder (1936), ainda sem formular uma teoria geral, apresenta dados e discute sobre os sistemas de famílias pequenas e a sua extensão, refletindo sobre a suas causas. Este estudo viu-se limitado pela impossibilidade de se aplicar a outros países não-europeus.

³ Primeira etapa: Compreende o processo de queda da mortalidade, decorrente dos avanços na saúde pública, na higiene, e descoberta de medicamentos. Nesse período a natalidade permanece elevada, provocando um rápido crescimento da população; Segunda etapa: Devido a múltiplos fatores, de ordem econômica, social e cultural, a taxa de natalidade começa a cair. Esta tendência, conjuntamente com a mortalidade que já estava em queda, provoca uma redução do ritmo de crescimento da população; Terceira etapa: Finalmente, a existência de baixas taxas de mortalidade e natalidade, resulta em um lento crescimento da população.

Finalmente, o que foi conhecido como a teoria da transição demográfica, deve sua formalização à Oficina de População de Princeton, sendo Notestein aceito e reconhecido como o grande formulador da teoria clássica da transição demográfica. Esse constructo, ainda que discuta sobre o comportamento demográfico, não constitui exatamente uma teoria explicativa da evolução das mudanças demográficas em sentido geral e, sim, descritora das transformações que estavam acontecendo nos países industrializados e que no transcurso do tempo se estenderiam ao resto das regiões do mundo. As etapas, tal como definida por Notestein, são as seguintes:

Populações com transição completa: São aquelas sociedades onde as populações registram taxas de fecundidade descendentes, no nível de reposição ou abaixo deste.

Populações em plena transição: São aquelas populações onde a mortalidade diminui, mas a queda da fecundidade ocorre de forma mais lenta, provocando que ainda exista um nível de crescimento elevado da população.

Populações em transição incipiente: Sociedades nas quais a população experimenta elevados níveis de fecundidade, que ainda não começam a diminuir, conjuntamente com elevadas taxas de mortalidade que estão iniciando o processo de queda.

As mudanças sociodemográficas que estão ocorrendo há alguns decênios no continente latino-americano fazem parte do processo de transição demográfica. Mesmo que na origem deste processo foi crucial a tentativa de explicar a relação entre as mudanças de natureza demográfica com as transformações econômicas e sociais de Europa, sua aplicação é mantida até o presente, inclusive na ausência de algumas das denominadas mudanças sociais e econômicas compreendidas na modernização tecnológica, tal como ocorre em países do continente.

Embora tenha se observado diferenças entre regiões e países, inclusive dentro de um mesmo país, existe consenso sobre o fato de que esse processo de transição se está produzindo de maneira paulatina no mundo. No entanto, a magnitude e a velocidade à qual a Taxa de Crescimento da população muda, dependerão da velocidade, do momento histórico, das condições políticas; das principais causas que incidem na queda das duas variáveis, dos aspectos culturais y da história e dinâmica demográfica de cada país. Desta forma é plausível, com base nas características que envolvem as transições dos diferentes países, aceitar uma idéia já referida por Patarra & Oliveira (1988), sobre a existência não

de uma, mas, de “transições demográficas”, que se afastam ou aproximam em maior ou menor grau do modelo clássico.

A diminuição da mortalidade e da fecundidade ocorre como consequência da modernização tecnológica, a urbanização e industrialização. Isso significa que esses processos levaram a população a ter melhores condições higiênicas e de saúde, acesso a serviços médicos e medicamentos mais eficazes, aumento do emprego feminino, acesso a métodos de controle da fecundidade, elevação do nível de escolaridade, entre outros.

Em termos das componentes demográficas, a atenção e a forma utilizada no tratamento da transição da fecundidade e da mortalidade nem sempre tem sido a mesma, dependendo também do período em surgiram essas abordagens. Embora, uma parte da literatura tratou a relação que existiu entre as duas variáveis durante a transição demográfica, não resulta incomum encontrar literatura direcionada ao estudo das variáveis por separado. A seguir são comentados brevemente elementos de interesse sobre a transição da mortalidade e da fecundidade, componentes centrais na primeira transição demográfica.

A queda da mortalidade tem se constituído em uma temática menos controversial. As razões para isso parecem estar no fato de que a diminuição de seu nível tenha sido mais facilmente explicável e compreendendo etapas melhor definidas em relação ao comportamento das epidemias, guerras e avanços tecnológicos, sobretudo no campo da saúde (Coale, 1973). Um fator decisivo nesta discussão é a existência de um consenso em relação ao desejo de sua diminuição.

De qualquer maneira, a transição da mortalidade não tem ocorrido de maneira universal, se observando que a população de alguns países, inclusive de algumas regiões, ainda não experimentaram decréscimos no nível da mortalidade, enquanto outros países têm experimentado recentemente reversão dos ganhos prévios e existem iniquidades e desvantagens sociais, provocando sabidamente diferenças nos níveis de mortalidade ao interior de uma mesma sociedade (Albizu-Campos, 2000).

Uns dos aspectos que concede maior complexidade ao estudo da transição da mortalidade é a sua abordagem através de sua relação com a transição epidemiológica⁴, tema sobre o qual é mais difícil encontrar evidências empíricas. Os dados sobre temáticas como a mortalidade por causas de morte e sobre o acesso ao sistema de saúde, sobretudo nas épocas passadas e em países em desenvolvimento são escassos e de baixa qualidade, limitando a produção científica nesse campo.

Nesse sentido a transição da mortalidade indica o impacto da transição epidemiológica no incremento da esperança de vida, cuja velocidade de diminuição depende das características da etapa da qual se trate. Toda essa dinâmica guarda estreita relação com as condições sociais, econômicas e políticas públicas na área da saúde.

No caso da transição da fecundidade, o raciocínio econômico tem adquirido um papel preponderante. Desta maneira, a hipótese mais arraigada e muitas vezes pouco questionada tem a ver com a mudança no equilíbrio entre custos e benefícios dos filhos que resulta em uma menor demanda por ter filhos (Becker, 1981).

Entre as principais características que definem a abordagem da transição da fecundidade se encontram: a polarização entre fatores explicativos de ordem econômica e cultural; a ausência de uma abertura para definições mais generalizadoras de fatores econômicos que integrem os sociais, psicológicos e culturais. Já em termos teóricos, se destacam a existência de um modelo compreensivo que trata a oferta e demanda pelos filhos e os custos do controle da fecundidade e a existência de uma teoria de caráter comportamental, que freqüentemente é associada com as variáveis intermediárias e determinantes próximos.

A generalizada queda da fecundidade nos mais diversos contextos socioeconômicos, no entanto, demonstrou que as teorias econômicas não ofereceram uma explicação completa das tendências da fecundidade durante os últimos anos. Este talvez seja o grande vácuo que a teoria da transição demográfica, que particulariza a fecundidade não conseguiu até agora

⁴ Conceitualmente a transição epidemiológica foca-se em mudanças complexas nos modelos de saúde e doença e nas interações entre esses modelos, e os determinantes e conseqüências econômicos, sociológicos e demográficos deles. (Omram, 1971). Horiuchi (1999) define as mudanças na mortalidade através de cinco etapas ou cinco transições epidemiológicas, que são apresentadas a seguir: 1) a passagem da mortalidade devido a causas externas para aquelas que são decorrentes de doenças infecciosas; 2) a passagem da incidência das mortes por doenças infecciosas para doenças degenerativas; 3) a seguinte etapa marca a queda da mortalidade por causas cardiovasculares (mais recente); 4) outra etapa marca a diminuição da mortalidade por câncer; 5) a última etapa sinaliza a queda das denominadas doenças de velhice.

preencher. Segundo Cleland & Wilson (1987), as explicações da transição da fecundidade se caracterizaram pelas dificuldades para desenvolver um corpo teórico sobre o tema, devido a uma atitude cética no relativo a criar uma teoria geral com tendências explicativas particulares. Também, a pesquisa da área tem se direcionado a encontrar uma causa fundamental da queda da fecundidade, provocando que a análise tenha sido estática.

Abordagens mais atuais têm colocado a relevância de identificar a relação entre equidade de gênero e transição da fecundidade, talvez utilizando arcabouços pouco comuns dentro do campo demográfico (McDonald, 2000). Desta maneira, emerge a importância do estudo das decisões individuais em torno da fecundidade, do papel dos parceiros e familiares, influenciado pelos comportamentos decorrentes das construções sócio-culturais do masculino e do feminino.

Outro aspecto que caracterizou a transição da fecundidade foi a assimilação das mudanças do comportamento reprodutivo em termos de inovação. Isto é como uma mudança radical que deu início a novos comportamentos em torno da reprodução e controle da fecundidade, mudanças nas relações de gênero que ocorreram vinculadas a mudanças sociais, econômicas e culturais (Birdsall, 1988 e Knodel, 1977).

Críticas à primeira transição demográfica

Voltando à teoria da transição demográfica como um todo, deve-se notar que, como corpo teórico, ou construto explicativo da evolução demográfica, também tem recebido inúmeras críticas. Entre elas podem ser citadas as seguintes:

- A teoria foi construída com base a uma importância determinística dos aspectos econômicos e pouca importância a aqueles de caráter cultural e social.
- A ideia de que a mortalidade sempre declinaria primeiro nem sempre foi cumprida. Em algumas regiões as duas componentes demográficas experimentaram uma queda simultânea e em outras foi a fecundidade a primeira em experimentar a diminuição.
- Em algumas regiões não se evidenciou a relação paralela entre a queda dos níveis das duas variáveis demográficas e o processo de modernização econômica e social.
- Segundo Livi Bacci (2001), os teóricos da transição substituíram o termo mudança pelo termo transição, aspecto que ele considera um erro, porque o que estava acontecendo de

maneira evidente eram mudanças nas sociedades industrializadas, que depois também ocorreram e ainda ocorrem no resto do mundo. Além disso, o autor considera complicado englobar em apenas um corpo várias transições, tais como a transição da fecundidade, da mortalidade, epidemiológica, da nupcialidade, etc. Nessa perspectiva, cada uma dessas transições constitui um processo complexo, difícil de ser integradas em apenas um corpo teórico.

- Coale (1973) ainda quando considerou muito importante o processo de modernização associado à transição demográfica, no relativo à transição da fecundidade, argumenta que a modernização constitui uma condição suficiente, porém não é necessária. Assim, o autor define três pré-condições para a diminuição da fecundidade, que são as seguintes: a) o controle deve ocorrer dentro de um cálculo possível racional; b) o controle deve ser considerado positivo, c) as técnicas do controle da fecundidade devem estar disponíveis.

- Caldwell (1976) critica as teorias precedentes, que consideram a modernização a principal causa da queda da fecundidade, uma vez que generalizam o fato de que, com o desenvolvimento econômico e social, a racionalidade aumenta. Segundo o autor, estas teorias são incapazes de compreender as especificidades culturais, próprias de cada sociedade.

- Existe uma crítica, radical e bastante universal, sobre a limitação da transição demográfica, associada à ausência da migração, nesta tentativa de generalização. Sendo que ela forma uma das três componentes essenciais do sistema demográfico, estando fora desta sistematização, existem manifestações cuja natureza pode variar, pois a migração pode atuar provocando mudanças na dinâmica demográfica existente e esperada. Davis (1945) ressalta o papel da migração na transição demográfica ao se referir ao incremento da população durante a primeira etapa da transição demográfica (com a queda da mortalidade e a natalidade ainda elevada). O autor afirma que o deslocamento foi acompanhado pela expansão geográfica cujo movimento levou, principalmente durante o século XIX, grandes grupos populacionais com as suas culturas, para novos continentes e ilhas.

- Nos anos setenta aparece uma nova dimensão da transição, quando Zelinsky (1971), introduziu o problema das mudanças carreadas através da mobilidade urbana, conceito

associado à urbanização. Segundo este autor, resulta possível sistematizar alguns elementos da mobilidade associadas às etapas transicionais.

Antes de passar à seção seguinte deve-se destacar que a utilização da transição demográfica constitui um marco de referência durante todo este estudo.

2.1.2 A segunda transição demográfica

A idéia de uma transição demográfica vivida pelos países da Europa Ocidental, com duas etapas distintas foi sugerida por Lesthaeghe & van de Kaa (1986) e, posteriormente, elaborada por van de Kaa (1987). Os dois autores propuseram a terminologia de primeira e segunda transição demográfica, tentando, com a noção de segunda transição demográfica, identificar um estagio novo a partir dos anos sessenta do século XX, mas totalmente dependente da evolução demográfica dos países industrializados.

“The start of the second transition can arbitrarily be set at 1965. In the interim had the came World War II and the baby boom that followed it. The principal demographic feature of the second transition is the decline in fertility from somewhat above the “replacement” level of 2,1 birth per woman, which ensures that births and deaths will stay in balance and population remain stationary over the long run, to a level well below replacement.” (van de Kaa, D. J., 1987, p. 5)

Embora a definição anterior evidencie o matiz demográfico desta segunda transição, o próprio autor coloca a ênfase nas mudanças de atitudes e comportamentos, evidenciando o carácter multidimensional de sua conceitualização. Essas transformações são assumidas, por um lado, como consequência da individualização e da secularização, que potencializam mudanças para novos padrões comportamentais, e, por outro, como resultado da tendência de aumento do desejo de auto - realização, levando a que as pessoas centrem a sua vida durante um longo período de tempo na materialização de desejos próprios da vida adulta. Deve-se levar em conta um aspecto ressaltado pelo Lesthaeghe (1995), ao se referir ao fato de que individualização presente nesta segunda transição não ocorre no sentido do individualismo, mas sim no sentido da auge da autonomia individual e da liberdade de escolha.

A visão geral da denominada segunda transição demográfica foi enunciada a partir da observação de regularidades na evolução demográfica de alguns dos países industrializados a partir da década de 1960. Assim, são proclamados elementos cuja aparição foi ocorrendo

em ordem progressiva e que são aqueles que descrevem a passagem para uma segunda etapa na história demográfica destes países industrializados (van de Kaa, 2001b).

A sistematização dos atributos que aparecem como próprios desta segunda transição são decorrentes das observações de processos e comportamentos ocorridos recentemente e se caracterizam por um elevado grau de incerteza no que se refere ao futuro. Este aspecto foi colocado por Lesthaeghe (2000), ao fazer referência às possibilidades de recuperação da fecundidade das coortes com idades acima de 30 anos. Em primeira instância, a segunda transição descreve o acontecido nos países ocidentais depois da Segunda Grande Guerra e posteriormente em outros países desenvolvidos, como Estados Unidos, Austrália e Canadá, e nos últimos anos existem referências a países de Europa do Leste (Lesthaeghe & Neidert, 2006; Lesthaeghe, 2000).

A segunda transição demográfica traz a debate o ponto da exclusividade das manifestações sistematizadas com este nome para apenas alguns países ou regiões do mundo, desta vez com a complexidade que assinam os elementos de natureza ideacional e cultural, protagonistas desta transição. As primeiras colocações deixaram claro que se estava frente a um processo que experimentavam os países europeus, e, conseqüentemente foi chamada de segunda transição européia. No entanto, nos últimos documentos a idéia de expansão dessas mudanças para outros países tem sido clara (Lesthaeghe & Surkyn, 2004). Uma vez mais os arcabouços teóricos do campo demográfico colocam a interrogação sobre a sua capacidade generalizadora.

Referindo-se ao contexto social de finais do século XX, Anthony Giddens escreveu:

“Hoje no final do século XX, muita gente argumenta que estamos no limiar de uma nova era, á qual as ciências sociais devem responder, e que está nos levando para além da própria modernidade. Uma estonteante variedade de termos tem sido sugerida para esta transição, alguns dos quais se referem positivamente à emergência de um novo tipo de sistema social (tal como a sociedade da informação ou a sociedade de consumo), mas cuja maioria sugere que, mais que um estado de coisas precedentes, está chegando a um encerramento” (Giddens, 1991, p8).

O autor coloca a questão de serem vislumbrados cenários de naturezas globais em termos de estilos de vida, organização social, tal como aconteceu nos finais do século XVII europeu e que foi denominado de modernidade. Acompanhando o raciocínio dele, poderia se pensar que as mudanças culturais e ideacionais contidas na segunda transição

demográfica operem com essas naturezas globais que caracterizam a pós modernidade ou modernidade tardia⁵.

Neste caso, a transição demográfica clássica está diretamente vinculada à modernidade. Já a segunda transição demográfica ocorre em contextos de pós-modernidade ou modernidade tardia, termo utilizado pelo autor para se referir a uma etapa além da modernidade. Do ponto de vista colocado aqui, se poderia pensar, também, em mudanças globais que iriam fazer com que estes estilos de vidas se globalizem, conduzindo à segunda transição demográfica em diferentes regiões do mundo.

A resposta das ciências aos acontecimentos sociais atuais tem sido de maneira fragmentada. Na demografia, talvez a segunda transição demográfica, como corpo teórico, tenha vindo a preencher este vazio. Ainda diante das dúvidas da existência de uma teoria de corte demográfico que consiga ser generalizável, aparece esta segunda sistematização das mudanças demográficas, mas, desta vez, mais centradas no impacto das mudanças culturais⁶ e ideacionais nos comportamentos reprodutivos e de padrões de nupcialidade e, como na transição clássica, cujo surgimento foi baseada nas experiências européias.

2.1.2.1 Como se manifesta a segunda transição demográfica?

A segunda transição demográfica mais do que definida através de etapas, como ocorreu no caso da transição clássica, tem sido descrita ou caracterizada por um conjunto de manifestações que iriam surgir progressivamente, com base a regularidades que foram emergindo em alguns países europeus. Concretamente, refere-se a mudanças acontecidas,

⁵ Termo utilizado no sentido em que CEPAL (2002), discute as características dos tempos que precederam a modernidade, com base a definição de Giddens de modernidade tardia, isto é além da modernidade. Já van de Kaa ao se referir ao pós-modernidade considera algumas características importantes em termos de reorientação de valores, tais como auto-realização, liberdade individual, questionamento da autoridade, tolerância à diversidade, entre outras. Na época atual, a ciência está-se enquadrando nos termos da pós-modernidade, que não é mais que uma postura crítica a modernidade, que exige inclusive voltar as suas raízes. O pensamento pós-moderno se baseia na desarticulação de conceitos, idéias que, num momento, estiveram associados a um modo de pensar, perceber e atuar.

⁶ Entendendo a cultura como grupo de componentes que fazem da existência de um contexto específico. Ver Hammel (1990) pp. 455-475. Neste sentido, cultura poder ser entendida como um conjunto relativamente integrado de idéias, valores, atitudes éticas, sistemas simbólicos e modos de vida, dispostos em esquemas ou padrões cognitivos, simbólicos e práticos que possuem uma certa estabilidade dentro de uma sociedade dada, de modo que ordenam e dão sentido (significado e valor) a conduta dos membros. A cultura é um instrumento de ordenação da vida coletiva e de orientação para a ação que possui, por tanto funções cognitivas, afetivas, valorativas, regulativas e manipulativas.

não apenas, no sentido econômico, mas também como expressão de um sentimento de anti-autoritarismo de homens e mulheres que sendo mais educados, defendem a idéia de um mundo mais igualitário. A segunda transição, em termos demográficos, seria caracterizada pelo surgimento de arranjos familiares decorrentes do aumento da idade ao casar e ter filhos, do incremento dos filhos fora do casamento, aumento da coabitação, tanto nas primeiras uniões como nas posteriores, aumento dos divórcios e mudanças nos padrões de recasamentos.

A forma em que as manifestações de segunda transição aparecem podem ser identificadas com aquilo que Smock (2000) utilizou para explicar as várias transformações na constituição da família contemporânea, denominada “reação em cadeia”. Desta forma, as distintas tendências são reforçadas entre elas por meio de transformações na esfera familiar que, por sua vez, se mantêm ou se acentuam em outro domínio familiar. Por exemplo, altos níveis de dissolução de uniões podem provocar o incremento de formas de consensualidade. Os indivíduos assimilam, por observação direta ou experiência própria, que o casamento pode não ser permanente. O aumento da consensualidade pode provocar mais filhos fora do casamento e assim sucessivamente.

Essas mudanças se explicam através da visibilidade de uma reorientação de valores sob a idéia da satisfação de necessidades pós-materialistas, como por exemplo, a tolerância à diversidade, a liberdade de escolha, a auto-satisfação, a não aceitação da autoridade tradicional (van de Kaa 2001a; Bachrach, 2001).

A dicotomia materialismo versus pós-materialismo expressa a mudança em termos da passagem de valores orientados para o aumento da produção tecnológica, incremento de bens de consumo, sentimentos de deprivação relativa para enfatizar sentimentos de realização pessoal, de espontaneidade e de auto-realização. No entanto, van de Kaa (1987), prefere utilizar *conservatism* versus *progressiveness* para identificar essa passagem, indicando que este último estaria apontando a passagem para um estágio com ênfase na equidade e na liberdade. O ponto de vista progressista salienta a igualdade de oportunidade na educação e emprego e, a liberdade de escolha em termos de comportamento sexual.

Do ponto de vista contextual, este quadro vem a ser completado com o aumento de um sentimento de secularização. McQuillan (2004) discute a influência da religião na fecundidade. Nesse sentido, o autor confirma o impacto da religião na orientação do

comportamento humano em torno da sexualidade, nos papéis de homens e mulheres e no lugar da família na sociedade. Os condicionantes que estão por trás da segunda transição demográfica estão ligados a esse processo secularizativo, que, ao diminuir a pressão exercida pela religião sobre os comportamentos sexuais e reprodutivos, levou ao surgimento e proliferação de liberdades sociais relativas ao exercício da sexualidade, às uniões consensuais, ao aborto, entre outros.

2.1.2.2 Da primeira à segunda transição demográfica

Lesthaeghe (1995 e 2000) retoma o tema das diferenças entre as duas transições e, focalizando no papel da mulher, considera que em contraste com a primeira transição, a autonomia individual e a emancipação da mulher jogam um papel mais protagonista nesta segunda transição demográfica. A maior participação econômica e o aumento da escolaridade das mulheres fazem parte dessa emancipação. Em termos políticos, Lesthaeghe (1995) discute o fato da transição clássica ter acontecido em um contexto de grande controle social por parte do Estado e da Igreja e, mesmo que as mudanças significaram as respostas também a este controle, elas ocorreram no espaço privado do âmbito doméstico. Nesse sentido, a segunda transição demográfica mostra uma maior manifestação pública da autonomia individual, através do auge dos movimentos pelas liberdades das minorias sociais.

No relativo a padrões de nupcialidade, o comportamento das duas transições demográfica revelam diferenças importantes. A primeira transição demográfica mostrou uma diminuição da idade ao casar e aumento dos casamentos. A segunda trouxe um aumento da idade ao casar, da coabitação e dos filhos fora do casamento. *The FDT and the SDT are characterised by opposite trends in mean ages at marriage, cohabitation and illegitimacy* (Lesthaeghe & Neels, 2002, p. 7).

Na primeira transição demográfica as taxas de divórcio eram muito baixas, devido ao forte controle da Igreja e à inexistência de possibilidades legais para a dissolução das uniões na maioria dos países. Já na segunda transição, o aumento dos divórcios é uma característica marcante, decorrente das mudanças relativas a uma maior autonomia feminina, da legalização do divórcio em muitos países e mudanças de valores em torno das vantagens e desvantagens de continuar casamentos “ruins”.

Os padrões de recasamento também revelam diferenças nas duas transições. Na primeira transição demográfica os recasamentos eram praticamente restritos a viúvos e viúvas. Na segunda transição demográfica, além da entrada de uma grande quantidade de divorciados na conformação de novos casamentos, a característica mais marcante foi o aumento da coabitação pós-marital.

Durante a primeira transição, o controle da fecundidade pretendia evitar nascimentos e diminuir a parturição. Já na segunda transição demográfica, ocorre um adiamento dos filhos. Isto é consequência de um mercado mais competitivo, com maiores exigências na educação, com maiores inseguranças do ponto de vista econômico, que exigem níveis de renda mais estáveis e um aumento do consumo, como expressão de auto-satisfação (Lesthaeghe, 1995).

Um dos aspectos mais controversos no entendimento da segunda transição demográfica tem a ver com as causas que a originam. No caso da transição demográfica clássica, existe um consenso em identificar as causas na modernização e, na industrialização e urbanização que dela foram decorrentes. No caso da segunda transição, van de Kaa, (1987), Lesthaeghe & Surkyn, (1988) e de Lesthaeghe (1995) propõem três dimensões para compreender as causas que a originaram. Trata-se de uma dimensão estrutural, uma cultural e a dimensão tecnológica.

No âmbito estrutural, são compreendidos os indivíduos, grupos, organizações, países, isto é, tudo o que diz respeito ao sistema que organiza uma sociedade. Já no âmbito cultural, o foco está no sistema de valores, idéias, normas e instituições vigentes. Os três textos se referem à revolução silenciosa⁷, a qual expressa uma reorientação dos valores no sentido pós-materialista. Por último, a dimensão tecnológica inclui a modernização pós-industrial, com o desenvolvimento da comunicação, da televisão, do transporte, da computação, etc. As três dimensões atuam diferencialmente, segundo níveis sociais, que vão desde o nível micro, como o individual, até os grupos secundários que têm a ver com religião e política, passando pela família como grupo primário (van de Kaa, 1988).

⁷ Termo o de Ronald Inglehart em seu livro: *The silent revolution: Changing values and political styles among Western publics*. Princeton University Press, 1977

As condições da segunda transição marcam mudanças na tendência histórica, relacionadas a vários âmbitos: à aceitabilidade da sexualidade; ao rápido enfraquecimento do controle social das instituições; ao aumento da autonomia individual; a disponibilidade de métodos contraceptivos mais eficientes, com um maior controle da reprodução por parte da mulher e maior procura por materializar aspirações individuais dentro das próprias uniões. Desta maneira, se espera um desenvolvimento de padrões de intercâmbio nas uniões mais simétricos, a descoberta de uma noção de custo-oportunidade decorrente da generalizada autonomia econômica feminina e uma conjunção entre as tarefas domésticas e orientações de carreiras profissionais dos casais dentro das transações domiciliares.

2.1.2.3 As variáveis demográficas na segunda transição

Em termos de segunda transição demográfica, além da fecundidade ficar de maneira estável abaixo do nível de reposição, a família ganha destaque devido a que a maioria das manifestações que aparecem se visualizam no âmbito familiar. Inclusive existem algumas definições que limitam a segunda transição a espaços de transformações associadas à vida familiar.

A maioria das mudanças que se manifestam, em primeira instância, estavam focalizadas nas variações da fecundidade, sobretudo em seus indicadores e fatores comportamentais no âmbito da sexualidade. De acordo com Lesthaeghe (1997), as mudanças estão associadas aos processos de formação de famílias e ligadas diretamente a eventos que conformam o ciclo de vida familiar. Se configuram nestas três categorias:

- Casamentos e filhos: Aumento na idade ao casamento; o conseqüente incremento do tempo de vida solteiro; uma importante presença da coabitação e residência prolongada na casa dos pais e o aumento da procriação dentre das uniões consensuais.
- Divórcios e separações: Aumento da taxa de divórcios e elevadas taxas de separação das pessoas que coabitam.
- Recasamentos: Primeiramente ocorre um incremento dos recasamentos, que, depois, pouco a pouco, dão lugar a um aumento da coabitação com o fim de um casamento ou viuvez. Assim se produz a formação de novas famílias.

Neste mesmo sentido, van de Kaa (1987) sumariza as quatro dimensões principais da segunda transição demográfica. Segundo este autor, ocorrem mudanças no casamento, no papel dos filhos, na contracepção e nos tipos de famílias

Embora a segunda transição focalize nos arranjos familiares decorrentes de mudanças nos padrões de nupcialidade e fecundidade, nos trabalhos mais recentes, ganha destaque o comportamento das outras componentes demográficas, revelando manifestações que, de maneira particular, fazem com que a mortalidade e a migração apareçam, também, como variáveis relevantes neste quadro.

O interesse central desta pesquisa está na abordagem das manifestações da transição demográfica cubana, particularmente do que seria a segunda transição. Nesse sentido, o foco está nos processos de formação de famílias. No entanto, com o propósito de alcançar uma aproximação completa desta etapa da evolução demográfica, serão apresentadas a seguir, de forma mais sistemática, as principais características da segunda transição demográfica, tentando focalizar no comportamento de cada componente demográfica, de maneira particular, nessa etapa. Deve-se observar que algumas das manifestações, que são apresentadas a seguir, aparecem, também, na primeira transição demográfica. Isso indica que no fim de uma etapa e início da outra, não existe um limite estrito e poderia se produzir uma superposição das duas fases da evolução demográfica.

A formação de famílias em cenários de segunda transição demográfica

A seguir, são apresentadas as manifestações progressivas de segunda transição demográfica, associadas à fecundidade e formação de famílias em geral. Esta sistematização foi elaborada com base no texto de van de Kaa (1997)⁸. No texto original o autor propõe 15 fases ou etapas. No entanto, para os efeitos deste estudo, foram reduzidas para 8, segundo o critério de que nelas são contemplados todos os elementos necessários para a análise:

1. Queda da taxa de fecundidade de período devido à redução da fecundidade nas idades avançadas. Origina-se um declínio nos nascimentos de ordem alta. Neste cenário, a fecundidade de coorte não se altera e vai permanecer abaixo do nível de reposição.

⁸ As etapas são apresentadas na tabela 2.1, p. 8

2. Em fase inicial da segunda transição demográfica ocorre uma diminuição da idade no primeiro casamento, idade que posteriormente tende-se a incrementar.
3. Incrementam-se os níveis dos divórcios e separações. O casamento é longamente adiado é, posteriormente, substituído pela coabitação. Isso acontece diante de uma aceitação social da coabitação, sendo assumida tanto como um período de teste antes do casamento, quanto como uma alternativa ao casamento. As preferências das pessoas colocam a coabitação, como um status melhor do que a viuvez e o divórcio.
4. Ocorre um incremento dos nascimentos fora do casamento. Paralelamente, os casamentos, muitas vezes são adiados até o surgimento de uma gravidez.
5. Aumenta a idade ao ter o primeiro filho, tanto dos homens quanto das mulheres.
6. Diante um cenário no qual a fecundidade é freqüentemente adiada, nem todos os filhos que foram adiados nascem. Espera-se, também, que ocorra um incremento do número de mulheres que não desejam ter filhos. Neste momento se supõe que a fecundidade de coorte diminui.
7. Sendo que a coabitação tende a ser mais freqüente nas mulheres jovens, diante uma postergação, também, da maternidade das mulheres unidas, tem lugar uma queda da fecundidade das mulheres jovens, que terá um impacto na taxa de fecundidade total.
8. Em contextos de segunda transição, o aborto tenderá a ter um papel importante, sendo que muitas vezes ele é legal. Conjuntamente com isso, se incrementa o uso de métodos mais eficazes como a esterilização, o que levará a uma diminuição da fecundidade não desejada.

Com relação aos padrões de nupcialidade, é importante distinguir entre os diferentes termos utilizados na literatura para abordar as uniões não-legais. Tradicionalmente, as uniões consensuais têm sido utilizadas associadas ao padrão latino-americano e caribenho, nos quais a população de camadas mais pobres a utilizavam como substituição ao casamento legal (Costa, 2004). O termo *cohabitation* freqüentemente refere-se a uniões informais que tem como propósito a experimentação antes do casamento, mais comum nos Estados Unidos e em países europeus (Briem et al, 1999). No entanto, a variedade de significados que podem alcançar as uniões não legais em cenários de segunda transição ultrapassa as duas anteriormente mencionadas. Van de Kaa (1987) comenta que, em alguns

países europeus, a coabitação nem sempre apresenta esse significado de teste para o casamento, sendo que muitos casais continuam juntos sem se casar, mesmo após anos de convivência.

Segundo Therborn (2006), na região do Caribe se observaram, durante o século XX, três tipos de uniões: o casamento legal, a união livre e a união de visita. Na literatura sobre segunda transição demográfica, se destacam dois tipos de uniões, seja a coabitação como período de teste e *living apart together*, que indica casal que compartilha alguns dias da semana, mas outros dias fica separado. As duas coexistem com o aumento da união como alternativa ao casamento.

Em termos de fecundidade, nos inícios da segunda transição demográfica, a taxa de fecundidade total diminui, devido a uma queda da fecundidade nas idades avançadas do período reprodutivo. Num momento posterior, a queda é acentuada nas idades mais jovens, provocando uma estabilização em níveis baixos de fecundidade. Afirma-se que posteriormente essa taxa poderia aumentar ligeiramente, devido à materialização da fecundidade daquelas mulheres que adiaram o começo da maternidade.

A questão das relações de gênero, que ganha especial destaque em contextos de segunda transição demográfica, é trazida por McDonald (2000), num sentido diferente e de particular relevância para este estudo. Trata-se da relação entre equidade de gênero e níveis muito baixos de fecundidade. Aqueles países com níveis mais baixos de fecundidade parecem mostrar incoerências entre mudanças institucionais em favor da equidade de gênero e as infra-estruturas necessárias para apoiar essas mudanças. A mulher ganha melhores oportunidades em termos de educação e emprego, mas não existe uma rede de apoio (creches, políticas de proteção à maternidade) que seja suficiente para ela também ter filhos.

A maioria dos elementos enunciados anteriormente condiciona o surgimento de mudanças na seqüência que tradicionalmente seguem os eventos, tais como casamentos, filhos, divórcios, etc. Mesmo que este não seja um fenômeno restrito da segunda transição demográfica, ele ganha destaque neste cenário, devido a todas as características acima mostradas. Como consequência, com freqüência, não é possível identificar uma ordem clara na cronologia seguida pelos eventos que compõem o ciclo de vida, como, por exemplo, casamento – gravidez – nascimento dos filhos.

Cenários de segunda transição aparecem para consolidar o passo do casamento para a coabitação; a mudança da era centrada nos filhos para a era centrada nas relações entre adultos; novas seqüências nos eventos do ciclo de vida dos indivíduos; mudanças no propósito perseguido com o uso da contracepção, a separação de sexualidade e reprodução; novos padrões de arranjos familiares e conseqüentemente de estruturas das famílias. Assim, as uniões consensuais podem anteceder aos casamentos, o nascimento dos filhos pode se dar fora do casamento, na situação de solteiro ou de coabitação⁹. Por outro lado, o divórcio que também é mais freqüente, condiciona a formação de novas uniões e nascimento de filhos, assim como a conformação de estruturas familiares com filhos de uniões diferentes.

A mortalidade e a migração em cenários de segunda transição demográfica

Ainda quando nesta pesquisa o foco esteja na abordagem da segunda transição através da sua dimensão mais importante, isto é, o âmbito familiar, pela relação que poderia ter com esta, serão apresentados e discutidos a seguir alguns elementos no que diz respeito às outras variáveis demográficas.

São listadas a seguir as principais características em termos de comportamento da mortalidade. Algumas delas podem ser observadas também na fase final da primeira transição demográfica:

- ☐ Como resultado do envelhecimento da estrutura por idades da população, se produz um incremento da taxa bruta de mortalidade.
- ☐ As mudanças no padrão epidemiológico das populações, que já se evidenciaram na transição demográfica clássica, se acentuam nesta segunda etapa. Por exemplo, se incrementam as mortes por causas degenerativas, aparecem doenças como a depressão, o síndrome do pânico, próprias dos estilos de vida modernos que acompanham este processo.
- ☐ Com acesso e qualidade nos serviços de saúde garantidos, a escolha individual em termos de cuidados de saúde é mais importante. A idéia da ênfase individual para prevenir

⁹ Embora exista uma literatura direcionada a distinção entre uniões consensuais e coabitação. Nesta tese os dois termos serão utilizados para fazer referência a uniões não legais. Isto porque no caso cubano não existe uma delimitação entre o uso da coabitação em termos de uniões experimentais, nem da união consensual como alternativa ao casamento. As duas categorias identificam a mesma coisa: casais que moram juntos e não são casados.

uma morte precoce é mais popular. Assim, cada pessoa é responsável pela qualidade de sua vida. Isso deveria fazer com que aumente ainda mais a expectativa de vida.

- Associada à característica anterior, mas, com base na elevada escolaridade e auto-percepção dos riscos para a saúde, existe uma maior preocupação da população por manter melhores hábitos de vida, estilos mais saudáveis, como a prática de exercícios físicos, diminuir o consumo de drogas.
- Diminuição da mortalidade devido a neoplasias malignas decorrentes da melhoria na alimentação e da qualidade nutricional, que deve acontecer como resultado das atitudes individuais, em conjunção com a disponibilidade e acesso a melhores tipos de alimentos, tecnologia e conhecimentos médicos.
- Ganha importância a qualidade da sobrevivência acima de 60 anos, sobretudo refletido em estilos de vida e um envelhecimento saudáveis.

A migração é incorporada paulatinamente no marco conceitual desta segunda transição demográfica. Desta vez, a migração surge como o fator estabilizador da dinâmica demográfica, que aparece decorrente do envelhecimento da estrutura etária da população e dos desafios que isso traz consigo.

O texto de Lesthaeghe & Neidert (2006) ressalta o efeito da reposição que esta variável poderia ter. Desta maneira, é trazida abertamente a migração ao arcabouço da segunda transição demográfica e surge a idéia de que neste cenário demográfico o mundo desenvolvido ocidental é conduzido a uma sociedade multicultural e multi-étnica, cenários de evidente complexidade social.

Em geral, a migração se converte em uma variável significativa neste processo transicional. Ela desempenha um papel fundamental, devido à sua inter-relação com as outras componentes demográficas. Não obstante, em si mesma ela reflete sua importância, devido ao incremento dos saldos migratórios e o impacto nas relações intergeracionais. Para alguns dos teóricos da segunda transição a migração é a *válvula de escape* ao produzir uma resposta diante o impacto do comportamento da fecundidade no mercado de trabalho (van de Kaa, 2002).

O papel da migração é mais difícil de medir, pois dependerá das condições de cada país ou região, da capacidade de absorção ou de rejeição de população e do tipo de políticas

migratórias implementadas, sendo que, não obstante, a migração pode ter um papel protagonista, tanto se manifestando pela via de migrantes ilegais, quanto através de um processo seletivo legal.

Nos países em desenvolvimento, o problema é mais complexo, porque um cenário de segunda transição deverá procurar outra válvula de escape, que dê conta dos problemas associados às estruturas etárias envelhecidas.

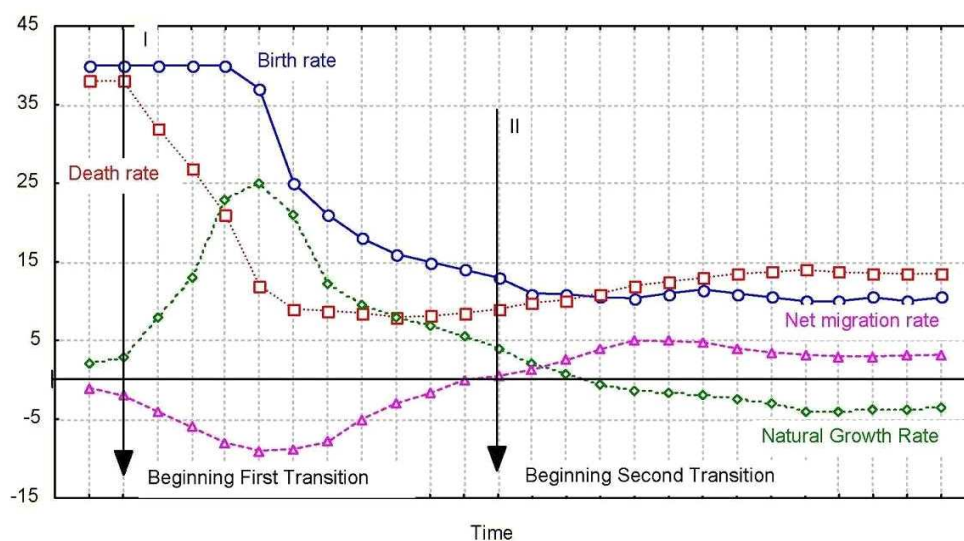
Uma mostra da complexidade do papel da migração nas populações que hoje se caracterizam por estar nessa segunda transição demográfica, está dada pelo conjunto de medidas editadas pela Comunidade Européia, que regula e restringe a migração internacional originária de países menos desenvolvidos e penaliza severamente o imigrante ilegal¹⁰.

Diante das manifestações discutidas nesta seção, a seguir se avaliam as possibilidades de expansão da segunda transição demográfica.

2.1.2.4 A segunda transição demográfica vai se expandir?

Freqüentemente, não é possível identificar o fim de uma transição e o começo da outra de maneira precisa, inclusive poderiam ocorrer momentos de superposição de atributos de uma com a outra. Segundo Lesthaeghe & Neels (2002), aqueles países que estiveram na dianteira, em termos de primeira transição demográfica, também se encontrarão com vantagens para passar pela segunda transição demográfica. Na FIG 2, é mostrado o modelo proposto por van de Kaa (1999), para analisar a evolução demográfica com base na experiência européia.

¹⁰ O Parlamento Europeu aprovou em 18 de junho de 2008, diretiva sobre a harmonização dos procedimentos relativos à deportação de imigrantes ilegais (*return directive*), que estabelece regras mais rígidas de tratamento a imigrantes indocumentados, independentemente do tempo em que se encontrem no continente europeu e de sua situação familiar. Segundo análise preliminar, a nova diretriz, entra em outras disposições, estabeleceria que a partir de 2010 o estrangeiro que se encontrar em situação irregular em qualquer país da União Européia terá entre trinta e sete dias para deixá-lo, caso em que uma vez deportado, ficaria impedido de ingressar na União Européia por até cinco anos. ([HTTP://200.98.194.26/blogs/international/tag/imigracao-ilegal-na-europa/](http://200.98.194.26/blogs/international/tag/imigracao-ilegal-na-europa/))

FIGURA 2. Modelo da primeira da segunda transição demográfica.

Fonte: Van de Kaa (1999), Figura 1. p. 2.

Embora seja aceite, a possibilidade de superposição das duas fases da evolução demográfica por algum tempo e se reconheça que, em termos estruturais e culturais, a segunda transição tem seus antecedentes na primeira transição demográfica, Lesthaeghe & Neels (2002) propõem manter a distinção entre a primeira e segunda transição. Isto porque constituem duas fases históricas distintas, cada uma com sua própria *logique sociale* e, por conseguinte, serão igualmente distintas em suas consequências.

Tal como apresentado anteriormente, existe um perfil demográfico associado ao mundo desenvolvido, denominado segunda transição demográfica. Nele estão implícitos baixos níveis de fecundidade e mortalidade, mas, também, comportamentos e atitudes que se traduzem em determinados níveis nos indicadores de nupcialidade, fecundidade, relações de gênero, entre outros, e, conseqüentemente, de formação de famílias.

Estes comportamentos estão associados às condições de vida típica de países desenvolvidos. No entanto, na atualidade, esses mesmos níveis estão presentes em países subdesenvolvidos, o que leva a pensar que estes países poderiam estar experimentando uma segunda transição demográfica. Não obstante, é difícil encontrar contextos demográficos de segunda transição em países em desenvolvimento que apresentem fortes similaridades com os cenários europeus, sobretudo no que diz respeito às motivações e as características de bem-estar típicas de países desenvolvidos. Sobotka (2008), com base na

experiência dos países do leste e centro europeu, questiona a capacidade generalizadora da segunda transição demográfica, sob o argumento da falta da identificação dos fatores estruturais e culturais reais que estão na raiz deste conceito. O autor, ainda considera importante aprofundar a análise destes fatores em diferentes contextos de países e grupos sociais.

Lesthaeghe (1997) considera que, apesar da existência de grandes diferenças em relação à incidência e ocorrência tanto da primeira quanto da segunda transição demográfica, a maioria das mudanças que se observaram podem ser catalogadas como tendências internacionais. Nesse sentido, ele afirma que essas tendências serão explicadas através de três ângulos que não são excludentes e atuam sinergicamente. O primeiro, associado à racionalidade econômica, o outro tem a ver com mudanças ideacionais e, em terceiro lugar, está o cenário cultural. Este último, capaz de influenciar essa interação entre fatores econômicos e ideacionais. A partir da atuação desses ângulos, os cenários de segunda transição poderão se manifestar nas diferentes regiões do mundo.

Lesthaeghe & Surkyn (2004), ao discutir as possibilidades de expansão da segunda transição demográfica, retomam o significado da cultura na segunda transição demográfica. Os autores afirmam que, na segunda transição demográfica, não consideram as mudanças culturais como endógenas a um modelo econômico. Elas são uma força adicional necessária, com seus próprios efeitos exógenos sobre as componentes demográficas. Concretamente, a cultura compreende um conjunto dinâmico de valores que podem atuar no nível individual, durante o curso de vida, mas também podem mudar nos níveis coletivos, seja em períodos determinados de tempo ou em coortes sucessivas. O mais importante é que as mudanças ideacionais podem ocorrer em contextos com diferentes níveis de renda dos domicílios, diferentes modelos educacionais, assim como numa elevada variedade de níveis de desenvolvimento econômico. Desta maneira, permanece aberta a possibilidade de expansão da segunda transição demográfica para outras regiões do mundo.

Neste sentido, os mesmos autores apresentam quatro questões relevantes para este estudo. São elas: 1) a segunda transição demográfica é uma continuação da primeira ou a descrição de um conjunto de fenômenos secundários?; 2) a segunda transição demográfica vai se expandir para o resto da Europa?; 3) as mudanças demográficas ocorridas nos países do Leste e Centro Europeu são conseqüências da crise dos anos noventa e da transição para

uma econômica de mercado?; 4) a segunda transição demográfica vai se expandir a regiões fora do continente europeu? as respostas para essas questões foram de alguma forma respondidas neste capítulo, particularmente nesta última seção. No entanto, evidentemente, é a questão 4 as mais relevantes para os fins deste estudo. Além dos comentários a seguir, ela será discutida, com mais detalhes, no capítulo 5.

Países em desenvolvimento deverão enfrentar muitos problemas para iniciar e experimentar uma segunda transição demográfica semelhante à européia, em termos de comportamentos da fecundidade, mortalidade e, inclusive, de migração, que sejam similares aos acima mostrado. Isto é porquê, mesmo que exista uma tendência à convergência de indicadores globais em muitos países e regiões do mundo, o conteúdo que está por trás desses indicadores poderia ser diferente. Em países não desenvolvidos é comum a desigualdade socioeconômica entre grupos sociais, que, sem dúvida, teriam impactos diretos sobre estas novas manifestações próprias de cenários de segunda transição demográfica, que poderiam até ser absorvidos nos indicadores globais, mas que obstaculizariam, no médio prazo, a passagem a etapas centradas no bem-estar individual.

Por exemplo, em termos de fecundidade, a diminuição é evidente em quase todos os países, mas as motivações seriam diferentes. A reorientação de valores para aqueles de natureza pós-materialista, que se está produzindo em países desenvolvidos, está determinada pelo pressuposto de que os problemas materiais foram resolvidos, elementos difíceis de serem encontrado de maneira homogênea em países em desenvolvimento.

2.1.3 Famílias e transição demográfica

A relação entre transição demográfica e família não constitui uma temática recente, mas apresenta na atualidade uma relevância central, quando se trata da segunda transição demográfica. Segundo Miró (2006), a análise do comportamento da família como parte integrante das mudanças demográficas, tem sido um tema praticamente não estudado em profundidade. A mesma autora considera que as transformações sociais, econômicas e políticas que ocorreram em muitos dos países da região latino-americana durante a segunda metade do século XX e primeiros anos do século XXI, afetaram, de forma significativa, a família em sua organização, seus papéis, e interação com outros entes sociais.

No discurso sobre transição demográfica, as mudanças nas estruturas da família têm estado presentes. Muitas das principais teorias explicativas das transformações que ocorreram na fecundidade e na mortalidade tinham como eixo, mudanças nos ideais de famílias e no papel da mulher na sociedade. Assim, a discussão sobre a evolução das formas ou estruturas familiares estiveram marcadas por diferentes correntes, essencialmente desde perspectivas sociológica e econômica.

Durante muito tempo, os teóricos da modernização afirmavam que o desenvolvimento econômico é associado com a mudança de um tipo de estrutura familiar extensa para a estruturas nucleares. Existiu um arcabouço bastante generalizado, que explicava a passagem das famílias extensas para nucleares, como resultado dos processos de modernização, tal como a teoria da transição demográfica contemplou.

Autores como T. K. Burch e Murray Gendel¹¹ afirmaram em uma das primeiras comparações internacionais sobre o tamanho e estrutura da família, que a mesma está estreitamente vinculada ao processo de transição demográfica decorrente da modernização e acompanhado pela urbanização e industrialização (Burch, 1976).

Desta maneira, se espera que a estrutura da família deva mudar em correspondência à etapa da transição demográfica pela qual se encontre uma sociedade. A hipótese fundamental quanto à afirmação anterior, tem como ponto de partida a existência de uma relação entre urbanização, industrialização e a família extensa. Na medida em que uma sociedade se desenvolva, tende a se produzir uma reposição deste tipo de família por uma família nuclear independente, que, por muito tempo, foi considerada como o ideal de família. Ao se referir à relação entre transição demográfica e família, Alves et. al. (2008) afirmam que durante a primeira transição demográfica, ocorre uma diminuição na parturição dentro das famílias, o que leva ao fortalecimento da família nuclear.

A relação entre processos de conformação de famílias e transição demográfica ou regimes demográficos, colocado por das Gupta (1997), visualiza aspectos, entre os quais são destaque os seguintes: o ciclo de vida familiar, as funções da família e, por último, as estruturas familiares. Cada um desses elementos poderia ter a sua própria relação com a evolução histórica das condições demográficas e também estar interconectado entre eles.

¹¹ Ver o livro: La familia como unidad de estudio demográfica, CELADE, San José, Costa Rica, 1976.

Concordando com Therborn (2006), quando identifica que, durante o século XX, aconteceram mudanças na configuração das famílias, visualizadas através de três processos, ou seja o patriarcado, o casamento e a fecundidade, pode-se afirmar que as mudanças nas estruturas das famílias durante o século XX foram determinadas por vários fatores de natureza sociodemográfica. Em primeiro lugar, o declínio da fecundidade e o espaçamento entre casamento e primeiro filho, que, fundamentalmente, incidem no tamanho delas. Por outro lado, a identificação masculina da chefia familiar mudou, na medida em que mudaram os valores associados ao poder e tomada de decisão dentro dos espaços domésticos.

Segundo McDonald (2000), existe uma antítese para esse modelo tradicional de família, centrado na figura masculina como provedora, no qual existe uma diferenciação entre o homem e a mulher, sendo que o homem é protetor e provedor e a mulher tem a função da reprodução e cuidados da casa. Se trata de um modelo de família baseado na equidade de gênero, no qual os papéis específicos na família não são determinados com base no gênero.

Além dos aspectos anteriores, a forma das famílias recebeu o impacto das diferenças intergeracionais. As diferentes gerações provocaram mudanças nas relações de dependência e estimularam a aparição de contradições próprias das trajetórias distintas de cada uns dos membros das famílias. Este é um fenômeno que, dependendo dos fatores culturais e econômicos, poderia se acentuar nos próximos anos, como consequência de uma maior sobrevivência da população.

Existem outros fatores, também de natureza social e demográfica, que intervêm nas estruturas das famílias. Destacam-se a migração de seus membros, a influência da morbidade e mortalidade, assim como causas econômicas, conflitos armados e violência de qualquer tipo.

Conceito de família

Tradicionalmente, a família é concebida como a unidade de análise central para avaliar os impactos das mudanças demográficas sobre a realidade social (Arriagada, 2004). Mas, também, os tipos de famílias ou as formas em que se organizam, poderiam estar provocando mudanças no contexto social, aspecto menos pesquisado. Daí que a família não deva ser concebida num sentido estático, pois essa relação entre ela e a sociedade nem sempre teve a mesma natureza. Segundo Alves et al (2008), a noção de família sadia e sem

conflitos representando a célula *mater* da sociedade vem cedendo lugar a uma noção de família como uma instituição pluralista, complexa e sujeita a alianças e tensões de toda ordem.

Para definir a família, é necessário retomar a antiga discussão entre conceitos de famílias, relações de parentesco, grupos domésticos e domicílios. As famílias são grupos sociais estruturados através de relações de afinidade, descendência e consangüinidade, que se constituem como unidades de reprodução humana. A família apresenta um duplo caráter ou forma de funcionamento. Por um lado, é reconhecida pelos seus membros e pelo resto da sociedade e, por outro lado, refere-se a regras, padrões, modelos culturais. Relevante para este estudo é a idéia de Oliveira (1981), quando demarca o conceito de família em função da existência de um grupo de moradia, nos limites dos quais se organiza a vida quotidiana.

O domicílio emerge como um conceito mais operativo e de mais fácil mensuração, através das fontes de dados tradicionais existentes no âmbito demográfico. Assim, os estudos demográficos da família freqüentemente baseiam-se nos dados sobre estruturas domiciliares definidas com base em tipologias¹². Estas tipologias apresentam a limitação de oferecer uma abordagem estática do âmbito familiar, limitado ao espaço de moradia.

A abordagem econômica da família a coloca como um resultado de processos de tomada de decisões. Isso significa que toda família conta com estratégias e que, do ponto de vista mais econômico, essas famílias procuram maximizar satisfação, sendo esta não necessariamente material. Ela pode ser baseada em gostos, afetos e preferências. Esta abordagem constitui uma espécie de extensão da economia formal, ultrapassando os limites da esfera material (Ruggles, 1987).

Por um lado, esta perspectiva apresenta vantagens, que têm ver com o fato de direcionar o estudo da família além da família nuclear, mas, por outro, apresenta limitações no sentido de não levar em conta as mudanças históricas, sendo que os modelos são, freqüentemente, estáticos (Ruggles, 1987).

¹² Existem numerosas tipologias para estudar as estruturas domiciliares. Uma das mais conhecidas foi proposta por Peter Laslett que classificava os domicílios em unipessoais, simples, estendidos, múltiplos e indeterminados. Véase Laslett, (1972), (1972^a)

A perspectiva histórica tem incorporado visões diferentes, na abordagem da estrutura da família, ao colocar a importância de circunstâncias específicas tais como gênero, classe social, raça, etnia, etc. O ciclo de vida é utilizado para representar processos de maturação e relações entre gerações, que são conduzidos pelos mecanismos de reprodução em populações humanas. Frequentemente, é concedida a ele uma dimensão de temporalidade. Nestes casos, mesmo sem coincidir, costuma-se usar, indistintamente, os termos curso de vida, ciclo de vida e duração da vida (*life span*). O ciclo de vida é frequentemente distinguido por três propriedades: a sucessão de etapas, o desenvolvimento irreversível (maturação), a reprodução de formas (gerações). Em consequência, trata-se de um processo populacional de seqüências intergeracionais.

Estudos históricos e demográficos, entre outros, estabeleceram, claramente, que algumas etapas dentro do ciclo de vida são reversíveis e repetíveis e não são, apenas, relacionadas à idade biológica e cronológica. Entre elas, pode-se enumerar o casamento, o divórcio e a procriação. Não obstante, prevalecem outros eventos que apresentam, claramente, uma relação dependente da idade e ocorrem apenas uma vez na vida, como a menarca e a menopausa, que ainda que de natureza fisiológica, influenciam o início e o fim do ciclo reprodutivo. Existem outros que ocorrem uma única vez na vida, mas, têm surgido nos tempos modernos como eventos que não estão necessariamente associados à idade, como é o caso do primeiro filho e do primeiro casamento, que, tradicionalmente, ocorreriam durante a juventude.

O ciclo de vida familiar se refere às diferentes fases de arranjos familiares, que frequentemente começam com a constituição de uma família nuclear (casal com ou sem filhos), passando, através de diferentes eventos de mudanças que afetam o tamanho e estrutura do grupo inicial, até a família nuclear desaparecer para um novo arranjo familiar. Este conceito está associado a padrões demográficos e socioculturais, tais como casamento, fecundidade, mortalidade, práticas culturais que, por sua vez, são influenciadas pelas condições materiais de vida, níveis socioeconômicos dos domicílios e de seus membros.

Existe outra dimensão central na discussão sobre ciclo de vida. Trata-se das relações de gênero. As etapas do ciclo de vida são vividas de maneiras diferentes por homens e mulheres e, por outro lado, às vezes esse ciclo adquire natureza relacional, sendo que algumas etapas compreendem a participação dos dois sexos. Tem sido amplamente

argumentado na literatura a existência de diferenciais nas idades nas quais as mulheres e os homens experimentam alguns dos principais eventos da vida, por exemplo, a primeira relação sexual, o primeiro filho, o casamento, entre outros (Simão, 2005). Essas diferenças são explicadas, frequentemente, pelos fatores sociais, culturais e econômicos predominantes nas diferentes sociedades. As relações de gênero se modelam de maneira particular em contextos de modernidade tardia, nos quais, a individualização e autonomia de homens e mulheres se intensificam oferecendo um panorama diferente nos processos de formação de famílias e arranjos familiares em geral.

Família e segunda transição demográfica

Voltando à relação com a transição demográfica e focalizando, agora, na segunda transição demográfica, a relação entre ciclo de vida e processos de formação de famílias ganha destaque, embora a literatura tenha focalizado em maior medida na perspectiva demográfica da formação de famílias propriamente. Assim, aparecem, implicitamente, contidos os arranjos familiares que decorrem das mudanças no comportamento sexual, nos padrões de uniões conjugais, no papel dos filhos e na dinâmica familiar. Deve-se destacar que esses eventos são identificados em função de uma família que se constitui com o casamento, deixando de fora a abordagem da família de origem.

As características dos processos de formação de família, tal como esquematizado no arcabouço da segunda transição demográfica, focaliza nos eventos que definem as maneiras através das quais se formam as famílias. Assim, o foco está na vivência da sexualidade, a história de relacionamentos, casamentos e uniões, filhos, divórcios e separações, assim como os recasamentos. Segundo Alves et al (2008), a segunda transição demográfica pode ser vista como um aprofundamento da primeira transição demográfica, não apenas na consolidação da tendência de queda das taxas de fecundidade, mas, principalmente, devido à diversificação e ampliação dos novos arranjos familiares.

Em síntese, neste estudo, com base na discussão acima, o processo de formação de família, que, segundo Oliveira (1981), ganhou destaque como foco das pesquisas, com as críticas aos estudos sobre fecundidade. É entendido como uma redução operativa do ciclo de vida, se definindo como um processo constituído por uma seqüência de etapas como: 1) o começo da vida sexual, visto através da primeira menstruação, dos primeiros relacionamentos, da primeira relação sexual, dos relacionamentos seguintes; 2) os padrões

de nupcialidade com base na primeira união ou casamento, ao primeiro divórcio ou separação, outras uniões ou casamentos, outros divórcios ou separações; 3) as características da fecundidade abordada através dos filhos, realização de abortos, uso de anticoncepcionais, etc.

2.2 Antecedentes deste estudo em Cuba

Na atualidade, existe em Cuba vários trabalhos, sobretudo de cunho acadêmico, direcionados ao estudo dos determinantes das condições demográficas atuais e de sua evolução. É destaque, nesse sentido, o livro “A Revolução Demográfica em Cuba”, de Raúl Hernández, que reconstrói o processo de transição demográfico cubano desde finais do século XIX até finais da década de 1980.

Em termos de mortalidade, existem dois trabalhos que sistematizam a transição da mortalidade e a transição epidemiológica em Cuba. Um deles, de García (1995), focaliza na própria transição, procurando identificar as etapas da transição epidemiológica. O segundo trabalho, seja Albizu-Campos (2000), está direcionado ao estudo da sobrevivência em Cuba nos anos noventa, identificando os diferenciais da mortalidade e da morbidade.

No que se refere à fecundidade, existe uma tese doutoral de Grisell Rodríguez, finalizada no de 2006, sobre a transição da fecundidade, focalizando nas diferentes teorias explicativas e sua aplicação no caso de Cuba. Neste trabalho, se coloca de maneira explícita a possibilidade de Cuba estar transitando pela segunda transição demográfica, processo que segundo a autora, deve ter começado nos finais dos anos oitenta do século XX, superpondo-se com o término da primeira transição demográfica.

Existem importantes trabalhos relacionados à família e à nupcialidade em Cuba que contemplam todo o século XX. Neste sentido, Catasús (1994) realiza uma análise da nupcialidade cubana durante o século XX, identificando os diferentes períodos pelos quais atravessou a evolução demográfica do país.

Benítez (2003) aborda o comportamento e mudanças das famílias cubanas durante a segunda metade do século XX. Este trabalho identifica as principais tendências da composição das famílias cubanas, vinculadas aos processos econômicos e sociais relevantes.

Por último, entre os antecedentes importantes para esta pesquisa, encontra-se o trabalho de Barros (2001), cujas projeções de população constituem uma valiosa contribuição. A autora chama a atenção sobre o evidente envelhecimento, o impacto da migração e as condições em que poder-se-ia ou não produzir a recuperação da fecundidade cubana.

Os aportes significativos dos autores citados abrem importantes interrogações sobre o futuro demográfico cubano. Daí que este trabalho retome os achados mais importantes deles, à luz da conceitualização da segunda transição demográfica, para centrar o estudo nas condições demográficas atuais.

2.3 Contexto social, político e econômico cubano dos últimos cinquenta anos.

Nesta seção, são apresentados os principais acontecimentos e fatos econômicos, sociais e políticos que modificaram as condições de vida dos cubanos nos últimos cinquenta anos.

No momento em que a revolução cubana se instala no poder em janeiro de 1959, a situação que existia no país se distinguia pela existência de uma economia de caráter mono produtor, cuja produção era sazonal. A produção açucareira era a principal indústria do país e seu comércio se concentrava fundamentalmente com um só país, os Estados Unidos. Além disso, Cuba tinha o desenvolvimento concentrado na província de Havana, sendo que as regiões rurais do país exibiam elevada pobreza, analfabetismo, desnutrição e falta de energia elétrica (Benítez, 2003).

Durante o período compreendido entre 1959 e 1975, ocorrem importantes transformações de ordem social no país. Decretam-se as leis de Reforma Agrária, de Reforma Urbana, a Nacionalização Geral do Ensino, a Lei da Maternidade, a diminuição dos preços dos medicamentos e aluguel, a construção de hospitais, assim como o começo do funcionamento da gratuidade dos serviços sociais, particularmente da educação e da saúde.

É relevante para este estudo, que se explique, brevemente, as características da Lei de Maternidade, instaurada em 1974 e transformada em 2003. Desde 1974, as grávidas cubanas tinham direito a um período de 18 semanas de licença remunerada, conjuntamente com diversas facilidades para a mulher durante o período de gravidez e depois do nascimento da criança. Já no ano de 2003, são realizadas mudanças na lei, toda vez que é incorporada a paternidade compartilhada por um período de um ano. Desta forma,

corresponde aos pais decidir qual dos dois fará uso da licença de maternidade até o primeiro ano de vida da criança (Periódico Trabajadores, 2006).

Em termos de educação, Cuba, no ano de 1953, contava com 23.5% de analfabetos, sendo superior esse indicador para os homens (25.9%), em comparação às mulheres (21,3%)¹³. Durante o ano de 1961 foi desenvolvida a Campanha de Alfabetização, que tinha como objetivo ensinar a ler e escrever às populações mais atrasadas do país. Como consequência, já no ano de 1961, a porcentagem de população analfabeta era de 3.9%. Os resultados alcançados em termos de erradicação do analfabetismo, foram complementados com várias campanhas destinadas a estimular a educação da população adulta. Nesse sentido, foram criados vários programas de governo, direcionados a desenvolver faculdades, segundo as características da população demandante, e se levaram a cabo campanhas como as denominadas Batalhas pelo Sexto e Nono Grau¹⁴.

Ainda nos anos sessenta, as relações econômicas cubanas são transformadas, iniciando-se estreitas relações comerciais com a antiga União de Repúblicas Socialistas Soviéticas e outros países socialista europeus, devido, sobretudo, ao bloqueio econômico que Estados Unidos decretou sobre a economia do país. Em 1962, esse bloqueio foi aprovado oficialmente e todos os países do Continente romperam relações com Cuba, com exceção do México.

Em matéria de modernização, a economia cubana não experimentou um crescimento significativo durante os primeiros anos da revolução. Alguns dos fatores que explicam o baixo crescimento da época são: o embargo econômico, a dependência estrutural e produtiva do capital norte-americano, a dedicação de grande parte dos recursos do país

¹³ Dados tomados do documento: Composición de la población, publicado en el libro La población de Cuba, editado por CEDEM, Editorial de Ciencias Sociales, La Habana, 1976. Os autores são Josefa Fernández, Ramiro Pavón e Raúl Hernández.

¹⁴ Em Dezembro de 1961, Cuba foi declarado Território Livre de Analfabetismo. Em fevereiro de 1962 foram inaugurados cursos de Acompanhamento e Superação Obreira, para dar continuidade ao processo de alfabetização. Durante o quinquênio 1975-1980 se desenvolveu uma campanha para que trabalhadores e donas de casa obtiveram o certificado do sexto grau. Nesta jornada, chamada “batalha pelo sexto grau”, 96% de trabalhadores e donas de casa obtiveram essa certificação. Durante o quinquênio 1980-1985 se produziu outra campanha, desta vez pelo nono grau. Assim, 67% dos trabalhadores e donas de casa obtiveram essa categoria. Mais informação no site: http://www.crefal.edu.mx/biblioteca_digital/CEDEAL/acervo_digital/coleccion_crefal/catedra/catedra%208/catedra_8.htm#indice3.

para a defesa, devido à incidência de agressões militares e, por último, as dificuldades decorrentes da falta de experiência na gestão econômica (García, 1996).

Em 1972, Cuba ingressa no Conselho de Ajuda Mutua Econômica (CAME)¹⁵, o que permitiu à economia cubana uma maior diversificação. Cuba era encarregada dos suprimentos de açúcar, níquel e outros produtos que na época tinham elevados preços no mercado internacional.

Na esfera da saúde, destaca-se a existência de um incentivo à graduação de pessoal especializado, aumentando a quantidade de médicos por habitantes de maneira constante. Também foram incrementados os recursos materiais direcionados ao melhoramento da saúde e da educação. Na TAB a seguir, é mostrado o gasto total na área da saúde.

TABELA 1. Orçamentos e gastos em saúde per capita. Cuba, anos selecionados.

Anos	Orçamento (em pesos)	Gasto per capita (em pesos)
1965	148 878 200	19.07
1970	216 443 200	25.25
1975	304 154 500	32.73
1980	440 174 800	45.01
1985	794 267 800	78.97
1990	1 045 094 100	98.56
1995	1 221 960 600	111.31
2000	1 857 035 500	165.99
2005	2 596300 000	230.64

Fonte: Ministério de Saúde Pública (MINSAP), Dirección Nacional de Estadísticas. Anuário Estatístico de Saúde, 2004.

A concepção de atenção médica assistencial foi modificada a partir do ano de 1964, com maior presença da medicina preventiva. Criaram-se policlínicas comunitárias e aumentaram as visitas a domicílios, identificando pacientes crônicos e demandas em saúde, em geral, da população. Nos anos oitenta, foi aperfeiçoado o sistema de saúde, dando continuidade ao sistema de atenção preventivo-curativo, nascendo a idéia do médico da família. Através deste sistema, era indicado um médico para cada 120 a 160 famílias, sendo que este médico residiria na comunidade e contaria com o apoio de uma pessoa formada em enfermagem. Segundo García (1995), foi assim que aumentou tanto a

¹⁵ Organização criada em torno da Antiga União Soviética e que agrupava a países socialistas com o objetivo de proteção econômica e de fomentar as relações comerciais entre os países membros. Cuba passa a ser membro do CAME em 1972.

educação e a cultura para a saúde, a promoção e a vigilância epidemiológica, quanto o número de pacientes controlados, o acompanhamento dos doentes crônicos, o cuidado próximo à mulher grávida, ao idoso e à criança.

Umas das medidas mais relevantes do período revolucionário foi a institucionalização do aborto, desde a década dos anos sessentas do século XX. O objetivo perseguido, com a implementação dessa medida, era reduzir a mortalidade materna e garantir o livre exercício da igualdade da mulher no que diz respeito a seu direito a decidir sobre a reprodução (Gran, 2005). Já em 1979 um novo código penal redimensiona e define as ações que dão conotação de delito ao aborto nas seguintes condições: 1) cometido por lucro; 2) realizado fora das instituições de saúde; 3) realizado por pessoal não especializado; 4) realizado sem o consentimento da mulher grávida.

Paralelamente, se estabelece que toda mulher, independentemente de seu estado conjugal e com 18 anos e mais de idade tem direito ao aborto até a décima semana de gravidez, após avaliação de um especialista em ginecologia e obstetrícia. No caso de ser menor de 18 anos, se requiere do consentimento dos pais. Tais procedimentos são mantidos até a atualidade, adicionando-se ao processo a realização de exames de laboratório que permitam avaliar a saúde geral da mulher.

Durante o ano de 1988, foi instaurado o serviço de regulação da menstruação. Este procedimento se realiza até as quatro semanas de amenorréia por causas não determinadas, e diante uma suspeita de gravidez que acabaria em aborto. Não é necessário confirmar a gravidez, nem a autorização dos pais no caso de menores de idades (MINSAP, 2003). Este método, ainda que apresente menores riscos do que o aborto tradicional, não está livre de riscos. Por isso tem sido acompanhado pelas autoridades sanitárias desde seus inícios. Segundo Alfonso et al. (2003), estima-se que 2/3 partes das regulações menstruais correspondem á interrupções de uma gravidez.

Durante os cinqüenta anos da segunda metade do século XX, ocorrem três importantes êxodos migratórios no país, todos eles marcados por conflitos políticos. O primeiro deles foi imediatamente instalada a Revolução e, se caracterizou pela saída das pessoas de melhores condições econômicas, profissionais da saúde, engenheiros, entre outros. Em 1981 se produziu o segundo movimento de saída do país. Desta vez saem, através da Embaixada do Peru, aproximadamente 130 mil pessoas. Neste caso, se tratou de um êxodo

de natureza mais heterogênea e foram estimulados a saírem do país, homossexuais, criminosos, desempregados, etc. O último destes êxodos aconteceu durante o ano de 1994, quando o Governo de Estados Unidos decretou que permitiria a entrada de todos os cubanos que conseguissem chegar a terras norte-americanas. Estima-se que perto de 20 mil cubanos abandonaram o país nesse momento (Martin et al. 1994).

Nos anos noventa, Cuba entra em uma nova fase, determinada pelas consequências imediatas da queda do bloco socialista europeu. A crise econômica que afetou o país teve reflexos claros nas condições nutricionais, materiais e econômicas gerais da população. Com o desaparecimento dos mercados internacionais, estabelecidos através do status de país membro do CAME, se produziu um forte enfraquecimento no intercambio comercial. Cuba, desde os inícios da década se vê obrigada a procurar mercados externos mais competitivos, em condições de uma economia enfraquecida.

Nesse período, o impacto no setor interno como consequência do fechamento de mercados internacionais, foi evidente. Se produziu uma queda no produto interno bruto (PIB) a partir de 1990 que perdurou até 1994, se apreciando a maior diminuição da taxa de crescimento anual do PIB entre 1989 e 1993 (Pérez, 2004). Depois de 1994, começou uma recuperação do PIB que demorou para ser percebida pela maioria das economias domésticas. O acesso aos mercados agropecuários e de divisas depende da renda de cada pessoa ou família. Isso trouxe o surgimento de um grupo populacional mais vulnerável.

Durante o ano de 1993, foram tomadas três medidas de ampla relevância tanto econômica, ao se incrementar o consumo da população e a elevação do ingresso do Estado, quanto política, pelo significado que elas trouxeram para a população. Trata-se da despenalização do posse e utilização privada do dólar, a autorização do emprego por conta própria¹⁶ e a criação das denominadas Unidades Básicas de Produção. Estas últimas foram implementadas com base na distribuição da terra, com arrendamento de granjas agrícolas estatais a camponeses privados, para a produção de alimentos, medida que foi acompanhada pela autorização de um mercado agropecuário, com preços fixados pelos produtores (Albizu-Campos, 2004).

¹⁶ Segundo Bueno et. al se chama trabalho por conta própria a toda aquela atividade realizada por agentes econômicos, que estão fora do setores estatais e cooperativos. O trabalhador por conta própria estaria inserido dentro do setor privado. Essa atividade se amplia com a implementação do Decreto Lei 141 em 1993.

Segundo Togores (1999), mesmo diante da vontade política de pretender manter os níveis de desenvolvimento sociais alcançados através da otimização do planejamento do orçamento do Estado, emergiram efeitos sociais decorrentes de uma importante queda do salário real, sobretudo nos primeiros anos da crise, uma diminuição do consumo privado, dissociação entre as condições de vida e os resultados do trabalho, entre outras repercussões.

A situação econômica que caracterizou a década dos anos noventa do passado século teve impacto na sociedade cubana, como um todo, e a família, como grupo particular, sofreu um impacto direto das condições dessa etapa. Do ponto de vista material, a partir dessas circunstâncias se acentuaram dificuldades que afetaram diretamente a família, entre elas são destaque: a falta de moradia e limitações para a reparação e manutenção das casas que já existiam, o consumo deficitário de proteínas de origem animal, assim como pouca variedade de produtos, dificuldades com a disponibilidade de energia elétrica e combustíveis, com consequências diretas sobre o transporte e a alimentação nas casas (Díaz et al. 2003).

Outras consequências da crise econômica dos anos noventa foram a insuficiência de medicamentos, a falta de roupa, calçado e a carência de produtos para garantir as condições higiênicas e sanitárias adequadas.

No relativo ao impacto destas condições nas componentes demográficas, Albizu-Campos (2000) afirma que esse período teve consequências negativas sobre a mortalidade, que se traduziu através da redução da esperança de vida ao nascer. Essa queda se deveu ao incremento da mortalidade em todas as idades, com exceção dos menores de um ano.

No que respeita ao comportamento da fecundidade, deve-se levar em conta que o impacto na redução do número de filhos demoraria alguns anos em ser percebido. No entanto, a crise se evidenciou na baixa disponibilidade de recursos, tanto de métodos anticoncepcionais, teste de gravidez, como naqueles que se empregavam para a realização do aborto. Rodríguez (2006) considera que existiu uma relação entre a queda do produto interno bruto e a tendência de queda mantida pela taxa de fecundidade total, que se observou desde os próprios anos noventa.

No referente à migração, as consequências da situação econômica dos noventa não se perceberam apenas na migração internacional, com o já comentado êxodo de 1994.

Também se evidenciaram nos movimentos internos do país para aquelas regiões com maior desenvolvimento no setor turístico e para aquelas que constavam com melhores infra-estruturas ligadas à circulação do dólar. Decorrente desta situação, no ano de 1995, foi aprovado um Decreto Lei que regulava a migração para a Cidade da Havana¹⁷.

Não se pode deixar de anotar que, mesmo em condições difíceis, não se observaram mudanças dramáticas nos indicadores demográficos durante a década de 1990, da mesma forma em que não se detectam grandes diferenças entre as províncias, desde o início da crise econômica. O Estado tinha, como proposta, garantir a equidade nos serviços oferecidos pelo sistema de saúde e manter os níveis de qualidade no atendimento, através das normas e regulamentos padronizados em todo o país. Dessa maneira, o impacto da complexa situação econômica, gerada no começo dos noventa do século XX, não teria afetado seriamente o sistema de saúde.

A situação acima descrita dá conta da evolução das condições socioeconômicas cubanas durante a segunda metade do século XX e começo do XXI. Elas são extremamente importantes para a análise e o entendimento da evolução e condições demográficas atuais, que serão discutidas nos capítulos 4 e 5.

¹⁷ O 22 de abril de 1997 se estabelece o Decreto-Lei 217 do Conselho de Ministros sobre as Regulamentações migratórias Internas para a Havana e suas Contravenções. Nesse decreto explicita a necessidade de estabelecer os requisitos que devem ser respeitados para garantir condições mínimas de habitabilidade e o adequado espaço habitacional das pessoas que pretendam residir ou conviver com em habitação permanente ou trasladar sua residência para a capital, sendo os responsáveis de sua execução as Direções Provinciais de Planejamento Físico e as Direções Municipais de Arquitetura e Urbanismo.

3 PERSPECTIVA METODOLÓGICA

Muitas vezes, a procura e identificação de respostas para as questões demográficas ultrapassam os limites da demografia convencional, baseada em agregados populacionais. Nestes casos, o real entendimento dos fenômenos sociais implicaria a necessidade de passar do nível macro-social para o nível dos atores (Coleman, 1990). Para tal, além da análise de dados quantitativos, é necessário o uso de abordagem qualitativa e estudos de casos, que permitam uma aproximação ou complementação no entendimento dos fenômenos demográficos em questão.

Assim como sugere Canales (2004), a demografia atual deve ultrapassar as categorias elaboradas, tais como “mulheres”, “indígenas” e “jovens”, que parecem contemplar populações desagregadas de um todo que é a “população”, mas que na verdade, não conseguem captar a heterogeneidade, a iniquidade e a diversidade que elas apresentam. Afinal, são as características dos problemas de pesquisa que determinam o tipo de metodologia a ser utilizada e não os limites da disciplina em questão. Nesse sentido, surgem exemplos que confirmam a aplicação de técnicas qualitativas em pesquisa na área demográfica, seja para aprofundar em resultados existentes no nível agregado, seja para dar resposta a problemas específicos. A análise de dados qualitativos ora vem sozinha, ora é utilizada paralelamente a perspectivas quantitativas. A abordagem qualitativa foi aplicada em trabalhos clássicos da demografia, tais como Caldwell et al. (1983) e Knodel (1988). Sua utilização é crescente em estudos mais recentes, para o Brasil (Miranda-Ribeiro, 1997; Simão, 2005; Quiroga, 2006; Marcondes, 2007) e também no contexto cubano (Rodríguez, 2006).

Para responder à pergunta e cumprir o objetivo geral apresentados nesta pesquisa seguiu-se uma estratégia metodológica que integrou dados de natureza quantitativa e qualitativa. Primeiro, analisou-se o capítulo IV, a evolução demográfica cubana durante todo o século XX através de indicadores quantitativos agregados. Posteriormente, no capítulo V, cujo propósito fundamental foi a busca de explicações para essa evolução demográfica e para as condições recentes mostradas pela população cubana, foram abordadas temáticas tais como valores em torno da sexualidade, da nupcialidade e das decisões que envolvem a fecundidade, com base na integração de dados quantitativos e qualitativos. Segundo

Casterline, (1999) a utilização de métodos qualitativos na pesquisa demográfica pode se configurar como um poderoso instrumento no estudo da influência dos valores no comportamento, ligado, por exemplo, à sexualidade. Em casos como esta pesquisa, em que é preciso entender os valores, normas e costumes que subjazem nas tendências e níveis, particularmente, da nupcialidade e da fecundidade, resulta difícil a sua realização com base na redução a estruturas de medição concisas e replicáveis, tal como o mesmo autor considera.

3.1 Metodologia e dados

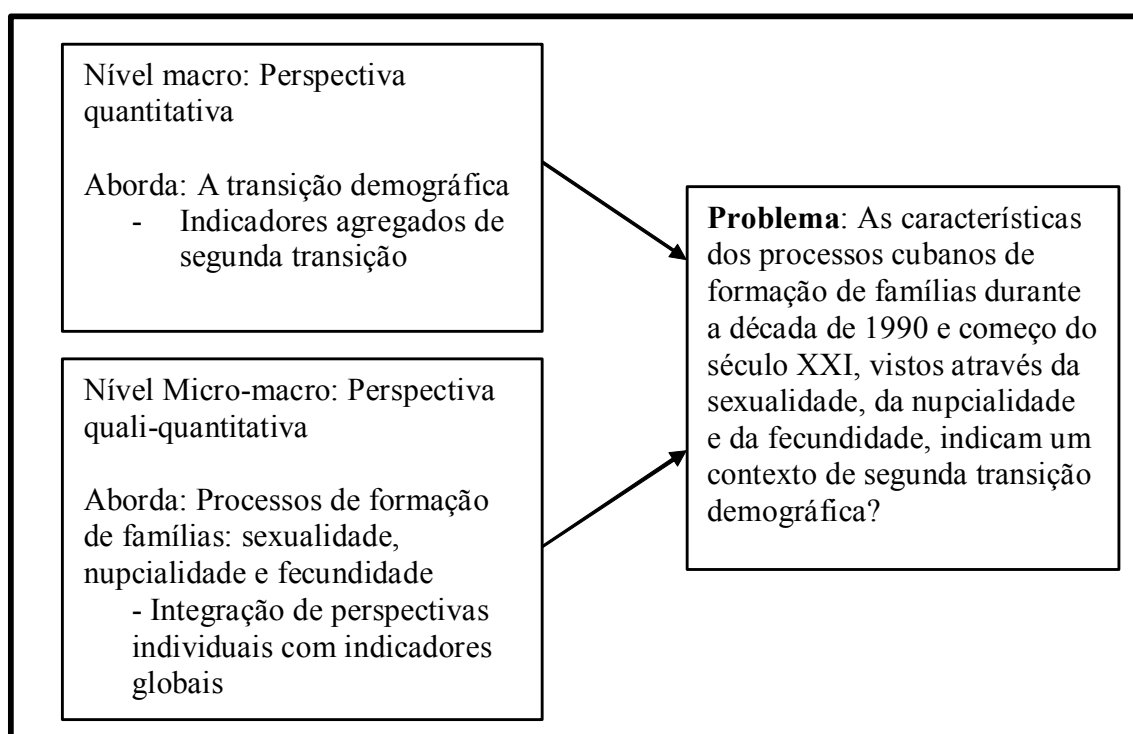
O trabalho proposto fará uso de metodologia de natureza quali-quantitativa, com base na triangulação de métodos para análise da informação. A triangulação é a combinação de observadores (pesquisadores), perspectivas teóricas, fontes de informação e metodologias, sendo que permite responder às perguntas para além de uma única perspectiva. Esta demanda deriva da complexidade da temática e da ausência de dados que englobem todas as suas dimensões. Entre os principais motivos para a realização desta combinação ressalta-se a necessidade de olhar para um mesmo problema sob vários ângulos, a validação de um ou outro método e a existência de necessidades explicativas, devido a questões não cobertas com a utilização de apenas um dos métodos (Bryman, 1988). A integração de métodos qualitativos e quantitativos permite garantir um grau razoável de validade interna (métodos qualitativos) e validade externa (métodos quantitativos) (Serapioni, 2000). Daí que os dados coletados por métodos qualitativos não devam pretender a generalização dos resultados a toda a comunidade, mas eles permitem refletir sobre atitudes e fatores valorativos dos grupos pesquisados, assim como abrir espaços de debates sobre os resultados quantitativos.

No caso deste trabalho, a escolha das técnicas está determinada por três aspectos: a) pela natureza do problema, sendo que tanto a abordagem da família, quanto da transição demográfica, seja a clássica ou segunda, demandam de uma abordagem como fenômenos multi-dimensionais tanto nas formas que se expressam, quanto nos mecanismos que operam por trás deles; b) pelas limitações das fontes de pesquisa existentes e c) pela

possibilidade de aparição de novas questões durante a etapa de revisão bibliográfica e da análise quantitativa¹⁸.

Os resultados desta tese podem se agrupar em dois níveis de análise. Por um lado o processo de transição demográfica cubano é estudado a partir de uma perspectiva de análise macro, que inclui a abordagem das tendências demográficas, através de indicadores agregados. Por outro, se realiza uma abordagem que integra a perspectiva individual, visualizada nos âmbitos familiar e individual, com a perspectiva social, baseada em indicadores demográficos que dão conta dos processos de formação de famílias. Essa informação é sistematizada na FIG 3.

FIGURA 3. Proposta metodológica utilizada na pesquisa.



Fonte: Elaboração Própria

¹⁸ O fato de existir um amplo grupo de pesquisas e estudos de corte quantitativa sobre a transição demográfica e aspectos associados à família e nupcialidade cubana, justifica que sejam pesquisadas sob outras perspectivas as interrogações existentes e questões não respondidas através das fontes disponíveis.

3.2 Fontes de informação

Como foi referido, utilizou-se, neste trabalho, fontes de informação de duas naturezas distintas. Os dados quantitativos são todos secundários, ao passo que os dados qualitativos foram coletados pela autora com o propósito de responder à problemática desta pesquisa. Apresenta-se, a seguir, uma breve descrição dos mesmos.

3.2.1 Dados quantitativos

A seguir, são nomeadas as publicações e bancos de dados quantitativos, em sua maioria de natureza sociodemográfica, que serviram a esta pesquisa. As publicações forneceram uma parte importante das medidas utilizadas. Outras foram calculadas, com base nos bancos de dados, publicações censitárias e estimativas decorrentes dos anuários demográficos:

- Censos Demográficos de 1970, 1981 e 2002. Estes constituem os três últimos censos realizados no país. Para a realização deste estudo, não se contou com os microdados, sendo acessadas, apenas, as tabulações publicadas sobre os três censos.
- Pesquisa Nacional de Migrações Internas de 1995: Embora direcionada ao estudo das migrações internas, foi reconhecida como uma pesquisa demográfica nacional pois englobou questões demográficas gerais. Isto, também, porque em Cuba não se realizou censo na década dos noventa.
- Anuários Demográficos de 1960 – 2005. Publicações anuais da Oficina Nacional de Estatísticas de Cuba, que englobam estimativas demográficas e dados apresentados em forma tabulada, com base no registro civil.
- Banco de Dados de Nascimentos (1990 – 2005). Microdados do Ministério de Saúde Pública, que compreende os nascimentos ocorridos durante o período associados a atributos sociodemográficos das mães.
- Anuários Estatísticos de Saúde. Publicações anuais do Ministério de Saúde Pública e da Oficina Nacional de Estatísticas, que englobam temáticas de mortalidade, morbidade, orçamentos para a saúde, infraestrutura, etc.

- Pesquisa de Saúde Reprodutiva de 2000. Realizada em duas províncias de Cuba (Cienfuegos e Holguín). Coletou informação sobre sexualidade, historia de relacionamentos e reprodutivas, similar às *Demographic Health Survey* (DHS).
- Processamento realizado a partir de Albizu (2002). Este trabalho forneceu as taxas específicas de fecundidade para os primeiros 50 anos do século XX.

3.2.2 Dados qualitativos

Os dados qualitativos foram obtidos através de pesquisa de campo para a qual se escolheu a técnica da entrevista em profundidade semi-estruturada. Essa técnica permite uma maior flexibilidade para conseguir a informação desejada, uma vez que é possível aprofundar no tema de interesse sempre que necessário (Selltitz et al. 1971). Segundo Weiss (1994), o uso das entrevistas em profundidade pode ser justificado por várias razões. Entre elas, consideram-se importantes, pela relevância para esta pesquisa, a eficácia deste método quando é necessário saber como determinados eventos são interpretados pelos indivíduos e quando se necessitam variáveis ou hipótese para pesquisas quantitativas.

A entrevista semi-estruturada caracteriza-se pela condução a partir de um roteiro com pontos gerais, considerados importantes, para responder às indagações do pesquisador. O entrevistador fomenta e guia a discussão, sem tentar controlar a linguagem, o tom, o estilo e as dimensões a discutir. Da mesma forma que em outros tipos de entrevista, é possível observar o contexto e reações do sujeito entrevistado (Fontana et al. 2003). O uso desta técnica busca dar voz ao entrevistado, assim como caracterizar a situação em que ocorre a entrevista.

O objetivo da aplicação dessa técnica foi aprofundar naqueles eventos e aspectos identificados como próprios de segunda transição demográfica, que correspondem a espaços privados. Buscou-se, também, verificar o que estava por trás de questões que não são facilmente respondidas com informação quantitativa. Finalmente, procurou-se responder a aspectos que ficaram abertos durante a abordagem agregada dos eventos demográficos e em alguns dos estudos anteriores realizados em Cuba.

Deve-se destacar que, para maior facilidade e acessibilidade na realização do trabalho de campo, este estudo foi inserido em um projeto que estava sendo desenvolvido de maneira

conjunta entre o Centro de Estudos Demográficos da Universidade de Havana e a Universidade de Western Ontário de Canadá sobre a tomada de decisão para fazer aborto em Cuba.

3.2.2.1 A equipe da pesquisa

O trabalho de campo foi realizado entre os meses de novembro de 2006 e abril de 2007. A equipe de pesquisadores foi composta por quatro pesquisadores do Centro de Estudos Demográficos da Universidade de Havana, incluída a autora desta tese, que foi a coordenadora do trabalho. Dos quatro, três eram do sexo feminino, sendo duas psicólogas e uma, a autora da tese, socióloga. O pesquisador do sexo masculino é geógrafo. É importante destacar que os quatro membros da equipe tinham experiência em pesquisa de campo e, particularmente, na aplicação de técnicas qualitativas.

O roteiro da entrevista em profundidade foi construído antes da constituição da equipe de pesquisa. Este roteiro formou parte do projeto de pesquisa da autora da tese. As tarefas fundamentais da equipe foram a apresentação e discussão do roteiro (elaborado pela autora) com a equipe, o recrutamento dos indivíduos a serem entrevistados e a aplicação. O pesquisador homem participou apenas da discussão do roteiro e da seleção e recrutamento de entrevistados do sexo masculino, com o objetivo de minimizar o constrangimento que poderia surgir se a abordagem e explicação dos objetivos da pesquisa fosse feita por uma mulher. As três pesquisadoras participaram de todo o processo.

3.2.2.2 O recrutamento

Para recrutar os indivíduos a ser entrevistados, foram visitados centros de estudo, de trabalho e hospitais nos quais se realizava aborto. Estas visitas foram possíveis através de solicitação e aprovação prévias¹⁹ para realizar este tipo de pesquisa. Em todos os lugares, contou-se com pessoas conhecidas, que apresentaram a equipe a indivíduos com o perfil procurado. Quando alguma pessoa era indicada, correspondia aos membros da equipe

¹⁹ Pelo fato desta pesquisa se inserir num projeto já aprovado pela Comissão Universitária que inclui Comitê de Ética, e aprovações em termos do tema escolhido, e da metodologia a ser empregada; foi necessário, apenas, da aprovação da direção dos hospitais e a concordância dos indivíduos a serem entrevistados.

conversar e explicar, em maior detalhe, os objetivos da pesquisa e os procedimentos da entrevista. Assim, o recrutamento das mulheres entrevistadas foi feito por mulheres e o dos entrevistados pelo pesquisador. Considerou-se que o fato de ser um homem quem recrutasse os entrevistados facilitaria o diálogo para explicar o objetivo e características da entrevista e, finalmente, maior descontração para que eles dissessem se aceitavam ou não serem entrevistados por uma mulher.

3.2.2.3 A entrevista

Foi realizado um pré-teste para avaliar o roteiro da pesquisa pelas mesmas entrevistadoras que realizaram o conjunto de entrevistas. Uma vez concluída essa etapa o roteiro foi aperfeiçoado com base nas discussões realizadas pela equipe, entre as quais se destacaram o surgimento de duas temáticas não concebidas no início da pesquisa, quais sejam a infidelidade ou a multiplicidade de parcerias e os efeitos da migração internacional sobre as famílias.

As entrevistas foram todas conduzidas pelas três pesquisadoras mulheres, que contavam com maior experiência e disponibilidade de tempo para este tipo de trabalho. Buscando propiciar maior descontração durante a entrevista, garantiu-se que os entrevistados fossem indivíduos que não conheciam as entrevistadoras. O local em que foram realizadas as entrevistas garantiu privacidade e condições adequadas para fosse feita com cuidado e qualidade, sendo que a maioria delas se realizaram nas salas do Centro de Estudos Demográficos da Universidade de Havana. As entrevistas a “usuários de aborto”²⁰ foram realizadas em hospitais e algumas nas casas dos próprios entrevistados, quando assim foi acordado com eles. As entrevistadoras foram bastante observadoras quanto à possibilidade de os homens entrevistados se sentirem desconfortáveis, por estarem sendo entrevistados por uma mulher. Havia a orientação de que, se percebesse tal desconforto, as entrevistas poderiam ser interrompidas e não retomadas. Aos entrevistados (de ambos sexos), também

²⁰ Em Cuba a interrupção da gravidez é legal e pode ser feita em hospitais públicos não exclusivos para esse fim. Algumas mulheres e homens pesquisados foram recrutados nas salas de espera desse serviço, no caso dos homens, e nas consultas de anestesia prévias ao procedimento, no caso de mulheres. Os indivíduos procurados nesses momentos eram apenas aqueles que procuravam induzir os abortos e, não os indivíduos que procuravam o serviço por estar enfrentando aborto espontâneo.

lhes foi explicado que poderiam interromper a entrevista a qualquer momento, e sem justificativa, se assim o desejassem.

Embora o número de entrevistas realizadas com homens tenha sido menor do que o total de entrevistas com mulheres, elas foram muito profícuas, fato decorrente de uma interação satisfatória entre entrevistadoras e entrevistados. Esse êxito teve, entre seus determinantes o papel das pessoas que apresentaram os possíveis entrevistados e o bom desempenho do recrutador, que conseguiu preparar os entrevistados a concederem as entrevistas com desenvoltura e minimizando o possível desconforto que provocaria conversar com mulheres sobre as temáticas em questão.

Cada entrevista contou com uma ficha com as características das pessoas entrevistadas que eram preenchidas antes de começar a gravação. A dinâmica geral das entrevistas foi descontraída, as pessoas se mostraram cooperativas e demonstraram maior facilidade em falar sobre algumas temáticas, tais como dificuldades econômicas, problemas com os parceiros (nas mulheres), relatos engraçados (nos homens), do que sobre outras, tais como problemas durante as relações sexuais.

A equipe se reuniu semanalmente para discutir as novidades encontradas no decorrer do trabalho de campo. As observações foram colhidas pelas entrevistadoras através de anotações feitas ao término da entrevista. Os depoimentos foram gravados, tiveram duração média de 90 minutos e foram ouvidos na íntegra pela autora desta tese. As transcrições foram realizadas pelas três pesquisadoras, sendo que mais da metade foram feitas pela autora da tese. O roteiro foi igual para homens e mulheres, com apenas uma diferença no que refere à pergunta sobre menarca. Este roteiro é apresentado em ANEXO I. As fitas e transcrições encontram-se à disposição de pessoas que eventualmente por elas se interessarem.

Os trechos das entrevistas utilizados para a elaboração deste documento foram traduzidos do espanhol para o português pela autora da tese.

3.2.2.4 O perfil dos entrevistados

Decorrente dos objetivos da pesquisa e com base na revisão da literatura, foram recrutados homens e mulheres com idades entre 15 e 49 anos, residentes em Havana.

A realização do trabalho na cidade de Havana foi motivada pela factibilidade em termos de infra-estrutura, do custo da pesquisa de campo e do período de tempo disponível para a realização da mesma. O risco de ter informação relativa, apenas, ao contexto da capital do país foi minimizado pela seleção de entrevistados que eram imigrantes chegados à Havana durante os últimos cinco anos. Dada a homogeneidade do país em termos sociais, econômicos e demográficos, considera-se que centrar as entrevistas na cidade de Havana não constituiu uma grande limitação ao estudo. Mesmo assim, toda a análise e a conseqüente apresentação e discussão de resultados levam em conta o fato de se tratar de um estudo de caso com restrições espaciais.

A seleção das pessoas levou em conta a presença de diversidade em função da idade, a situação conjugal, nível de escolaridade, filhos, ocupação, cor da pele, situação migratória e religião. Como já foi explicado, também se desejava que a amostra contemplasse pessoas que tivessem passado pela experiência do aborto. Para tal, foram realizadas algumas entrevistas “durante” as consultas de aborto, tanto para as mulheres (durante a entrevista de anestesia), quanto para seus companheiros (na sala de espera), durante o momento em que a parceira estava fazendo o aborto. Deve-se esclarecer que, a despeito dessa seleção intencional de indivíduos que tivessem experimentado aborto, dada à alta prevalência desse procedimento em Cuba, freqüentemente os entrevistados recrutados por outras vias declararam haver passado pela experiência do aborto.

Foram realizadas 73 entrevistas, mas nesta pesquisa foram utilizadas apenas 63 delas, das quais 48 com pessoas do sexo feminino e 15 com pessoas do sexo masculino. As entrevistas que foram excluídas não contavam com informação relevante para esta pesquisa. Deve-se destacar que se pensou em fazer 80 entrevistas entre homens e mulheres. No entanto, atingiu-se o ponto de saturação antes desse quantitativo. Segundo o critério da saturação, o pesquisador deverá fazer entrevistas até que as respostas em um mesmo perfil apontem grande similaridade.

As principais categorias utilizadas para descrever as pessoas entrevistadas são as seguintes:

- 1) Nível de escolaridade: Compreende três categorias, que são definidas da forma a seguir: Ensino fundamental: até 9 anos de estudo; Ensino médio: até 12 anos de estudo; Ensino superior: 12 anos ou mais de estudo.

- 2) Situação conjugal: Se identificaram duas categorias: Com vínculo conjugal: pessoas que moravam com alguém (parceiro/a), independente do estado civil e sem vínculo conjugal: pessoas que moravam sozinhas (sem parceiro/a) , independente do estado civil.
- 3) Situação ocupacional: Se distinguiu entre aquelas pessoas que trabalhavam, não trabalhavam e estudavam.
- 4) Idade: para a análise foram definidos dois grupos de idades: a) Menores de 30 anos; b) Com 30 anos e mais.
- 5) Condição migratória: Nascidos em Havana e nascidos em outra região de Cuba que chegaram a Havana nos últimos cinco anos.
- 6) Foram usados outros elementos para a seleção das pessoas a serem entrevistadas. Neste caso não se observaram diferenças relevantes em função dessas características. Elas são: cor da pele; uso do aborto e presença de filhos.

O QUA 1 apresenta, de maneira resumida, as características das pessoas entrevistadas. Uma descrição mais detalhada encontra-se no ANEXO1 (QUA A1).

QUADRO 1. Caracterização dos indivíduos entrevistados.

Características	Sexo	
	Feminino	Masculino
Nível educacional		
Ensino fundamental	17	2
Ensino Médio	20	9
Ensino Superior	10	4
Situação ocupacional		
Trabalham	29	13
Não trabalham	10	
Estudantes	9	2
Situação conjugal		
Com parceiro/a	17	7
Sem parceiro/a	31	8
Grupos de idades		
Até 29 anos	28	9
30 a 49 anos	20	6
Filhos		
Tem filhos	24	3
Não tem filhos	20	12
Estavam grávidas	4	-
Condição migratória		
Migrante	7	4
Nascido em Havana	41	11
Total	48	15

Fonte: Elaboração Própria

3.3 Indicadores

3.3.1 A abordagem da transição demográfica

No Capítulo 4 apresenta-se uma sistematização dos principais documentos que abordam a transição demográfica cubana. Nesse sentido, são colocadas as idéias mais importantes que estes trabalhos oferecem, assim como as diferentes periodizações por eles propostas. Além disso, propõe-se uma síntese do processo de transição demográfica em Cuba, que se baseia nos indicadores tradicionalmente utilizados com esses fins. Para uma melhor compreensão, esses são apresentados a seguir: taxas brutas de mortalidade e natalidade; taxa de crescimento médio anual; taxa de mortalidade infantil; esperança de vida ao nascer; taxas de mortalidade por causas de morte; taxas de fecundidade total; estrutura da fecundidade por idades; taxas de saldo migratório; estrutura por idades da população.

Os resultados correspondentes a este capítulo foram apresentados e discutidos através de tabelas e gráficos.

3.3.2 A abordagem da segunda transição demográfica

A segunda transição demográfica foi abordada com base nas mudanças nos processos de formação de famílias.

Formação de famílias: Com base na conceitualização de Segunda Transição Demográfica, a formação de famílias foi definida em função dos arranjos familiares decorrentes dos comportamentos exibidos pela sexualidade, nupcialidade e fecundidade. Serão abordadas a iniciação da sexualidade, as características da formação de casais, a tomada de decisão para ter ou evitar filhos, a prática de aborto e anticoncepcionais, os divórcios e separações e recasamentos.

Desta maneira, os eventos que servem de base para o estudo dos processos de formação de famílias são os seguintes: sexualidade; casamentos e uniões; divórcios e separações; recasamentos; e filhos.

Existe uma literatura direcionada a distinção entre uniões consensuais e coabitação. Geralmente a coabitação está associada a uniões experimentais e as uniões consensuais são concebidas como alternativas ao casamento. Nesta tese não se faz distinção entre os termos “união” e “coabitação”. Os dois serão utilizados para fazer referência a uniões não legais, independente do significado desta união. Na discussão sobre esta temática, far-se-á de forma explícita alusão aos significados que as uniões adquirem no caso cubano.

Levando em conta que cada uma dessas dimensões passa por processos de tomadas de decisão, quase sempre de importância transcendental para os indivíduos envolvidos, se comentam brevemente, a seguir, alguns elementos relevantes para definir essas decisões.

Particularmente no âmbito da reprodução, as decisões estarão condicionadas por aspectos dissímiles, entre eles, o contexto em que acontecem, as características dos indivíduos, a influência da família, o instante em que acontece, entre outras. Para as decisões sobre reprodução, fecundidade, nupcialidade, divórcio, é relevante o cenário político vigente, as costumes e valores culturais que operam nas sociedades. Nesse sentido, ganha destaque a

mistura de padrões sociais com idéias e vivências individuais (Rodríguez, 2006). Soma-se a este esquema os elementos econômicos, que juntamente com os sociais e psicológicos estariam mediando os processos de tomadas de decisão em termos reprodutivos e familiares.

Nesta pesquisa, as relações de gênero perpassam todas as análises e discussões realizadas. Pela importância desta temática no arcabouço da segunda transição demográfica, os resultados derivados do comportamento da sexualidade, da nupcialidade, da fecundidade e, em geral, dos processos de formação de famílias tentaram refletir sobre a qualidade das relações entre homens e mulheres e seu impacto em cada questão.

No QUA 2 são apresentadas as variáveis e os indicadores que serão utilizados para a mensuração desses eventos. A forma em que eles são apresentados tenta reproduzir a estrutura que foi utilizada na análise dos resultados. Isto não acontece assim, no caso dos condicionantes socioeconômicos que constituem aspectos transversais na análise.

QUADRO 2. Definição das variáveis selecionadas com base no arcabouço teórico para analisar a segunda transição demográfica. (continua)

Variáveis	Indicadores
Famílias	<i>Estruturas familiares</i> : Tipologia de domicílios, proporção de domicílios monoparentais, domicílios com várias gerações. <i>Chefia de domicílios</i> : Características dos chefes de domicílios, chefia feminina. <i>Simetrias de gênero no âmbito doméstico</i> : Tomada de decisões no âmbito doméstico.
Sexualidade	<i>Valores culturais em torno à sexualidade</i> : Primeira menstruação, iniciação sexual, o valor da virgindade, os múltiplos parceiros sexuais, relação entre sexo, casamento e procriação, o prazer do ato sexual.
Nupcialidade	<i>Adiamento do casamento</i> : Proporção de solteiros casamentos por idade da mulher. Idade média ao primeiro casamento oficialmente celebrado. Significado do casamento. <i>Coabitação pré- casamento</i> : Casais em uniões consensuais por idade. Razões pelas quais homens e mulheres vivendo em união consensual pensam em se casar. <i>Coabitação como alternativa ao casamento legal</i> : Razões pelas quais pessoas que vivem em união consensual não pensam em se casar. Significado da união consensual, motivos para decidir coabitar. <i>Prevalência de divórcios e separações</i> : Proporção de homens e mulheres divorciados e separados por idade. Tempo médio de duração do casamento. Divórcios por cada 100 casamentos. Motivos das separações ou divórcios. <i>Recasamentos</i> : Características das uniões ou casamento de ordem superior, preferências para formar novos casais após um casamento; papel da união consensual.

QUADRO 2. Definição das variáveis selecionadas com base no arcabouço teórico para analisar a segunda transição demográfica. (Fim)

Variáveis	Indicadores
Fecundidade	Estabilização de baixos níveis de fecundidade. Fecundidade abaixo do nível de reposição por períodos prolongados, fecundidade por coorte. Adiamento dos filhos: Valor dos filhos, idade média ao primeiro filho, proporção de homens e mulheres com mais de 30 anos sem filhos, número de filhos por idade da mulher, motivos para não ter filhos. Filhos fora do casamento: Proporção de mães solteiras, proporção de mães unidas consensualmente, relação casamentos e filhos. Contracepção: Conhecimento e uso de métodos contraceptivos Incidência do aborto: Total de abortos, proporção de abortos por ano. Relação entre secularização e aborto. No caso de Cuba, deve se levar em conta a incidência das regulações menstruais.
Socioeconômicas	Urbanização: Proporção de população que mora em áreas urbanas, índices de urbanização. Escolaridade e ocupação Religião: Deve-se ter em conta que a segunda transição é inversamente proporcional às práticas religiosas. Papel da revolução cubana nas práticas religiosas. Participação: Impacto das políticas sociais no papel da mulher.
Outras	Fecundidade adolescente, mães solteiras, várias gerações dentro do domicílio, os avós cuidando os filhos devido a que as mães estão trabalhando. A elevada proporção de divórcio e a chefia feminina

Fonte: Elaboração própria

Existe um conjunto de manifestações que aparecem na literatura sobre segunda transição demográfica que poderiam apresentar um duplo caráter. Por um lado, poderiam ser uma expressão do avanço em termos de liberdades e autonomia individual, particularmente feminina, mas, em determinados cenários, poderiam ser associadas à vulnerabilidade ou situações de risco. Algumas delas, pela relevância que apresentam no contexto cubano, são discutidos nesta pesquisa. Trata-se, por exemplo, da fecundidade adolescente, da presença de várias gerações no domicílio, das altas taxas de divórcio e da chefia feminina.

Os resultados foram apresentados através de tabelas, gráficos, figuras e trechos dos relatos dos indivíduos. No caso em que foi realizado processamento de banco de dados, utilizou-se o pacote estatístico SPSS, versão 13.0.

Neste capítulo foi apresentada a estratégia metodológica que norteou a investigação. A principal característica deriva na integração de abordagens quantitativas e qualitativas para responder a problemática em estudo. Os resultados decorrentes dessa estratégia são visualizados nos Capítulos 4 e 5.

4 A TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA CUBANA

Num contexto internacional, no qual a maioria dos países têm embarcado na transição demográfica, caracterizada, na maior parte deles, por ser um processo que se expande, em maior ou menor grau, entre todas as camadas sociais, não é possível descartar as diferentes trajetórias que ela tem seguido em algumas regiões, entre as quais a América Latina é destaque. A idéia de transição demográfica foi acompanhada pela noção de sociedade que está se desenvolvendo. Isso tem sido válido para o mundo ocidental, mas em não poucos países e regiões a transição demográfica e o desenvolvimento avançam, pelos menos com ritmos diferentes. Segundo Canales (2004), o problema não está na negação da aplicação de arcabouços teóricos euro centristas, mas sim na negação que o discurso oferecido desde a modernidade fez sobre a singularidade histórica e social da América Latina. Trata-se de salvaguardar as particularidades regionais no contexto de um modelo teórico, baseado no critério de desenvolvimento.

Apesar de que o avanço da transição demográfica tem sido entendido como positivos para os países, na América Latina e outras regiões subdesenvolvidas, não diminuíram os riscos que em termos teóricos deveria aliviar, como se evidencia através da persistência da fecundidade adolescente, que, dependendo do contexto socioeconômico (sobretudo familiar) em que se dá, poderia ser mais ou menos negativa (CEPAL, 2002). Também surgem desafios como o envelhecimento, que longe de ser colocado em termos negativos, pois sem dúvida expressa avanços em termos de sobrevivência e saúde, não pode ser esquecido que, do ponto de vista social e econômico, constitui um grande desafio para países subdesenvolvidos.

Em condições avançadas da transição demográfica, se espera que o número de filhos reflita as aspirações reprodutivas. No entanto, as condições estruturais de países não desenvolvidos levaram ao aumento da fecundidade não desejada. Por outro lado, existe a possibilidade de que a realidade na quais os indivíduos e casais estejam envolvidos não permita a concretização dos ideais reprodutivos e poderia se produzir uma subfecundidade ou fecundidade não atingida (CEPAL, 2002). Essa segunda possibilidade, em termos de não correspondência entre fecundidade desejada e real, constitui uma tese importante para o caso cubano, que será discutida na tese.

Durante os últimos anos, também ocorreram algumas manifestações com conotação nem sempre positiva em termos de mortalidade. Em países com sistemas de saúde ainda frágeis, o avanço da transição epidemiológica nem sempre significou a erradicação das doenças evitáveis. Desta maneira, sobretudo em países mais pobres, se produz a existência concomitante de doenças endógenas com patologias contagiosas e causas externas, vinculadas a estilos de vida não saudáveis e que poderiam ser evitáveis.

Esta introdução sobre a necessidade de olhar a transição demográfica de países subdesenvolvidos sob o prisma da existência de singularidades constitui apenas um pretexto para passar à apresentação da transição demográfica cubana. O avanço da transição em Cuba constitui um exemplo de uma passagem que revela particularidades decorrentes do contexto econômico, social e político.

4. 1 Estudos prévios e antecedentes

O processo de transição demográfica cubano tem sido amplamente abordado por autores de diversos perfis ao longo dos últimos cinquenta anos (Hernández, 1987; García, 1995; Farnós, 1985; Albizu-Campos, 2000; Rodríguez, 2006). A maioria coloca cada etapa da transição conectada coerentemente com os momentos mais importantes da história e do desenvolvimento político, social e econômico do país. Estes trabalhos focalizaram a transição demográfica cubana na procura de respostas às mudanças ocorridas. A seguir são apresentadas e discutidas algumas destas propostas analíticas sobre a transição demográfica cubana.

Segundo Hernández (1986), o processo de transição demográfica cubano pode ser dividido em duas etapas. A primeira delas compreende o período transcorrido entre os anos de 1904 e 1934, durante o qual se produz a queda nos níveis da mortalidade e natalidade, sendo que a taxa bruta de mortalidade começa a declinar pouco antes da taxa bruta de natalidade. Este autor considera que a segunda e última etapa começa em 1934 e vai até a década dos oitenta do século XX (momento em que o trabalho foi escrito). Embora o autor considere todo esse período como uma única fase da transição, ele distingue um ponto de quebra importante no final da década dos anos cinquenta, quando se instala definitivamente a Revolução cubana no poder. Desta maneira, esta segunda etapa compreende duas subfases

importantes. A primeira delas está associada à crise do modelo neocolonial²¹, que se acentua durante a década dos anos trinta do século XX. A segunda fase é decorrente das transformações ocorridas com o triunfo revolucionário de 1959, provocando mudanças nos padrões reprodutivos da população.

O autor discute o fato de ter ocorrido um incremento do volume dos nascimentos nos inícios dos anos sessenta²², similar àquilo que foi denominado *baby boom*, depois de mais de meio século de tendência à diminuição. Esse incremento ocorre segundo Hernández (1986), como consequência de vários fatores associados às novas condições originadas no país. Com a chegada da Revolução cubana, muitos médicos cubanos decidem sair do país, fenômeno que provocou a falta de pessoal de saúde, levando ao aumento da mortalidade materna, como consequência da prática do aborto em situações desfavoráveis. Assim, se manifesta, pelo governo, um maior controle sobre a prática do aborto²³, que começa a se propagar de maneira ilegal. Em segundo lugar, o início do bloqueio norte-americano impede a compra de métodos anticoncepcionais, provocando o incremento de gravidezes não-desejadas. Em terceiro lugar, existia já uma fecundidade inibida, devido à instabilidade política da última década, que teria levado muitos casais a decidir, finalmente, ter seus filhos diante da promessa de um futuro melhor.

Todos esses aspectos foram seguidos, pouco tempo depois, por medidas como as leis de reforma agrária e urbana, a criação de novos empregos, projetos habitacionais, construção de escolas, hospitais e centros de atenção primária de saúde. O incremento dos nascimentos teve seu ponto máximo, quando atingiu uma taxa bruta de natalidade de 35 por mil habitantes, similar à experimentada aproximadamente 35 anos antes. No entanto, poucos anos depois, decorrentes de outras transformações ocorridas no contexto da própria revolução, a fecundidade chegou ao nível mais baixo alcançado na história demográfica do país.

²¹ Cuba passou a ser neocolônia dos Estados Unidos em 1899, quando ocorreu o fim da conhecida como guerra hispano-cubano-americana. Neste caso, Espanha cedeu Cuba e outras colônias do Caribe aos norte-americanos.

²² Poucos anos depois da implementação das mudanças realizadas pela revolução ocorre um incremento nos nascimentos, conhecido como o boom demográfico cubano.

²³ O aborto, embora de forma ilegal, era muito praticado no país. Muitos médicos cubanos eram abortistas e o aborto era realizado em clínicas com em condições adequadas, provocando que já na época, pessoas de outros países viajassem a Cuba para aceder ao serviço.

Deve-se advertir que, durante a década dos setenta, a fecundidade de Cuba atinge pela primeira vez abaixo do nível de reposição, comportamento que é mantido até a atualidade. Hernández (1986) utiliza o termo “revolução demográfica” de Landry (1934), para se referir à evolução demográfica que Cuba experimentou. Ao comentar sobre o ano de 1975, este autor afirma:

... año que se supone marca el fin de la Revolución Demográfica, la cual se desarrolló en el marco de profundas transformaciones económicas, políticas y sociales... (Hernández, R. 1986, p.200)

O trabalho de García (1995) se refere ao estudo da transição de mortalidade, de maneira particular, embora indique alguns elementos fundamentais da transição demográfica em geral. Segundo este autor, em Cuba a queda da natalidade ter-se-ia iniciado 150 anos depois de acontecido na Europa, sendo o processo de modernização promovido pelos Estados Unidos, o determinante principal desta tendência. Já desde finais da última década do século XIX, os Estados Unidos investiam no país, mas, foi nos três primeiros decênios do século XX que estes investimentos se estendem, de maneira importante, a todos os setores do país²⁴. Esse movimento cria as condições para o início da diminuição da mortalidade, desde os primeiros anos do século XX. Focalizando a mortalidade, o autor define três etapas para a transição: a primeira etapa abarca os anos compreendidos entre o começo do século XX até a instalação da Revolução cubana em 1959, durante a qual diminui a mortalidade devido à aparição dos antibióticos, dos novos métodos de prevenção e da terapêutica, que entram em Cuba via a nova metrópole. Nessa etapa, a mortalidade infantil cai, devido fundamentalmente ao controle de doenças transmissíveis. Segundo o autor, o grande problema estava ainda na polarização epidemiológica do país; a segunda etapa vai de 1959 até 1975, caracterizada por uma aceleração no declínio da mortalidade, através da homogeneização dos níveis em todo o país, como consequência das medidas de impacto social da Revolução. A última etapa compreende os anos que estão entre 1975 até finais dos oitenta.

Com relação a esta última etapa, o autor destaca o começo do envelhecimento da estrutura etária; o incremento da taxa bruta de mortalidade, decorrente desse envelhecimento, e a estabilização da esperança de vida em nível similar ao observado em países

²⁴ Os principais investimentos foram na indústria açucareira, nos ferrocarriles, produtos de exportação como rum e charuto, campanhas de saúde para proteger as próprias tropas norteamericanas, a construção de carreteras, rápido processo de urbanização, entre outras.

industrializados. Embora esses comportamentos da população decorram de transformações sociais de impacto positivo, também aparecem algumas manifestações demandantes de atenção. O país estava, já nesse momento, frente ao desafio de conservar a saúde daqueles acima de 60 anos, restabelecer as capacidades físicas durante um ciclo de vida cada vez mais longo, na ausência de desenvolvimento econômico.

Outro trabalho, também focalizado para a área da mortalidade, é de Albizu-Campos (2000). Neste estudo, ao se abordar a mortalidade cubana no século XX, o autor contextualiza o comportamento da mortalidade cubana no marco da região latino-americana e faz uma comparação com alguns países europeus. O autor afirma: *Cuba, en un espacio de ochenta años, cubrió la distancia que la separaba, en materia de mortalidad, de los niveles observados en Europa* (Albizu-Campos, 2000 p. 36). Neste sentido, se revela a velocidade que caracterizou o processo de transição da mortalidade cubana, em comparação com os processos observados no Continente europeu. Segundo este autor, isso ocorreu pela combinação de vários fatores, entre os quais se destaca a ação de uma transição sanitária que levou às mudanças da mortalidade, a partir da assimilação e difusão do novo conhecimento médico e tecnológico, acompanhado de notáveis melhorias nas condições de vida, nutricionais, de saúde e econômicas da população de Cuba.

Já no que se refere à transição da fecundidade cubana, também existem vários trabalhos de ampla relevância, entre eles encontram-se: Farnós (1985); Álvarez (1985); Catasús (1991); González (1994) e Rodríguez (2006), entre outros.

Com o fim das guerras de independência da Espanha e o início do período da denominada neocolônia, os níveis de natalidade, que estavam deprimidos devido à instabilidade política que vivia o país, como consequência da guerra, se recuperaram, chegando a níveis maiores que 45 por mil da taxa de bruta de natalidade e uma taxa de fecundidade total em torno de 6 filhos por mulher (Catasús, et al. 1975). Já na segunda década do século XX, a taxa bruta de natalidade começa a cair, até o advento da Revolução em 1959, quando acontece um *boom* de nascimentos.

Durante a primeira metade do século, os fatores que influíram no processo de diminuição foram a elevação do nível educacional da população, mesmo que sem homogeneidade ao longo do país, e o aumento da participação econômica das mulheres. Assim, no ano de 1958, a taxa de fecundidade total registrada era de 3.67 filhos por mulher, valor que

representava uma diminuição de 37% em comparação com este indicador em 1907 (Alvarez, 1985).

A partir da década de 1960, culminado o processo de aumento decorrente do período pós-guerra, a fecundidade cubana começa seu processo de queda definitiva. Neste período, alguns elementos foram importantes, entre eles a influência da migração proveniente de Europa na primeira metade do século. Segundo alguns autores, é possível que, como consequência das estratégias de adaptação, esses migrantes tenham reduzido a sua fecundidade, se convertendo em padrão de referência para a população do país. (UNICEF, CEDEM, ONE, MINSAP, FNUAP, 1995).

De maneira geral, a transição da fecundidade cubana tem sido um processo multicausal e complexo, mas existem alguns fatores que apresentam particular importância no mesmo. Em primeiro lugar, não se deve esquecer que a fecundidade cubana já se encontrava entre as mais baixas do Continente em meados do século XX. Outro elemento importante, neste processo de transição da fecundidade cubana, tem a ver com as políticas ministradas pelo governo revolucionário, dando maior participação da mulher na sociedade através da elevação do seu nível de escolaridade e de acesso a oportunidades de emprego. Um terceiro fator está associado à legalização do aborto no ano de 1979, fazendo com que fosse praticado de maneira legal nos hospitais das diferentes cidades do país. (Rodríguez, 2006; Alvarez, 1985)

Outros elementos estiveram presentes neste processo, entre eles o acesso aos métodos anticoncepcionais por parte de toda a população, assim como as consultas de planejamento familiar, a venda, a preços subsidiados, de métodos, como o preservativo e a pílula anticoncepcional. Decorrente destes fatores, acontece a queda da fecundidade cubana, observando-se, primeiramente, um rejuvenescimento da função de fecundidade, sendo que foram as mulheres mais velhas as primeiras em limitar o número de filhos. Segundo Rodríguez (2006), entre 1975 e 1983 a curva da fecundidade cubana era precoce, sendo que em meados da década de 1980 começa um processo de incremento da idade da fecundidade de maneira lenta, que não comprometeu a forma jovem da curva durante toda a década dos noventa do século XX.

Nos anos noventa, em plena crise econômica, a população cubana registrou as mais baixas Taxas de Fecundidade Total da sua história, até esse momento. No ano 1996, o valor mais

baixo foi de 1,44 filhos por mulher, similar ao 1,42 registrado para o ano 2007, ou seja, 11 anos depois.

Rodríguez (2006), ao analisar o comportamento da fecundidade durante os anos noventa do século XX, afirma a existência em Cuba de condições que apontam para uma segunda transição demográfica, colocando o início desta no final dos anos oitenta. Entre os principais argumentos que são colocados pela autora se destacam as sustentadas Taxas de Fecundidade Total abaixo do nível de reposição por aproximadamente 30 anos, as elevadas e persistentes taxas de aborto; as características da nupcialidade cubana, que manifestam um incremento de uniões consensuais, e as elevadas taxas de divórcio e separações.

Segundo a classificação utilizada pelas Nações Unidas do ano de 1989, Cuba encontra-se na quarta e última etapa da transição²⁵. Nessa etapa, a esperança de vida ultrapassa os 65 anos e a taxa de fecundidade total encontra-se abaixo do nível de reposição. Essas manifestações tiveram lugar durante o quinquênio 1980–1985. Entre aqueles fatores que foram identificados como influenciadores da conduta reprodutiva, pode-se mencionar a baixa mortalidade infantil, as mudanças nas condições da mulher na sociedade, uma atitude mais favorável em torno do planejamento familiar e a diminuição das taxas de nupcialidade. (UNICEF, CEDEM, ONE, MINSAP, FNUAP, 1995).

Para dar continuidade a esta análise, se aborda a seguir, a inserção de Cuba no contexto demográfico da América Latina e Caribe, procurando identificar pontos de encontros e desencontros com outros países da Região.

4.2 Cuba no contexto demográfico de América Latina e do Caribe

América Latina e o Caribe tiveram um importante papel na velocidade de expansão da população durante o século XX, sendo que o número de habitantes da Região se multiplicou por sete. Isso significa que a participação relativa da Região no conjunto mundial se duplicasse. No entanto, este considerável e inédito dinamismo demográfico

25 Nações Unidas utiliza uma periodização da transição referida a quatro etapas. A informação foi tomada de Benítez Zenteno, R. S/A, p6. O autor mostra uma figura que apresenta dinâmicas demográficas em diferentes etapas associadas a etapas diferentes do processo de modernização. <http://www.inapam.gob.mx/TransicionDemograficaenAmericaLatina.pdf>.

começou a perder em magnitude na medida em que chegava o fim do século XX, quando começou uma etapa de inflexão das tendências. Todas essas mudanças têm sido explicadas valendo-se do conceito de transição demográfica.

O postulado de que os baixos níveis de crescimento econômico que se davam na região estavam determinados pelas elevadas taxas de crescimento demográfico da maioria dos países tomou conta de vários setores durante a década dos anos sessenta e setenta. Assim, foram propostas, nos países latino-americanos, medidas orientadas a diminuir esse crescimento, o que em efeito aconteceu. Segundo Miró (2006), em poucos anos baixaram significativamente as taxas de crescimento, mas, no entanto, não foram incrementados os níveis de desenvolvimento econômico da mesma forma.

Em geral, o avanço da transição demográfica no Continente foi heterogêneo, mostrando uma ampla diversidade de trajetórias nacionais específicas. Estas trajetórias foram definidas pela evolução da mortalidade e da natalidade e, em alguns casos, também pelo comportamento da migração em cada país, que levaram a estruturas por sexo e idade específicas na população. Diante destas circunstâncias, ainda hoje podem ser observadas diferentes situações na Região, que têm sido foco das análises que agruparam os países segundo o estágio da transição demográfica em que eles se encontravam e que discutiram o peso na transição dos setores atrasados da sociedade (Schkolnik, et al 1998). Por exemplo, nestas tipologias, países como Costa Rica, Cuba, Argentina, Chile e Uruguai aparecem quase sempre entre aqueles que começaram mais cedo o processo da transição demográfica. Outros como Haiti, Bolívia, Guatemala, Nicarágua, são considerados no grupo de países com transições mais incipientes.

Zavala de Cosío (1995) afirma que a transição demográfica na maioria dos países da América Latina se iniciou a partir de 1930. No entanto, existiam exceções, freqüentemente limitadas a cidades importantes, nas quais as campanhas de saúde pública e de saneamento começaram nos finais do século XIX. A Cidade de Havana se encontra entre as cidades que experimentaram melhorias nos níveis de mortalidade, refletidos na esperança de vida ao nascer de 39 anos no período 1905-1907, semelhante aos níveis europeus da época (Zavala de Cosío, 1995).

Apesar dessas exceções não foi até depois dos anos 30 do século XX que a Região latino-americana beneficiou-se do desenvolvimento da medicina moderna e dos programas de

saúde pública, que propiciaram a implementação de campanhas de vacinação, de higienização pública, de prevenção de doenças infecciosas, entre outras medidas. Como consequência, a esperança de vida aumentou, atingindo níveis em torno aos 60 anos, em um período de 30 anos. No entanto, nem todos os países do Continente acompanharam estes avanços. Alguns como Equador, Honduras e Guatemala demoraram mais para atingir esses níveis. Diante deste quadro será apresentada a seguir uma análise que contempla o esforço para explicar a inserção da transição demográfica cubana no contexto da transição de América Latina e Caribe.

Para começar a análise, serão comparados três dos principais indicadores demográficos. Trata-se da esperança de vida ao nascer, da taxa de mortalidade infantil, e da taxa de fecundidade total para países selecionados do continente de América Latina, levando em conta, na seleção, uma representatividade da diversidade regional.

Na TAB 2 são apresentadas as esperanças de vida ao nascer para países da Região em três períodos, na segunda metade do século XX. No início da década dos anos cinquenta do século XX, Cuba contava com a terceira maior esperança de vida masculina e feminina entre os países escolhidos. Já no último período, tanto os homens quanto as mulheres cubanas passaram a ocupar o segundo lugar dentre este grupo de países. Nesse sentido, uns dos elementos mais significativos tem a ver com o comportamento do diferencial por sexos, nos níveis de esperanças de vida ao nascer. Note-se que Cuba conta com o menor diferencial entre homens e mulheres no grupo de países escolhidos, elemento que tem tido tradicional preocupação entre os estudiosos da mortalidade cubana (García, 1995; Albizu-Campos, 2000). Alguns destes autores falam de uma possível sobremortalidade feminina em Cuba, outros consideram que não existem argumentos suficientes que confirmem as causas deste comportamento, observando apenas a existência de um comportamento peculiar demandante de futuras análises. No caso da sobremortalidade feminina, os dados questionam essa hipótese, sendo que no último período ela aumentou proporcionalmente mais do que a masculina.

TABELA 2. Esperança de vida ao nascer. Países selecionados para três períodos do século XX.

Países	1950 – 55		1970 – 75		1995 – 2000	
	Masc	Fem	Masc	Fem	Masc	Fem
Cuba	57.77	61.28	69.43	72.73	74.2	78.23
Argentina	60.42	65.14	64.10	70.78	69.65	76.95
Uruguai	63.28	69.40	65.52	72.20	70.45	77.99
Guatemala	41.80	42.30	52.40	55.40	62.87	69.98
Brasil	49.32	52.75	57.57	62.17	65.69	73.33
Peru	42.86	45	53.87	57.24	65.91	70.85
Barbados	55	59.5	66.9	72	71.1	78.3
Panamá	54.35	56.22	64.94	68.06	71.25	76.43
Porto Rico	44.74	47.71	58.13	61.77	66.47	70.82
Costa Rica	56.04	58.66	66.05	70.22	74.99	79.68

Fonte: http://www.eclac.cl/celade/proyecciones/basedatos_BD.htm

Outro indicador importante, em termos de medição da mortalidade, é, sem duvida, a mortalidade infantil. No ano de 2005, Cuba era o segundo país com menor mortalidade infantil, depois da Costa Rica, sendo que, neste mesmo período, existiam países com uma mortalidade infantil três e quatro vezes maior que a cubana, como mostrado na TAB 3.

A tabela mostra que Cuba, Costa Rica, Panamá e Barbados são, dentre do grupo de países selecionados, aqueles que diminuíram de maneira mais rápida a mortalidade infantil. No entanto, Argentina e Uruguai, ainda que com um menor ritmo de queda, se encontram entre os cinco países com níveis mais baixos na mortalidade infantil dentre do grupo apresentado. No caso destes dois últimos países, eles apresentavam níveis mais baixos desde o momento inicial da análise, continuando o processo de queda de maneira mais devagar. Os países acima estão mostrando níveis de mortalidade infantil que poderiam estar associados a fases diferentes da transição demográfica. Alguns dos agrupamentos feitos colocam a Cuba, Argentina, Uruguai e Costa Rica em etapas avançadas da transição demográfica. O Brasil, tem ficado, frequentemente, em grupos com países como México, Peru e Panamá, associado a etapas intermediárias da transição. Já Guatemala é identificado com um dos países da região com transição mais atrasada.

TABELA 3. Taxa de mortalidade infantil. Países selecionados para quatro períodos de tempo. (por mil nascimentos)

PAÍSES	1950-55	1970-75	1990-95	2000-05
Cuba	81	33	14	11
Guatemala	141	102	55	39
Panamá	93	44	27	21
Argentina	66	48	24	15
Brasil	135	91	43	27
Peru	159	110	55	33
Barbados	79	38	19	14
Costa Rica	94	53	15	10
Uruguai	57	46	20	18

Fonte: United Nations. Wold Population Prospects. The 2004 Revision. Vol I: Comprehensive Table. Table A.31.

Infant mortality rate by major area, region and country, p.666

Outro elemento, observado por Zavala de Cosio (1995), tem a ver com a diminuição do ritmo de queda da mortalidade a partir da década dos anos oitenta do século XX devido aos problemas econômicos que afetaram a região. A tabela acima está mostrando que, se bem a maioria dos países atingiram níveis baixos no período 1990-95, em todos os casos a menor queda na mortalidade infantil acontece entre este período e 2000-05, comportamento que é compreensível, também devido a que com níveis relativamente baixos de mortalidade infantil, diminuições de importância aconteceriam apenas com intervenções de alto custo para eliminar causas perinatais. Essas intervenções são difíceis de se implementar no contexto subdesenvolvido típico de América Latina. Nesse caso, Cuba poderia ser uma exceção na Região.

Como era de se esperar, a elevação da sobrevivência teve seu impacto sobre a fecundidade no Continente, provocando um incremento nas taxas de fecundidade total, fundamentalmente devido às melhorias nas condições para o parto, aumento da produção agrícola e o aumento da sobrevivência, inclusive masculina, provocando maior tempo de vida juntos para casais. Diferentemente do ocorrido na Europa, as populações latino-americanas não regularam, através da nupcialidade, o aumento da fecundidade que costumou prosseguir á redução da mortalidade. Desta maneira, chegaram os anos de explosão demográfica, decorrente da queda da mortalidade, do incremento e precocidade dos casamentos e, conseqüentemente, de uma fecundidade que não reagiu rapidamente à elevação da esperança de vida.

Apesar de ocorrer, de maneira generalizada nos países do Continente, uma queda nas idades à primeira união durante os anos sessenta, os padrões de nupcialidade mostram uma ampla diversidade, que data de algumas décadas atrás. O Caribe e América Central têm exibido, tradicionalmente uma maior precocidade nas idades ao primeiro casamento ou união, acompanhado de uma maior incidência das uniões consensuais. Outros países, como Costa Rica, Paraguai, México refletem uma nupcialidade precoce, mas, acima de 20 anos. Já Argentina, Brasil, Chile e Uruguai exibem padrões tardios de nupcialidade, ao se comparar com os outros grupos (Zavala de Cosio, 1995).

Na TAB é mostrado o comportamento das taxas de fecundidade total de alguns países da América Latina e o Caribe em três períodos de tempo. Os dados estão mostrando que, durante o quinquênio 1995–2000, Cuba e Barbados são os únicos países, entre os selecionados para a análise, que registravam uma fecundidade abaixo do nível de reposição. Nesse grupo de países, o declínio da taxa de fecundidade foi mais rápido em Cuba, Brasil, Costa Rica e Guatemala, como mostram os níveis nos diferentes momentos no tempo. Uruguai e Argentina estavam com níveis mais baixos desde meados do século, mas a sua fecundidade não mudou muito no percurso da segunda metade do mesmo.

Particularmente interessante, resulta a comparação com outros países da Região do Caribe, pois Barbado também registrava valores abaixo de 5 filhos por mulher durante o primeiro período. Neste caso, existem hipóteses que falam da possibilidade de uma transição demográfica mais rápida em países menor arraigo cultural e historicamente (Zavala de Cosío, 1995), como seria o caso de alguns países do Caribe. Este argumento traz ao debate o significado dos termos cultura e tradição. Geralmente existe uma aceitação sobre o fato de que, no Continente latino-americano os países andinos apresentam maior arraigo arraigados cultural e são mais apegados a tradições, em contraste com outros países do Continente. Caberia se perguntar, no caso de se aceitar um padrão similar para os países caribenhos, se esse padrão não seria também consequências de normas culturais prevalentes há muitos anos, mas que levam a atitudes e comportamentos em termos de sexualidade, e de nupcialidade, diferentes às observadas em outros países latino-americanos. As possíveis semelhanças nos comportamentos da nupcialidade entre países da região do Caribe constitui uma temática que interessa aos estudiosos do tema desde alguns anos e que deverá ser foco de futuras pesquisas.

TABELA 4. Taxas de fecundidade total. Países selecionados para três períodos do século XX.

PAÍSES	PERÍODOS		
	1950 – 55	1970 – 75	1995 – 00
Cuba	4.10	3.55	1.55
Costa Rica	6.72	4.35	2.58
Brasil	6.15	4.72	2.45
Argentina	3.15	3.15	2.63
Uruguai	2.73	2.89	2.40
Barbados	4.67	2.74	1.50
Peru	6.85	6	2.86
Guatemala	7.00	6.20	2.40
Panamá	5.68	4.94	2.79

Fonte: http://www.eclac.cl/celade/proyecciones/basedatos_BD.htm United Nations. Wold Population Prospects. The 2004 Revision. Vol I: Comprehensive Table. Table A.26. Total fertility by areas, region and country, p. 604

Durante os anos sessenta do século XX aparece a chamada segunda revolução contraceptiva, com a difusão de métodos contraceptivos modernos e mais efetivos, tais como a pílula, os dispositivos intra-uterinos e a esterilização feminina (Lesthaeghe, 1995). Cuba, que já experimentava níveis de fecundidade mais baixos em comparação com outros países da região, chegou a esta segunda revolução contraceptiva sem grandes disparidades entre grupos populacionais, devido às medidas implementadas depois de 1959. Desta maneira, diferentemente do acontecido nos países latino-americanos, nos quais foi a população das grandes cidades, mais escolarizadas e de melhores condições econômicas as primeiras beneficiadas por esta revolução contraceptivas, em Cuba, os esforços foram direcionados para diminuir aquelas diferenças que ainda existiam entre regiões do país.

Em geral, os aspectos acima analisados dão conta da heterogeneidade do processo de transição no Continente, em que pese a generalizada da queda nos níveis da mortalidade e natalidade, são nitidamente visíveis as disparidades. Esse quadro constitui um reflexo da complexidade que envolve a queda da fecundidade e da necessidade da mediação das políticas públicas para aumentar a sobrevivência. Poderia se falar em dois modelos de transição, determinados pela forma em que a modernização tem se dado nos países de América Latina. Assim, existe um grupo de países que começou a queda da mortalidade desde começo do século XX, que foi seguido da queda da fecundidade devido ao processo

de urbanização, a introdução de avanços tecnológicos, aumento da escolarização e taxas de participação econômicas. Por outro lado, em um grupo de países nos quais eram mais acentuadas as diferenças econômicas e sociais, também ocorreu a diminuição na mortalidade e fecundidade devido ao acesso a uma modernização imposta, mas com a prevalência de diferenças sociais e regionais (Zabala de Cosio, 1995).

Concretamente, pode-se afirmar que Cuba reflete, junto a outro grupo pequeno de países da Região, uma situação demográfica mais avançada, em termos de transição demográfica.

4. 2.1 Desigualdades demográficas dentro de Cuba

Um dos grandes desafios presentes na região da América Latina, em termos de tendências demográficas, é a desigualdade mostrada pelos países no seu interior. Cabe às políticas públicas resolver a ampla heterogeneidade que caracteriza a situação demográfica dos países, com existência de áreas desfavorecidas social e demograficamente.

Em termos de transição demográfica, se espera que países em fase avançada mostrem, além de níveis baixos nos indicadores de mortalidade e fecundidade, uma homogeneidade entre os diversos grupos da população.

Cuba conta, do ponto de vista administrativo, com 14 províncias e um município especial. A população no ano de 2006 foi de pouco mais de 11 milhões de habitantes, sendo que 20% mora na Cidade de Havana. A seguir apresentam-se alguns indicadores demográficos para Cuba e suas 14 províncias.

A TAB 5 mostra uma situação de homogeneidade nos indicadores mostrados, ao longo do país. No entanto, costuma-se assumir a existência de um padrão mais desenvolvido correspondente à região ocidental de Cuba. Os indicadores demográficos selecionados não dão conta destas diferenças. Caberia apenas ao indicador de fecundidade estar representando talvez níveis mais baixos nas províncias pertencentes ao ocidente de Cuba. Já os dados sobre mortalidade refletem maior diversidade ao longo do país, sendo que as províncias correspondentes ao centro mostram melhores condições nesses indicadores. Um aspecto que chama a atenção é a diferença entre as esperanças de vida masculina e feminina em Havana, onde os homens apresentam as mais baixas do país. Este é um fenômeno que tem sido foco de inúmeras pesquisas nos últimos anos.

TABELA 5. Indicadores demográficos selecionados. Cuba e províncias, ano de 2005²⁶.

Cuba e províncias	Indicadores			
	TFT	TMI	EVN feminina	EVN masculina
Cuba	1,49	6,2	78,93	75,13
Região Ocidental				
Pinar Del Rio	1,60	5,6	78,34	76,12
Havana	1,47	5,7	78,67	74,74
Cidade Havana	1,32	6,6	78,50	73,11
Matanzas	1,40	4,0	78,99	74,61
Cienfuegos	1,50	7,0	79,07	75,59
Região Central				
Villa Clara	1,45	4,2	80,03	76,49
Sancti Spiritus	1,39	7,9	79,21	76,44
Ciego de Ávila	1,42	5,1	79,37	75,51
Camaguey	1,39	8,0	79,01	74,44
Região Oriental				
Holguín	1,58	4,5	79,61	76,24
Las Tunas	1,43	6,4	79,79	76,21
Granma	1,60	6,6	78,97	75,12
Santiago de Cuba	1,55	7,2	78,77	75,21
Guantánamo	1,67	8,0	78,93	76,05

Fonte: ONE-CEPDE. Anuário Demográfico de 2005. <http://www.one.cu/>

Nota: A esperança de vida corresponde ao valor calculado para o triênio 2000 – 2003.

TFT = taxa de fecundidade total; TMI= taxa de mortalidade infantil; EVN= esperança de vida ao nascer.

Em termos de urbanização, o país, no ano de 2006, apresentava 75,8% da população morando em regiões urbanas. Esse valor varia ao longo do país, sendo a Cidade de Havana a única região que apresenta toda a sua população de tipo urbana. Quando se avalia o comportamento por sexo, se observa que a proporção de mulheres que vivem em áreas urbanas é superior à dos homens em pouco mais de 2%²⁷.

A razão de sexo, no ano de 2006, reflete que por cada 100 mulheres, existiam 100,3 homens. Essa razão é diferente entre regiões urbanas e rurais, sendo que nas áreas urbanas, por cada 100 pessoas do sexo feminino, residiam 96,8 do sexo masculino. Nas áreas rurais,

²⁶ As diferenças entre os valores da taxa de mortalidade infantil cubana observados nas TAB 2 e 4 se devem a que na TAB 2 foram utilizados dados das Nações Unidas para todos os países. Já na TAB 4 são mostrados os dados publicados nas fontes oficiais do país.

²⁷ Os dados podem ser observados no Anuário Estatístico de Cuba do ano de 2006. Em www.one.cu. A porcentagem de mulheres vivendo em regiões urbanas é de 76,8%. Já os homens que moravam nessas áreas eram o 74,2%

o indicador expressa uma razão de 111 homens por cada 100 mulheres²⁸. A informação por província revela um padrão homogêneo, em torno de 100,3 homens por cada 100 mulheres, com exceção de Cidade de Havana e Santiago de Cuba, as maiores cidades do país, que apresentam maior proporção de mulheres.

4.3 Uma proposta de sistematização do processo de transição

Nesta seção, com base na reflexão sobre o panorama socioeconômico e político acima descrito, apresenta-se uma proposta sobre a transição demográfica cubana, ponto de partida para a discussão de possíveis condições de segunda transição demográfica em Cuba, no capítulo seguinte. Não se trata de discordar com os estudos anteriores, mas, sim, de colocar uma ordem na evolução das componentes demográficas ao longo do século XX e inícios do XXI, que permita estabelecer paralelos com a teoria da transição demográfica e propor um posicionamento sobre o contexto cubano atual e futuro.

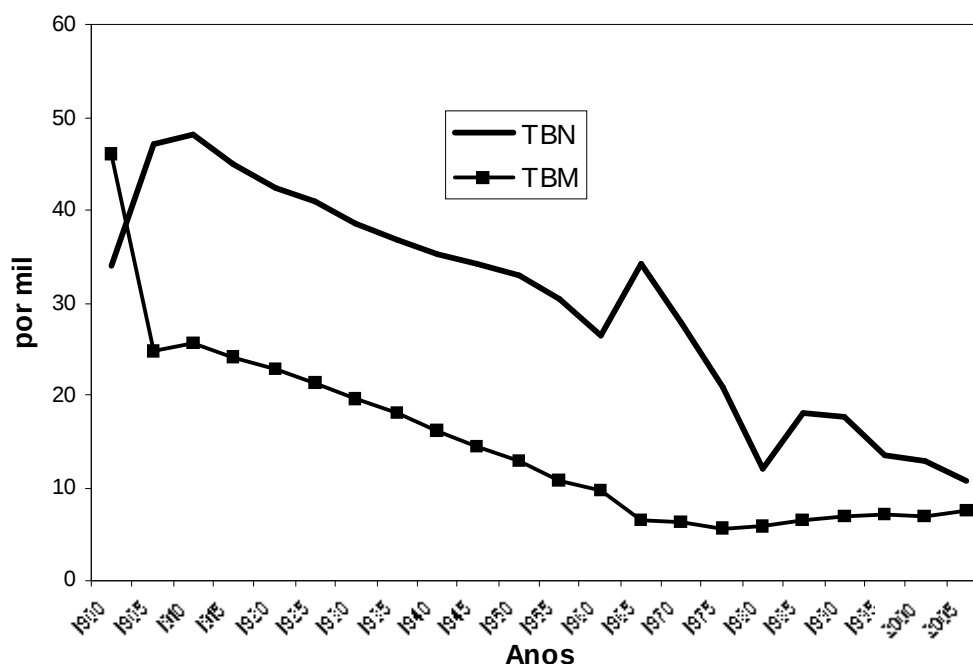
Concordando com que o início da transição demográfica poderia ser situar no cenário originado após o fim da guerra hispano-cubano-norte-americana, cenário que também coincide com o início do denominado período neocolonial, com a presença dos Estados Unidos no país, se realiza a seguir uma proposta da evolução demográfica durante o século XX até os dias atuais.

O GRAF 1 mostra a tendência seguida pelas taxas brutas de mortalidade e natalidade durante todo o século XX até o primeiro quinquênio do século XXI. Como ocorreu na maioria dos países, a mortalidade começou o declínio primeiro e paralelo a um incremento da fecundidade que, a partir de 1905 foi menos pronunciado. Os atributos mais importantes são nominados a seguir:

- O ano de 1910 parece indicar um ponto importante na queda das duas componentes, que juntas continuam o processo de diminuição até o ano de 1960.
- Deve-se notar que o processo de diminuição das taxas brutas de natalidade não foi tão pronunciado como o incremento acontecido nos primeiros anos do século XX.

²⁸ Idem.

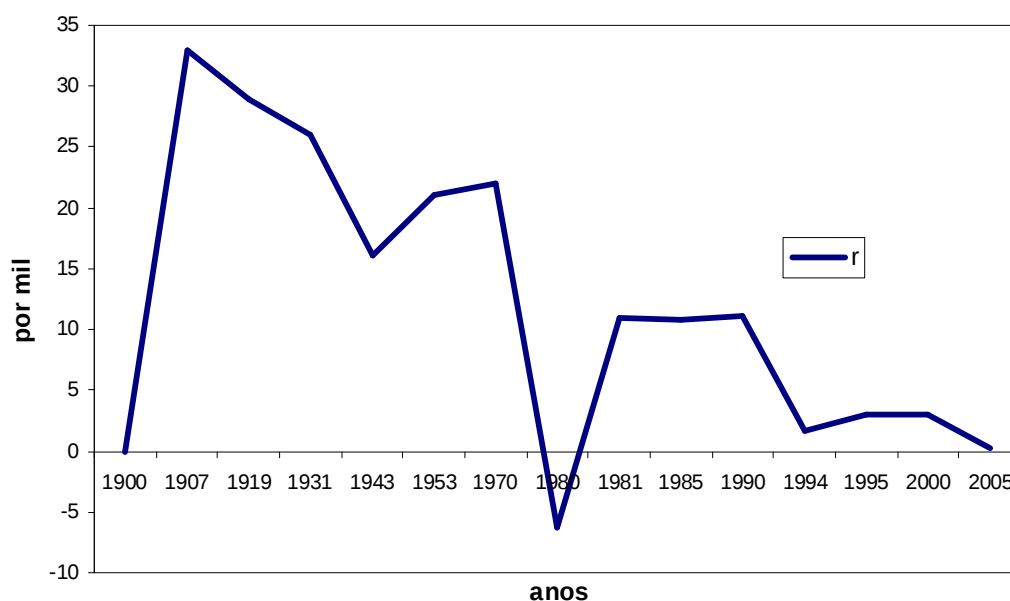
- Durante o ultimo quinquênio da década dos anos cinquenta, a mortalidade aumenta ligeiramente, decorrente dos movimentos de luta armada que estavam se desenvolvendo no país, sobretudo durante os anos de 1953 a 1959.
- Já nos anos sessenta, a mortalidade continua o processo de queda, desta vez como consequência das medidas revolucionarias que influíram, de maneira contundente, na homogeneização entre as diferentes regiões do país.
- A taxa bruta de natalidade, imediatamente depois da chegada da Revolução, se incrementa, tal como comentaram os autores citados no começo deste capítulo. Este aumento tem a ver com as consequências imediatas da instauração de uma revolução popular, assim como com a rapidez com que foi lançado um conjunto de medidas que beneficiaram a população do todo o país. Assim, a população percebe, de maneira direta, as possibilidades de acreditar em um futuro mais próspero e de maior estabilidade política e social.
- Esse incremento durou apenas uns cinco anos, retomando-se em meados dos anos sessenta, o processo de diminuição que já vinha experimentando a fecundidade cubana.
- A década de 1980 é identificada como aquela na qual ocorre o fim da transição demográfica cubana, tese aceita nesta pesquisa.

GRÁFICO 1. Taxas brutas de mortalidade e natalidade. Cuba, 1900-2005

Fonte: CEE – ONE. Anuários demográficos, anos selecionados.

No gráfico, é extremamente interessante o fato de na década de 1980 ocorrer um incremento ligeiro da taxa bruta de natalidade e começar uma elevação da taxa bruta de mortalidade. O incremento na quantidade de nascimentos deve estar associado à entrada nas idades reprodutivas das coortes que nasceram nos inícios dos anos sessenta, quando se produziu o boom de nascimentos após a Revolução. Coincide-se com García (1995), sobre o incremento da mortalidade associado ao processo de envelhecimento populacional que já nesses anos era evidente na população cubana.

O GRAF 2 mostra a evolução das taxas de crescimento da população. Esse gráfico evidencia o papel da migração na dinâmica demográfica do país. Observe-se que nos anos oitenta, quando ocorreu um dos maiores êxodos migratórios com destino aos Estados Unidos, a taxa de crescimento da população, atinge pela primeira vez valores negativos.

GRÁFICO 2. Taxas de crescimento média anuais. Cuba, 1900-2005.

Fonte: ONE-CEPDE. Anuários Demográficos, anos selecionados.

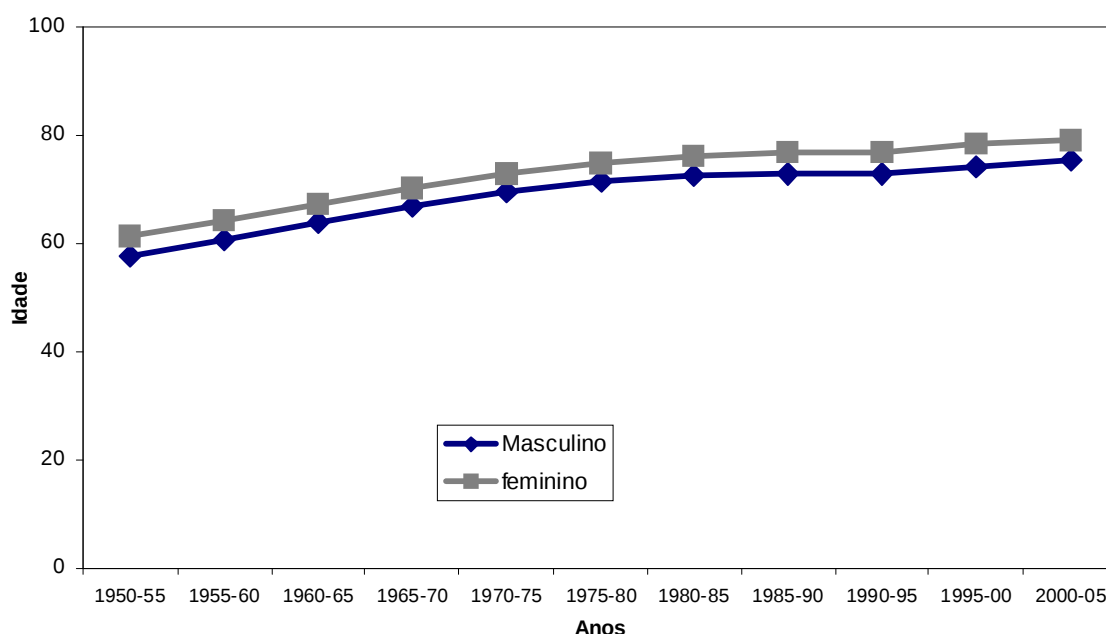
Cuba, sem dúvida constitui um exemplo de um país que experimentou um processo de transição demográfica na ausência de desenvolvimento econômico que atuasse como incentivo e, além disso, que acompanhasse o processo todo. No entanto, o começo da transição demográfica cubana esteve marcado pela modernização decorrente da intervenção norte-americana, que assegurou o uso dos avanços médicos, a higienização do país, assim como o incremento das regiões urbanizadas, em alguns anos. As mudanças que aconteceram depois do triunfo da Revolução em 1959 foram decorrentes de políticas direcionadas a aspectos específicos, como a homogenização da elevação da qualidade da saúde, a elevação do nível de educação, o incentivo ao emprego feminino, entre outros. Nesse sentido, pode-se dizer que o completamento da transição cubana teve incentivos de natureza política, mesmo que nunca tenha sido anunciado de maneira explícita uma política de população no país.

A seguir, são abordadas, brevemente, as transições das diferentes componentes de maneira particular.

4.3.1 Transição da mortalidade

O GRAF 3 mostra um indicador mais refinado do comportamento da mortalidade, trata-se das esperanças de vida ao nascer, por sexo, registradas durante o século XX e inícios do XXI. Os dados mostram tendência de aumento durante todo o século. No entanto, a partir de década dos anos setenta, estas tendências começam a serem menos pronunciadas, comportamento que poderia ser consequência de vários fatores, tais como o fato de Cuba ter atingido níveis muito elevados nos quais resulta mais difícil continuar o mesmo ritmo de incremento, assim como o impacto da crise econômica dos anos noventa.

GRÁFICO 3. Esperança de vida ao nascer por sexos. Cuba, períodos selecionados



Fonte: CEE – ONE. Anuários demográficos. Anos selecionados

Embora o gráfico esteja mostrando as mudanças acontecidas em matéria de sobrevivência, existem nesse sentido, alguns elementos distintivos do processo cubano, já percebido por outros autores (García, 1995, Albizu-Campos, 2000), que devem ser retomados. Em Cuba, o diferencial por sexo da mortalidade não alcançou os valores que se esperava para o nível atingido pela expectativa de vida ao nascer. No caso europeu, como consequência de uma maior aceleração da sobrevivência do sexo feminino, o diferencial por sexo da esperança de vida ao nascer passou de 3 anos a 5,6 anos, durante os oitenta anos transcorridos entre

1910 e 1990. Na população cubana, esse diferencial era um pouco menor de três anos em 1910 e em 1990 passou a 3,8 (Albizu-Campos, 2000).

Na TAB 6 se refaz um exercício, já feito pelo Albizu-Campos (2000), ao mostrar os valores para Cuba e alguns países de diferentes regiões do mundo, selecionados pela similaridade no nível da esperança de vida ao nascer do sexo masculino, em alguns anos da década de 1980, quando Cuba estava finalizando a transição demográfica e, posteriormente, em torno do ano 2000.

Os dados mostram que para a década dos oitenta do século XX, o país com diferencial por sexo mais próximo ao registrado em Cuba, foi Israel, seguido pela Grécia. Os países restantes, com níveis de esperança vida similar à cubana, estão registrando maior diferencial entre homens e mulheres do que o observado na população cubana. Já no outro momento no tempo, a informação revela que Cuba continua tendo o menor diferencial entre a esperança de vida masculina e feminina, seguida por Israel novamente, constituindo-se nos dois países com o menor diferencial, entre os selecionados.

TABELA 6. Esperança de vida ao nascer por sexo. Países e períodos selecionados.

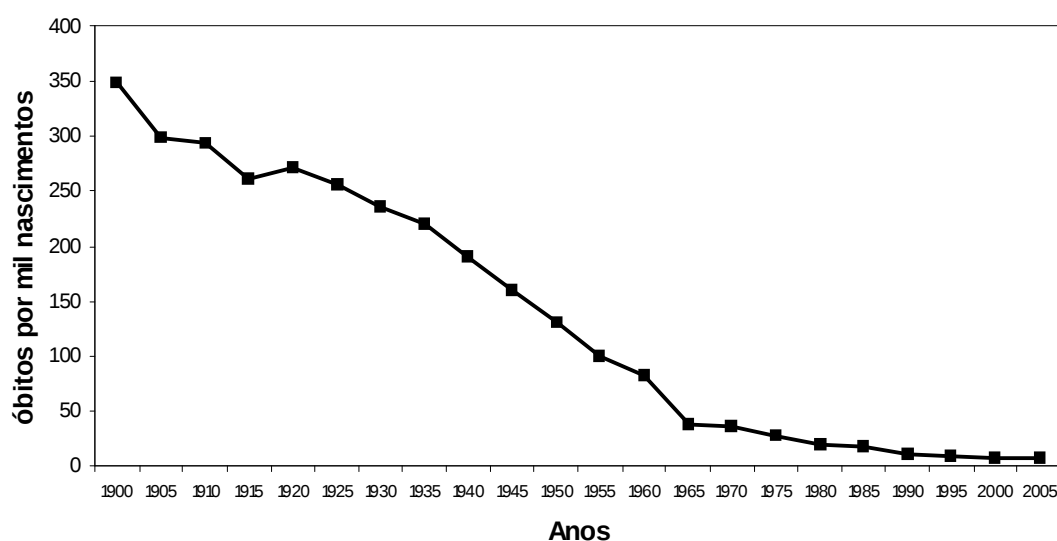
Ano	País	Masculino	Feminino	Diferencia
Cuba	1986-87	72,74	76,34	3,60
	2000-03	75,13	78,93	3,8
Japão	1978	72,97	78,33	5,36
	2002	78,3	85,2	6,0
Suíça	1981-82	72,7	79,60	6,9
	2000	76,9	82,6	5,7
Holanda	1979	72,4	78,9	6,50
	2002	76	80,7	4,7
Noruega	1981-82	72,27	78,73	6,46
	2002	76,4	81,5	5,1
Grécia	1980	72,15	76,35	4,20
	1998	75,3	80,5	5,2
Israel	1980-85	73,10	76,60	3,50
	2002	77,5	81,5	4,0

Fonte: United Nations. Demographic Yearbook, 1980, 1985

Outro indicador importante no estudo da transição da mortalidade é, sem dúvida, a mortalidade infantil. No começo do século XX a taxa de mortalidade infantil cubana era de 348 mortes por cada 1000 nascidos vivos. Em meados da primeira metade do mesmo

século, num dos pontos no tempo importantes colocados por Hernández (1986), esse indicador passou para 219 por mil. Já no ano 1960, o país contava com uma mortalidade infantil de 82 mortes por cada mil nascidos vivos, passando esse valor para 10,7 por mil no ano de 1990. Na atualidade, a mortalidade infantil de Cuba está entre as mais baixas do mundo, com valores em torno de 6 mortes por cada mil nascidos vivos, se destacando pelas uniformidade no comportamento do indicador ao longo do país. A tendência seguida por este indicador é mostrada a seguir:

GRÁFICO 4. Taxas de mortalidade infantil. Cuba, 1990-2005.

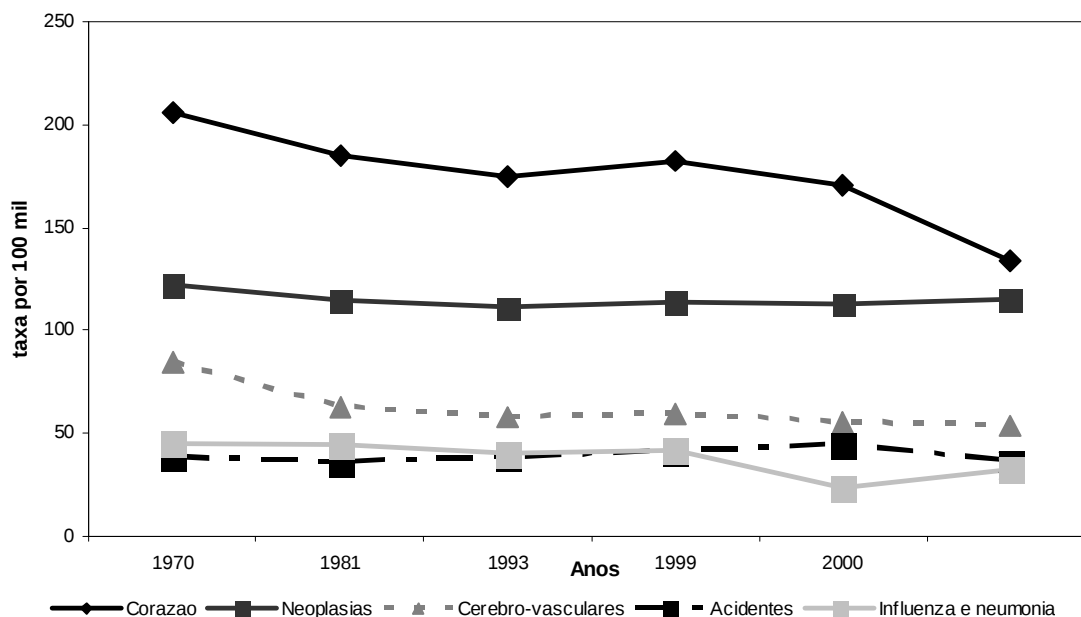


Fonte: ONE-CEPDE. Anuário Demográfico. Anos selecionados

Cuba conta, desde o ano de 1970 com o Programa Materno-Infantil que garante o acesso ao atendimento a mães e crianças e faz acompanhamento durante o período de gravidez e durante o primeiro ano de vida da criança. Esse programa, junto com outras medidas direcionadas ao melhoramento das condições de vida e saúde da população, levou a que a mortalidade infantil atingisse os níveis mostrados na atualidade.

Em Cuba as principais causas de morte, em 2005 foram as doenças cardiovasculares, neoplasias malignas, doenças respiratórias, cérebro-vasculares e causas externas. Quando se comparam homens e mulheres, a ordem muda apenas no lugar ocupado pelas mortes por causas externas, que ocupam o quinto lugar para as mulheres, e o quarto lugar entre os homens. Esse comportamento já vem sendo observado há algum anos, e é apresentado GRAF 5.

GRÁFICO 5. Taxas de mortalidade ajustadas pelas principais causas de morte. Cuba, anos selecionados.



Fonte: MINSAP. Anuários estadísticos de saúde. Anos 1985, 1990, 1995, 2000 e 2005.

Elementos da vida cotidiana do cubano revelam que não existe a prática de estilos de vida saudáveis na população do país. O conhecimento em termos de escolaridade elevada que a população possui não se materializa na prática. As pessoas acodem àquelas consultas próprias do sistema de saúde cubano que tem objetivos preventivos, através dos programas de saúde que tentam manter os cuidados primários de saúde. Assim as mulheres fazem com frequência, os exames preventivos ginecológicos (papa Nicolau) e as pessoas com alguma doença crônica são acompanhadas pelo sistema de saúde. No entanto, se as pessoas acham que estão com boa saúde, não costumam ir ao médico para fazer testes de rotinas periódicos. Estes seriam alguns dos elementos que precisam ser aprofundados em pesquisas futuras que, focalizem na etapa atual da transição da mortalidade e epidemiológica cubana.

4.3.2 Transição da fecundidade

No GRAF 6, são mostradas a Taxas de fecundidade total de Cuba para todo o século XX e os primeiros anos do século XXI. Como se pode observar, o processo de queda da fecundidade cubana começou, no início do século XX, se registrando valores inferiores aos observados na maioria de países do Continente. Quando chega a Revolução cubana em

1959, as mulheres cubanas, tinham, em média 3,5 filhos por mulher. No gráfico observa-se, de maneira clara, como a fecundidade não consegue garantir a reposição das gerações já desde finais dos anos setenta do século XX. Isso significa que Cuba já vivenciou três décadas abaixo do nível de reposição, comportamento que deixou evidentes conseqüências do ponto de vista demográfico (na estrutura etária) e do ponto de vista econômico e social através dos complexos desafios que hoje são enfrentados.

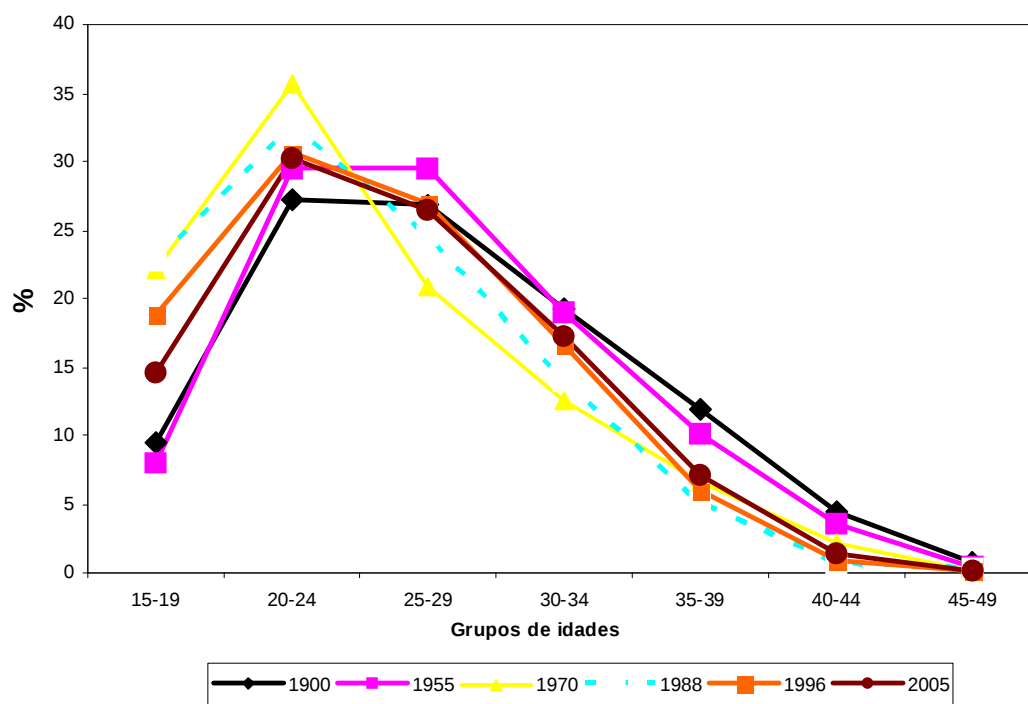
GRÁFICO 6. Taxas de fecundidade total. Cuba, 1900-2005.



Fonte: CEE – ONE. Anuários demográficos. Anos selecionados.

O GRAF 7 representa o peso das taxas específicas de fecundidade por idades para vários anos, durante todo o século XX e começo do XXI. A proporção de cada grupo de idades na fecundidade total descreve um comportamento mais ou menos similar até o ano de 1962, quando começa a se rejuvenescer. No entanto, já nos últimos dois anos compreendidos na análise, as idades mais velhas começam a ganhar mais peso, como se observa na forma algo mais alargada da curva.

GRÁFICO 7. Distribuição percentual das taxas específicas de fecundidade. Cuba, anos selecionados.



Fonte: CEE – ONE. Anuários demográficos. Anos selecionados.

Mesmo que não exista um consenso entre os principais autores sobre as diferentes etapas que marcaram a transição cubana, todos os estudiosos do tema coincidem em falar que durante a década dos anos oitenta Cuba atingiu a fase final da transição demográfica (Rodríguez, 2006, Barros, 2005, García, 1995). Por outro lado, se referindo aos momentos atuais, a comunidade de demógrafos cubanos tem afirmado que Cuba se encontra além do final da primeira transição demográfica, sendo que o processo encerrou nos finais dos anos oitenta do século XX. Alguns deles, (García, 1995; Rodríguez, 2006)) chamam a atenção sobre manifestações similares àquelas que foram definidas para contextos europeus típicos da denominada segunda transição demográfica.

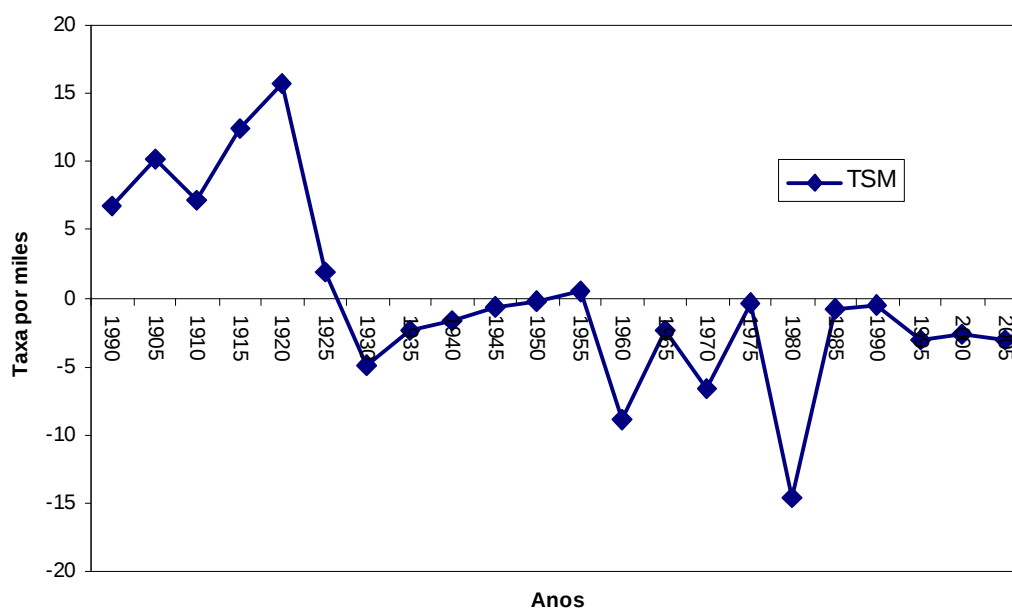
Por outro lado, algumas das discussões apresentadas dão conta da existência de discrepâncias no que refere à transição da cada variável, por separado e a sua integração na teoria da transição demográfica. No caso da mortalidade, têm se aprofundado no estado da transição epidemiológica cubana e, no caso da fecundidade, nas denominadas desarticulações ainda presentes no comportamento reprodutivo dos cubanos.

4.3.3 A migração no contexto sociodemográfico cubano

A migração constitui a componente demográfica com menor presença nos estudos sobre transição demográfica. No caso cubano, existem alguns elementos que fazem do processo migratório possuidor de aspectos particulares. Essas particularidades se explicam através das contradições históricas e do conflito político com os Estados Unidos que tem colocado regulamentações para os movimentos migratórios entre ambos os países.

No ano de 2005, foram registrados 1 448 684 pessoas de origem cubano, entre as quais estão incluídos os nascidos de pais cubanos²⁹ (Martín et al. 2007). A migração procedente de Cuba se distingue pelas condicionantes históricas, econômicas e geopolíticas. Segundo Aja (1999), desde a década dos anos 30 do século XX, Cuba muda o seu padrão migratório e emerge como um país emissor de população. O mesmo autor explica que, ainda que não constitua um fenômeno novo, com a Revolução de 1959, o processo migratório adquire atributos diferentes que continuam até os dias atuais. O GRAF 8 mostra as taxas de saldos migratório desde o começo do século XX até 2005. Ressaltam os êxodos migratórios acontecidos durante os primeiros anos da Revolução e no ano 1980.

²⁹ Cubans in the United States, Pew Hispanic Centre, Agosto 25, 2006. (www.pewhispanic.org)
U.S. Department of Commerce. Economics and Statistics Administration. U.S. Census Bureau. 2000

GRÁFICO 8. Taxas de saldos migratório. Cuba, 1900-2005.

Fonte: ONE-CEPDE. Anuários Demográficos de Cuba.

Na atualidade, Estados Unidos constitui o principal país receptor de migrantes cubanos. Esta migração é monitorada no contexto político, sendo que os migrantes cubanos são beneficiados com a condição de refugiados, conjuntamente com políticas de recepção, estímulo e restrições seletivas, segundo as diferentes etapas da relação antagônica entre os dois países, a situação interna da sociedade cubana e as tendências e prioridades da política imigratória norte-americana (Martin et al. 2007).

No caso da Lei de Ajuste Cubano³⁰, apenas uma mudança no conflito bilateral, que signifique a eliminação do bloqueio e uma incidência concreta no tema migratório, poderia modificar o tratamento a novos imigrantes desta origem. Isso poderia provocar uma mudança do status preferencial de que são objeto, os cubanos, no âmbito migratório norte-americano. A aplicação desta lei abrangeu 597 200 cubanos que chegaram ao território dos

³⁰ A lei de ajuste cubano contempla à assimilação legal pelos Estados Unidos de todos aqueles migrantes de origem cubano que cheguem a terras norte-americanas de maneira ilegal.

Estados Unidos entre 1966 e 1999³¹ sem incluir a mais de 18 500 cubanos que saíram ilegalmente, por via marítima, de Cuba entre 1995 e 2004³².

Existem outros países nos quais se desenvolvem assentamentos de migrantes cubanos. Eles são determinados pela existência de vínculos familiares, as facilidades para viajar para eles, a existência de um processo migratório histórico para esses destinos e mudanças na política migratória de Cuba.

A partir da década dos anos noventa do passado século, o perfil dos migrantes cubanos tem variado, sobretudo no que diz respeito a suas características demográficas que acentuam o seu caráter seletivo. A migração é predominantemente jovem, com uma tendência à feminização em todas as categorias, com exceção da pessoas que estão em missões de trabalho no estrangeiro e renunciam regressar, nas quais predomina o sexo masculino. Ainda são mais freqüentes os brancos, mesmo que em alguns destinos (fora dos Estados Unidos) os mestiços e pretos tem se incrementado. Do ponto de vista do nível de escolaridade, predominam os níveis médio e médio superior. No caso das saídas ilegais, os níveis de escolaridade são inferiores em comparação com aqueles que participam nas outras formas e vias de emigração (Aja, 2002).

Do ponto de vista do impacto social, a família apresenta um papel fundamental em todo este processo migratório. A família cubana assumiu a migração, convertendo-a em parte importante de suas estratégias de vida.

Na atualidade, existe o debate sobre a migração de retorno, com base na avaliação de diferentes cenários políticos e econômicos. Esse debate leva em conta as possíveis conseqüências em termos demográficos, sobretudo no que diz respeito do impacto na estrutura etária da população.

Segundo Aja (2006), a avaliação do possível retorno dos migrantes cubanos e as condições necessárias para que esse retorno se produza, mostrou que 40% das pessoas tem valorado a possibilidade de regressar, dependendo de melhoria da situação econômica, ou devido a que não tem conseguido realizar os projetos de vida no exterior. Já no sentido político,

³¹ *Statistics Yearbook of Immigration and Naturalization Service. Refugees. 2000*

³² Ver: Aja, A.; C. Martín & M. Martín (2006) Estimativas segundo dados de fontes públicas e oficiais de Cuba e Estados Unidos. Não são contemplados aqueles que arribaram a Estados Unidos entre 1995 e 1999.

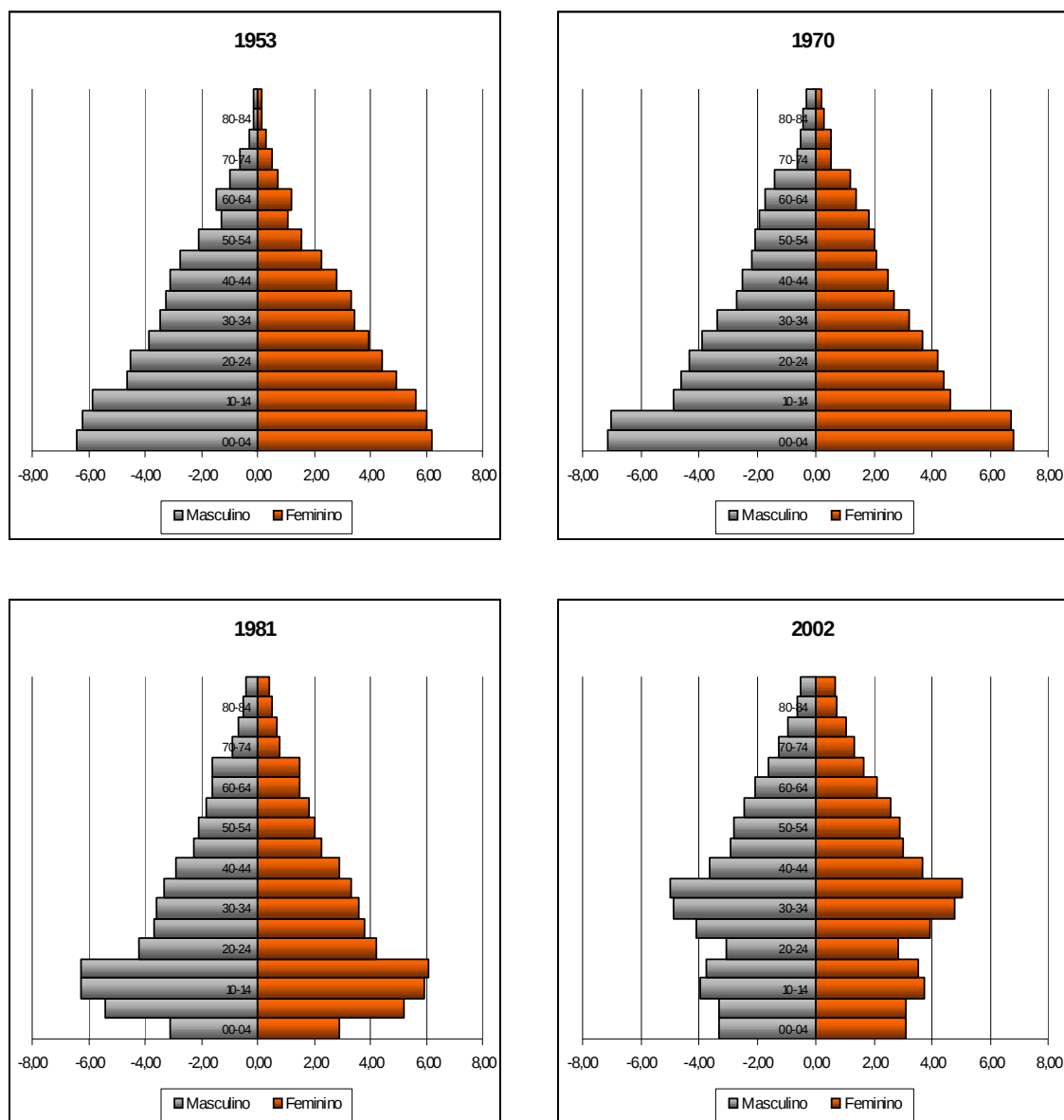
80% das pessoas para os quais o retorno não estava descartado, pensavam que fariam isso sem outorgar um peso significativo às possíveis mudanças políticas no país. As pessoas que nos últimos anos têm tentado retornar a Cuba, a partir dos Estados Unidos ou outros países, são predominantemente pessoas da terceira idade e migrantes durante a década dos noventa do passado século.

O quadro demográfico cubano poderia sentir o impacto de uma migração de retorno ou mesmo continuar com a tendência que existe por várias décadas. No entanto, nenhuma dessas possibilidades parecem oferecer soluções aos problemas originados pelas características da estrutura etária. O retorno de pessoas idosas acentuaria ainda mais o envelhecimento existente em Cuba. Por outro lado, a continuação da tendência a saldos migratórios negativos também continuaria a acentuar essa situação.

4.3.4 A evolução da estrutura etária

Em termos de estrutura etária, a evolução demográfica cubana levou a um processo de envelhecimento da mesma. O processo que foi advertido pela maioria dos trabalhos referenciados na primeira parte deste capítulo, constitui na atualidade o principal desafio demográfico que o país enfrenta. O GRAF 9 mostra as pirâmides etárias da população cubana em quatro momentos que abarcam aproximadamente cinquenta anos do século XX.

GRÁFICO 9. Estrutura etária da população por sexo e idade. Cuba, Anos selecionados.



Fonte: Oficina Nacional de Censo Demográfico y Electoral, 195. Censo de Población, vivienda y electoral. Informe general, 1953. Tribunal Superior Electoral, La Habana, tab 14, p. 52. Comité Estatal de Estadísticas. Censo de Población y vivienda de 1970. Instituto de demografia y censos, 1984. Anuários. Censo de População e vivenda de 1981. ONE-CEPDE. Anuário demográfico de 2004.

4. 4 Idéias que resumem este capítulo

- Cuba finalizou a transição demográfica durante a década dos anos oitenta do século XX, quando os indicadores demográficos se estabilizaram, no caso da fecundidade, abaixo do nível de reposição, e, no caso da mortalidade com esperança de vida ao nascer acima dos 75 anos para homens, e mulheres, e mortalidade infantil em torno de 10 por mil nascidos

vivos. Os principais determinantes que estão por trás são: 1) a influência norte-americana no começo do século que estimulou o processo de modernização provocando declínio da mortalidade, aumento de empregos, melhorias no nível educacional da população, entre outros; 2) A revolução cubana de 1959, através de um programa que diminuiu as disparidades sociais, potencializou o papel da mulher na sociedade, levou em conta um conjunto de medidas que garantiram a gratuidade dos serviços básicos para a população, entre outros.

- A transição cubana aconteceu a uma velocidade mais rápida, em comparação com os países desenvolvidos, no entanto, se pode considerar um processo mais lento ao se comparar com a maioria dos países da região latino-americana. O processo começou no início do século XX, mas teve um momento em que parou pelo boom demográfico dos anos sessenta do próprio século. No entanto, o processo que continuou após o fim desse boom foi muito acelerado.

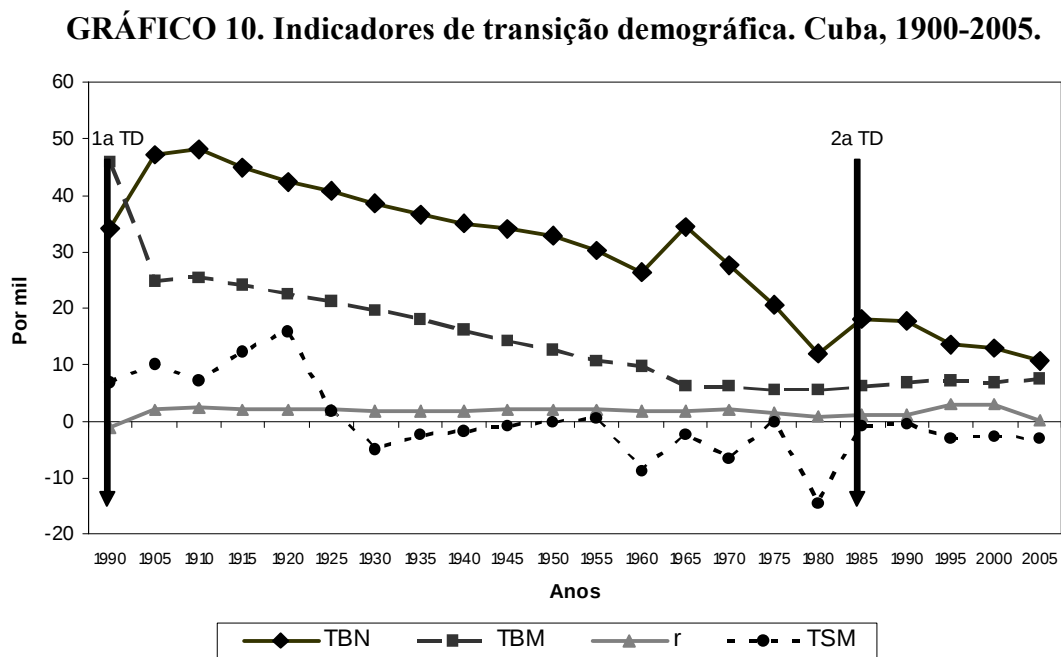
- A partir da década dos anos oitenta do século XX, a situação demográfica tem estado marcada por fatores diversos. Além de continuar com a inércia de tendências demográficas iniciadas há décadas, do ponto de vista socioeconômico o país enfrentou uma crise econômica decorrente do fim do bloco socialista. Diante destas novas condições econômicas e sociais, os componentes demográficos sentiram um impacto, que em alguns casos, mostraram uma aceleração das tendências e em outros, inclusive, um estancamento da tendência.

- Para a situação demográfica derivada da década dos noventa, ainda não foram encontradas explicativas teóricas que levem em conta as particularidades dos impactos das situações de crise sobre tendências que já existiam. Existem debates sobre se Cuba esta, na atualidade, refletindo contexto de segunda transição demográfica, que também pode ter sido acelerado pela própria situação dos anos noventa.

Diante desta situação resulta interessante a pergunta sobre se Cuba, de fato, pode ser situada em uma segunda transição demográfica, ou se seria possível classificar a população cubana em um estágio pós transicional. A fecundidade abaixo do nível de reposição, durante mais de três décadas, juntamente com outros fatores de natureza qualitativa que caracterizam o comportamento reprodutivo da população cubana, assim como as

características da estrutura por idade da população são elementos que sustentam essa possibilidade.

Para dar passo ao seguinte capítulo, é apresentado, a seguir, o gráfico para Cuba que reproduz a idéia de Van De Kaa, (1999), que constitui um modelo integrador das duas transições demográficas.



Fonte: ONE-CEPDE. Anuários demográficos. Anos selecionados.

5 MANIFESTAÇÕES SOCIAIS E INDIVIDUAIS NOS PROCESSOS DE FORMAÇÃO DE FAMÍLIAS.

Neste capítulo são identificados elementos descritivos e explicativos dos processos de formação de famílias, cujas manifestações caracterizaram a segunda transição demográfica cubana.

Tendo em vista que a maioria das atitudes e comportamentos que está por trás dos indicadores de segunda transição demográfica associa-se a mudanças de natureza ideacional e fatores culturais, a abordagem dos discursos dos indivíduos ganha especial relevância. Neste capítulo lança-se mão da combinação de dados de natureza qualitativa e quantitativa, para a análise de um objeto complexo e multidimensional: a segunda transição demográfica vista a partir dos processos de formação de famílias.

Os aspectos escolhidos para a análise foram selecionados de acordo com dois critérios. Em primeiro lugar, com base na revisão bibliográfica sobre a segunda transição demográfica. Em segundo lugar, devido às necessidades explicativas latentes no comportamento das tendências e níveis atuais das variáveis sociodemográficas na população cubana.

O debate em torno da segunda transição demográfica, em seu início, esteve marcado pela visibilidade de manifestações que davam conta de mudanças nas atitudes em torno da sexualidade e reprodução e, como consequência, de mudanças nos padrões de formação de famílias em alguns países europeus e industrializados. Essas manifestações, por um lado, pressupõem uma desvinculação definitiva entre o sexo e a reprodução e mudanças nas relações de gênero e, por outro, evidenciam novos arranjos familiares. Na atualidade, essa discussão encontra-se, ainda, em evolução e abrange manifestações, também, da mortalidade e da migração, nos contextos transicionais mais avançados.

A análise proposta nesta tese é feita em seis blocos e o eixo orientador é o ciclo de vida da família, abordado operativamente com base no processo de formação de famílias, tal como apresentado no Capítulo 3. Para desenvolver esta análise, foram escolhidos os seguintes eventos: casamentos e uniões, divórcios e separações, recasamentos e filhos. As temáticas mais específicas, inseridas em cada um dos seis blocos, derivam da operacionalização do conceito de segunda transição demográfica, tal como proposto no capítulo metodológico.

Tendo em vista que o foco deste capítulo está voltado para as mudanças acontecidas em várias dimensões do processo de formação de famílias, os resultados e discussões expostos são precedidos por uma apresentação das características sociodemográficas daquilo que constitui o produto desse processo, ou seja, as famílias cubanas.

Em seguida vem uma seção sobre aspectos relacionados à sexualidade, inserida em função da importância do começo da vida sexual, assim como todos os aspectos que estão por trás do exercício da sexualidade. Ela será realizada através das questões relativas à primeira menstruação, à iniciação sexual, à relação entre sexualidade e reprodução, à vivência da sexualidade e padrões de gênero vinculados a estas questões.

O capítulo prossegue com a abordagem dos casamentos e uniões. Inclui reflexões em torno aos padrões de nupcialidade, o processo da tomada de decisão para as pessoas morarem juntas, o significado do casamento legal, entre outros aspectos relativos a esta temática.

Posteriormente, são analisados os divórcios e as separações. É apresentada a tendência mostrada pela razão divórcio/casamento; se aborda o processo que leva à dissolução das uniões ou casamentos, aprofundando-se nas motivações, expectativas, e decisões de terminar com o casamento ou união, assim como no papel que têm os filhos durante esse processo.

A seção seguinte aborda os recasamentos, incluindo os principais atributos que caracterizam a construção de novas famílias, a partir de recasamentos, depois de um divórcio, separação ou viuvez.

Por fim, neste capítulo se analisa o relativo à decisão para ter os filhos. São apresentados alguns indicadores de fecundidade; discute-se sobre as motivações para ter ou evitar os filhos, sobre o melhor momento para ter filhos, alguns dos determinantes socioeconômicos da fecundidade, a relação entre fecundidade e migração. O uso do aborto e contracepção, o significado que tem o aborto, as causas que levam ao aborto, os elementos presentes no processo de decisão, assim como os conhecimentos e uso de métodos contraceptivos, entre outros, também são questões discutidas nesta seção.

5.1 Breve panorama da estrutura das famílias em Cuba.

Com o propósito de obter uma fotografia das famílias cubanas, que ofereça logo no início do capítulo um panorama do impacto dos eventos que serão analisados posteriormente nesta seção e que constituem o conteúdo dos processos de formação de essas famílias, são apresentadas as suas principais características do ponto de vista sociodemográfico.

A década de 1990 trouxe um conjunto de dificuldades para a família cubana, dentre as quais merecem destaque a acentuação de problemas de convivência familiar devido à existência de várias gerações num mesmo domicílio, decorrente da dificuldade de aquisição de novas moradias; os desafios decorrentes da carência e falta dos principais produtos básicos e as separações devido à migração internacional.

Em termos de estruturas domiciliares também ocorreram transformações. Segundo o Censo de 2002, em cada domicílio cubano moravam, em média, 3,2 pessoas, das quais 1,35 eram pessoas de 60 anos e mais, sendo que, aproximadamente 78% desses idosos residiam em domicílios que tinham de 2 a 5 pessoas³³. Utilizando-se a estrutura domiciliar como uma *proxy* de família, a TAB 7 mostra a estrutura dos domicílios de Cuba segundo a classificação empregada nos Censos de 1981 e 2002 e na Pesquisa de Migrações Internas de 1995³⁴.

Segundo Arriagada (2004), o incremento de domicílios unipessoais se deve a causas diversas, entre as quais se destacam os processos de individualização próprios da modernidade, o aumento da sobrevivência levando os adultos mais velhos a morar sozinhos, particularmente mulheres viúvas e, também, jovens com elevados rendimentos que postergam a nupcialidade e a fecundidade. No caso de Cuba, o aumento observado neste tipo de domicílio, acredita-se, estaria mais associado ao processo de envelhecimento e às elevadas taxas de divórcios que se registram. A presença de pessoas jovens morando

³³ Ver em www.one.cu tabulações do Censo de População e Habitação de 2002.

³⁴ As três fontes de informação utilizam a mesma classificação. Unipessoais (formados por uma pessoa); nucleares (casal com ou sem filhos solteiros, ou uns dos membros do casal com filhos solteiros); extensos (uma ou mais família nuclear com outros parentes, duas ou mais pessoas com laços de parentesco sem formar família nuclear) e compostos (uma ou mais famílias nucleares com outros parentes e não parentes; duas ou mais famílias nucleares com laços de parentesco com ou sem outras pessoas; duas ou mais pessoas com laços de parentesco que não formam família nuclear, mais outras pessoas sem parentesco, pessoas que não tem relação de parentesco entre si). Ver Benítez (2003), p. 52. A autora utiliza o termo família básica no caso da aqui denominada nuclear.

sozinhas, por opção, ainda não se constitui em uma manifestação típica dos casos cubanos, devido às dificuldades para adquirir moradias independentes. Segundo Benítez (2003), em Cuba os domicílios unipessoais têm uma característica marcante por sexo e idade: nestes domicílios, as mulheres, em sua maioria têm, 60 anos e mais e, entre os homens, a idade predominante varia entre 30 e 59 anos (Benítez, 2003). Quando comparado com países de América Latina, se observa que a proporção dos domicílios unipessoais, em Cuba, ainda que um pouco menor, está mais próxima de países como Argentina(15,5%) e Uruguai(16,6%) no ano 1999 (Arriagada, 2002). Estes dois países destacam-se no Continente, por mostrar padrões transicionais mais avançados.

A TAB 7 também mostra um comportamento oscilatório dos domicílios nucleares. Para o ano de 2002, estas estruturas atingem um valor muito próximo ao registrado no Censo de 1981. Este tipo de domicílio tem predominado em Cuba, representando mais de 50% do total das estruturas existentes. Ao ser comparada com a América Latina, Cuba apresenta uma porcentagem de domicílios nucleares inferior à média calculada por Arriagada (2005). A autora comenta a existência de uma redução dos domicílios nucleares no Continente, no entanto a porcentagem fica acima de 60%.

No caso cubano, segundo Benítez (2003), as mudanças na estrutura domiciliar estão afetadas pelo próprio ciclo familiar, assim como pelo comportamento da esperança de vida, da migração e da pouca disponibilidade de moradias. Constatou-se que os domicílios extensos são consequência da adição do parceiro ou parceira dos filhos (Benítez, 2003, p. 146). Os dados mostrados na tabela deixam dúvida sobre o propalado aumento de diferentes gerações no mesmo domicílio, sugerindo que houve uma diminuição das estruturas extensas e compostas.

TABELA 7. Tipologia dos domicílios cubanos. Cuba, anos selecionados.

Tipo de domicílio	1981	1995	2002
Unipessoal	8,9	10,6	13,8
Nuclear	53,7	50,9	54,2
Extenso	32,5	31,5	28,4
Composto	4,9	7,0	3,5
Total	100	100	100

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 1981
ONE-CEPDE. Pesquisa de migrações internas de 1995
ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 2002

Lesthaeghe (1995) afirma que uma das características da segunda transição demográfica, que se manifesta no nível de estrutura familiar, tem a ver com o aumento de famílias monoparentais. Estruturas deste tipo derivam de famílias nucleares cuja característica fundamental é a ausência de uns dos cônjuges, como consequência de diversos fatores, tais como divórcio, separação, abandono, viuvez, domicílios originalmente constituídos por pais ou mães solteiros, assim como outras causas como a migração ou prisão de alguns dos cônjuges (Benítez, 2003).

No caso cubano, os domicílios monoparentais se caracterizam por serem predominantemente formados por mães com filhos solteiros. Em 1995, 17,3% das famílias nucleares eram monoparentais, e, destas, 84,0% eram mães com filhos solteiros (Benítez, 2003). Já no ano de 2002, se observa um incremento nestes números, sendo que a porcentagem de domicílios monoparentais passou a representar um 21,8% do total. As mães com filhos solteiros representavam 85,5% do total de domicílios deste tipo³⁵.

Pela importância desta temática em termos de segunda transição demográfica, na TAB 8 é apresentada uma caracterização dos domicílios monoparentais, segundo alguns atributos sociodemográficos, para o 2002 (ANEXO II, TAB A1-A6). A interpretação poderia levar tanto a elementos que indicam comportamentos autônomos, decorrentes de condições favoráveis, como, por exemplo, o predomínio de mulheres, em regiões urbanas, com elevada escolaridade, quanto expressão (em dependência do contexto) de situações desfavoráveis, como tradicionalmente é tratada na literatura a questão das mães divorciadas e solteiras.

³⁵ Mais informação em www.one.gov. Tabulações do Censo de População e Vivenda de 2002.

TABELA 8. Caracterização dos domicílios monoparentais segundo atributos sociodemográficos do chefe. Cuba, ano 2002.

ATRIBUTOS	% DA CATEGORIA PREDOMINANTE
Sexo do chefe	85,5% são mulheres
Idade do chefe	54% está com 30 e 49 anos
Região de residência	81,4% se localiza na região urbana
Situação conjugal do chefe	61,8% eram divorciados, separados ou viúvos.
Situação ocupacional do chefe	47% trabalhava
Nível de escolaridade do chefe	43% tem 12 anos ou mais anos de estudo

Fonte: Cálculos realizados a partir dos dados do Censo de 2002. www.one.cu

Nota: os domicílios monoparentais foram definidos a partir da identificação de uns dos pais com filhos solteiros (independente da idade do filho).

No que diz respeito à chefia de domicílios³⁶, tal como mostra a TAB 9, no ano de 2002, aproximadamente 60% dos chefes de domicílios em Cuba eram do sexo masculino. Este percentual mostra uma tendência decrescente durante os três anos contemplados. Em comparação com outros dois períodos anteriores, se constatou um incremento dos domicílios chefiados por mulheres, que passou de pouco mais de 28%, em 1981, para aproximadamente 41%, em 2002.

TABELA 9. Distribuição percentual dos chefes de domicílios por sexos. Cuba, anos selecionados.

ANOS	HOMENS	MULHERES	TOTAL
1981	71,8	28,2	100
1995	64,3	35,7	100
2002	59,4	40,6	100

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 1981

ONE-CEPDE. Pesquisa de migrações internas de 1995

ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 2002

³⁶ A definição de chefes de domicílios sofreu algumas mudanças, mais não afetam a comparabilidade, pois elas têm sido mais no sentido de colocar alguns esclarecimentos: assim, foi mantido o critério básico que identifica aquela pessoa residente na casa que é identificado pelos demais membros do domicílio como o responsável pelas decisões que são tomadas. Nos últimos anos têm se esclarecido que não precisa ser o proprietário da casa, devido aos problemas de pouca disponibilidade de moradias em Cuba e o impacto que esse fenômeno poderia ter na aceitação do chefe. http://www.cubagob.cu/otras_info/censo/c_xii.htm#2.

A proporção de chefes de domicílio, por sexo, é um indicador controverso. Para algumas regiões ou países, a elevação do número de domicílios chefiados por mulheres está associado ao incremento da autonomia feminina e maior participação da mulher no mercado de trabalho. Já em outras realidades, esta mesma tendência reflete situações de desvantagens sociais e econômicas. O caso cubano parece estar mais próximo da realidade caribenha, a qual, tradicionalmente, tem mostrado maiores taxas de chefias femininas, independentemente da situação socioeconômica, e devido à autonomia feminina decorrente das medidas revolucionárias que potencializaram a participação feminina na vida econômica, assim como a possível influência da migração (Franco & Alfonso, 2007); no entanto, seria recomendável aprofundar o conhecimento acerca das características socioeconômicas deste tipo de domicílio em Cuba.

Nas entrevistas realizadas, constatou-se que as pessoas não contam com escolhas para decidir com quem vão morar. Diante das poucas disponibilidades de moradia e da ausência de uma infra-estrutura que permita o aluguel de um imóvel, as pessoas, freqüentemente, continuam a morar com os pais ou parentes com melhores condições de moradia. Quando um novo casal se forma, a situação é a mesma: a decisão sobre onde morar é vinculada a aspectos como melhores condições na casa e localização da mesma (proximidade do serviço ou da escola, por exemplo). A fala do entrevistado apresentada a seguir ilustra este ponto.

- Me conta com quem você mora?

“Eu moro com meus pais. Eles estão separados há vários anos e têm problemas de convivência. Então temos uma divisão na qual meu irmão e meu pai tem as suas coisas juntos e eu e minha mãe fazemos a mesma coisa. Meu irmão mora a vezes sim e outras não porque ele tem uma mulher e ultimamente esta ficando mais na casa dela” (*Pedro, 35 anos, Ensino superior*)

Em termos de idade, mesmo que com um ligeiro envelhecimento, não se produziram mudanças significativas no período analisado. Em 2002, a idade dos chefes de domicílios estava perto dos 50 anos. Dados calculados para os anos de 1981 e 1995 revelaram chefes com idades medianas de 47,2 e 48,9 anos, respectivamente (Benítez, 2001).

Na TAB 10 é apresentada a distribuição dos chefes de domicílio por situação conjugal. Observa-se uma diminuição da proporção de homens casados, ocorrendo o contrário entre as mulheres. Isto fica mais evidente quando se consideram as categorias de casados e unidos. Em contraste com esse resultado, durante muitos anos, a literatura postulou que a chefia feminina, sobretudo em condições de países subdesenvolvidos, aumenta em situações decorrentes da ausência do cônjuge, seja por viuvez, por divórcio ou separação ou pela migração do cônjuge (Arriagada, 1997). No entanto, em Cuba, parece que a identificação do chefe do domicílio guarda uma relação estreita com a propriedade da casa (Benítez, 2003). Isto, somado às dificuldades dos novos casais para saírem de casa, devido à escassez de novas moradias, explicaria o fato de que, para o ano de 2002, se observe um percentagem superior a 50% de chefe mulheres casadas ou unidas. Provavelmente, a maioria dos novos casais permaneçam na casa da mulher.

TABELA 10. Distribuição percentual dos chefes de domicílio por situação conjugal. Cuba, anos selecionados.

SITUAÇÃO CONJUGAL	1981		1995		2002	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
Casado	56,4	19,3	53,1	22,4	47,3	23,5
Unido	29,0	15,9	28,6	17,4	30,5	19,8
Divorciado	3,1	19,3	5,0	20,2	5,3	17,7
Separado	3,0	13,7	3,6	10,4	3,1	7,3
Viúvo	3,0	25,5	4,1	22,0	3,4	17,5
Solteiro	5,5	6,3	5,6	7,6	10,4	14,2
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 1981
ONE-CEPDE. Pesquisa de migrações internas de 1995
ONE-CEPDE. Censo de População e vivenda de 2002

No sentido mais geral, na realidade cubana se visualizam algumas mudanças nas relações de gênero, que apontam para uma maior individualização e autonomia feminina, assim como para a possibilidade de relações mais igualitárias. Estes elementos, unidos a outros de natureza socioeconômica, teriam propiciado a materialização de transformações na estruturas dos domicílios e das famílias, coincidentes com os dados acima. Para complementar estes resultados, se discute, a seguir, sobre alguns elementos da tomada de decisão no âmbito domiciliar.

Tentou-se identificar algumas manifestações de autonomia e de relações de poder, tanto no sentido familiar, como no âmbito restritivo do casal. Começando por este último, espera-se que, em condições de segunda transição, as assimetrias entre parceiros sejam menos evidente. O relato apresentado a seguir ilustra esta questão.

- Como são tomadas as decisões no seu relacionamento?

“Com meu parceiro atual, as decisões são consensuais, ou seja, não tem aquilo de que ele ou eu tenha mais poder de decisão acima do outro. É mais ou menos compartilhado, tem algumas coisas em que ele toma a decisão e têm outras em que sou eu. Também às vezes tem a ver com quem tem dinheiro, mas isso não é freqüente” (Rosa, 26 anos, ensino superior)

As entrevistas mostraram que as decisões dos casais são tomadas levando em conta diferentes fatores, entre os quais merecem destaque aspectos de natureza econômica. Entre eles, se ressaltou o fato de que a pessoa que tem maior peso nas decisões é aquela que ganha mais dinheiro. Vários entrevistados explicaram que a existência de gostos diferentes e, conseqüentemente, preferências diferentes na hora de passar o tempo livre constituem um fator gerador de conflitos na decisão sobre como utilizar o dinheiro. O extrato da fala a seguir mostra esta situação.

- Quais são os elementos que vocês têm em conta para tomar decisões?

“As decisões dependem da renda de cada um, porque se eu tenho mais poder aquisitivo que meu parceiro, então a maioria das decisões seriam minhas. Com meu parceiro anterior, era ele quem decidia em que gastar o dinheiro, ele ganhava mais do que eu. Além disso, ele também decidia o que fazer no tempo livre, porque ele não gostava das mesmas coisas que eu” (Elisa, 24 anos, ensino fundamental).

Já no tocante às decisões no âmbito doméstico, que ultrapassam o espaço do casal, os relatos dos entrevistados evidenciaram diferenças em dependência da estrutura da família. Nos casos em que são famílias com três gerações, prevalece o respeito pela pessoa de mais idade, freqüentemente o dono ou dona da casa. Neste caso, a distribuição das tarefas

domésticas são consultadas com a pessoa mais velha e são compartilhadas, geralmente entre as mulheres que moram na casa.

- Na sua casa quem toma as decisões?

Minha sogra decide e compra tudo, a gente dá o dinheiro e ajuda naquilo que ela acha que precisa, mas a maioria das tarefas da casa são realizadas por ela mesma que fica o dia todo na casa. Eu trabalho e ajudo quando chego naquilo que ela ache que precisa ser feito. Quando vamos comprar alguma coisa, quase sempre é meu esposo quem dá o dinheiro, mas a gente também tem criança, então nós temos nossos próprios gastos (Norma, 30 anos, ensino médio).

Em famílias menores, constituídas apenas pelo casal, geralmente existe uma maior igualdade no uso do dinheiro e na tomada das decisões, mas nem sempre isso ocorre na realização das tarefas domésticas. Neste caso, a mulher assume todas as decisões, mas isso ocorre devido à ausência do marido, que prioriza responsabilidades decorrentes do trabalho.

- Na sua casa quem toma as decisões?

Eu moro com meu esposo, ele trabalha muito, tem grandes responsabilidades e não tem tempo para fazer nada na casa,. Eu gasto meu dinheiro e quando acaba, pego o dele e eu mesma tomo todas as decisões (Maria, 34 anos, universitária).

Embora a mulher tenha relatado que as decisões são tomadas por ela, deve-se destacar que os dois trabalham, mas ela leva o peso das responsabilidades da casa, o que poderia estar sugerindo relações assimétricas entre sexos.

A seguir, são sintetizadas as idéias mais importantes desta seção, que respondem a uma caracterização das famílias cubanas:

Em termos de estrutura dos domicílios, ressalta-se que mais do 50% das estruturas domiciliares são nucleares e que houve um aumento nos domicílios unipessoais entre os últimos três anos censitários. Em segundo lugar, se produziu um incremento percentual das

famílias monoparentais, chefiadas predominantemente por mulheres, as quais ficaram sozinhas em função do fim de um relacionamento ou devido à viuvez. Estas famílias se localizam em regiões urbanas e o chefe apresenta escolaridade elevada.

Em terceiro lugar, a chefia de domicílios ainda é predominantemente masculina, mas com um incremento da chefia feminina, no período transcorrido entre os três anos censitários. Cabe destacar o aumento dos domicílios chefiados por mulheres que têm vínculo conjugal. Esse aumento poderia ser consequência de dois fatores principais: o déficit habitacional e as mudanças nas relações de gênero.

Outro aspecto distintivo tem a ver com as decisões que concernem ao casal. Revelaram-se decorrentes de fatores de tipo econômico. Neste caso, as assimetrias por sexo, mesmo que presentes, não se apresentaram muito evidentes. Já no âmbito doméstico, observou-se o respeito pelas pessoas mais velhas no que diz respeito à tomada de decisão e realização das tarefas que ainda apresentam aparência sexista.

Essas características evidenciam encontros e desencontros entre o caso cubano e a segunda transição demográfica. São refletidas mistura de condições dadas pelas mudanças nas relações de gênero, elevada escolaridade, junto ao déficit habitacional e as configurações das famílias, entre outros. Todos eles parecem indicar um cenário complexo e multidimensional, que se tentará desvendar nas seções a seguir.

5.2. Sexualidade

O objetivo desta seção é identificar os elementos presentes na iniciação e as experiências em torno à sexualidade. Para isso, serão colocados pontos em comum e particularidades em relação à segunda transição demográfica.

As mudanças em torno da sexualidade são focalizadas nos aspectos culturais que dão significados a eventos tais como a menarca ou primeira menstruação para a mulher, a perda da virgindade, as mudanças nos papéis que têm sido socialmente atribuídos para homens e mulheres durante a relação sexual, a experimentação do prazer sexual, entre outros. Neste sentido, ganha destaque a releitura das atitudes e comportamentos sexuais, com base nas relações de gênero que se reproduzem nos comportamentos associados à vivência da sexualidade dos indivíduos.

Os resultados apresentados nesta seção estão organizados em duas partes. A primeira trata das vivências associadas à primeira menstruação; enquanto a segunda aborda a iniciação sexual e a experimentação sexual. As discussões são perpassadas pelo enfoque de gênero. Neste item privilegia-se a análise qualitativa.

5.2.1 Primeira menstruação

A menarca ou primeira menstruação e o contexto em que ela ocorre, são temas relevantes ao se discutir sobre sexualidade. Quando uma jovem experimenta a primeira menstruação, ela passa a ser considerada, em tese, apta para iniciar a vida reprodutiva. No entanto, essas mulheres constituem um grupo heterogêneo, por diversas razões, quase sempre associadas às suas histórias de vida, aos processos de socialização e características familiares. Pela importância que guarda com o interesse deste estudo, foram investigadas as experiências relacionadas com a primeira menstruação, procurando identificar quais são os aspectos de natureza valorativa que estão presentes durante essa etapa do ciclo de vida feminino.

As falas das entrevistadas mostraram que, de maneira geral, a primeira menstruação é associada a três significados. O primeiro destes tem a ver com sentimentos de orgulho por ter atingido um status diferente, na medida em que marca uma mudança, expressada na passagem de criança para adolescente (em alguns casos as entrevistadas se referiam ao “tornar-se mulher” ou “atingir a vida adulta”). Neste caso, associa-se, em parte, com a forma em que foi definido por Udry & Cliquet (1982), segundo os quais, em muitos locais a menarca é um sinal de que a jovem alcançou a maturidade sexual e está pronta para se casar ou iniciar sua vida sexual, faz parte do processo de tornar-se mulher. No caso das entrevistadas, esta passagem esteve mais ligada ao sentimento de ser mulher do que estar pronta para o casamento e filhos. As duas falas, a seguir, expressam este tipo de sentimento, sendo que na segunda delas o orgulho está marcado também pela angústia apresentada pela entrevistada pelo fato de ter sido a última, do grupo de amigas, a ficar menstruada:

O que significou isso para você?

Naquele momento era algo como um orgulho e quando alguma das minhas amigas falava: menstruei!..., isso era já ser mulher (Maria, 34 anos, ensino superior).

- O que significou isso para você?

Todas estávamos loucas para ter a menstruação para sermos adultas...” “víamos isso como ser mulher, ser mais adulta. Quando alguém demorava todo mundo se questionava por quê ela não tinha menstruação (Rosa, 26 anos, ensino superior).

Aquelas que falaram em sentimentos de orgulho eram, em sua maioria, mais escolarizadas, tinham maior conhecimento sobre sexualidade, eram majoritariamente menores de 30 anos e associaram, claramente, a primeira menstruação com um evento que marcava uma mudança no ciclo de vida, sem conotação negativa.

O segundo significado atribuído à aparição da menarca tem a ver com doença e desconforto, sendo considerado, também, um tema que precisava ser tratado com discrição. Neste sentido, ganha destaque o despreparo psicológico e o desconhecimento mostrado pelas entrevistadas que assumiram essa postura.

- Me conta um pouco sobre a sua primeira menstruação?

Minha mãe me falou: isso é uma ferida por dentro, isso não dói, e eu perguntava para ela, mas por quê? Se eu não caí, eu não me machuquei (Norma, 30 anos, ensino médio).

O terceiro significado estava associado a atitudes de indiferença diante do evento, considerando-o como um momento natural, que não provocou mudanças nem apresentou relevância alguma na vida das entrevistadas. Esta postura foi mais freqüente em mulheres escolarizadas e jovens e se destaca a presença de informação sobre o tema. Neste caso, poderia se tratar de mulheres que tinham com quem conversar, parece que havia menos tabu em suas casas com assuntos relativos ao sexo e sexualidade, o que permitia que elas encarassem a chegada da menstruação de forma mais natural.

- Como foi a sua primeira menstruação?

Na verdade foi uma coisa normal, eu tinha conversado sobre isso com a minha mãe,ela

me explicou tudo, também algumas das minhas amigas já tinham passado por isso, então, eu me lembro como uma coisa normal, que devia acontecer (Laura, 26 anos, ensino superior).

No concernente à presença e participação de membros da família nesse momento, foi interessante o papel que, nas falas das entrevistadas, tinham as mulheres da família. Algumas entrevistadas relataram a presença particularmente daquelas mulheres mais velhas, como é o caso das avós. Nestes casos, elas são envolvidas, conscientemente, e é concedida a responsabilidade de falar para as netas sobre o significado da menstruação e, como consequência, o significado de ser mulher. Nos casos que assim aconteceu, esse momento adquiriu um caráter de completa relevância e significou uma forma de reforçar idéias mais tradicionais para a adolescente.

É interessante notar que poucas entrevistadas associaram a primeira menstruação e os riscos de gravidez ou mudanças de comportamentos decorrentes de ter chegado à menarca. As informações referidas estão mais ligadas ao significado do evento, ao contexto no qual aconteceu, sem referências a mudanças de comportamentos, como consequência da primeira menstruação. Quando se tentou aprofundar nesse aspecto, as entrevistadas relataram ter conhecimentos básicos sobre o que a menarca significava, e achavam que na primeira vez, os riscos de gravidez eram poucos, mas deveriam tomar cuidados nas relações sexuais subseqüentes.

As diferenças observadas nas falas das entrevistadas sobre o significado da menarca estiveram relacionadas com a idade da mulher e com escolaridade própria e das pessoas que estavam por perto, nesse momento. Aquelas mais jovens (com menos de 30 anos) e mais escolarizadas evidenciaram que experimentaram a primeira menstruação em condições mais favoráveis, ao contar com maior informação sobre o tema e agiram com naturalidade e orgulho. Em geral, mulheres jovens e procedentes de famílias mais escolarizadas não manifestaram medo e expressaram que o momento teve um sentido positivo nas vidas delas, porque significava ter atingido o status de mulher ou porque era uma coisa normal. Por outro lado, os sentimentos de medo e desconforto foram mais freqüentes em mulheres de menor escolaridade e com idades mais avançada. Estas mulheres foram, também, mais enfáticas ao se referir à menstruação como um evento sobre

o qual elas sentiam vergonha ao falar com outras pessoas que não fossem a mãe ou familiares próximos, sempre do sexo feminino.

De maneira geral, nesta temática, as entrevistas refletiram a presença marcada de distinção de espaços femininos. Em nenhuma entrevista foi referida a presença de figura masculina associada a esse evento e seu significado. As referências sobre a presença de outras pessoas foram, fundamentalmente a mãe, a avó, as amigas, assim como professoras de escola secundária (ensino médio). Neste último caso, trata-se de um elemento próprio do contexto cubano, sendo que em algumas regiões predominaram de escolas de regime interno nas quais os jovens e adolescentes ficam durante toda a semana³⁷. Desta maneira, é muito provável que a primeira menstruação ocorra durante o período em que as adolescentes estão na escola e longe da família.

5.2.2 Experimentação da sexualidade: Iniciação sexual e prazer da sexualidade

Na atualidade, o tema da iniciação sexual continua sendo de interesse ao se falar em sexualidade em geral. Ele ganha importância ao se tratar de pesquisas que procuram identificar atitudes e comportamentos em relação à forma em que é vivenciada a sexualidade.

Uma das grandes áreas de interesse tem sido associada aos riscos que representa o fato de experimentar a primeira relação sexual de maneira precoce, tanto como ao fato de que a relação sexual marca o começo da exposição ao risco de gravidez não-desejada e de doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) (Abma et al. 1998). Neste caso, o foco está na discussão sobre valores e atitudes em torno da sexualidade, fato de interesse ao se falar em segunda transição demográfica.

Independentemente do contexto, o discurso dominante em torno da sexualidade ainda é um discurso predominantemente heterossexual e assinado pelas iniquidades de gênero, que diferencia o que é próprio para homens e o que é próprio para mulheres durante o ato sexual (Moore, 2006). Esse discurso guarda uma estreita relação com o exercício do poder.

³⁷ Em Cuba, esse tipo de ensino se chama Secundaria Básica no Campo, quando (do sétimo a nono ano) e Pré-universitário no Campo (do décimo ao 12 grau). Neste tipo de ensino, os estudantes combinam os estudos com trabalhos agrícolas.

Desta maneira, os comportamentos das pessoas em torno da sua sexualidade têm sido historicamente influenciados pela Igreja, pela família, pelo sistema legal, assim como pelo Estado. Ou seja, estas instituições têm sido tradicionalmente responsáveis pela definição dos comportamentos e atitudes “normais” ou “anormais” em matéria de desempenho sexual.

Na atualidade, existem contextos nos quais a forma em que esse discurso dominante se manifesta está marcada pela tendência a mudanças nas atitudes, sobretudo nas últimas décadas, no sentido de uma maior flexibilidade em relação àquilo definido como normal, que se visualiza em uma maior tolerância à liberdade de viver a sexualidade tanto para homens, quanto para mulheres. Segundo Miranda-Ribeiro (1997), no caso brasileiro, algumas manifestações já eram visíveis, nos anos oitenta do passado século, tais como a queda nas taxas de casamentos, aumento das taxas de divórcio, maior tolerância a diversidade de atitudes sexuais, diminuição da idade média à primeira relação sexual.

Uma pesquisa realizada em duas províncias de Cuba, no ano 2000³⁸ mostrou que 95% das pessoas de 15 a 59 anos declararam ter tido relações sexuais, sendo ligeiramente superior a porcentagem para os homens (95,4%). Ao se isolar a população de 15 a 19 anos, os dados mostraram que 55,8% das mulheres e 65,9% dos homens tinham se iniciado sexualmente no momento da pesquisa (ONE-CEPDE, 2003). A mesma pesquisa indica que 99,2% da população de 50 a 59 anos tinha tido relações sexuais alguma vez na vida.

Durante a segunda transição demográfica, as idades à primeira relação sexual tendem a diminuir para ambos os sexos, devido à revolução sexual e mudanças mais gerais nas normas e na ética acontecidas nos anos sessenta (Lesthaeghe, 2000). Pesquisas realizadas em Cuba dão conta de que a iniciação sexual acontece, em média, em torno dos 14 anos (Santana et al. 2006). Os dados mostram pequenas diferenças entre as idades para homens e mulheres, sendo ligeiramente mais tarde o início nas mulheres. Dados calculados por Simão (2005) para Belo Horizonte, no ano de 2002, revelam uma idade mediana à primeira relação sexual para mulheres mais jovens (menores de 30 anos) de 18 anos, mostrando uma diferença de 4 anos em relação às cubanas.

³⁸ O ano de 2000 foi realizada pela Oficina Nacional de Estatísticas de Cuba, uma pesquisa em duas províncias cubanas (Cienfuegos e Holguín) sobre saúde sexual e reprodutiva. O estilo desta pesquisa inclui aspectos similares as DHS.

Os dados da ONE-CEPDE (2003) sugerem que as mulheres se iniciam em torno dos 17 anos, sendo que os homens têm a primeira experiência sexual com 16 anos, aproximadamente. A mesma pesquisa revela diferenças na idade de iniciação entre regiões rurais e urbanas, sendo que as adolescentes de áreas rurais se iniciam mais cedo do que aquelas que moram em áreas urbanas. Já no caso do sexo masculino, a pesquisa mostra que aqueles que moravam em áreas rurais declararam se iniciar quase um ano mais tarde em comparação com os que moravam em regiões urbanas (ONE-CEPDE, 2003). As diferenças observadas nos resultados desta pesquisa com os da mencionada anteriormente se explicam pelo fato de que, na segunda, foram entrevistadas mulheres de diferentes coortes (15 a 59 anos), o que deve ter provocado que a idade de iniciação calculada fosse maior em relação à primeira pesquisa mencionada devido às diferenças nas idades de iniciação das diversas coortes.

Al tomar en cuenta la edad actual se aprecia además que ha ocurrido un rejuvenecimiento importante de la edad de iniciación sexual, fundamentalmente para las mujeres de ambas provincias. Las mujeres de las generaciones más jóvenes experimentaron su primera relación sexual siendo en promedio 2,6 años más jóvenes que cuando ocurrió este evento en las mujeres de las generaciones mayores (ONE-CEPDE, 2003, p.27).

Esse aspecto parece indicar que, em Cuba, está ocorrendo uma diminuição na idade de iniciação, tal como Lesthaeghe (2000) aponta para contextos europeus.

Do ponto de vista metodológico, podem existir diferenças e vieses na maneira de se registrar a informação referente à primeira relação sexual. Geralmente, a sociedade não espera que homens e mulheres se comportem da mesma maneira. Assim, historicamente, tem se esperado que os homens se iniciem mais cedo e em variadas circunstâncias (com mulheres mais velhas, com prostitutas, com namoradas, etc), enquanto para as mulheres o mais importante é guardar a sua virgindade como sinônimo de moralidade.

Para compreender aquilo que os dados quantitativos sugerem, assim como para dar respostas aos objetivos propostos na pesquisa, a análise, a seguir, perseguiu a identificação de aspectos sobre sexualidade, mais ou menos próximos a cenários de segunda transição demográfica, segundo as características já definidas para estes contextos no Capítulo 2.

Aspectos afastados de contextos da segunda transição demográfica

1. Sexualidade e gênero

Entre aqueles aspectos associados à sexualidade e que se afastam dos cenários típicos de segunda transição demográfica, pode-se mencionar um elemento já assinalado por Moore (2006), ao se referir à relação entre sexualidade e gênero. O sexo foi assumido como inerente à masculinidade e legitimamente aceito desta forma. Na opinião de homens e mulheres, para o homem o ato sexual deve ser sempre prazeroso. Para as mulheres é natural sentir medo, confusão, desconforto e dor. Isso ocorreu com maior frequência no início das relações sexuais. No relato da mulher, a seguir, pode-se constatar esta questão.

- Como foi a sua primeira experiência sexual?

Um desastre, não sei, não sabia, além de ter doído muito, não desfrutei nada...” “porque quando eu comecei a ter relações sexuais, eu pensava, o que é as pessoas vêem nisso, porque eu sinto muita dor (Norma, 30 anos, ensino médio).

As construções de gênero permearam aquilo que homens e mulheres declararam esperar de seus papéis durante as relações sexuais. As mulheres atribuíram um significado maior à função ativa do parceiro durante a iniciação da vida sexual, ao mesmo tempo em que acharam que elas tiveram um papel passivo durante a sua primeira relação sexual, não acontecendo o mesmo nas relações sexuais seguintes. Os homens, pelo contrário, consideraram que existe uma relação mais simétrica e que ambos podem ser ativos e se manifestar em dependência de quem deseja primeiro ter sexo. Para verificar estes aspectos, podem-se observar as falas a seguir:

- Quando você vai ter relações sexuais, quem toma a iniciativa?

Nas minhas relações sexuais, sempre é o homem quem toma a iniciativa. Eu tomei a iniciativa algumas vezes, mas muito menos que eles. Eu gostaria de ser mais ativa, mas existem limites que não me deixam, eu sinto vergonha.... Essa barreira não tem a ver com desejos, é outra coisa, eu sinto medo que ele não queira (Rosa, 26 anos, ensino superior).

- Quando você vai ter relações sexuais, quem toma a iniciativa?

Nas minhas relações sexuais? Eu acho que os dois, depende de quem tem desejo na hora,

às vezes sou eu e as vezes é ela, mas isso é com a minha namorada. Quando foi com outras pessoas, eu não ligo muito, acho que está claro que os dois querem. (Luis, 30 anos, ensino superior).

Ainda para aquelas entrevistadas que consideraram a primeira experiência como positiva, foi admitida a existência da persuasão por parte do parceiro. A maioria relatou que, num primeiro momento, não queriam chegar até a penetração. Assim, elas transitaram por um processo de convencimento, tal como é observado no seguinte relato.

- Você sentiu persuasão por parte dele?

Sim, teve persuasão por parte dele, como era minha primeira vez, eu tinha medo e não queria chegar a esse ponto, mas ele me levou lá aos poucos. A gente foi transgredindo partes e partes, até que chegamos à relação sexual completa (Rosa, 26 anos, ensino superior).

No sentido do prazer do sexo, também se observaram elementos que denotam a banalização do desejo masculino, sempre esperado, sempre inerente à natureza dos homens, versus a necessidade sempre esperada, também, da mulher ser persuadida para ela, finalmente, aceitar entregar alguma coisa considerada prezada diante a sociedade. A mulher seguinte, relata a existência de persuasão.

- Você desejava que isso acontecesse?

Olha, os homens sempre tratam de provar força, o que acontece é que a gente não quer, e já, depois, bom, em um momento determinado temos que ceder, mas a gente já estava junto há muito tempo... estávamos em um camping e apareceu a oportunidade de fazermos, mas não estávamos preparados para isso (Maria, 34 anos, ensino superior).

No geral, as entrevistas confirmam os estereótipos: o homem sempre quer ter sexo e a mulher precisa ser persuadida, se pressupõe passiva e sente menor desejo por natureza, em geral. Ela, também, é mais vulnerável em geral, pois está fazendo uma coisa que não

deseja ativamente. Moore (2006), através da realização de grupos focais em Belo Horizonte e Recife, no Brasil, confirma, com base na opinião mais prevalente entre as participantes, que a primeira vez das mulheres ocorre em condições de ignorância e passividade.

2. O começo da vida sexual

O começo da vida sexual foi associado, pela maioria dos entrevistados com o momento da primeira relação sexual com penetração. Isso ocorreu, com maior frequência entre as mulheres, pois alguns homens relataram a prática da masturbação durante um período prévio à primeira relação com penetração. Caberia esperar que, em contextos de maior liberdade e tolerância para viver a sexualidade de maneira plena e nos quais existe uma maior informação sobre esses aspectos, as pessoas vivam outros tipos de experiências sexuais, antes ou depois da perda de virgindade. Não obstante, os entrevistados não revelaram isso nos seus relatos. Embora a masturbação masculina tenha emergido por parte de alguns entrevistados, não se associa a mudanças das atitudes na sexualidade, nem à maior abertura na forma dela ser assumida, pois tradicionalmente foi mais fácil para os homens aceitar e falar sobre esse tema.

Um aspecto que se observou na maioria das entrevistas, tanto de homens, quanto de mulheres, foi a presença, durante a primeira relação sexual, de alguém mais ativo e mais experiente que conduzisse tudo. O início da vida sexual dos entrevistados do sexo masculino foi, em geral, com mulheres com experiência sexual, que, na maioria dos casos, não eram suas namoradas. Já no caso das mulheres, o fato de que o parceiro tivesse mais experiência, era visto como uma coisa normal e esperada, independente de se era ou não o namorado. Segundo ONE-CEPDE (2003), as mulheres tinham a primeira relação sexual com homens 5,4 anos mais velhos do que elas, sendo que, no caso dos homens, as mulheres com as quais se iniciaram eram 1,3 anos mais velhas do que eles. Isso significa que a iniciação acontece sempre com alguém de maior idade, independente do sexo.

As entrevistas não mostraram homogeneidade nos aspectos acima mostrados. Observaram-se diferenças, sobretudo por sexo e escolaridade dos entrevistados, sendo que aqueles de menor nível de escolaridade revelaram, com maior ênfase, uma separação de espaços, que deram conta de papéis femininos e masculinos diante da sexualidade.

Aspectos próximos de contextos de segunda transição demográfica

1. Significado da iniciação sexual

Foram identificados aspectos associados à sexualidade que parecem indicar uma maior proximidade com os contextos de segunda transição demográfica. Os principais deles são discutidos a seguir.

A iniciação da sexualidade, ainda que mantido seu significado relevante, foi percebida como um momento menos associado ao medo da “perda da virgindade” para a mulher, e à “necessidade de ter experiência sexual” para o homem ser aceito pelo grupo de amigos.

- O que isso significou?

Era como ter alguma coisa a falar sobre esse tema.... a relação sexual não era uma coisa significativa em termos de primeira vez nem nada, era apenas aquilo de falar disso com curiosidade sobre o assunto, sobre o que se sente, não tínhamos preconceitos, ao contrário, todo o mundo achava que tinha que acontecer (Rosa, 26 anos, ensino superior).

Tanto homens, quanto mulheres, deram pouca importância às características dos parceiros para se iniciar sexualmente. Não foram identificadas preferências por algum atributo ou por um tipo de relação para que isso acontecesse. Inclusive, alguns relataram que era mais confortável que essa primeira vez acontecesse com alguém desconhecido ou que não fizesse parte do grupo de amigos, desta maneira se evitariam situações de constrangimento. Tanto os homens, quanto as mulheres, passaram pelas experiências de medo e timidez em relação à iniciação sexual. Esse medo foi mais difícil de se aceitar publicamente pelos homens, sobretudo porque se espera que eles sejam mais ativos e mostrem maior conhecimento sobre práticas sexuais.

Diferente dos achados de Simão (2005) para Belo Horizonte, onde as mulheres indicaram ser 18 anos a idade ideal para o início da vida sexual, os entrevistados não identificaram uma idade como a idade ideal para que ocorra a iniciação sexual. Ao serem perguntados sobre este aspecto, as respostas estiveram, freqüentemente, associadas à inexistência de uma idade certa para se iniciar e à necessidade de possuir conhecimentos sobre sexualidade, prevenção sobre a gravidez e proteção das infecções sexualmente transmissíveis (IST).

2. A infidelidade

O aumento da tolerância à infidelidade foi usado por Lesthaeghe (1983) como um indicador de mudança de atitudes em relação à família, para alguns países europeus. O estudo de caso revelou que a maioria dos entrevistados tinha uma posição “aberta” em relação a infidelidade. Uma parte importante de homens e mulheres declarou que alguma vez foi infiel, revelando-se diferentes tipos de infidelidade, desde aquelas de natureza mais platônica, até a manutenção de dois relacionamentos simultâneos. Os motivos para ter múltiplos parceiros foram essencialmente curiosidade, desejo de estar com alguém de quem gostavam muito fisicamente e a existência de problemas no relacionamento que tinham. Tanto o posicionamento sobre a infidelidade, os tipos de infidelidades, como os motivos revelados denotaram diferenças por sexo e idade dos entrevistados. Entre os homens foi mais freqüente o desejo de ficar com alguém de quem gostavam muito fisicamente, revelando também uma atitude mais relaxada sobre o assunto. As mulheres foram infiéis, principalmente, devido à existência de problemas no relacionamento que tinham. Os entrevistados mais jovens de ambos os sexos foram mais tolerantes e conversaram com naturalidade sobre suas experiências.

A presença da infidelidade não denotou diferenças segundo nível de escolaridade, mas, a forma em que foi relatada revelou que os mais escolarizados falaram mais abertamente. A diferença dos resultados do estudo de Oliveira & Marcondes (2004), onde a infidelidade foi encarada como a quebra de um princípio básico dos relacionamentos, que é o respeito mútuo, e foi declarada como desejável para as mulheres, a maior parte dos entrevistados que falaram em infidelidade revelou que não sentiu peso de consciência associada a ela e que não comprometeu o relacionamento.

Deve-se destacar que a tolerância observada se manifestou na infidelidade do próprio entrevistado, pois no referente a perdoar ou aceitar algum tipo de infidelidade, os relatos revelaram maior diversidade. As mulheres com opiniões mais tolerantes, freqüentemente falaram preferir não saber. Já os homens foram muito enfático em falar que não continuariam relacionamentos nessas condições. O relato seguinte ilustra esta questão.

- O que você acha da infidelidade?

Eu posso entender qualquer tipo de infidelidade, mas tenho certeza que não a toleraria,

ainda quando não sentiria ódio por ninguém devido a uma infidelidade. Poderia continuar me relacionando com a pessoa, mas não posso continuar o relacionamento. É uma coisa que eu não posso aceitar, mesmo que eu quisesse. É uma coisa que não tenho superado, ou não quero superar. Eu sim tenho mudado de atitude e tenho sido flexível com outras coisas, que inclusive as pessoas não aceitam, mas acho que a infidelidade da minha parceira me afetaria. Eu tenho sido menos machista do que a maioria das pessoas do lugar onde eu nasci, eu não sou homofônico, por outras razões me considero menos machista. O primeiro relacionamento que contei para você acabou, porque ela foi infiel. Mas isso não foi uma tragédia, no momento fiquei chateado, mas hoje nós somos amigos, agora o relacionamento tinha que acabar. (Ivan, 27 anos, ensino superior).

3. Características do parceiro ou parceira.

A busca de parceiros para relacionamento denotou uma simetria no que homens e mulheres procuram. Não se observaram diferenças por sexo nas características relatadas pelos entrevistados, ao serem perguntados sobre como gostariam que fossem seus parceiros. Quase todos falaram em atributos espirituais, facilidades de comunicação e também atração física. Não obstante, ainda é mais comum que os homens façam distinção entre parceiras para “ter sexo” e parceiras para “relacionamentos formais”. O relato a seguir mostra a forma em que um homem define os aspectos que têm em conta para escolher suas parceiras.

- Como você escolhe suas parceiras?

A primeira coisa é a imagem física. Já depois vêm outras coisas, conversar com ela. Dizer que eu gosto que seja inteligente, acho que não significa nada, todo o mundo quer isso. Está isso de poder conversar, que a gente tenha interesses comuns. Por exemplo, eu não gosto que fume. Nunca estive com ninguém que fumasse. Do ponto de vista físico, eu gosto do mesmo que todos os cubanos, bumbum grande, seios grandes (risos). (Julio, 32 anos, ensino superior).

As formas através das quais os entrevistados se aproximam de seus parceiros, tanto para chamar a atenção deles como para estabelecer vínculos mais próximos, revelou, também,

respostas bastante homogêneas entre homens e mulheres. Quase todos falaram que já experimentaram as duas alternativas, ou seja, se acharam escolhidos por alguém, assim como já foram eles mesmos os que escolheram as pessoas da qual gostavam e tentaram se aproximar delas.

- E, esse momento de chegar perto da pessoa, como é que ocorre?

Às vezes eu os escolho e outras eles a mim. Mas na maior parte das vezes eles me escolheram. Ou seja, eu não tinha percebido nada até que eles chegam perto de mim e nesse momento começa alguma coisa. (Rosa, 26 anos, ensino superior).

- Você acostuma chegar primeiro nas pessoas ou elas são as que chegam em você?

Não, até agora eu acho que não posso me lembrar de alguma parceira com a qual fosse tentar primeiro, exceto em duas ou três ocasiões, tem sido mútuo... Agora quando é procurando ter sexo, está claro que a gente já sabe quem é a pessoa que esta disposta a fazer (Pedro, 35 anos, ensino superior).

4. Dois aspectos típicos de segunda transição demográfica

A relação entre casamento e sexualidade e entre sexualidade e reprodução foi pouco observada nos relatos dos entrevistados. Nos casos em que surgiu se tratou de pessoas mais velhas, da baixa escolaridade e, geralmente, de pessoas que faziam parte do âmbito familiar dos entrevistados e não eles mesmos. Desta forma, existem indícios de uma das características típicas de segunda transição demográfica, ou seja a ruptura definitiva entre sexualidade, casamento e procriação. Tendo em vista o objetivo deste capítulo e do estudo em geral, assim como a relevância deste resultado, esta idéia estará presente em muitas das análises que se seguem.

Outro atributo importante dos contextos de segunda transição demográfica é o incremento dos sentimentos de secularização. *Desde sus inicios el proyecto revolucionario significó un fuerte proyecto secularizativo que había comenzado con la república neocolonial a través de la separación institucional de los poderes religiosos y políticos (del Rey et al, 2002, p.*

94). Não obstante, ocorre um re-avivamento religioso durante o período de crise dos anos noventa, se observando o topo do mesmo no ano de 1994. Neste sentido, os resultados obtidos dos relatos dos entrevistados, revelaram que a religião (de diferentes tipos), ainda quando praticada por alguns, não está presente em suas decisões em relação ao comportamento no que diz respeito à sexualidade.

Os entrevistados revelaram a prática ou crença de religiões sem oferecer muito detalhe ao respeito. Ao serem perguntado com maior ênfase, falavam que acreditavam em Deus, mas que não freqüentavam a igreja periodicamente. Outros entrevistados falaram de prática de religiões de origem africanas, mas, não deram importância a essa prática na forma em que experimentavam a sexualidade.

Em síntese, a iniciação sexual, vista através das respostas das pessoas entrevistadas, está sendo concebida, ainda, como um evento importante na vida, tanto de homens, quanto de mulheres. No entanto, esse momento começa a ser menos ligado ao medo da perda da virgindade, para a mulher, e da necessidade de ter experiência sexual, para o homem. Parece se notar uma maior simetria entre os sexos, no que se refere ao significado da iniciação sexual. Isso não significa que não sejam observadas, ainda, algumas características típicas de papéis diferenciados para homens e mulheres, tal como as falas mostraram.

Em sentido geral, a maioria dos relatos sobre sexualidade esteve influenciada pela idade e pelo nível de escolaridade dos entrevistados. Os mais jovens e também mais escolarizados deram menor importância à iniciação sexual, ofereceram maiores detalhes sobre o ato sexual, inclusive sobre as experiências prévias à penetração, falaram em proteção das infecções sexualmente transmissíveis e não deram muita importância à durabilidade dos relacionamentos. Os entrevistados menos escolarizados, sobretudo do sexo feminino, ficaram mais tímidos ao falar em sexualidade, deram maior ênfase às características do parceiro na iniciação sexual e revelaram menos conhecimento sobre prevenção, tanto da gravidez, como de ISTs.

A maioria dos entrevistados se referia a suas experiências enquanto parte de casais heterossexuais. No entanto, alguns deles falaram das fantasias sexuais que incluíam outras pessoas e sobre possíveis comportamentos bissexuais. No primeiro caso, foram os homens os que mencionaram o desejo de compartilhar a namorada ou parceira com outra mulher.

Já no caso das experiências bissexuais, constatou-se nos relatos de duas entrevistadas do sexo feminino. Por não ser um aspecto que foi repetido na maioria das entrevistas, decidiu-se por não trazer exemplos para este estudo. No entanto, é importante chamar a atenção em termos do que isso significa como “medidor” de liberdade sexual e de maior tolerância ante atitudes diferentes da “norma” social.

Não se deve esquecer que, sendo Cuba um país com uma ampla tradição no desenvolvimento de campanhas educativas através da mídia, as pessoas, independentemente do nível de escolaridade, da ocupação, da idade ou qualquer outro atributo, têm acesso à informação sobre diversos temas de maneira periódica. Mesmo que não apliquem este conhecimento, essas pessoas podem estar tendo domínio sobre a maioria dos temas associados à sexualidade, inclusive, não se descartou a idéia de que elas poderiam saber como responder às perguntas da forma que achassem que seria correto ter atuado no passado.

5.3 Casamentos e uniões

5.3.1 Características dos casamentos e uniões

Neste item, serão descritos e interpretados os padrões de casamento e de uniões vigentes na população cubana, à luz da teoria da segunda transição demográfica. Na maioria das explicações, são combinadas as falas dos indivíduos nas entrevistas em profundidade com os indicadores demográficos calculados.

Os aspectos associados à formação da família podem ser numerosos e de diversas naturezas. No entanto, neste estudo serão identificados aqueles que são relevantes, do ponto de vista demográfico, e que são discutidos no arcabouço teórico da segunda transição demográfica.

As mudanças em torno da situação conjugal são elementos que revelam um lugar privilegiado na discussão de segunda transição, chegando a ser uma das três dimensões centrais do arcabouço teórico da segunda transição demográfica (Lesthaeghe, 1988; van de Kaa, 1987). Neste quadro, destacam-se várias manifestações, por exemplo, o adiamento dos casamentos; a diminuição da incidência de primeiros e segundos casamentos; o

incremento da coabitação, seja como período de teste pré-marital ou como alternativa depois do primeiro casamento; a renúncia definitiva à vida de casados, entre outros.

Em Cuba, são pouco freqüentes os casamentos religiosos, sendo que a maioria das pessoas oficializa a união diante de uma instituição estatal legal. Os dados do Censo de 2002 revelam que a proporção de pessoas de 15 anos e mais alguma vez casada era de 76%. Por outro lado, 10,2 % das pessoas de 50 anos ou mais nunca estiveram casadas ou unidas, cifra superior à registrada pelo Censo de 1981, quando este número era de 8,7%. Esse indicador registra um valor menor, no caso da população feminina, sendo que 8,7% das mulheres de 50 anos e mais se encontravam celibatárias no ano de 2002, indicador que também incrementou, em comparação com os dados do Censo de 1981, quando a proporção de mulheres de 50 anos e mais que continuavam solteiras era de 6,9%.

Historicamente, a união consensual tem estado presente na população cubana, como consequência da influência dos padrões de casamentos da população originária da África, para quem era muito difícil obter um casamento legal e, também, população de regiões rurais (Alfonso, 1999). Essa presença da coabitação, foi se espalhando para todas as camadas da população. Segundo Benítez (2003), nas últimas décadas se têm observado mudanças nesse padrão, ou seja, um incremento deste tipo de união entre a população, como um todo, e de maneira mais acentuada entre a população jovem de ambos os sexos, ligado a razões de diferentes naturezas, tais como a reprodução de padrões típicos de regiões rurais, a influência de experiências conjugais anteriores, as preferências por relações experimentais ou por relações com menor formalização, todas elas permeadas pela tolerância social à consensualidade.

Um aspecto importante é o fato de que, no Código de Família cubano, os filhos, sempre que reconhecidos no registro civil, apresentam os mesmos direitos, independente da relação entre os pais. Embora o casamento esteja vinculado às relações paterno-filiais, ele não constitui a via fundamental para legitimar a paternidade e garantias hereditárias de geração em geração (Cuba, MINJUS, 1987).

Os indicadores cubanos de nupcialidade refletem uma diminuição dos casamentos legais, paralelamente a um aumento das uniões consensuais, sobretudo nas idades mais jovens (Catasús, 2005). A TAB 11 mostra a estrutura da população feminina cubana de 15 anos e mais por grupos de idades segundo situação conjugal nos dois últimos anos censitários. Os

dados revelam comportamentos já comentados por Catasús (2005) sobre o incremento das uniões consensuais e diminuição do peso relativo dos casamentos legais.

Em geral, observam-se algumas manifestações que sugerem semelhanças com contextos de segunda transição demográfica. Embora a proporção de mulheres com vínculo marital (casada e unidas) tenha-se mantido praticamente igual nos dois anos, houve mudanças na composição, sendo que as casadas diminuíram e as unidas aumentaram de um ano em relação ao outro. É também relevante em termos gerais a elevação na porcentagem de divorciadas ocorrido entre os dois anos.

A análise da situação conjugal, por grupo de idade, mostra resultados associados às mudanças na estrutura etária da população cubana. Durante os 21 anos transcorridos entre os dois censos, a população feminina de 15 a 19 anos, por exemplo, passou de 19,8% para 8,8%. Em geral, ocorreu uma diminuição na proporção de mulheres abaixo de 30 anos, sendo que a porcentagem da população feminina a partir dessa idade incrementou, em 2002, em comparação com os dados do Censo de 1981. Embora a diminuição que em sentido geral, se observa na proporção de solteiras, a análise por grupos de idades reflete um incremento no ano de 2002 em quase todos os grupos de idades.

Os dados da tabela evidenciam vários aspectos importantes, no que diz respeito aos grupos de idade. Poderiam estar presentes dois fatores, seja, o envelhecimento da da da população e da nupcialidade. Chama a atenção, por exemplo, que as casadas representavam a maior porcentagem das mulheres de 20 a 24 anos, no ano de 1981, mas no ano 2002 foram as solteiras as que passaram a ser as mais representadas, nesse grupo. Outro aspecto relevante se observa nos grupos de mulheres mais velhas (mais de 40 anos), ao revelar um incremento da proporção de divorciadas, em 2002.

TABELA 11. Estrutura da população feminina de 15 anos e mais por situação conjugal segundo grupos de idades. Cuba, anos 1981 e 2002.

ANO 1981							
Grupos	Solteira	Casada	Unida	Divorciada	Separada	Viúva	Total
15-19	75,3	7,7	13,1	1,6	2,3	0,1	100
20-24	26,5	32,2	28,6	6,0	6,5	0,2	100
25-29	9,0	49,3	26,4	8,9	6,0	0,4	100
30-34	4,6	53,6	25,8	9,9	5,4	0,7	100
35-39	3,5	54,1	25,6	10,3	5,3	1,2	100
40-44	3,4	53,9	24,7	10,1	5,7	2,2	100
45-49	3,8	53,2	23,9	9,3	5,9	3,9	100
50-54	4,7	51,9	21,7	8,5	5,9	7,3	100
55-59	5,9	49,3	19,4	7,6	5,7	12,1	100
60-64	6,9	44,5	17,1	6,6	5,4	19,4	100
65-69	7,8	38,8	14,1	5,9	5,0	28,5	100
70-74	9,1	31,6	10,6	5,1	4,3	39,3	100
75+	9,6	17,0	5,9	3,5	3,2	60,7	100
Total	22,0	38,3	20,9	6,9	4,9	7,0	100

Ano 2002							
Grupos	Solteira	Casada	Unida	Divorciada	Separada	Viúva	Total
15-19	76,9	5,1	15,9	0,8	1,2	0,1	100
20-24	37,6	19,5	36,1	3,3	3,4	0,2	100
25-29	18,1	31,6	39,7	6,1	4,3	0,3	100
30-34	11,7	37,5	37,9	8,0	4,6	0,4	100
35-39	10,6	40,8	33,5	9,9	4,5	0,7	100
40-44	10,0	42,2	30,8	11,1	4,5	1,4	100
45-49	9,4	45,7	25,0	12,7	4,5	2,7	100
50-54	8,9	47,5	19,6	14,5	4,5	4,9	100
55-59	8,7	47,5	15,5	15,0	4,5	8,8	100
60-64	8,3	46,6	12,4	13,7	4,2	14,9	100
65-69	8,3	43,3	9,8	11,6	3,7	23,4	100
70-74	8,2	37,2	7,8	9,1	2,9	34,6	100
75+	9,4	20,9	4,3	6,0	2,1	57,2	100
Total	18,5	35,3	25,4	9,0	3,9	7,9	100

Fonte: ONE. Censos de 1981 e 2002.

O casamento como processo de entrada ou de início de uma nova família, nem sempre teve a conotação que hoje apresenta. A transição demográfica compreende a evolução dos padrões de nupcialidade por mais de três séculos. Nessa evolução, o casamento tem

adquirido diversas naturezas dadas não apenas pelo aspecto físico (monogamia, bigamia, etc.), mas, também, pela função que ele tem exercido na sociedade.

Segundo Ariès (1987), se produziram mudanças após do século XVIII, quando a sociedade tendeu a aproximar as duas formas mais freqüentes de amor e que tradicionalmente foram vista como opostas. Dessa forma foi se constituindo um ideal de casamento no Ocidente, que impõe aos esposos a necessidade de se amarem, ou de simularem ser amantes. Isso significa que o erotismo extraconjugal entrou no casamento, colocando a durabilidade deste em teste. Segundo o autor, amor se apresentava em duas formas tradicionais que, de forma simples, se resume em amor dentro e fora do casamento, ou amor do espaço público e privado.

Discutir-se-á, nos dois itens que se seguem, o significado que apresenta esse modelo de casamento, colocado como o ideal ocidental pelo autor, assim como as alternativas de coabitação que coexistem com esse modelo. No caso cubano, se bem é certo que ainda é o casamento a forma mais freqüente de constituir novas famílias, tem existido, historicamente, uma aceitação social forte de formas alternativas a esse casamento (Benítez, 2003; Díaz, 2000). Ver-se-á em seguida, alguns dos aspectos presentes na tomada de decisão para a realização de um casamento ou união em Cuba.

5.3.2 A tomada da decisão para o primeiro casamento ou união

Vários autores têm confirmado a importância do casamento no processo de formação de famílias. Para alguns deles, com o casamento começa uma família nova (Strauss, 1983; Skinner, 1997). A TAB 12 mostra as idades médias ao casar para ambos os sexos, em Cuba.

TABELA 12. Idades médias feminina e masculina ao casar pela primeira vez. Cuba, anos selecionados.

INDICADOR	1990	1995	2000	2005
Idade média feminina ao casar pela primeira vez	26,85	26,59	28,85	29,92
Idade média masculina ao casar pela primeira vez	29,69	29,68	32,47	33,40

Fonte: ONE-CEPDE. Anuários demográficos de 1990, 1995, 2000 e 2005.

Os dados mostram que a idade média das mulheres ao se casar aumentou, entre 1995 e 2000, de pouco mais de 3 anos, sendo que os homens parecem estar adiando mais o casamento, com um incremento na idade ao casar de pouco menos de 4 anos. Deve-se levar em conta que se trata de casamentos oficialmente celebrados. As uniões consensuais ocorrem em idades mais jovens, tanto para as mulheres, quanto para os homens. Segundo os dados do Censo de 2002, a idade média feminina ao primeiro casamento ou união era de 21,5 anos. Esse mesmo indicador para o ano censitário 1981 foi de 19,7 anos (Rodríguez, 2006; Catasús, 2005).

Costa (2004) discute a diferença entre as idades médias à primeira união (independente do tipo de união) e a idade média ao primeiro casamento legal no Brasil. Segundo os cálculos mostrados para ambos os sexos, o indicador correspondente a primeira união, para o ano 2000 é de 22,69 anos, superior, em pouco mais de 1 ano ao observado para a população feminina cubana em 2002. A idade média ao primeiro casamento legal para o Brasil foi de 24,42 anos (para ambos os sexos). Esse valor é inferior à idade observada para cada sexo em Cuba no próprio ano (TAB 12).

Em geral, embora se tenha produzido um incremento, tanto na idade de entrada a qualquer tipo de união quanto na idade no primeiro casamento legal, o incremento nesta última é superior.

O padrão de nupcialidade cubano é jovem, decorrente das uniões consensuais que acontecem durante a juventude, sendo os casamentos legais eventos que ocorrem pela primeira vez em torno dos 30 anos, tanto para homens, quanto para mulheres. Países europeus, como França, Dinamarca, Holanda, entre outros se encontravam, no ano de 2005 com idades ao primeiro casamento em volta dos 30 anos, para homens e mulheres, sendo

ligeiramente menor o diferencial por sexo em comparação com Cuba³⁹. Conseqüentemente, poder-se-ia dizer que se está em presença de duas das manifestações principais no quadro da segunda transição demográfica. Trata-se do incremento da idade ao primeiro casamento e aumento da consensualidade nas idades jovens (Lesthaeghe, 1997). No entanto, essa afirmação poderá ser aprofundada através da análise dos possíveis elementos que estão por trás destes dados, através dos relatos.

Teoricamente, em condições de segunda transição demográfica, se espera que transcorra um tempo entre a união de tipo consensual e o primeiro casamento. Este período de tempo se justifica por várias razões de natureza ideacional, como, por exemplo, a materialização das prioridades dos adultos, entre as quais são destaque as necessidades de autonomia, de atingir determinados objetivos de realização profissional, de conviver juntos um período de teste antes de se consolidar um casamento, entre outras. Algumas destas razões estão presentes entre as pessoas entrevistadas, e serão analisadas a seguir.

De maneira geral, a informação revelada pelas pessoas entrevistadas evidencia a inexistência de preconceitos em torno do exercício da sexualidade fora do casamento e parece indicar a perda do valor do casamento, como um estado ideal a ser alcançado em algum momento da vida, mesmo que não seja descartada a possibilidade.

Sobre o tema da primeira união, uma mulher de 24 anos, com quatro uniões estáveis durante a vida, uma delas casamento legal e as outras uniões de tipo consensual, falou o seguinte:

- Como foi a sua primeira união ou casamento?

Me uni a primeira vez quando fiquei grávida...” essa vez me casei para que a criança não nascera fora de não sei o que e não se o quê, uma coisa que a minha avó me explicou na época. “É porque as pessoas queriam que eu me cassasse para que a criança nascesse em baixo de não sei o quê do casamento (Elisa, 24 anos, ensino fundamental).

³⁹ Os dados foram publicados no Demographic yearbook: The world women, 2005. Table A6: marriage, household and chilbearing. Em: http://unstats.un.org/unsd/demographic/products/indwm/ww2005_pub/ww2005_annex1_statistical%20tables.pdf

A fala acima evidencia que o casamento permanece como um evento importante para o nascimento de um filho, quando se trata da opinião de familiares mais velhos, neste caso da avó. A fala também se refere à alteração na sequência de eventos que compõem o ciclo de vida, segundo o padrão tradicional social. Neste caso, a mulher entrevistada, primeiramente ficou grávida, depois se uniu e logo depois casou. Existem pesquisas confirmatórias da inversão da sequência de eventos vitais, tais como casamentos e filhos no caso cubano. O filho pode chegar antes ou depois de uma união ou casamento, que pode acontecer algum tempo depois, ou não acontecer nunca (Rodríguez, 2006). Desta maneira, a chegada de um filho poderia levar à formalização de uma união já existente.

Deve-se destacar que na fala anterior aparece novamente o papel das avós das entrevistadas, desta vez em relação à importância do casamento para a chegada dos filhos. As políticas direcionadas ao incentivo do emprego feminino atingiram, principalmente, as mulheres que na atualidade têm menos de 60 anos. Poderia ser essa uma das razões que provocam maior participação das avós na criação das netas. Pois, provavelmente, os filhos delas, de ambos os sexos, estudaram e trabalham, ficando elas por conta do cuidado da casa e dos netos.

Uma mulher, de nível educacional elevado, ao se referir à primeira união ou casamento, faz referência aos motivos que a levaram a casar. Neste caso, a entrevistada, ao experimentar um relacionamento com uma pessoa mais velhas, sentiu a necessidade de maiores liberdades para viver com plenitude o seu relacionamento, constituindo o casamento a solução para essa situação.

- Como foi a sua primeira união ou casamento?

Aos 19 anos me casei pela primeira vez, eu estava apaixonada, mas me casei, fundamentalmente, porque meu parceiro era mais velho do que eu, 14 anos e minha mãe não me dava muitas liberdades e sabia que se eu não me casava não ia a poder continuar, a relação durou 8 anos (Maria 34 anos, ensino superior).

Uma mulher de 26 anos, também de nível educacional elevado, refere-se ao que aconteceu o processo durante o qual decidiram morar juntos, ela e seu namorado. Pode-se observar a ausência de um processo consciente de tomada de decisão para tal. Mostra-se como uma

decisão que foi acontecendo devido às dificuldades que o namorado enfrentava com o transporte para voltar para a casa dele, quando ia visitar a namorada. Neste sentido, a convivência aparece como parte das soluções aos problemas de transporte enfrentado pelo casal.

- Como foi a sua primeira união ou casamento?

Eu estive pela primeira vez morando com uma pessoa aos 22 anos, ele vivia longe de casa e quando ele ia me ver sempre pegava a confronta⁴⁰ dos ônibus e pouco a pouco começou a ficar lá e cada vez mais, até que nós já estávamos morando juntos (Laura, 26 anos, ensino superior).

As falas mostram uma ampla diferença nas posturas das pessoas em relação à primeira união ou casamento e nos motivos que levaram a eles. Vislumbra-se pouca importância em torno do processo da tomada de decisão. Nesse sentido, a união de natureza consensual pode ser estabelecida por razões muito diferentes, associadas a problemas de transporte, à maior comodidade para ficar juntos, à chegada de um filho, entre outros. Da mesma maneira, o casamento legal acontece por razões diversas, entre as quais foram destaques a necessidade de maiores liberdades no relacionamento e a presença de valores que concedem importância ao casamento para o nascimento de um filho.

O aumento das uniões consensuais também pode estar associado, num sentido mais geral, à tolerância social para a materialização deste tipo de união. Desta maneira, o casamento é postergado para idades em torno dos 30 anos, para as mulheres, e acima desta idade, para os homens, tal como mostrado nas cifras ao respeito.

Para completar o quadro da nupcialidade cubana, foram construídas tabelas de nupcialidade para calcular o tempo médio que se espera viva uma mulher em condição de solteira (esperança de vida solteira). Os resultados mostraram que a partir da idade de 20 anos, no ano de 1990, se esperava que uma mulher cubana, vivesse com o status de solteira 7,5 anos, em média. Já para o ano de 2005, os cálculos refletiram um incremento deste indicador. Se esperava uma mulher de 20 anos, vivesse com a condição de solteira, em

⁴⁰ Em Cuba os ônibus que passam durante a madrugada são chamados de “confronta”.

media 9,3 anos (ANEXO II, TAB A11). Este resultado completa a informação apresentada na TAB 11, na qual a proporção de solteiras aumentou entre 1981 e 2002.

5.3.3 Casamentos versus união consensual.

Em Cuba, os dados mostram uma diminuição da incidência do casamento legal na população na medida em que aumentam as uniões consensuais estáveis. Uma vez discutido sobre o processo que leva ao primeiro casamento/união, nesta seção serão comentadas as falas dos entrevistados sobre o significado do casamento e das uniões consensuais, independentemente da ordem dos mesmos. Na TAB 13 estão contidos alguns dos principais indicadores de nupcialidade para vários momentos no tempo.

A diminuição da taxa bruta de nupcialidade padronizada mostra que a tendência é independente da estrutura etária da população. O comportamento desse indicador é coerente com o incremento da idade média feminina ao casamento.

TABELA 13. Indicadores selecionados de nupcialidade para a população feminina. Cuba, 1990 – 2005.

MEDIDAS	1990	1995	2000	2005
TBN	9,6	6,4	5,1	4,6
TBNp*	9,3	6,8	5,1	5,2
Idade média feminina ao casamento	27,2	28,9	28,4	30,3

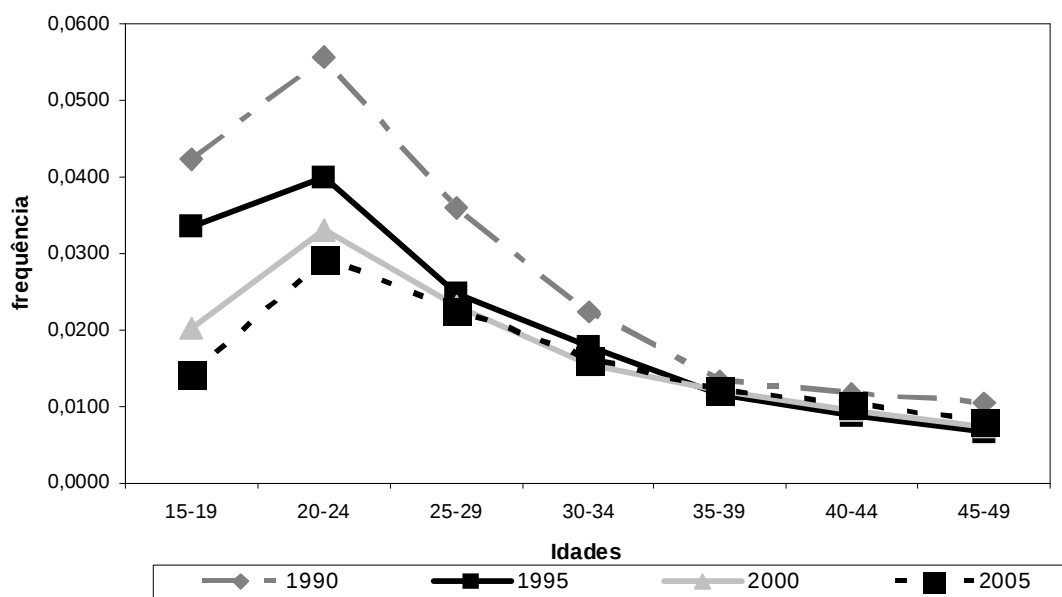
Fonte: ONE – CEPDE. Anuários demográficos, 1990, 1995, 2000 e 2005.

*A taxas brutas de nupcialidade, padronizadas, usando como população padrão a população do ano de 1990 de ambos os sexos.

A diminuição na incidência da nupcialidade na população cubana se apresenta com uma natureza bastante homogênea, no entanto, ainda se observam diferenças segundo grupos da população, essencialmente em termos de escolaridade e alguns outros atributos. Segundo Catasús (2005), as mulheres pretas e mestiças utilizam com maior frequência a união consensual do que as brancas, as mulheres mais escolarizadas demoram mais em se casar e as de menor escolaridade mostram uma maior incidência de presença de vínculo conjugal.

Apresentam-se, a seguir, as frequências de casamentos femininas por idades, para quatro anos. O gráfico reflete a diminuição da incidência dos casamentos em todas as idades, com exceção das idades acima de 35 anos durante o ano de 2005, que mostram taxas superiores aos dois anos anteriores, comportamento coerente com o adiamento das idades ao casar.

GRÁFICO 11. Frequência de casamentos por idades. Cuba, anos selecionados



Fonte: ONE-CEPDE. Anuários Demográficos 1990, 1995, 2000, 2005.

Para aprofundar nesta temática, foi perguntado sobre o significado do casamento legal. As pessoas entrevistadas tiveram diferentes opiniões, que transitaram desde um evento importante até posicionamentos de indiferença sobre a sua realização. Deve ser lembrado que, decorrente de suas histórias de vida, poderiam se identificar diferenças nas opiniões das pessoas que estavam casadas, as que estiveram casadas algumas vezes e aquelas que nunca se casaram. A seguir são apresentados alguns relatos sobre o significado do casamento.

1. O casamento como norma

Uma mulher de 40 anos expressa que para ela o casamento é importante, porque oferece maior segurança. Para ela, a união não é “normal”.

- O que significa para você estar casada?

Não sei, me dá mais segurança estar casada... mesmo que agora já não é seguro, assinar um papel não é o problema. Me da confiança, mas não é pelo casamento em si, é mais pela legalidade, é o que eu gosto, eu não gosto da união, não é normal (Hilda, 42 anos, ensino médio).

A fala, a seguir, também, concede um papel relevante ao casamento mas, neste caso, com base na existência de uma demanda familiar direcionada ao valor do casamento das gerações mais jovens da família. Essa demanda manifesta a ruptura já ocorrida entre casamento e fecundidade, mostrado pelas outras das jovens desta família.

- Por que decidiu se casar?

Bom, porque em minha família isso era uma tradição, era o que todos esperavam das jovens, como as outras mulheres da minha família que estavam com mais ou menos minha idade, mas elas ficaram grávidas antes do tempo, não conseguiram casar e então eu era a esperança de alguém sair casada, com vestido de noiva (Lourdes, 44 anos, ensino médio).

Entre os entrevistados que consideravam o casamento como “normal”, também encontravam-se aqueles que consideravam que ele deveria ocorrer para formalizar uma união madura e estável.

2. Indiferença diante do casamento

Na seguinte fala, uma mulher jovem, que nunca se casou, reflete um posicionamento de indiferença diante do casamento. Chama especialmente a atenção a disposição em se casar, mostrada pela entrevistada, no caso do parceiro considerar importante o casamento. Dessa maneira, a entrevistada coloca a realização do casamento como uma via para satisfazer o parceiro, se fosse necessário.

- O que significa para você estar casada?

Para mim, o casamento não tem importância nenhuma, é a mesma coisa casar ou não casar, não é importante. Se para alguns de meus parceiros isso é muito importante, então eu casaria, só para que ele se sinta bem. De fato no segundo relacionamento importante que eu tive, ele me propôs o casamento e eu falei que sim, porque eu percebi que para ele era importante (Rosa, 26 anos, ensino superior).

3. O casamento como parte dos planos daqueles que não se casaram

No entanto, para aquelas pessoas que nunca se casaram, o casamento apareceu como parte de seus planos futuros. Nestes casos, ele adquiriu uma conotação mais idealizada, associada ao parceiro(a) ideal, e é parte dos projetos de vida. Isso é mostrado na fala a seguir:

- O que você espera do futuro?

Olha, eu já me formei, eu já tenho trabalho, sei que ainda devo resolver muitos problemas econômicos, mas eu acho que gostaria de me casar com alguém que possa compartilhar minha vida (Pedro, 35 anos, ensino superior).

As falas dos entrevistados estão mostrando visões distintas em torno do significado do casamento. Embora as respostas sejam diversas, pode se observar que, em geral, não existe uma associação do casamento com o fato de ter filhos. Para aqueles que já eram casados, os motivos declarados foram, freqüentemente, uma solução de problemas pontuais, a satisfação dos familiares, sair de casa na busca de maior liberdade e fazer uma coisa que seria o mais correto ou normal. Ao se perguntar sobre o motivo pelo qual eles se casaram, os entrevistados não relataram, como predominantes, elementos que falem em amor, ou compartilhar planos futuros. No entanto, os entrevistados de ambos os sexos que nunca se casaram tinham uma idéia mais romântica do significado do casamento.

Focalizando na união consensual, espera-se que, num contexto de mudanças em torno da formação de famílias, surja uma diversidade de situações. Entre elas, são destaque: a união como forma alternativa ao casamento, a união como período de teste antes do casamento, a união como condição na qual, mesmo com um parceiro estável, se preserva o status de solteiro, ou a união como uma alternativa diante o pouco acesso ao casamento legal, devido aos custos que isso implica. Diferentemente do modelo europeu, no qual a união consensual apareceu como uma manifestação de modernização cultural, na América Latina, a união livre apresenta uma longa tradição, sendo socialmente aceita entre camadas mais pobres.

O que está acontecendo em Cuba? Se discute, a seguir, alguns dos tipos de uniões encontrados através dos relatos dos entrevistados.

As entrevistas em profundidade dão algumas respostas, para essa questão. O primeiro aspecto de importância é que, geralmente ocorrem varias uniões antes do primeiro casamento. Depois de determinada idade, os parceiros moram juntos e continuam a se definir como “namorados”, condição que tem conotação de temporalidade e indicaria a ausência de um contrato similar ao casamento. Alguns desses arranjos seriam os seguintes:

1. Living apart together

Lesthaeghe (2001) denominou como *living apart together*, um tipo de união freqüente em casais de alguns países europeus, nas quais os parceiros compartilham apenas alguns dias da semana, pois perseguem salvar a sua autonomia. No caso de Cuba, esse tipo de arranjo aparece mas em condições bem diferentes e por razões também distintas daquelas que foram identificadas nos países industrializados. Os entrevistados relataram a presença desse tipo de união devido a problemas que confrontam com o transporte para voltar para casa, tarde na noite, e a ausência de lugares disponíveis para ter relações sexuais. Parece ser que, na maioria das vezes, esse tipo de união se estabelece sem um processo de decisão, ou de uma negociação para morar juntos, compartilhar responsabilidades e projetos. A fala, a seguir, expressa a acomodação dos casais cubanos diante dos diferentes cenários da sociedade. A coabitação deve-se ao pragmatismo decorrente de ficar mais perto da faculdade durante a semana.

- Como foi a decisão para ir morar junto, sem casar legalmente?

Morei 4 anos com uma namorada, estávamos na época da universidade, então nessa época eu morava 5 dias da semana com ela, pois ela morava mais perto da faculdade e no fim de semana eu ia para minha casa (Pedro, 35 anos, ensino superior).

2. Teste de convivência

Outros dos arranjos encontrados nos relatos foram as uniões experimentais. Nos países típicos de segunda transição demográfica, observa-se um incremento deste tipo de alternativa. A sua existência está associada a uma maior tolerância social e familiar para a presença da coabitação sem estar casados e a idéia é testar se a convivência do casal é satisfatória.

Os dados dos anuários demográficos de Cuba mostram um incremento dos casamentos de pessoas que tinham como status conjugal anterior “unido”, paralelamente a uma diminuição de casamentos de pessoas que relataram como status anterior “ordinário”, que inclui solteiros, viúvos e divorciados, tal como se observa na TAB 14. Embora não haja argumentos que permitam explicar este comportamento, é possível especular sobre possíveis causas aplicáveis à realidade cubana, tais como vias para compra-venda de casas e canais que garantam vistos de saída do país.

TABELA 14. Casamentos celebrados segundo tipo de formalização. Cuba, anos selecionados.

ANOS	UNIÃO ANTERIOR(1)	ORDINÁRIO (2)	RAZÃO (1)/(2) (%)
1980	7501	61440	12,21
1985	7044	73363	9,60
1990	9587	91928	10,43
1995	14251	56162	25,37
2000	14460	42541	33,99
2005	16142	35689	45,23

Fonte: ONE-CEPDE. Anuário Demográfico de 2005.

O resultado anterior, ainda quando parece coerente com cenários de segunda transição demográfica, nos quais aumentam as uniões consensuais prévias ao casamento, não pode ignorar que os fatores explicativos, para o caso de Cuba, não são claros. Poderia isso estar significando um modelo de formação de famílias similar ao definido para os países europeus, nos quais têm se incrementado os casamentos que são antecidos por um período de coabitação?

Os dados disponíveis não permitem responder essa pergunta. Se contam, apenas, com hipóteses e alguns relatos que confirmam a presença de situações múltiplas, conforme já mencionado. A fala a seguir ilustra um caso em que existe uma união do tipo experimental.

- Como foi a decisão para ir morar junto sem casar legalmente?

Foi há dois anos, a primeira vez foi porque meu parceiro morava sozinho e sentíamos a necessidade de ficar sozinhos, de compartilhar essa parte tão difícil que é a convivência. Um pouco para tentar saber como era isso. ... queria saber como era isso de ter

responsabilidades de casais. (Luiza, 20 anos, ensino médio)

As pessoas que fizeram referência a este tipo de convivência foram, em sua maioria, de maior escolaridade, pessoas jovens que mostraram também ter maiores expectativas em relação a seu desenvolvimento profissional no futuro.

3. A união como alternativa ao casamento

Alguns entrevistados relataram que o morar junto foi uma decisão, evidenciando pouco interesse no casamento legal. Nestes casos, considerou-se que os dois tipos de vínculos maritais significavam a mesma coisa. Este posicionamento foi mais freqüente entre pessoas que tinham alguma experiência anterior de casamento. No relato seguinte, a mulher tinha sido casada quando ainda era muito jovem, ela ilustra esta questão.

- Você falou que esteve muito apaixonada, mas não se casou, me conta um pouco sobre essa experiência?

Aos 22 anos comecei um relacionamento que foi muito bom, acho que foi o melhor que eu já tive. A gente achava importante o relacionamento, mas não acreditávamos que o casamento mudaria alguma coisa. Sempre compartilhamos tudo, eu acho que não era diferente de um casamento. Moramos juntos pouco mais de 4 anos (Inês, 34 anos, ensino superior).

- Você falou que esteve muito apaixonada, mas não se casou, me conta um pouco sobre essa experiência?

Aos 22 anos comecei um relacionamento que foi muito bom, acho que foi o melhor que eu já tive. A gente achava importante o relacionamento, mas não acreditávamos que o casamento mudaria alguma coisa. Sempre compartilhamos tudo, eu acho que não era diferente de um casamento. Moramos juntos pouco mais de 4 anos (Inês, 34 anos, ensino superior).

4. Aspectos contextuais: O déficit habitacional e a influência do sistema de escolas internas

O problema do déficit habitacional também tem levado as pessoas a tomarem decisões de sair de casa através de uma união marital. A seguinte fala expressa a união como solução dos problemas que esta mulher tinha com a mãe. Nesse sentido, destaca-se a falta de escolhas em termos de moradia, pois para ela sair da casa da família, está obrigada a coabitar com uma pessoa por quem ela não está apaixonada. Esta mulher relatou que fez isso por duas vezes.

- Por que você decidiu ir a morar com seu namorado?

Por Deus, a vez de Roldan foi horrível, sinto nojo, além era um parlanchín, um hablantín⁴¹. Uni-me com ele porque queria sair de casa, porque não estava suportando mais a minha mãe, pela mesma razão que foi a primeira vez, não estava apaixonada.
(Elisa, 24 anos, ensino fundamental)

Em geral, os entrevistados atribuíram pouca relevância ao processo durante o qual se decide ir a morar com alguém. Foi observado que esse processo envolve os pais, no caso dos mais jovens, sobretudo devido ao fato de que são os pais os proprietários das casas, razão da necessidade de sua autorização para a convivência. No caso das pessoas de mais idade, o processo decorre de uma decisão dos membros do casal, sem distinção de papéis diferentes por sexos.

Outro elemento de natureza contextual que aparece novamente, como elemento relevante, tem a ver com a presença do sistema de ensino em Cuba. Tem sido muito freqüente o sistema de bolsas para estudos desde idades muito jovens. Muitas das pessoas jovens, que se encontravam namorando, passaram a morar com o parceiro sem passar pela negociação e sem a influência dos pais. Essas bolsas incluíam alojamento para pessoas de ambos os sexos, o que facilitaria a decisão, longe do controle familiar e social. Muitos dos casais jovens começaram morando juntos nos alojamentos universitários, ou inclusive antes, e depois continuaram assim quando acabam de estudar.

⁴¹ *Parlanchín* e *hablantín* são termos usados para caracterizar a aquelas pessoas que falam muito. Quando se trata de homens, adquire uma conotação negativa quase sempre.

- Como foi a decisão para ir morar junto sem casar legalmente?

Como tal eu comecei a morar com ele, mas não foi na casa, foi na 'beca' [bolsa] e bom, no começo foi de maneira meio informal, não sabíamos nem se íamos ser namorados ou não, até que pouco a pouco as coisas começaram a ficar firmes. Assim, ele começou a ficar cada vez mais sem eu nem perceber, até que um dia apareceu com malas cheias de roupas (Rosa, 26 anos, ensino superior)

Os entrevistados revelaram posições diferentes em termos do significado do casamento e também no que diz respeito às uniões consensuais. Deve-se destacar que, embora a maioria tenha valorizado pouco o casamento, se observaram opiniões distintas em função da idade e da escolaridade. Os entrevistados de mais idades consideravam que o casamento era a forma ideal para viver acompanhados, pois atribuía uma maior validade e seriedade ao relacionamento. Os mais jovens de ambos os sexos consideravam o casamento como algo que poderia acontecer ou não, dentro de seus projetos de vida a médio e longo prazo. No entanto, pessoas solteiras mais escolarizadas também valorizaram mais os atributos do parceiro com o qual poderiam se casar no futuro.

A seguir, são sintetizados os principais motivos para a realização de um casamento e de uma união de natureza consensual:

QUADRO 3. Características que definem a realização dos casamentos e as uniões consensuais.

Casamento legalmente realizado	Uniões consensuais
- Necessidade de maiores liberdades para relações sexuais. - O valor concedido ao casamento para a chegada de um filho. - A necessidade de oficializar um relacionamento que consideravam estável e maduro. - Cumprir com normas sociais e familiares que concedem valor ao casamento.	- A ausência de lugares para ter encontros sexuais. - As dificuldades de transporte que garanta o regresso à casa do noivo ou namorado tarde da noite. - Uma convivência prévia durante o período em que permaneceram nas escolas internas, deixando sem sentido viver separados após concluído esse período. - A necessidade de testar se o convívio era satisfatório, (os mais escolarizados) - A chegada de um filho. - Perda de interesse pelo casamento, após do fracasso de uma união legalmente realizada.

Fonte: Elaboração própria.

Em síntese, pode-se afirmar que a coabitação apresenta um importante papel no padrão de relacionamentos dos jovens cubanos e da população em geral. Apesar de algumas similaridades com os contextos europeus típicos de segunda transição, a realidade cubana se revela diferente, com peculiaridades próprias da forma em que está organizada a sociedade do país.

Em termos de segunda transição demográfica, as uniões consensuais apresentam um significado muito particular, que tem a ver com mudanças de valores em relação ao casamento, o aumento da autonomia feminina, maior individualização e interesse pela auto-realização pessoal e profissional.

No caso de Cuba, se requer muita cautela para abordar este aspecto, devido ao fato de que a coabitação, ainda quando os dados estão mostrando uma tendência crescente, não constitui um fenômeno recente, nem existem achados que permitam afirmar que este incremento constitui uma consequência de mudanças culturais, como os acima mencionados. Segundo Catasús (2005), a união consensual tem existido desde a época colonial, quando os dados censitários nem sempre permitiram ter uma idéia exata do

comportamento da relação unidas/casadas. A mesma autora discorre sobre as possíveis razões pelas quais ocorre a presença da coabitação durante esse período. Se trata da proibição dos casamentos inter-raciais, do desequilíbrio demográfico por sexo e cor da pele, o custo da formalização dos casamentos religiosos e a ausência de registros civis em algumas cidades ou povoados menores (Catasús, 2005).

Independentemente dos motivos que têm levado a formar uniões consensuais em Cuba, esta modalidade tem se enraizado na população cubana. Poderia se afirmar que os motivos têm mudado, e a presença tem permanecido, com uma tendência a aumento. No entanto, as uniões consensuais aparecem com uma gama de significados muito ampla, daí que nem sempre elas e o casamento legal significam a mesma coisa.

5.4 Divórcios e separações

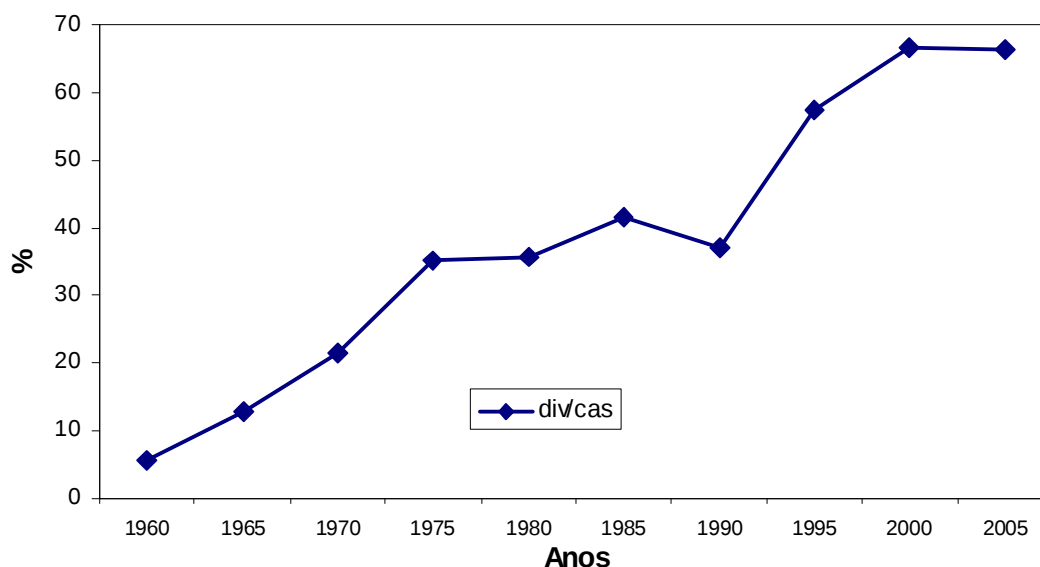
Com a análise a seguir, se pretende apresentar a situação prevalente em Cuba, em termos de dissolução de uniões. Através dos relatos dos entrevistados, se explicam as condições presentes na hora de decidir sobre um divórcio ou uma separação. Tentou-se distinguir entre a conotação que apresentam os divórcios e separações, levando em conta a relação que isso poderia ter com os significados do casamento e das uniões, já discutidos.

A segunda transição demográfica está caracterizada pelo aumento do número de divórcios e separações. Segundo Lesthaeghe (1991), com o aumento das demandas e com maiores aspirações durante a vida, também acontece um incremento das dificuldades para atingir as metas desejadas em condições em que sejam salvaguardadas as simetrias entre sexos. Desta maneira, se produz um incremento nas taxas de divórcios, aumenta o período de experimentação antes de se chegar ao casamento e caem as taxas de recasamentos.

O GRAF 12 mostra a tendência seguida pelo indicador divórcios para cada 100 casamentos. Se observa um aumento, que se expressa em uma tendência contínua, que vai de aproximadamente 7 divórcios por cada 100 casamentos em 1960, até 66 divórcios por cada 100 casamentos em 2005 (ANEXO 2, TAB A12). Este indicador apresenta variações segundo a idade, pois o casamento e o divórcio mostram comportamentos diferenciais durante os cursos de vida dos indivíduos. Para o ano 2005, por exemplo, a tendência refletida pela razão divórcios por cada 100 casamentos aumenta com a idade até

aproximadamente os 40 anos. A partir dessa idade, se inicia uma estabilização, diminuindo ligeiramente nas idades mais avançadas⁴².

GRÁFICO 12. Divórcios por cada 100 casamentos. Cuba, anos selecionados.



Fonte: ONE / CEPDE. Anuário demográfico, 2001 e 2005.

Com o propósito de aprofundar nos aspectos que estão por trás das decisões que conduzem a um divórcio ou separação, foram indagadas as razões que ocasionam a ocorrência destes eventos. A análise desta temática deve se realizar tendo presentes algumas particularidades das condições cubanas. Pode se afirmar que Cuba se caracteriza por uma cultura “divorcista”, que se visualiza na ampla aceitação social e na prática do divórcio há mais de um século. No ano de 1869, ainda sob o domínio espanhol, os cubanos proclamaram uma lei do divórcio, entendido como separação do vínculo jurídico e não estabelecendo mais proibições para a realização de casamentos onde houvesse parentesco em linha direta, em qualquer sentido (Benítez, 2003). Existe um reconhecimento das facilidades para se materializar um divórcio, dado que se caracteriza por ser unilateral, sem culpabilidade penal nem civil (Mesa, 1989). O contexto social e econômico do país faz com que o problema da repartição dos bens materiais não seja um grande conflito, no momento das rupturas das uniões, devido ao fato de que não existem grandes propriedades para serem

⁴² Para maiores detalhes ver ANEXO X e Anuário Demográfico de 2005. Em www.one.cu

repartidas. Também é importante levar em conta que o custo do divórcio é muito baixo, o que facilita, do ponto de vista econômico, que os casais recorram facilmente a ele.

Benítez (2003) confirmou o papel da propriedade da moradia em muitas das decisões de morar com alguém e, também, na hora das separações e divórcios. Em Cuba, não existe uma cultura de aluguel, então as pessoas vão morar juntas assim que um dos membros do casal já tem um lugar disponível, que às vezes se trata de uma casa ou apartamento onde convivem com outros familiares. O acesso pela via da compra do imóvel também não é freqüente, no contexto cubano. Esses elementos fazem com que a tomada de decisão para um divórcio ou separação não seja complexa ou pelo menos não tenha as mesmas implicações que em outros contextos latino-americanos e do mundo.

O cálculo do tempo médio de duração dos casamentos parece indicar um ligeiro aumento no tempo de durabilidade dos mesmos. No ano 2005, se observou que os divórcios ocorreram em média 8 anos após ter se produzido o casamento. Esse tempo de duração dos casamentos em 2005 é superior, em comparação ao ano 2000 e 1990, quando estava em torno dos 7 anos⁴³. O ano de 1995 não foi contemplado porque, durante o período de crise econômica, se produziu um incremento dos casamentos e conseqüentemente dos divórcios⁴⁴.

Os principais argumentos oferecidos pelos entrevistados, ao se perguntar sobre o que foi que os levou ao divórcio ou separação foram a existência de projetos de vida diferentes, as infidelidades, a diminuição ou falta de amor no casal e a existência de conflitos familiares. O relato, a seguir, ilustra que o motivo da separação dessa mulher foi o fato dela deixar de estar apaixonada.

- Você me falou que já separou ou divorciou alguma vez, me conta um pouco sobre a última dessas experiências.

Eu já me separei duas vezes, a primeira separação fui porque eu já não estava

⁴³ Cálculos realizados a partir dos dados dos Anuários Demográficos de 1990, 2000 e 2005. Em www.one.cu

⁴⁴ Durante os anos mais complicados da crise dos noventa, o Estado cubano ofereceu algumas vantagens às pessoas que se casavam como, por exemplo, estadias em hotéis para a lua de mel e venda de alguns produtos de difícil acesso na época. Isso provocou um aumento no número de casamentos celebrados e, poucos anos depois, um incremento nos divórcios.

apaixonada por essa pessoa e não queria continuar mantendo um relacionamento assim porque não estava apaixonada por ele” . Então, eu sai da casa dele e fui procurar um lugar para morar, eu não sou de Havana, então minha vida se complicou, porque é difícil encontrar um aluguel aqui, mas mesmo assim eu não queria continuar (Rosa, 26 anos, ensino superior).

Já na fala seguinte, aparecem duas das razões mencionadas entre as mais frequentes para que se produza um divórcio ou separação. Neste caso, além do fim do amor, foram os problemas do casal, particularmente os ciúmes e as infidelidades, os motivos que provocaram a separação. Chama a atenção, no entanto, que este tipo de problema não é associado a traumas.

-Você me falou que já se separou ou divorciou alguma vez, me conta um pouco sobre a última dessas experiências.

Eu me separei porque eu não gostava mais dele, era o pai da minha filha e foi decidido pelos dois’ “A separação anterior saiu bastante bem porque eu me empatei com este garoto com o qual estou hoje, com ele, eu coloquei chifre nele”... o motivo da separação foram ciúmes, infidelidades, por parte dos dois, mais por parte dele (Elisa, 24 anos, ensino fundamental).

O entrevistado seguinte, mesmo afirmando que o relacionamento estava desgastado, acrescenta os motivos que levaram à separação ao fazer referência a contradições com a sogra, pois o casal convivia com a família da mulher. A extensão da família, com o parceiro(a) do filho ou filha, mencionado anteriormente, é uma das características da estrutura dos domicílios cubanos. Também esta fala coloca o problema da existência de planos diferentes de vida no casal.

- Quais foram os motivos para se separar?

Nos separamos porque já era muito tempo morando juntos, acabamos aborrecidos, os dois sabíamos isso, não fizemos nada para continuar, também existiam outros problemas, por exemplo, com a sogra, eu morava na casa dela. Ela queria, assim que se formasse, ter

filhos, se cassar, eu não queria, nos separamos de mútuo acordo, eu acho que fomos mais felizes depois que nos separamos (Pedro, 35 anos, ensino superior).

Uma mulher relata que os problemas que levaram ao divórcio estavam associados com a falta de tempo para estarem juntos, devido ao excesso e ao horário de trabalho (os dois eram médicos). Além disso, houve infidelidade.

- Quais foram os motivos para se separar?

Eu fui quem decidiu e foi porque nós trabalhávamos muito, tínhamos muito planta, ele era médico também, quando não era ele, era eu, não coincidíamos praticamente. Também tínhamos problemas de infidelidade e eu fiquei sabendo até que eu percebi que esse relacionamento não tinha futuro e decidi acabar (Maria, 34 anos, ensino superior).

De maneira geral, os motivos para as separações e divórcios relatados pelos entrevistados são múltiplos, não se evidenciando, na maioria dos casos, apenas uma razão. Puñales (1993) coloca que o incremento dos divórcios em Cuba deve-se, entre outras causas, a mudanças no posicionamento da mulher na sociedade cubana, paralelamente a outras manifestações, tais como a melhoria em termos econômicos, que facilitaram uma maior autonomia na hora de decidir sobre a validade do casamento. Estes fatores têm atuado sobre a maioria das decisões em termos de sexualidade, nupcialidade e fecundidade.

Conotação dada ao divórcio e à separação

A tomada de decisão para a separação e para o divórcio apresentou vários matizes. Por um lado, se observaram diferenças, mesmo que pequenas, entre o significado da ruptura do casamento legal e da separação que dá término a uma união consensual. Embora os motivos sejam muito similares, a tomada de decisão foi relatada como um processo mais complexo para aqueles que estavam casados legalmente, aspecto que será abordado a seguir.

Nos dois casos apresentados abaixo, se pode perceber que o divórcio teve significados mais dramáticos. No primeiro caso se trata de uma mulher que se casou muito jovem. Já no

segundo caso, além da juventude dela, tendo em vista que foi um relacionamento de oito anos, se destaca o fato dela tê-lo traído.

- E na hora da tomada da decisão, como ocorreu?

Bom, foi ele quem decidiu terminar, ele me disse que não tinha chegado a gostar de mim como eu queria ele, ele me deu esse motivo... eu tratei de compreender ele. Hoje ele está arrependido da decisão e quer voltar tudo para trás. (Luiza, 20 anos, ensino médio)

- E na hora da tomada da decisão, como ocorreu?

A gente morava junto já fazia 8 anos, então nós tínhamos problemas normais, às vezes eu sentia que gostava de outro, mas eu nunca fiquei com mais nenhum. Mas eu fui trabalhar no interior com as pessoas de meu trabalho, e eu fiquei lá com uma pessoa, primeiro eu não queria, mas depois gostei e foi legal. Quando eu voltei e me separei de meu esposo, foi horrível, ele sofreu muito (Laura, 26 anos, ensino superior).

No caso a seguir, a entrevistada, que já tinha experimentado os dois tipos de ruptura, fez distinção entre o que significou o fim do casamento e o fim de uma união. O casamento apresenta um significado mais perto do “eterno” ou do “para sempre”, e, conseqüentemente, é mais difícil de ser desfeito, como fala a entrevistada. Neste sentido, poderia se falar que a união consensual poderia estar atuando como um tipo de relacionamento que não implica em grandes responsabilidades (o contrato parece não ser tão formal).

- Você falou que se separou uma vez e que se divorciou de seu esposo em outra ocasião. Como foram esses processos?

Olha, as duas vezes foram tristes, mas claro que o divórcio foi mais sofrido. Quando a gente se casou, foi porque pensávamos que era para sempre, pelo menos é o que uma sempre quer. Já na separação de meu primeiro marido, a gente era mais jovem, tínhamos

outros planos (Lucia, 33 anos, ensino médio).

Consequências dos divórcios e separações

Discute-se nesta seção sobre as consequências decorrentes de divórcios ou separações. Em sentido geral, as respostas sempre apontam para maiores danos no caso da pessoa deixada, independente do sexo. Esses danos não foram expressados em termos econômicos em quase nenhum caso. Nesse sentido ficou latente, em alguns entrevistados, o fato de ter que regressar à casa dos pais, com o fim do relacionamento, mas sempre os danos emocionais tiveram mais peso.

-O que significou ter acabado um relacionamento para você?

Ter que retornar a casa de meus pais depois de oito anos de convivência com ele, me afetou muito emocionalmente, porque mesmo que tivéssemos problemas, não estava preparada para que fosse assim, foi muito direto, não foi nada amável, ... Isso me feriu muito e pensei que não chegaria de novo a conviver com alguém, só para não passar de novo por isso da ruptura (Maria, 34 anos, ensino superior)

Os preconceitos ligados ao fim de um relacionamento, que tradicionalmente afetam mais as mulheres, não apareceram nas falas dos entrevistados. Não se observaram idéias negativas sobre a imagem de uma mulher separada ou divorciada e, tampouco, as mulheres foram colocadas em situações de desvantagens durante a ruptura do vínculo marital.

A discussão em torno destas temáticas aponta para vários aspectos importantes e, nem sempre coerentes. Por um lado, o aumento, dos divórcios e também das separações é decorrente de fatores contextuais, como a elevação da autonomia feminina e as facilidades legais e sociais para sua concretização. Por outro lado, os processo de dissolução de casamentos e uniões nem sempre apresentam a mesma conotação, aspecto que deve estar vinculado ao fato de que as uniões não são sempre sinônimo de casamento. Desta forma, a sua ruptura é, freqüentemente, menos traumática do que a ocorrência de um divórcio.

Por fim, os relatos mostram que as consequências do fim de um relacionamento não estão associadas a preconceitos. Os relatos revelaram a presença de danos em termos afetivos e a volta para a casa dos pais como duas consequências frequentes com o fim de uma união de qualquer tipo.

5.5 Recasamentos

Nesta seção se discutirá a realização de novos casamentos ou uniões. Particularmente, sobre as principais maneiras para se formar novos casais, dentre aqueles que já estiveram alguma vez casados ou unidos. Esta constitui uma temática pouco focalizada nos estudos demográficos, inclusive nos estudos de nupcialidade. Deve-se levar em conta que a temática da formação de família, o eixo deste trabalho, no caso dos recasamentos, inclui múltiplas dimensões. Nem todas serão abordadas nesta pesquisa. Será debatido, apenas, o concernente à formação de novos casais, pois não se conta com informação disponível para falar das famílias prévias ou todas aquelas que são constituídas uma vez que ocorre um divórcio, separação ou viuvez.

Estariam expostas ao recasamento aquelas pessoas que se encontram com estado conjugal de viúvas, divorciadas ou separadas. Neste estudo, trabalhou-se, apenas, com divorciados e viúvos, devido às limitações para captar informação sobre separações com base nos registros civis.

As estatísticas disponíveis permitem, apenas, conhecer os casamentos celebrados segundo o estado conjugal anterior e não é possível conhecer as uniões consensuais segundo este estado anterior, aspecto que teria sido tão ou igualmente importante para os objetivos desta pesquisa.

Os dados mostram que ainda constitui uma porcentagem muito baixa a proporção de mulheres e de homens viúvos que se casam novamente⁴⁵. No entanto, são os homens viúvos os que realizam um novo casamento com maior frequência, elemento que está em consonância com o comportamento tradicional do mercado de casamentos, onde homens

⁴⁵ Os dados podem ser encontrados no Anuário demográfico de Cuba e incluem apenas casamentos formais (www.one.cu).

de mais idade estabelecem vínculos maritais com mulheres mais jovens. Para esta análise, estaria faltando, também, a incidência de uniões consensuais após uma viuvez.

O cálculo das taxas brutas e gerais de nupcialidade⁴⁶ mostrou uma diminuição dos casamentos de ordem 2 ou superior, o que permite identificar as condições cubanas com as de segunda transição demográfica.

As entrevistas mostram a importância das uniões consensuais logo após um casamento e também posterior a outra coabitação. Deve-se chamar a atenção que o fato de que os dois terem vivido um casamento anterior, é importante na decisão de irem morar juntos. Na fala seguinte, uma mulher explica o acontecido na sua segunda união:

- Após esse primeiro casamento, você voltou a se casar ou unir com alguém?

Sim, eu tenho outro relacionamento atualmente, com ele eu não casei, eu fui morar com ele, dois meses depois da gente ficar juntos....” “Ele também tinha vivido um casamento e então não tivemos problemas em nos juntar. Para nós, isso não significa nada, existem outras coisas mais importantes nos relacionamentos, como a comunicação, o amor, os planos (Lourdes, 44 anos, ensino médio)

Os recasamentos podem significar uma idéia explícita de iniciar novas famílias. No entanto, o caso cubano revela características peculiares, pois muitas das uniões que se estabelecem após uma primeira união ou casamento não têm esse caráter de formação de nova família. Nesses casos, muitas pessoas pensam mais em experimentar ou testar relacionamentos mais flexíveis.

- Você me falou que teve umas duas uniões após o primeiro casamento. Pode me contar um pouco mais sobre essas uniões?

Bom, o que acontece é que quando a gente já experimentou uma coisa assim formal, oficial e não saiu muito bem, então o que queremos é ter um relacionamento mais aberto, isso não significa que não seja estável, o que acontece é que é melhor não ter filhos por

⁴⁶ Os dados podem ser encontrados no anuário demográfico de Cuba (www.one.cu).

um tempo, manter planos individuais, etc. (Martha, 36 anos, ensino superior).

Também se observou nas entrevistas que algumas pessoas preferem morar um tempo em união consensual e, transcorrido um período de tempo, decidem se casar. Nesses casos, os entrevistados mostraram uma preocupação em atingir determinado status social e profissional, antes de formalizar uma união através do casamento.

- Você e sua esposa moraram um tempo juntos antes de se casar?

Sim, a gente se conheceu na universidade e passamos a morar juntos logo em seguida. Mas a gente só casou quando estávamos formados e trabalhando. Agora ainda não temos filhos porque faltam algumas coisas por resolver (Ricardo, 30 anos, ensino superior).

Na TAB 15 são mostradas as idades médias ao casar, segundo a ordem, em quatro anos diferentes. As idades médias vêm aumentando ao longo dos anos analisados, independentemente da ordem do casamento. Apenas no ano de 1995 o indicador mostra um comportamento similar ao observado cinco anos antes. Neste caso, se deve chamar a atenção para o fato de que, durante alguns anos da década dos 90, o mercado matrimonial cubano experimentou um comportamento diferente, dado fundamentalmente pelo incentivo ao casamento, que ocorreu decorrente de alguns direitos outorgados às pessoas que se casaram nessa época.

Entre 2000 e 2005 os dados refletem um incremento da idade média ao casar, independentemente da ordem do casamento, para ambos os sexos. Para a análise desse indicador, deve-se levar em conta que a população cubana apresenta um processo de envelhecimento e sua estrutura por idade, que poderia estar tendo um efeito sobre a idade média ao casar. No entanto, como já foi discutido, a incidência da nupcialidade diminuiu em todas as idades, sendo maior esta queda nas idades mais jovens.

TABELA 15. Idade média ao casar por sexos segundo a ordem do casamento. Cuba, anos selecionados.

Anos	Ordem1		Ordem2		Ordem3 ou +	
	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino
1990	26,85	29,69	32,49	35,88	38,08	40,75
1995	26,59	29,68	32,92	36,04	37,37	40,58
2000	28,85	32,47	36,68	40,71	40,79	44,95
2005	29,92	33,40	38,73	42,32	42,30	46,20

Fonte: ONE-CEPDE. Anuários demográficos dos anos 1990, 1995, 2000 e 2005.

Em geral, os recasamentos continuam ocorrendo na população cubana, embora pareça existir uma diminuição, e as uniões consensuais como alternativas para se viver acompanhado tenham ampla relevância. Da mesma forma que aconteceu em outras temáticas discutidas neste estudo, neste caso se observam algumas semelhanças e diferenças em relação com os países europeus de segunda transição demográfica. Pode-se afirmar que o cenário cubano está mostrando uma maior gama de possibilidades, nesse aspecto e ainda existem muitas temáticas que precisam ser aprofundadas.

5.6 A decisão para ter filhos

A seguir são caracterizadas as decisões para ter ou evitar os filhos em Cuba, dentro dos processos de formação de famílias. Com esse propósito, nesta seção se dialoga com o discurso teórico da segunda transição demográfica, em termos de fecundidade, aborto e contracepção.

“The recuperation effect in fertility after age 30 and the start of procreation in consensual unions witnessed during the late 1970s and the 1980s show the parenthood and commitment are still valued by a significant majority” (Lesthaeghe, 1991, p. 34)

A decisão de ter filhos constitui uma importante etapa do ciclo vital, tanto dos indivíduos quanto das famílias. Essa decisão às vezes passa por processos de negociação e, outras vezes, ocorre como consequência de uma gravidez não esperada. Embora a possibilidade de não ter filhos seja aceitável socialmente na atualidade, inclusive como forma de proteção das relações adultas, ainda assim a maioria das pessoas deseja ter descendência.

Na abordagem da decisão de ter ou de evitar filhos, os papéis assumidos tanto pelos membros do casal, como pelos pais, mesmo que não constituam um casal, ou um deles (a mãe, na ausência do pai), vão se constituir no foco no qual se centra a discussão. Segundo McDonald (2000), os valores de homens e mulheres que tomam as decisões sobre fecundidade são importantes, na hora de se falar em transição da fecundidade. Nesse sentido, o discurso sobre gênero adquire total relevância na abordagem das decisões que envolvem comportamentos sobre a reprodução.

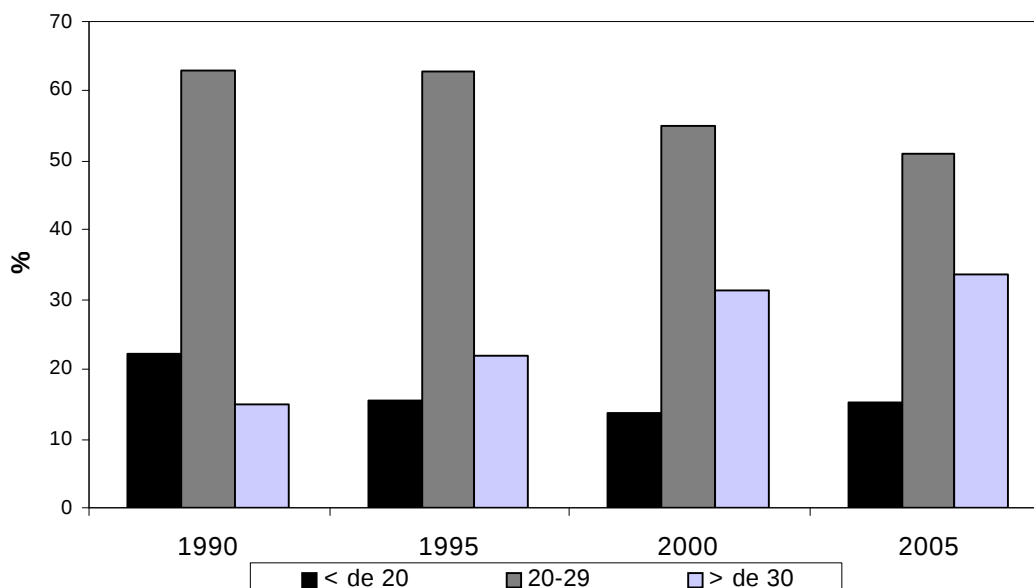
No caso cubano, os determinantes próximos mais importantes da fecundidade são o uso de métodos anticoncepcionais, o aborto e o padrão de nupcialidade (Gran, 2005; Rodríguez, 2006). Uma vez que já foram apresentados alguns elementos associados à nupcialidade, serão analisados a decisão de ter ou evitar os filhos e, associado a este, o uso de métodos anticoncepcionais e a utilização do aborto, assim como a presença da migração nas decisões sobre fecundidade.

A fecundidade cubana se encontra abaixo do nível de reposição populacional desde finais da década dos anos setenta do século XX e, atualmente se encontra evidenciado um processo de envelhecimento da idade na qual as mulheres estão tendo seus filhos. Como visto no Capítulo 4, a estrutura da fecundidade desde inícios do século XX até os anos sessenta mostrava uma forma larga. Na década de 1970, houve um rejuvenescimento da fecundidade, mantida até a década dos anos noventa, quando começa um processo de alargamento a partir do incremento do peso relativo das taxas específicas das mulheres acima de 20 anos. No entanto, na atualidade, a fecundidade cubana ainda exibe um padrão jovem.

No GRAF 13, pode-se observar a mudança experimentada na proporção de nascimentos segundo grupos de idades da mãe, durante 15 anos. Os nascimentos de mães abaixo de 20 anos diminuíram durante o período, com exceção do último ano 2005, quando aumentou ligeiramente. Sabe-se que a gravidez durante a adolescência continua sendo uma temática de importância nos estudos da fecundidade cubana, mesmo que com tendência a queda (Rodríguez, 2006). Já nos outros grupos de idades, as tendências são claras, com aumento dos nascimentos das mães com idades acima de 30 anos e diminuição das que estão com idades entre 20 e 29, grupo que ainda aporta a maioria dos nascimentos ocorridos. No entanto, em termos de fecundidade adolescente, Cuba registrou níveis de 54 por mil em 1996, próximos dos registrados por países como Estados Unidos (58) e Ucrânia (54), no

período 1995-1997, que se caracterizam por uma elevada fecundidade adolescente⁴⁷. Para o ano 2005, se observou uma diminuição, com as mulheres abaixo de 20 anos experimentando uma fecundidade de 50 por mil.

GRÁFICO 13. Porcentagem de nascimentos segundo idade da mãe. Cuba, anos selecionados.



Fonte: ONE – CEPDE. Anuários Demográficos 1990, 1995, 2000 e 2005.

De forma similar ao que foi referido por Lesthaeghe (1996, 2000, 2004) para os países europeus, mesmo quando as pessoas têm poucos filhos, o valor deles continua presente no nível social e isso se reflete no nível individual, tanto para homens quanto para mulheres. Todos os entrevistados que não tinham filhos relataram que desejavam tê-los em algum momento de suas vidas, na dependência da obtenção das condições.

Aqueles que já tinham filhos revelaram que nunca teriam renunciado a essa possibilidade, apesar das dificuldades que enfrentaram. A maioria relatou que a chegada dos filhos significou uma mudança transcendental nas suas vidas. Essa mudança foi mais marcante para as mulheres, as quais, em muitos casos, se viram obrigadas a renunciar a atividades, tanto recreativas, quanto profissionais, além de ter sido sujeitas a uma dupla jornada de trabalho mais acentuada.

⁴⁷ Os dados para Estados Unidos e Ucrânia foram tomados de Lesthaeghe (2000), TAB 1, p. 27. o dado correspondente a Cuba foi calculado com base no Anuário Demográfico de 1996 e 2005 (www.one.cu).

Diante da pergunta sobre outras pessoas conhecidas que decidiram não ter filhos, foram poucos os que afirmaram conhecer a alguém com essa característica e, no caso em que foi assim, geralmente foi dada uma conotação negativa à vida dessas pessoas.

Women who are involuntarily childless are seen to be worthy of sympathy and support (though not always resources), while women who choose not to mother, who are voluntarily childless, are often considered selfish, deviant and ultimately sad (Gillespie, 1999, p. 44).

Embora o predomínio da conotação negativa para aqueles que não queriam ter filhos, a maioria dos entrevistados considerou que se tratava de uma decisão individual ou do casal. A seguir, são mostradas duas falas relativas a este respeito.

- O que você acha das pessoas que não querem ter filhos?

Eu acho que se deve ter certeza de que de verdade não quer ou não pode, conversado com o parceiro, se tem.... porque isso afeta mais emocionalmente a mulher porque a decisão de não ter filhos pode trazer transtornos físicos e emocionais (Luiza, 20 anos, ensino médio).

-O que você acha das pessoas que não querem ter filhos?

Eu acho que são condições muito particulares, nas quais influem desde a personalidade, o entorno familiar, econômico, o parceiro (Norma, 30 anos, ensino médio).

Tanto aqueles que tinham filhos, quanto aqueles que ainda não tinham, consideraram que o melhor momento para tê-los (associado à idade) era depois de ter completado os 30 anos. Espera-se que com essa idade, as pessoas já atingiram várias das metas importantes como terminar os estudos, ter um bom trabalho, possuir uma casa e alcançar estabilidade econômica. Resulta interessante que estes argumentos foram revelados por homens e mulheres, ainda quando algumas mulheres fizeram visível a incerteza sobre se ter os filhos com mais de 30 anos poderia provocar algum tipo de risco para a saúde.

Para a maior parte dos entrevistados que não tinham filhos, o número ideal foi dois, mesmo quando pensassem que dificilmente chegariam a ter o segundo. Isso se deve a que eles

pretendiam priorizar outras componentes de seus projetos de vida antes. Esta idéia traz ao debate a noção de subfecundidade, no mesmo sentido em que foi discutido no texto de CEPAL (2002). Trata-se do fato de que alguns indivíduos não conseguem atingir o número desejado de filhos, devido a dificuldades econômicas, fundamentalmente. Desta maneira, a fecundidade real fica abaixo da fecundidade por eles desejada.

O comportamento anterior remete, também, à tese de McDonald (2000), sobre a relação entre níveis muito baixos de fecundidade e equidade de gênero. No caso cubano, é indiscutível que a mulher tem oportunidades em termos de emprego e educação, mas também em termos de proteção à maternidade. Duas questões associadas à idéia de McDonald poderiam ser relevantes para as condições cubanas. Em primeiro lugar, as dificuldades econômicas não permitem a existência de um número suficiente de creches e, em segundo lugar, as mudanças do grupo familiar, incluindo os homens, não aconteceram no mesmo ritmo que as oportunidades que surgiram para as mulheres.

Aqueles que já tinham filhos geralmente responderam como número ideal a mesma quantidade de filhos que já tinham. Essas respostas apresentaram algumas diferenças em relação à idade, sendo que alguns entrevistados jovens e com filhos declararam que queriam ter evitado o filho no momento em que a gravidez ocorreu, pois, nesse caso, poderiam ter priorizado outros projetos e aproveitado oportunidades que aparecem freqüentemente durante a etapa da juventude.

As condições para ter filhos

No que diz respeito às condições necessárias para ter filhos, os entrevistados revelaram uma ampla gama de argumentos. A maioria deles apresenta natureza econômica que afastam as condições cubanas dos cenários de segunda transição demográfica, nos quais prevalece um predomínio de valores pós materialistas.

Ter acesso a um lugar para viver resultou na condição mais relatada pelos entrevistados quando perguntado sobre o que eles precisavam ou achavam importante para ter filhos. De maneira geral, as condições materiais, difíceis de resolver, constituem o argumento central na maioria dos relatos. Esse argumento evidencia que, para o caso de Cuba, a existência de uma reorientação de valores em termos de necessidades pós-materialista não constitui um atributo predominante. Na seguinte fala, uma mulher relata sobre o impacto dos problemas de moradias nas decisões para ter filhos.

- Quais são as condições que você acha que uma pessoa deve ter para decidir ter filhos?

Eu já estive grávida, mas nesses momentos, nunca pensei em ter um filho... eu acho que as condições econômicas e, dentre delas, os problemas de moradia, porque os jovens não têm como ter acesso a uma moradia hoje (Rosa, 26 anos, ensino superior).

Deve-se levar em conta que Cuba apresenta uma difícil situação no que diz respeito à disponibilidade de moradias, problemática que não é recente, mas que não tem sido resolvida, apesar da existência de alguns programas governamentais, e sendo reconhecida como o problema social mais sério que o país tem enfrentado (Periódico Granma, 1999).

Nos últimos anos ocorreu um aumento na quantidade de casas construídas por esforço próprio, ou seja, sem a ajuda do governo, paralelamente a uma diminuição das que são subsidiadas por este⁴⁸. As vias de acesso a novas moradias em Cuba passam por diferentes estratégias desenvolvidas pelo Estado cubano. Entre elas, se destacam os Movimentos de Micro-brigadas⁴⁹, a entrega para pessoas com problemas sociais graves e a entrega por estímulos a trabalhadores destacados em conjunção com o apoio a construção com recursos próprios. O incremento de casas por esforço próprio parece estar associado à remodelações de casas existentes, o que levaria, em alguns casos, à divisão de uma casa em duas casas distintas.

Outro dos argumentos que foram relatados pelos entrevistados como uma condição importante para ter filhos está associado ao desejo de completar os estudos. Na TAB 16 aparecem as idades médias ao primeiro filho, segundo os anos de estudos da mãe. Os dados refletem que, independentemente do ano, as mães mais escolarizadas têm seus filhos com maior idade. Chama a atenção também que o período de adiamento é muito similar, independentemente dos anos de estudo da mãe.

⁴⁸ Dados disponíveis em www.one.cu/aec2006/anuariopdf2006/capitulo11/XI.1.pdf

⁴⁹ O Estado cubano, a partir da década de 1970, promoveu e estimulou a participação dos trabalhadores em micro-brigadas para a construção, reforma e reparação de moradias. Essas atividades foram controladas pelo Instituto Nacional da Vivenda. Aparece legislado no Capítulo II, artículo 5, da *Ley general de la vivienda*.

TABELA 16. Idade média ao primeiro filho segundo a quantidade de anos de estudos da mãe. Cuba, anos selecionados.

ANOS DE ESTUDO DA MÃE	ANO DE NASCIMENTO DO FILHO DE ORDEM 1			
	1990	1995	2000	2004
Até seis anos	19,60	20,63	20,65	21,28
Nove anos	20,74	21,19	21,79	21,36
12 anos	23,62	24,57	25,48	24,82
Mais de 12 anos	27,59	27,95	28,71	29,05

Fonte: MINSAP. Bases de dados de nascimentos 1990-2004.

A fala, a seguir, evidencia um posicionamento de uma mulher jovem, que considera que as metas profissionais estão em primeiro lugar, ainda que ela tenha dúvidas sobre os riscos da postergação dos filhos. Neste caso, poder-se-ia afirmar que se está em presença de idéias mais próximas a valores pós-materialistas, mesmo que, por trás de algumas metas educacionais, estejam presentes as facilidades materiais e econômicas que com essas metas atingidas, chegariam.

- Quais são as condições que você acha que uma pessoa deve ter para decidir ter filhos?

Para mim, primeiro são os estudos, tenho muitas coisas na minha mente. Primeiro está estudar, tenho metas, tenho que atingir essas metas antes de ter filhos. Eu sempre pensei ter filhos depois dos 30 anos, eu não sei se estarei muito velha, mas hoje não me sinto pronta (Luiza, 20 anos, ensino médio).

As matrículas para o ensino superior aumentaram, no último quinquênio, em mais de 400%. Esse aumento esteve concentrado em áreas específicas, como as ciências médicas, sociais, humanas, econômicas e pedagogia. As oportunidades de entrar na universidade, sobretudo em carreiras nessa área, têm se incrementado muito, o que poderia estar influenciando no aumento das expectativas dos jovens no referente ao acesso à universidade. Por outro lado, a matrícula na educação de pós-graduação também incrementou nos

últimos cinco anos, passando de 126 080 pessoas vinculadas a algum tipo de ensino de pós-graduação em 2001, para 645 467, em 2006⁵⁰.

A tabela a seguir, apresenta as Taxas de Fecundidade Total segundo situação conjugal da mãe, para o último ano censitário. A fecundidade das mães unidas e casadas é muito superior, em relação ao resto. Este resultado confirma um aspecto já discutido por Rodríguez (2006), sobre a aparente importância do parceiro para ter filhos. Mulheres sem vínculo marital mostram uma fecundidade muito baixa, aspecto já verificado em ONE-CEPDE (2003), ao focalizar na fecundidade extramarital. Esse resultado coloca algumas questões a serem esclarecidas em pesquisas futuras. Se trata da declaração do estado conjugal das mulheres que dão a luz a seus filhos, sobretudo no que diz respeito às unidas. A forma em que essa informação é coletada poderia estar provocando uma superestimação do indicador para as unidas. Poderia ser que mulheres solteiras prefiram declarar-se como unidas e, assim, evitar possíveis constrangimentos decorrente do status conjugal.

Por outro lado, esse resultado poderia apontar para uma característica típica de contextos de segunda transição demográfica, relativa ao incremento dos filhos fora do casamento e, paralelamente, ao incremento de filhos de casais que vivem em união consensual. No caso dos filhos fora do casamento, os dados refletem, apenas, a elevada fecundidade das mães declaradas como unidas, pois as solteiras mostram uma fecundidade muito baixa.

⁵⁰ Os dados foram tomados do site da Oficina Nacional de Estadísticas de Cuba. Acessado no 28/09/2007. <http://www.one.cu/aec2006/anuariopdf2006/capitulo16/XVI.19.pdf>.

TABELA 17. Taxas específicas de fecundidade por idades e taxa de fecundidade total segundo situação conjugal da mãe. Cuba, 2002.

IDADES	SOLTEIRAS	CASADAS	VIÚVAS	DIVORC/SEP	UNIDAS	TOTAL
15-19	0,00565	0,11548	0,03876	0,00349	0,24114	0,04872
20-24	0,01423	0,09542	0,03019	0,00173	0,20620	0,09851
25-29	0,01994	0,07445	0,02756	0,00077	0,17294	0,09593
30-34	0,01983	0,04314	0,00623	0,00049	0,11027	0,06030
35-39	0,00981	0,01589	0,00052	0,00007	0,04894	0,02395
40-44	0,00213	0,00237	0,00000	0,00005	0,00992	0,00427
45-49	0,00028	0,00019	0,00000	0,00000	0,00101	0,00037
TFT	0,36	1,73	0,52	0,03	3,95	1,66

Fonte: CEPDE-ONE. Censo de 2002.

Segundo Rodríguez (2006), em termos de participação econômica da mulher, Cuba, ainda que com taxas moderadamente elevadas, não tem apresentado uma evolução ascendente no tempo. No que diz respeito à fecundidade, no ano 2002, as mães que se encontravam ocupadas tinham os filhos aproximadamente um ano mais tarde que as mães não-ocupadas, sendo que as taxas específicas de fecundidade por idade segundo condição de atividade revelaram que, na medida em que aumenta a idade, as taxas são ligeiramente superiores entre as mulheres ocupadas, mesmo que as diferenças sejam pequenas, em função, inclusive, da baixa fecundidade revelada pelas mulheres cubanas, tal como mostrado na TAB 18.

TABELA 18. Taxas específicas de fecundidade por idades, taxas de fecundidade total e idade média da fecundidade segundo condição de atividade. Cuba, ano 2002.

IDADES	OCUPADAS	NÃO OCUPADAS	TOTAL
15-19	0,03421	0,05033	0,04912
20-24	0,08236	0,10628	0,09909
25-29	0,09586	0,09672	0,09636
30-34	0,06429	0,05726	0,06064
35-39	0,02505	0,02309	0,02414
40-44	0,00422	0,00442	0,00431
45-49	0,00028	0,00047	0,00037
TFT	1,53	1,69	1,67
IM	27,13	26,20	26,39

Fonte: ONE-CEPDE. Anuário Demográfico de 2002
ONE-CEPDE. Censo de 2002

Outro dos aspectos relatados, entre as condições para se ter filhos, foi o amor. Nesse caso, a presença de amor no casal e a existência de um parceiro ou parceira com as características almejadas, foram referidas pelos entrevistados, como condições necessárias para se ter filhos. Deve ser destacado que este é um aspecto geralmente excluído dos modelos econômicos da fecundidade. Os entrevistados, ao se referir às características desejadas para o parceiro ou parceira, enfatizaram aquelas apropriadas para formar uma família.

- Quais são as condições que você acha que uma pessoa deve ter para decidir ter filhos?

Para mim, o mais importante para ter filhos é que exista amor no casal, depois também é importante ter uma casa, e outras condições que possam garantir o desenvolvimento da criança (Norma, 30 anos, ensino médio).

Existe uma variável que, praticamente, transversaliza todas as outras, quais seja, as condições econômicas favoráveis ou como a maioria dos entrevistados declarou a presença de uma estabilidade econômica.

Diante dos atributos que caracterizam este processo de tomada de decisão para ter filhos, emergem elementos interessantes. Em primeiro lugar, existe uma fala constante, nos relatos dos entrevistados, acerca do processo de adiamento voluntário da fecundidade ou

parentalidade. Por outro lado, os fatores que parecem estar provocando este adiamento poderiam prevalecer por algum tempo e, inclusive, se acentuar cada vez mais na população cubana. Nesse caso, as possibilidades de se estar verificando, em Cuba, um contexto similar ao de segunda transição demográfica européia, sobretudo no que diz respeito a indicadores demográficos, embora na ausência de desenvolvimento econômico, parecem ser cada vez mais reais. Ainda está por ver o que acontecerá no futuro com as possibilidades de recuperação da fecundidade cubana.

Lesthaeghe (2000) considera que o futuro dos níveis de fecundidade depende do ainda desconhecido grau de recuperação das coortes acima de 30 anos. Para comentar nesse sentido, na seção a seguir são apresentados os cálculos realizados sobre o comportamento diferencial da fecundidade por coortes.

5.6.1 A fecundidade por coortes

Com base nas idéias discutidas pelo Lesthaeghe (2000), a seguir são apresentados alguns elementos sobre o comportamento da fecundidade por coortes.

Na TAB 19, são mostrados os resultados da descendência média à idade de 30 anos para várias coortes. Os dados refletem que cada coorte mais velha chega à idade de 30 anos com menor quantidade de filhos por mulher. A diferença, aos 30 anos, entre as mulheres que entraram na vida reprodutiva em 1960 e em 1995 é de 1,13 filhos, menor para estas últimas.

TABELA 19. Descendência média (DM) à idade de 30 anos da coorte com idade 15-19 anos no ano indicado. Cuba, anos selecionados.

IDADES	1960	1965	1970	1975	1980	1985	1990	1995
15-19	0,0723	0,11931	0,16358	0,1273	0,0863	0,0929	0,0775	0,0602
20-24	0,24122	0,26453	0,1796	0,1168	0,1268	0,1139	0,0917	0,0965
25-29	0,15416	0,1183	0,0709	0,0957	0,0974	0,0788	0,0892	0,0842
DM	2,3384	2,5107	2,0704	1,699	1,5525	1,428	1,292	1,2045

Fonte: Processamento realizado a partir de Albizu, JC. "Cuba. Mortalidad, reproducción y envejecimiento de la población". Em *Novedades de Población*, 2002. ISBN 959-7005-17-4 e atualizado a partir dos Anuários demográficos 2000-2005.

Para completar os argumentos sugeridos na tabela anterior, foi calculada a descendência média nas idades de 30 a 39 anos, para diferentes coortes de mulheres. Os resultados mostram um ligeiro incremento de uma coorte a outra e são mostrados na TAB 20. A fecundidade das mulheres com essas idades é muito baixa, no entanto a partir de 1965 parece-se produzir um incremento no número médio de filhos das mulheres com essa faixa etária. Esse incremento não indica uma recuperação da fecundidade adiada, pois ela ainda fica por baixo em comparação com as coortes anteriores, mas constitui um aspecto a ser verificado nos próximos anos, tal como Lesthaeghe (2000), propõe para países europeus.

TABELA 20. Descendência média (DM) das mulheres com idades entre 30 e 39 anos das coortes que tinham 30-34 e 35-39 anos no ano indicado. Cuba, anos selecionados.

IDADES	1960	1965	1970	1975	1980	1985
30-34	0,0688	0,0374	0,0465	0,0561	0,0468	0,055
35-39	0,0162	0,0185	0,0175	0,0171	0,0224	0,0235
DM	0,425	0,2795	0,32	0,366	0,346	0,3925

Fonte: Processamento realizado a partir de Albizu, JC. "Cuba. Mortalidad, reproducción y envejecimiento de la población". Em *Novedades de Población*, 2002. ISBN 959-7005-17-4 e atualizado a partir dos Anuários demográficos 2000-2005.

5.6.2 Fecundidade e migração

Embora a migração não constituísse, por si mesma uma componente de interesse central nesta pesquisa, pela importância que tem ganho no contexto de segunda transição demográfica, nos cenários demográficos contemporâneos de qualquer região do mundo, e, particularmente, no caso cubano, a seguir são discutidos aspectos que expressam a interseção entre migração e fecundidade. Estes elementos são colocados, essencialmente, com base nas entrevistas em profundidade.

Países típicos de segunda transição se caracterizam por ter saldos migratórios positivos e, em alguns deles, estão implementando atualmente políticas de migração seletiva, que permitam resolver o problema do mercado de trabalho e da insuficiente mão-de-obra. Estas políticas têm provocado consequências de diferente índole, entre elas conflitos étnicos e sociais, além de uma relativa recuperação da fecundidade (Del Rey & Ortega, 2008).

Sem dúvida, o caso de Cuba está distante deste cenário. A população cubana apresentou saldos migratórios negativos por mais de quatro décadas e existe um consenso entre os estudiosos desta temática, que não será via a atração de migrantes que se poderá resolver o impacto econômico da baixa fecundidade. Não obstante, é importante focalizar no efeito contrario, ou seja, a saída de população em idade reprodutiva que, em muitos casos, tem seus filhos fora do país⁵¹.

A temática da migração apareceu nos relatos dos entrevistados, a maioria das vezes, de forma espontânea. Destacaram-se vários elementos que evidenciaram a presença dela nos projetos de vida dos cubanos, sobretudo associada ao tema da formação de famílias. A seguir, são mencionadas as idéias mais importantes que foram ressaltadas pelos entrevistados.

Em primeiro lugar, surge a migração como um ato a ser realizado a médio prazo, no caso de não serem resolvidos os problemas econômicos que as pessoas enfrentavam no momento. Muitos entrevistados relataram que não concebiam a migração como uma decisão imediata, devido às consequências em termos da separação dos familiares.

- Você alguma vez pensou em migrar?

Sim, sim, penso na migração, mas também penso na dor da separação. Não tenho planos objetivos com respeito à migração, mas se tiver uma oportunidade de migrar que represente uma mudança no sentido econômico, não duvidarei (Ivan, 27 anos, ensino superior).

Entre os mais jovens de ambos os sexos, o tema da migração foi revelado em função de um projeto que impedia ter filhos na atualidade. Nesta postura, se observou um posicionamento mais individualista diante a decisão de migrar e, como consequência, a necessidade de evitar os filhos antes de se concretizar este ato.

⁵¹ Esta temática surge nesta pesquisa, mas não se conta com informação para sua abordagem nem constitui objetivo da mesma. Pela sua importância deve ser contemplada como proposta para futuros estudos.

- Quando vocês acham que seria o melhor momento para ter filhos?

“Também tenho intenções de ir a viver em outro país e acredito que um filho é um freio grande. Sobretudo porque eu não sou do tipo de pessoa que acredita que vai sair de Cuba com toda a família e vai se encontrar com todos quando chegue a outro país. Eu acredito que o futuro a gente o constrói...” (Manuel, 24 anos, ensino médio).

- Quando vocês acham que seria o melhor momento para ter filhos?

Bom, será depois que ele realize seu sonho, seu plano de sair do país. O plano era assim: uma vez que ele conseguisse, a gente se juntaria nesse país e já com as condições criadas, teríamos um bebê...” (Luiza, 20 anos, ensino médio).

Os resultados evidenciaram que a migração tem sido assumida como parte do projeto de vida da população e constitui parte intrínseca dos planos, tanto individuais, como familiares. As falas dos entrevistados revelaram a presença da migração como solução dos problemas de caráter econômico que enfrentam. Estes projetos são concebidos de formas diferentes, sendo que, em alguns deles, a família apresenta um papel central, mas, em outros, se trata de projetos individuais, que assumem a formação da família em outro país.

Para completar a abordagem da decisão para ter filhos, a seguir se discute a presença da prática do aborto e uso de contracepção.

5.6.3 Aborto e contracepção

Nesta seção se identifica o papel da contracepção e do aborto no comportamento exibido pela fecundidade cubana. São discutidas algumas das condições nas quais ocorrem as decisões para a realização de um aborto, assim como se procuram pontos de intercepção entre a contracepção, o aborto e o tamanho de família desejado.

Segundo Lesthaeghe (2000), no caso da utilização da contracepção mais moderna, também se observa uma divisão entre o Ocidente e o Oriente europeus. Os países do Leste europeu mostraram maior uso de aborto e de métodos tradicionais, em comparação com o resto de

países da Europa. Isso foi decorrente da liberação do aborto e da falta de métodos hormonais. O mesmo autor coloca que, como consequência, nos anos setenta e oitenta ainda existiam gravidezes não planejadas, inclusive nas idades mais avançadas. No entanto, na atualidade, novamente os países do Leste europeu estão seguindo os padrões ocidentais, observando-se, desde os anos noventa, uma rápida queda da fecundidade em todas as idades.

Em Cuba, nos anos de 2003 e 2004, os dados do Ministério de Saúde Pública estimam que mais de 76% de mulheres, de 12 a 49 anos, usavam algum método anticoncepcional. Ao comparar com outros países, se observa que, na Europa Ocidental, a porcentagem de uso de métodos contraceptivos está entre 70 e 80%, sendo que segundo o *Demographic YearBook* (2005), a Espanha estava com a maior cobertura, com 81%.

No referente aos métodos mais usados em Cuba, em 2004, segundo Gran (2005), 62,2% das mulheres que usavam algum método anticoncepcional, declararam usar o DIU. Em segundo lugar, entre os métodos utilizados pelas cubanas, se encontra a esterilização feminina, com 19%, sendo que o preservativo constitui o terceiro método em importância, com 8,8%. A pílula, em anos anteriores ocupou o terceiro lugar, oscilando junto com o preservativo como o terceiro método em importância.

Durante as entrevistas realizadas, foi pesquisado sobre os métodos anticoncepcionais que os entrevistados estavam usando na atualidade, assim como sobre aqueles que usaram alguma vez. No uso de métodos contraceptivos não é importante, apenas, o próprio uso, mas também a qualidade do conhecimento. Se os indivíduos conhecessem o método de maneira adequada, provavelmente escolheriam o melhor método e seu uso seria efetivo. En Cuba, la selección, preferéncia, frecuencia de uso, abandono y discontinuidad son los principales factores que provocan fallas, con embarazos no deseados y consecuentemente interrupciones voluntarias de los mismos (Gran, 2005, p. 73). A seguir, serão analisados o conhecimento e uso de anticoncepcionais e a relação destes com a prática do aborto.

Em termos da utilização de métodos anticoncepcionais, na resposta de uma mulher de 33 anos, se observa o uso de dois dos métodos mais comuns em Cuba, o DIU e a pílula. Na fala dessa mulher, chama a atenção a presença da mãe, através de sugestões sobre qual método era melhor e qual era o momento mais adequado para colocar o DIU.

- Quais métodos anticoncepcionais você já usou?

Eu tomei a pílula aproximadamente seis meses, até que decidimos nos casar, e então pensei em me colocar um DIU, por sugestão da minha mãe. Eu me lembro que não foi um médico, foi ela quem me falou: se você vai colocar um DIU não faz isso agora, melhor depois da lua de mel porque pode te incomodar e então você vai se sentir mal na lua de mel. Eu levei em conta essa sugestão e continuei tomando a pílula e depois coloquei o DIU que, de fato, foi traumático para mim (Lucia, 33 anos, ensino superior).

Outra mulher, neste caso de baixa escolaridade, fala acerca do conhecimento sobre métodos anticoncepcionais, mas nesta fala se destaca o medo relativo às consequências, particularmente do uso do DIU.

- Quais métodos você conhece?

O DIU, o preservativo, a pílula, o diafragma, eu conheço quase todos, mas eu tenho tanto medo de tudo isso.. não é medo no sentido de sentir dor ou qualquer coisa, mas bem eu sinto medo dos problemas que podem vir depois, que se ficam enterrados, sei lá (Carmen, 42 anos, ensino fundamental).

Em termos da relação entre o uso de anticoncepcionais e a prática do aborto, se observou que o aborto é concebido, por muitos dos entrevistados que já o fizeram, como uma solução para a gravidez ocorrida como consequência da falha do método que estavam usando. No entanto, conseguiu-se perceber que, na maioria dos casos, não se tratou de falha, mas, sim, da não utilização do método de maneira contínua, tal como mostrado na fala seguinte.

- Vocês já usaram algum método anticoncepcional?

Nesse momento ela estava tomando a pílula, você sabe que isso se toma por um período de tempo e depois se descansa, nesse período de descanso ela ficou grávida e fez aborto (Jose, 23 anos, ensino médio).

As mulheres entrevistadas revelaram uma confiança excessiva no uso do aborto ou outro método abortivo. Diante da possibilidade de utilizar qualquer outro método, sobretudo o DIU, cujo processo de colocação levaria a algum tipo de desconforto ou dor, algumas entrevistadas declararam preferir esperar a realização de um aborto. Durante muitos anos, os médicos colocavam o anticoncepcional quando a mulher ainda estava sob o efeito da anestesia geral, após o aborto. Esta prática, na atualidade, não é utilizada, justamente pelas consequências que pode trazer a colocação destes dispositivos imediatamente após um aborto.

- O porquê você acha que ficou grávida se estava usando preservativo?

Bom, muitas vezes a gente não usava o preservativo, e eu falei para meu esposo... uma estupidez da minha parte mas era assim mesmo.... que eu ia esperar ficar grávida e esperaria um tempo par me fazer uma regulação ou um aborto e então depois eu ia pôr um anticoncepcional (Carmen, 42 anos, ensino fundamental).

A seguinte fala evidencia a relação entre o uso de contraceptivos e a prática do aborto. Essa relação aparece também influenciada pelos papéis de gênero, diante da decisão de ter um filho.

- Você me falou que o DIU fez dano em você. Depois você usou algum outro método?

Não, porque me separei do pai da minha filha, quando ela estava com 1 ano. Então, como eu não tinha relacionamento nesse momento, decidi descansar um tempo. Tive outro relacionamento um tempo depois e usamos o método do calendário. Eu fiquei grávida de novo usando esse método. Mas quando falei para ele, eu percebi que não estava muito decidido... e isso, e decidi fazer um aborto porque eu não ia continuar uma gravidez que aparentemente ele não aceitava e um relacionamento que não iria perdurar, então eu fiz uma regulação menstrual (Lourdes, 44 anos, ensino superior).

Em Cuba, a experiência do aborto faz parte do processo de gravidez. Todo os envolvidos, familiares, médicos, e o próprio casal, são conscientes de que podem escolher entre duas alternativas: continuar a gravidez ou fazer aborto.

Segundo Rodríguez (2006), os cubanos contam com conhecimentos formais sobre os diferentes métodos contraceptivos que existem, sabem sobre suas limitações e vantagens, mas, na prática, o uso é descontínuo, seja porque os médicos não são consultados, seja porque os métodos são trocados constantemente.

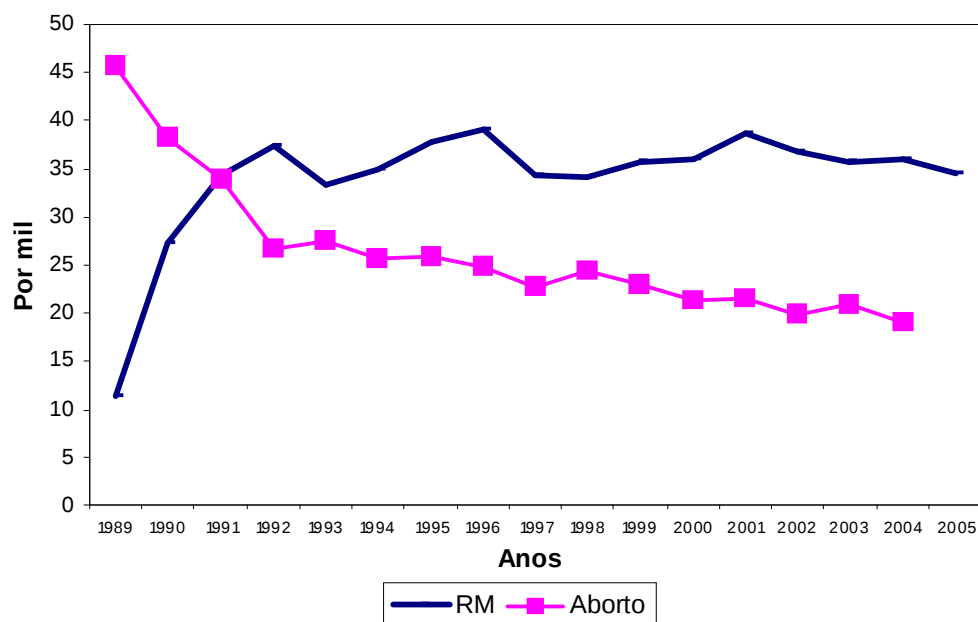
5.6.4 A tomada de decisão para o aborto

O aborto tem sido uma temática incluída nas teorias explicativas do declínio da fecundidade (Davis e Blake, 1956; Davis, 1963), mas com impacto diferenciado, dependendo do contexto no qual se dá. Nos últimos anos e associado a países ex-socialistas, tem se desenvolvido uma literatura sobre cultura abortiva, que se refere ao uso do aborto para limitar a fecundidade, tal como os métodos contraceptivos (Agadjanian 2002; Popov 1996; Stloukal 1999). Nestes casos, a distinção entre limitar a fecundidade antes ou após a concepção passa a ser irrelevante.

Em Cuba, o aborto constitui uma prática legal desde o ano de 1979. Desde essa data, elevada incidência do aborto tem-se mantido na população cubana, caracterizada, em geral, pela ausência de preconceitos em torno de sua utilização e uma elevada segurança no sistema de saúde que fornece o serviço. No ano 2005, foram realizados 126 abortos por cada 100 nascimentos ocorridos no país. Este valor oscilou durante os últimos anos, permanecendo sempre acima de 120 abortos por cada 100 nascimentos. Países como Bulgária (130) e Estônia (127) apresentaram valores similares durante o período 1995-1997 (Lesthaeghe 2000). O GRAF 14 mostra o comportamento das taxas de aborto e de regulações menstruais durante um período de 15 anos.

Se, por um lado, se observa uma diminuição nas taxas de aborto por cada 1000 mulheres de 12 a 49 anos, as regulações menstruais parecem ter vindo para compensar a diminuição do aborto nas formas em que os cubanos interrompem a gravidez não desejada. Deve-se destacar, como foi explicado no Capítulo 4, que esta última prática não é originalmente de natureza abortiva. Pressupõe-se que o objetivo de seu uso é a regulação do ciclo menstrual e, como consequência, há ocasiões em que é realizada sem a confirmação da gravidez. No entanto, se reconhece que a maioria das pessoas que recorrem a ela tem como propósito interromper uma gravidez diante da suspeita (Gran, 2005).

**GRÁFICO 14. Taxas de aborto e regulações menstruais. Cuba, anos selecionados.
(por mil mulheres de 12 a 49 anos).**



Fonte: Estadísticas de Saúde Pública. MINSAP -Cuba

As questões sobre o aborto, levantadas nos relatos dos entrevistados, permitiram identificar vários aspectos que caracterizam o processo por meio do qual as pessoas acessam a essa prática. A seguir, são discutidas as mais importantes destas questões.

Observou-se pouca transparência nos posicionamentos dos membros do casal sobre a vontade de ter o filho ou lançar mão do aborto. Cada pessoa que alguma vez beneficiou-se do aborto, independente do sexo, afirmou que não queria ter esse filho naquele momento e tentou convencer o parceiro ou parceira sobre a realização do aborto.

-Como decidiram fazer aborto?

O primeiro que eu pensei foi que tinha que fazer um aborto, porque os dois somos estudantes, estamos apenas começando nossa vida de estudantes na universidade, ela está no primeiro ano e eu no segundo...” “ Isso seria como truncar nossas vidas profissionais, porque se eu vou ter esse filho seria para criá-lo bem , então eu teria que deixar de estudar e ir trabalhar, e isso seria cortar nossas vidas, e a gente não quer isso (Gilberto, 19 anos, estudante).

Os papéis de gênero explicam muitos dos relatos dos entrevistados. Os homens mostraram que ainda quando não desejavam esse filho, tentaram convencer a sua parceira para que fosse ela quem tomasse a decisão. Desta forma emerge o papel do homem como protetor e como a pessoa que oferece o apoio que a mulher precisa nessas situações. As mulheres, por sua vez, afirmaram que foram elas que não queriam ter esse filho e, na maioria dos casos, revelaram que seus parceiros falaram em continuar com a gravidez.

Os elementos anteriores permitem especular sobre o fato de que, na maioria dos casos, nenhuns dos parceiros queria ter esse filho. No entanto, o processo de tomada de decisão para o aborto se constitui em um espaço de negociação, formado por poderes femininos e masculinos, cuja aparência não oferece uma imagem diáfana.

Os homens revelaram que eles acompanharam suas parceiras, independente do tipo de relacionamento. Argumentaram que uma razão para acompanhar a suas parceiras era o fato de ter a certeza de não estar em um momento adequando para ter um filho. A outra razão tem a ver com o apoio que elas precisavam.

- O que você fez quando ficou sabendo que sua namorada estava grávida?

Eu falei para ela que estava de acordo em ter esse filho se ela queria, mas isso poderia afetar a carreira dela porque ela estava estudando, além de trabalhar, mas ela podia decidir e eu ia apoiar a decisão dela (Daniel, 21 anos, estudante).

Sendo que se trata de um tema inerente às relações interpessoais, aspecto que faz com que seja mais complexa a sua abordagem, poderia se pensar que, na maioria dos casos, nem o homem nem a mulher queria continuar a gravidez. No entanto, para a mulher poderia ser mais confortável falar que o parceiro queria ter esse filho, confirmando, dessa forma, que a gravidez aconteceu num contexto de um relacionamento sério. Isso aliviaria as possíveis situações de constrangimento que poderiam se derivar de gravidezes fora do casamento, sobretudo nas mais jovens. Por outro lado, com esse posicionamento, a mulher também legitima a sua condição de ser a pessoa que decide se quer ou não ter o filho, como parte de seus direitos sexuais e reprodutivos, elemento potencializado no discurso político cubano.

- O que falou o seu parceiro?

Ele foi comigo, ele queria ter o filho, fui eu quem não quis. Ele diz que eu era uma boa menina e que seria boa mãe, ele não tinha filhos e ele queria ter (Luiza, 20 anos, ensino médio).

A decisão para a realização de um aborto é intermediada por um processo que inclui, além de posicionamentos do casal, a opinião dos familiares, médicos e alguns amigos próximos. Este processo não apresenta conotação de natureza religiosa e as pessoas falam dele sem preconceitos. Quando perguntado sobre o que achavam do aborto, aqueles entrevistados que falaram em alguns argumentos de conotação negativa se referiram aos riscos para a saúde da mulher, assim como as conseqüências futuras que poderiam se derivar dos riscos do ponto de vista da prática do aborto para a fertilidade.

Nos casos em que as mulheres perceberam com maior antecedência a ausência da menstruação, quase sempre foi avaliada a possibilidade de recorrer ao método da regulação menstrual. É amplamente difundido na população cubana o fato deste método apresentar menos riscos do que o aborto, pois se realiza sem anestesia geral e com menor tempo de gravidez. Logicamente, este último elemento faz com que nem todas as pessoas consigam fazê-lo, pois só pode ser realizado até quatro semanas de gravidez.

- Você já fez aborto? Me conta um pouco como ocorreu?

Bom, eu já tive suspeita em duas ocasiões que poderia estar grávida, mas como trabalho no hospital, eu fiz aspirações (regulación menstrual)... mas eu não sei se foram gravidezes porque como tenho alguns problemas com meus ciclos menstruais, eu fui muito rápida e não esperei ter certeza se estava ou não grávida... Eu estava estudando e não podia estar esperando para saber se era ou não gravidez (Maria, 34 anos, ensino superior).

Em resumo, podem-se mencionar várias questões. Em primeiro lugar, o processo de negociação não parece muito transparente, sendo que, possivelmente, nenhum dos cônjuges queria ter um filho, mas cada um dele achou que não queria e tentou convencer o

parceiro. Por outro lado, os papéis de gênero aparecem novamente nas questões relacionadas com a decisão de ter ou evitar os filhos, desta vez nas decisões sobre a interrupção da gravidez. No caso do aborto, os entrevistados relataram a suas ações, legitimando, também, aquilo que se espera deles decorrente de ser homem ou mulher. A decisão de abortar passa por um processo que inclui posicionamentos dos parceiros, dos familiares e não tem conotação religiosa. Finalmente, os relatos evidenciaram as duas razões que, em termos de controle da fecundidade, são tradicionais para evitar um filho. Se trata tanto do adiamento dos filhos, como da limitação do tamanho da família, posicionamentos que apresentam diferenças por idades.

Nesta temática, não se pode esquecer que a mulher cubana apresenta um elevado grau de autonomia, decorrente da escolaridade elevada, da participação no mercado de trabalho e de garantias oferecidas pelo governo. Como consequência, ela mostrou um comportamento culturalmente diferenciado da realidade de alguns países latino-americanos, em torno a decisões sobre a fecundidade. Nesse sentido, o comportamento, diante a decisão de ter filhos, envolve fatores de índole política e, não apenas, atitudes decorrentes das construções sociais de gênero.

Existe um elemento que perpassa toda esta análise. Trata-se do fato de que os cubanos, homens e mulheres, interiorizaram que a decisão para ter um filho passa pela explicitação de querer ou não ter o filho e independe da gravidez. Em outras palavras, o aborto não é o último recurso, ele passa a ser uma forma legítima tanto para adiar como para limitar o número de nascimentos.

A presença de forma legal do aborto desde aproximadamente três décadas atrás, faz com que seja um tema comum, que não exista preconceito em torno dele e que as pessoas decidam seu uso quando não desejam ter o filho.

As razões para interromper a gravidez são múltiplas, mas algumas são destaque para os mais jovens, tais como as limitações que isso representaria para seus projetos de vida, sobretudo de realização profissional, e de planos migratórios, assim como as dificuldades econômicas. Para as pessoas de mais idade, as motivações para utilizar o aborto e, conseqüentemente, não ter filhos, foram, além das econômicas, os problemas de moradia, de maneira particular, assim como não estar com a pessoa certa para ter filhos ou ter

atingido o número desejado de filhos. Em todos os casos, se trata de postergação ou limitação do número de filhos e não da renúncia à possibilidade de ter filhos.

Nesse mesmo sentido, aparecem novamente idéias orientadas a valores materialistas, misturadas com valores pós-materialistas, por trás das motivações que levam a comportamentos e atitudes em torno à formação das famílias. O desejo de realização profissional, por exemplo, apresenta tanta importância, quanto as dificuldades de moradia, quando se fala em razões que levam ao aborto. As respostas dos entrevistados quando perguntados sobre condições necessárias para ter filhos, corresponderam às respostas sobre os motivos que levaram ao aborto. Ou seja, muitos dos entrevistados se referiram à falta de algumas dessas condições, quando decidiram fazer aborto.

5.7 Idéias que resumem este capítulo

Tendo em vista que cada seção apresentou um fechamento, se pretende agora, apenas colocar as ideias centrais do capítulo.

Em Cuba, parece ser indiscutível a presença de uma maior individualização paralelamente a uma menor pressão social, sobretudo no que diz respeito à igreja, que não apresenta um papel ativo em termos de sexualidade, casamentos e decisões para ter ou evitar filhos.

Em termos de reorientação de valores, aspecto que identifica os cenários de segunda transição demográfica, os resultados evidenciam a mistura de necessidades materialistas e pós-materialistas nas decisões em torno da nupcialidade e da fecundidade.

Um dos aspectos que predominam, na mentalidade dos cubanos e que tem a ver com mudanças culturais, veiculadas pelas políticas desenvolvidas após a Revolução, é a liberdade de escolha no plano da família, tanto nas facilidades para casar, divorciar como para ter ou não um filho. Isso é coerente com a idéia de Lesthaeghe (2006), segundo a qual o individualismo decorrente dessa etapa da segunda transição demográfica não é um comportamento egocêntrico e, sim, o resultado da possibilidade de externalizar as posições e atitudes dos indivíduos em relação à moral e normas sociais. Tanto homens quanto mulheres, tinham a liberdade de escolha em suas vidas. Assim parece ser o caso cubano.

Os processos de formação de famílias, tal como abordados neste capítulo, indicam semelhanças e diferenças com a segunda transição demográfica. Ressalta a mistura de fatores econômicos, culturais e políticos nos determinantes subjacentes e nos comportamentos relativos à sexualidade, nupcialidade e fecundidade.

Destes resultados deriva a necessidade de realizar estudos sobre os processos de formação de famílias, que englobem a toda a população cubana.

6 TRANSIÇÃO, TRANSIÇÕES: À GUIA DE CONCLUSÃO

O título escolhido para fechar este trabalho parafraseia o utilizado por Patarra & Oliveira (1988). Se deseja enfatizar a idéia de uma existência de diversidade de transições demográficas, entre elas a transição cubana. Este estudo percorreu sobre a transição demográfica cubana com o propósito de identificar características dos processos de formação de famílias que permitam traçar um paralelo com a chamada segunda transição demográfica. A tese contou com seis capítulos e, com base na combinação de dados quantitativos e qualitativos, os Capítulos 4 e 5 se constituíram nos resultados, direcionados à transição demográfica cubana e à abordagem de manifestações sociais e individuais nos processos de formação de famílias, respectivamente.

Este estudo esteve limitado do ponto de vista espacial no que se refere aos dados qualitativos, ou seja, na procura de argumentos explicativos para os comportamentos observados. Os resultados obtidos não são conclusivos, mas permitem uma primeira aproximação à discussão sobre condições de segunda transição demográfica em Cuba. Embora não se tenha abordado a segunda transição demográfica em todas as suas dimensões, isto é, através das manifestações na formação de famílias, na mortalidade e na migração, foi possível aprofundar aquela dimensão mais desenvolvida no arcabouço teórico: que trata dos processos de formação de famílias.

Como foi apresentado na introdução, pesquisou-se as características dos processos cubanos de formação de famílias, durante a década de 1990 e começo do século XXI, vistos através da sexualidade, da nupcialidade e da fecundidade, indicam um contexto de segunda transição demográfica. Além do problema da pesquisa, foram estabelecidas duas perguntas secundárias que se referem aos atributos que definem a transição demográfica cubana e às particularidades que podem ser observadas na evolução demográfica cubana.

Para dar respostas às três questões, são apresentados os principais resultados alcançados, em função dos objetivos específicos associados.

Objetivo 1. Sistematizar o processo de transição demográfica cubana.

Cuba finalizou a primeira transição demográfica durante a década dos anos oitenta do século XX, quando os indicadores demográficos se estabilizaram, no caso da fecundidade, abaixo do nível de reposição, e, no caso da mortalidade, com esperança de vida ao nascer acima dos 75 anos, para ambos sexos, e com mortalidade infantil em torno de 10 por mil nascidos vivos. Os principais determinantes que estão por trás são: 1) a influência norte-americana no começo do século, que estimulou o processo de modernização, provocando melhorias nas condições sanitárias, aumento de empregos, melhorias no nível educacional da população, entre outros; 2) a Revolução cubana, que, a partir de 1959, diminuiu as disparidades sociais, potencializou o papel da mulher na sociedade e desenvolveu um conjunto de medidas que garantiram a gratuidade dos serviços básicos para a população.

Com o fim dos anos oitenta do século XX, além de continuar com a inércia de tendências demográficas iniciadas décadas atrás, do ponto de vista socioeconômico, o país enfrentou uma dura crise decorrente do fim do bloco socialista. Diante destas dificuldades, os componentes demográficos sofreram um impacto, que, em alguns, casos mostraram uma aceleração das tendências (de queda da taxa de fecundidade total) e, em outras, um estancamento da tendência (esperança de vida ao nascer).

Esta conjuntura propicia um perfil de indicadores populacionais de segunda transição demográfica.

Objetivo 2. Identificar os elementos presentes na iniciação e experimentação da sexualidade nos contextos cubanos, identificando pontos em comum e particularidades de Cuba em relação à segunda transição demográfica européia.

Os principais significados com os quais se associa a chegada da menstruação confirmaram achados da literatura (a passagem à vida adulta, uma espécie de enfermidade e uma etapa natural dentro do ciclo de vida feminino). Os significados estiveram determinados pela escolaridade, a idade e o contexto familiar da mulher.

As condições nas quais ocorreu a menarca evidenciaram a separação de espaços masculinos e femininos no âmbito familiar. Este momento foi privativo das mulheres da família e de outras pessoas sempre do sexo feminino.

A iniciação sexual parece ser cada vez mais precoce tal como ocorre nos cenários de segunda transição demográfica. As respostas dos entrevistados confirmam que é um evento

importante na vida, tanto de homens, quanto de mulheres. No entanto, esse momento começa a ser menos ligado àqueles preconceitos da perda da virgindade, para a mulher, e da necessidade de ter experiência sexual, para o homem.

Em termos de relações de gênero, percebe-se uma maior simetria entre os sexos no que se refere ao significado da iniciação sexual e às características para escolher parceiros. Esta simetria está marcada pelas diferenças, por idade e escolaridade, dos entrevistados.

A iniciação e experimentação da sexualidade refletem uma mistura de idéias associadas a valores mais e menos próximos de cenários de segunda transição demográfica. Vários fatores poderiam estar influenciando este quadro. Entre eles, se encontram as próprias condições demográficas cubanas que propiciam a convivência de várias gerações (com diferentes atitudes e valores em torno da sexualidade), devido à elevada sobrevivência da população e à pouca disponibilidade de moradias. Por outro lado, as políticas direcionadas à participação da mulher na sociedade, através, tanto da educação, quanto da participação econômica, têm levado a posicionamentos mais independentes na população feminina cubana. Em terceiro lugar, a tradição machista ainda vigente, decorrente de uma cultura sexista, que delimita espaços e conseqüentes comportamentos masculinos e femininos. Finalmente, a existência de uma população que se caracteriza por uma elevada escolaridade, com acesso a programas educativos e de planejamento familiar, poderia estar completando este quadro explicativo sobre a mistura de valores no comportamento da sexualidade cubana.

Objetivo 3. Caracterizar e interpretar os padrões de formação de uniões e casamentos exibidos pela população cubana.

Os dados revelaram uma diminuição dos casamentos em todas as idades durante os últimos 15 anos. A idade de entrada à união, independente do tipo, aumentou durante este período. O incremento maior ocorreu nos casamentos legais, chegando próximo a de 30 anos, para as mulheres, e, aproximadamente, 33 para os homens, similares a valores observados em países europeus. No entanto, ainda se percebe um padrão de nupcialidade jovem decorrente das uniões consensuais que, mesmo com um incremento na idade na qual ocorrem, ainda acontecem durante a juventude (em torno dos 20 anos).

A proporção de pessoas que vivem em união marital manteve-se similar nos Censos de 1981 e 2002, sendo que a mudança se produziu na composição, revelando um incremento

dos unidos e uma diminuição dos casados. As entrevistas mostraram a existência de uniões consensuais decorrente de diversas situações. Os significados atribuídos variam desde a união como alternativa ao casamento até a coabitação, como status prévio ao casamento, sendo experimental ou não, passando por outras, como solução para problemas de transporte e falta de lugares para encontros sexuais.

Constatou-se que a decisão sobre com quem as pessoas preferem morar está mediada pela pouca disponibilidade de casas e a ausência de infra-estrutura que permita o aluguel de um imóvel. Frequentemente, as pessoas continuam a morar com os pais ou parentes que tenham melhores condições econômicas e de moradia. Quando se forma um novo casal, a decisão depende de qual dos dois apresenta melhores condições na casa onde mora, qual casa fica mais próxima do serviço ou da escola, entre outros argumentos de natureza socioeconômica.

Os significados atribuídos ao casamento e à união consensual foram diversos. Estes estiveram determinados, sobretudo, pela idade e pela escolaridade dos entrevistados. A maioria dos jovens de ambos os sexos afirmou que o casamento não era importante e que não achava que tivesse muito valor, considerando que poderia acontecer, ou não, dentro de seus projetos de vida a longo e médio prazo.

Os entrevistados de mais idade consideravam que o casamento era a forma ideal para viver acompanhado, pois assinalava uma maior validade e seriedade no relacionamento, considerando, também, que era importante para o nascimento dos filhos.

Foram observadas duas formas de uniões consensuais inseridas no arcabouço teórico da segunda transição demográfica: a convivência como período de teste e a convivência durante alguns dias da semana (*living apart together*). No entanto, os motivos que têm levado a esses tipos de união nem sempre são similares aos encontrados no caso europeu. Por exemplo, no caso do *living apart together*, as motivações observadas não foram de natureza pós-materialista. Ainda quando os mais escolarizados puderam evidenciar algumas semelhanças, em sentido geral, os cubanos entrevistados refletiram motivações socioeconômicas por trás das decisões de estabelecer essas uniões.

No caso da união como período de experimentação antes do casamento, esta foi observada associada ao maior nível de escolaridade as pessoas que adiavam o casamento para materializar outros projetos de vida, quase sempre relativos a estudo e emprego.

Embora, em termos de segunda transição demográfica, as uniões consensuais apresentem um significado associado a mudanças de valores em relação ao casamento, ao aumento da autonomia feminina, a maior individualização e ao interesse pela auto-realização pessoal e profissional, no caso de Cuba, se requer de cautela para abordar este aspecto. Em termos de coabitação, ainda quando os dados mostrem uma tendência crescente, este não constitui um fenômeno recente, nem existem achados que permitam afirmar que tal incremento constitui uma consequência apenas de mudanças de atitudes, em termos de formação de famílias.

Objetivo 4. Descrever os processos de tomada de decisão para ter ou evitar os filhos, particularizando nos condicionantes presentes nestes processos.

O valor atribuído aos filhos continua estando presente, tanto para as mulheres, quanto para os homens. No entanto, ter e criar os filhos não constitui o único papel legítimo da realização feminina. Homens e mulheres destacaram a importância de atingir um status melhor, em termos educacionais e econômicos como fontes importantes de auto-realização.

Os resultados apontam, embora de forma frágil ainda, para o adiamento dos filhos. As condições que estão provocando este adiamento parecem estar associadas com problemas socioeconômicos, dentre os quais são destaque as dificuldades de acesso à moradia, os projetos de realização individual que compreendem o desejo de emigrar, encerrar ciclos educacionais e atingir empregos que garantam condições econômicas desejadas. Também foi relatado o desejo de encontrar a pessoa ideal e ter um relacionamento estável e maduro. Desta maneira, prevalece, nas decisões associadas à fecundidade, a mistura de elementos de natureza pós-materialista e materialista.

Tanto os entrevistados que tinham filhos, quanto aqueles que ainda não tinham, consideraram que o melhor momento para tê-los (associado à idade) era depois de ter completado os 30 anos. Os entrevistados opinaram que, com essa idade, as pessoas deviam ter atingido várias das etapas ou metas importantes como terminar os estudos, ter um bom trabalho, possuir uma casa e alcançar estabilidade econômica. Embora estes argumentos fossem revelados por homens e mulheres, algumas mulheres manifestaram a incerteza sobre se ter os filhos com mais de 30 anos poderia provocar algum tipo de risco para a saúde delas.

A migração faz parte dos planos de vida da população cubana e constitui parte intrínseca dos projetos, tanto individuais, como familiares. Esta presença esteve marcada pela

necessidade de solucionar os problemas de caráter econômico que enfrentam. Os projetos são concebidos de formas diferentes, sendo que, em alguns deles, a família apresenta um papel central; em outros, trata-se de projetos individuais, que assumem a formação da família em outro país. Pela importância nas condições demográficas cubanas, a relação entre emigração e fecundidade deve constituir-se em tema central para futuras pesquisas.

Objetivo 5. Identificar o papel do aborto e uso de contracepção no controle da fecundidade.

A prática do aborto é parte integrante do processo de tomada decisão para ter filhos. Todos os envolvidos, isto é, familiares, médicos e o próprio casal, são conscientes de que podem escolher entre continuar a gravidez ou fazer um aborto.

Constatou-se que os cubanos contam com conhecimentos formais sobre os diferentes métodos contraceptivos que existem, sabem sobre suas limitações e vantagens. Contudo, na prática, o uso é descontínuo, sem prescrição médica e os métodos são trocados constantemente.

A decisão para a realização de um aborto é intermediada por um processo que inclui, além de posicionamentos do casal, a opinião dos familiares, médicos e alguns amigos próximos. Este processo não apresenta conotação de natureza religiosa e as pessoas falam dele sem preconceitos. Os aspectos negativos envolvidos no processo de aborto são os riscos para a saúde da mulher, assim como as conseqüências futuras no sentido de afetar a sua fertilidade.

Nos casos em que as pessoas perceberam com maior antecedência a ausência da menstruação, quase sempre foi avaliada a possibilidade de recorrer ao método da regulação menstrual. É amplamente difundido na população cubana o fato deste método apresentar menos riscos do que o aborto, por não precisar de anestesia geral, nem a confirmação da gravidez. No entanto, ele se realiza, apenas, no início da gravidez.

A tomada de decisão para a interrupção de uma gravidez se caracteriza pelos seguintes aspectos: a) o processo de negociação não parece transparente sendo que, possivelmente, nenhum dos parceiros desejava o filho, mas cada um deles relatou que tentou convencer o outro; b) emergiram papéis decorrentes das construções de gênero, sendo que os entrevistados relataram suas ações, legitimando aquilo que se espera deles, em função de serem homens ou mulheres, sendo que os homens mostraram-se protetores e as mulheres,

tanto necessitadas de apoio, quanto donas da decisão; c) a decisão de interromper uma gravidez inclui posicionamentos dos parceiros e dos familiares; d) os relatos evidenciaram as duas razões que, em termos de controle da fecundidade, são tradicionais para evitar um filho. Trata-se tanto da postergação dos filhos, como da limitação do tamanho da família, posicionamentos que apresentaram diferenças por idades.

Os mais jovens frequentemente falaram em adiamento e focalizaram nas limitações que um filho representaria para seus projetos de vida, sobretudo de realização profissional e planos migratórios, assim como em termos de dificuldades econômicas. As pessoas de mais idade usaram o aborto, fundamentalmente, por já ter alcançado o tamanho desejado de família.

Existe um elemento que perpassa toda esta análise. O cubano, de ambos os sexos, tem interiorizado que a decisão para ter um filho passa pela possibilidade de querer ou não ter esse filho, mesmo quando já existe uma gravidez. A presença de forma legal de práticas abortivas durante mais de três décadas, faz com aborto seja um tema comum, que não exista preconceito em torno dele e que as pessoas decidam pelo seu uso.

Em Cuba, a maior individualização paralelamente a uma menor pressão social, sobretudo no que diz respeito à Igreja, parece ser geral. Não existe um papel ativo da Igreja cubana em termos de sexualidade, nem formação de famílias, e as pessoas também não associam o aborto a temas religiosos.

O comportamento dos cubanos em termos reprodutivos está determinado por fatores culturais e mudanças sociais veiculadas pelas políticas instauradas pela Revolução. Esses aspectos estimularam um forte processo de secularização, assim como a liberdade de escolha no plano da família, facilidades para casar e para ter ou evitar um filho.

Objetivo 6. Explicar as condições e diferenças que poderiam estar presentes nas decisões para se divorciar e separar.

Os resultados mostraram um incremento dos divórcios durante quase 50 anos. Os entrevistados revelaram que as causas que têm motivado a dissolução dos casamentos são a existência de projetos de vida diferentes, as infidelidades, a diminuição ou falta de amor no casal e a existência de conflitos familiares. Do ponto de vista social, esse incremento tem sido potencializado pelas políticas direcionadas a uma maior autonomia feminina, pela elevação do nível educacional da população, particularmente das mulheres, e pelo

incentivo ao emprego feminino, junto com as facilidades, do ponto de vista econômico para o divórcio.

Os resultados das entrevistas revelaram que a tomada da decisão, para a separação e para o divórcio, apresentou vários matizes. Por um lado, se observaram diferenças, mesmo que pequenas, entre o significado da ruptura de um casamento legal e da separação que dá término a uma união consensual. Embora os motivos sejam muito similares, a tomada de decisão foi relatada como um processo mais complexo para aqueles que estavam casados legalmente.

Objetivo 7. Caracterizar os padrões de recasamentos e elementos subjetivos presentes neles.

Os dados refletiram uma diminuição dos casamentos. Os recasamentos formais ainda continuam ocorrendo na população cubana. Isto ocorre, inclusive, apesar do fato das uniões consensuais gozarem de aceitação social, como alternativa para viver acompanhado, depois de um primeiro casamento.

Muitos recasamentos estão associados à chegada de filhos e ao desejo de regularizar uma união que consideram importante. Da mesma forma que o observado em outras temáticas discutidas neste estudo, detectaram-se semelhanças e diferenças em relação aos países europeus de segunda transição demográfica. Pode-se afirmar que o cenário cubano está mostrando uma maior gama de possibilidades a esse respeito.

As decisões de estabelecer uma união consensual após um casamento se associam a situações heterogêneas. As duas mais importantes, reveladas neste estudo, foram a preferência por viver uma relação mais flexível e o fato de se tratar de duas pessoas que já tinham passado por um casamento, aspecto que dava liberdade para morar juntos sem casar, nessa ocasião.

O caso cubano revela características peculiares, pois muitas uniões que se estabelecem após uma primeira união ou casamento não têm esse caráter de formação de nova família. Nesses casos, muitas pessoas pensam mais em experimentar ou testar relacionamentos mais flexíveis. Já outros preferem morar um tempo em união consensual e, transcorrido um certo período, decidem se casar. Nesses casos, os entrevistados mostraram uma preocupação em atingir determinado *status* social e profissional, antes de formalizar uma

união através do casamento. A pouca informação disponível sobre esta temática, assim como a existência de um conjunto de aspectos próprios do contexto cubano, demandam um aprofundamento nesta temática em futuras pesquisas.

6. 1 Reflexões em torno dos principais achados encontrados

Estas reflexões começam discutindo duas questões que se consideram relevantes para o fechamento da pesquisa. Trata-se, em primeiro lugar, de uma das interrogações colocadas como pergunta secundária da pesquisa e, em segundo lugar, de uma questão decorrente dela:

- 1) Quais são as características que particularizam a transição demográfica cubana?
- 2) Quais são as implicações sociais e econômicas dessas características?

No caso da primeira questão colocada, a idéia se apresenta em função das características da transição demográfica cubana, tentando discernir entre aqueles aspectos que poderiam ser considerados como particularidades do contexto cubano e aqueles que são atributos típicos de cenários transicionais avançados, particularmente da segunda transição demográfica.

Para comentar a segunda interrogação, tentar-se-á atribuir juízos de valores aos comportamentos ao se distinguir entre os elementos que apontam para manifestações negativas, de natureza demográfica, e aqueles que constituem uma expressão de avanço, em termos demográficos. Essa informação será complementada com uma sistematização da forma em que se manifestam em Cuba os principais indicadores utilizados nesta pesquisa, para medir a segunda transição demográfica, com base nos processos de formação de famílias.

Embora a transição demográfica se constitua em um fenômeno freqüentemente entendido como sinônimo de desenvolvimento, devido à queda da mortalidade, ao aumento da longevidade e à conquista do tamanho de família desejado, muitas vezes, apresentam conseqüências que se manifestam como motivos de preocupação para países e governos. Em países europeus, a inter-relação entre as tendências demográficas e os modelos de desenvolvimento econômico e social tem levado à emergência de condições demandantes de políticas paliativas. Isto acontece, sobretudo, devido aos problemas enfrentados pela

baixa fecundidade e ao conseqüente envelhecimento da estrutura etária. A revisão da literatura permitiu concluir que o fato de continuar diminuindo não apenas os níveis da fecundidade como também o tamanho das coortes futuras, podem levar a instabilidades socioeconômicas no curto e médio prazos.

No caso da América Latina, naqueles países que começam a revelar manifestações similares às identificadas como próprias da última etapa da transição demográfica ou, inclusive, manifestações da chamada segunda transição demográfica, emergem desafios, às vezes mais complexos, devido aos desencontros em termos políticos, econômicos, sociais e demográficos que caracterizam a Região. Isto se acentua com a rapidez com que se produziu o processo, levando a que, em poucas décadas, se materializassem mudanças demográficas que, em países europeus, demoraram mais de um século.

A velocidade com que aconteceu a transição demográfica cubana é relevante para o entendimento das características deste processo. Identificar as mudanças demográficas cubanas como um processo acelerado, colocaria Cuba em condições similares à grande parte dos países da região latino-americana. Por outro lado, afirmar que as mudanças demográficas acontecidas foram tão lentas como a da maioria dos países europeus concede outro status para o cenário demográfico do país. Por que é importante retomar esta discussão? Porque o ritmo e a velocidade das mudanças podem ter um impacto na reacomodação social e cultural necessária para enfrentar as conseqüências que a transição traz.

Dependendo do período definido como o início da transição, poder-se-ia caracterizar como um processo mais ou menos acelerado. As mudanças demográficas começaram a acontecer como conseqüência de uma modernização conduzida pelos Estados Unidos, sobretudo em termos de saúde. Posteriormente, o impulso dado pelos programas implementados após a Revolução fez com que elas se produzissem de maneira rápida e homogênea. Em geral, em qualquer das duas alternativas, as mudanças aconteceram na ausência de desenvolvimento econômico e das necessárias mudanças culturais, que deviam ir acomodando, por exemplo, o novo papel da mulher na sociedade cubana, através do incentivo a mudanças também nos papéis dos homens. Neste estudo, identifica-se o início do século XX com o começo da transição cubana; no entanto, considera-se que a revolução de 1959 constituiu um momento importante para a evolução demográfica que veio a seguir.

A colocação de Cuba em um status demográfico similar ao europeu tomou conta do discurso, tanto acadêmico quanto político, no sentido de representar o sentimento de orgulho pelos avanços alcançados. Atualmente, esse discurso ficou fragilizado, ao se constatar que se trata de um país com condições demográficas de países desenvolvidos, porém, na ausência de desenvolvimento econômico. Para muitos, este é o grande desafio, em termos de inter-relação entre população e desenvolvimento, que o país enfrenta na atualidade (Rodríguez, 2006, Albizu-Campos, 2000).

Características tais como a sustentada fecundidade abaixo do nível de reposição, o conseqüente envelhecimento da estrutura etária e os saldos migratórios externos negativos concedem elevada complexidade à situação sociodemográfica sob um olhar global. No entanto, aparecem outros atributos para completar esse quadro, muitos deles associados aos processos de formação da família. Este estudo, que aborda precisamente o processo de transição demográfica e os processos de formação de famílias, com base em algumas de suas principais dimensões apontadas para contextos de segunda transição demográfica (casamentos, filhos, divórcios e separações, recasamentos), ressaltou algumas dessas manifestações.

Os resultados indicam uma singular autonomia da mulher, que não deriva, apenas, da elevada escolaridade e participação na atividade econômica. Existe, também, uma elevada segurança no sistema de saúde e nos direitos sociais alcançados. As mulheres entrevistadas revelaram uma mistura de valores em relação a como tomam suas decisões sobre sexualidade, reprodução, relacionamentos e arranjos familiares, em geral. A presença dessa autonomia, de conotação positiva, coexiste com cenários nos quais prevalece uma diferenciação de papéis de gênero, correspondendo, para a mulher, por exemplo, uma atitude mais passiva diante da relação sexual e menores possibilidades de expressar seus desejos nos seus relacionamentos. O processo do aborto também mostrou uma diferenciação entre posicionamentos de homens e mulheres, sendo que os homens apareceram com uma atitude de protetores de suas parceiras e, estas, como as necessitadas de proteção e apoio.

As entrevistas parecem confirmar uma perda do valor do casamento, sobretudo entre os mais jovens e escolarizados. No entanto, ele ainda faz parte dos planos futuros da maioria. As uniões consensuais, presentes historicamente na população de Cuba, têm aumentado, acentuando sua presença entre os jovens de ambos os sexos. Os resultados indicam que

esse tipo de arranjo nem sempre é decorrente de uma maior liberdade de escolha ou das necessidades de preservar a autonomia dos parceiros durante um período de tempo. Condicionantes, principalmente de precariedade econômica, e, particularmente, de déficit habitacional, levam a que casais muitos jovens decidam morar junto, sem que exista, explicitamente, um processo de formação de uma família com responsabilidades compartilhadas ou planos conjuntos.

No entanto, a esses condicionantes, se somam outros de natureza social e cultural, que têm provocado uma aceitação quase universal da consensualidade na sociedade e na família cubana. Aqueles entrevistados mais escolarizados relataram que as uniões consensuais são uma boa forma para testar a convivência, expressando, nesses depoimentos, elementos associados à aceitação da união sem casamento e à idéia de um cálculo mais racional sobre a possibilidade de se casar. O quadro se completa com o aumento do divórcio como consequência, sobretudo, de mudanças no papel da mulher na sociedade e da diminuição dos recasamentos.

Em resumo, existe uma mistura nas opiniões e comportamentos envolvidos no processo de formação de famílias. Na maioria deles, convivem elementos mais e menos próximos dos cenários típicos de segunda transição demográfica. A seguir, é retomada a listagem de indicadores de segunda transição demográfica, tal como proposta no Capítulo 3, com o propósito de sintetizar a natureza que eles adquirem nas condições cubanas.

QUADRO 4. Resultados do comportamento dos indicadores segunda transição demográfica.

Variáveis	Comportamento dos indicadores para o caso de Cuba
Família	Predomínio de estruturas nucleares, com o aumento da monoparentalidade, da chefia feminina, inclusive com vínculo marital. A tomada de decisão no âmbito familiar não revela grandes assimetrias de gênero, mas sim dos condicionantes econômicos. Importante presença das avós nas decisões sobre sexualidade, casamentos e nos cuidados dos netos.
Sexualidade	Coexistência de comportamentos que revelam simetria entre sexos com outros de natureza mais sexista. O nível de escolaridade e a idade são importantes marcadores das diferenças encontradas nos comportamentos observados.
Nupcialidade	Perda do valor do casamento. Diminuição dos casamentos de qualquer ordem. Incremento da coabitação devido a motivos diversos: econômicos, déficit habitacional, teste de convivência e chegada de um filho. Incremento de divórcios e separações. Existem diferenças dadas pela idade e escolaridade.
Fecundidade	O valor dos filhos é mantido. Existe um adiamento dos filhos devido a razões econômicas, misturadas com desejos de realização profissional e individual, planos ou desejos de migrar, que levam a um menor número de filhos. De maneira geral, o cubano não pensa em famílias de tamanho grande como ideal. Os relatos sobre decisões para ter filhos mostraram a maior homogeneidade em termos de marcadores. O aborto é aceito socialmente e constitui uma das vias mais usadas para espaçar e limitar a fecundidade.
Urbanização	O nível de urbanização é elevado e homogêneo em todas as regiões, em 2005, era pouco mais de 75%. As entrevistas foram realizadas em Havana, que é 100% urbana.
Religião	Existe uma mistura de tipos de religiões, mas não parece haver uma associação entre religião e decisões em torno da sexualidade e reprodução.
Participação	A mulher cubana tem a possibilidade de participar de organizações de massas, como a Federação de Mulheres Cubanas, a qual tem influência nas políticas direcionadas aos direitos femininos e que, no discurso oficial, potencializam a liberação da mulher e o aproveitamento das possibilidades em termos educacionais e de emprego. As contrapartidas por parte do Estado nem sempre cobrem todas as demandas, sobretudo em termos de creches.

6.2 Visão crítica da pertinência da segunda transição demográfica para o caso cubano

Feito o percurso pelos principais elementos que permitem responder as duas questões colocadas no início deste capítulo, segue a continuação da identificação de aspectos de natureza contraditória, que conformam as condições em termos de segunda transição demográfica. Toda essa discussão coloca o foco na questão de se as condições que existem em Cuba indicam avanço em termos de relação entre população e desenvolvimento, se colocam o país frente a desafios sociais e econômicos ou se as duas situações coexistem. A resposta para essa questão parece clara: as duas situações estão coexistindo.

Quase todos os resultados apresentados apontam para similaridades, em termos demográficos, com as condições típicas de segunda transição demográfica. Assim como ocorre em países desenvolvidos, alguns dos atributos que fazem parte destes cenários são preocupantes para Cuba, mas por razões diferentes. Desta maneira, a identificação deles, como parte do contexto demográfico do país, merece cautela na hora de decidir sobre o tipo de abordagem que deve ser feito. A seguir, são apresentadas características que apareceram como resultado deste estudo, que estão presentes em Cuba e que compreendem significados de duplo caráter.

- ☐ Menor quantidade de filhos e arranjos familiares não “tradicionais” versus sentimentos de solidão e ausência de redes de apoio familiares.
- ☐ Aumento de idéias associadas à realização individual, com base em maior escolaridade e participação econômica, versus condições econômicas não favoráveis para a materialização dessas idéias.
- ☐ Maior autonomia feminina, refletida abertamente em termos institucionais e no discurso oficial, versus a ausência dessa mesma autonomia em termos culturais, na vida cotidiana de homens e mulheres.
- ☐ Condições demográficas típicas de cenários nos quais existe uma reorientação de valores para necessidades pós-materialistas (fecundidade abaixo do nível de reposição, mortalidade infantil baixa, elevada sobrevivência) versus contexto econômico decorrente

da crise econômica dos anos noventa do século XX, que provocou a carência de produtos básicos.

□ Acesso universal e gratuito a todos os serviços de planejamento familiar, aborto legal realizado em instituições de saúde versus a persistência de um peso importante de fecundidade jovem e adolescente e ainda de gravidezes não planejadas e do desejo não realizado de ter filhos.

Destas manifestações se deriva a importância dos resultados em termos de políticas públicas. Os elementos que estão por trás das condições demográficas que o país exhibe são determinantes para decidir o tipo de política necessária para aliviar as consequências negativas que dessas condições decorrem.

Por fim, a resposta ao problema desta pesquisa e, conseqüentemente, ao objetivo, geral verifica a hipótese de partida. O quadro demográfico cubano revela condições de segunda transição demográfica, confirmado tanto nos indicadores agregados, quanto na maioria dos indicadores de níveis individuais. A diferença entre as condições cubanas e de países europeus está no conteúdo da transição demográfica cubana, tanto da primeira, como da segunda transição. A forma na qual Cuba chegou à modernização, o impacto da Revolução, os motivos que fazem inibir a fecundidade na atualidade, os saldos migratórios externos negativos, são alguns dos elementos que corroboram essa afirmação. Em suma, com relação à segunda transição demográfica, típica de países industrializados, pode-se dizer que a segunda transição demográfica cubana *no es lo mismo pero es igual*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABMA, J.; DRISCOLL, A.; MOORE, K. Young women's degree of control over first intercourse: an exploratory analysis. *Family Planning Perspectives*, New York, v. 30, n. 1, Jan./Feb. 1998.

AJA, A. Tendencias de la emigración desde cuba a inicios del siglo XXI. In: ENCONTRO SOBRE MIGRAÇÕES, 1., 2006, Chiapas. *Anais...* Chiapas, Mexico: Organização Internacional de Migrações, 2006.

ALBIZU-CAMPOS, J. C. *Mortalité et survie à Cuba dans les années mille neuf cents quatre-vingt-dix*. Lille: Université Charles de Gaulle- Lille 3. Atelier National de Reproduction de Theses. 2005

ALBIZU-CAMPOS, J. C.; ALFONSO, A. *La población cubana en la segunda mitad del siglo XX*. 2004. Disponível em: <<http://sociales.reduaz.mx>>. Acesso em: 20 jul. 2004.

ALBIZU-CAMPOS, J. C. Mortalidade y sobrevivencia en Cuba en los noventa. *Revista Novedades en Población*, Habana, n. 1, 2000.

ALFONSO, J. C. El descenso de la fecundidad en Cuba: de la primera a la segunda transición demográfica. *Revista Cubana de Salud Pública*, Habana, v. 32, n. 1, p. 1-19, ene./mar. 2006.

ALFONSO J. C.; MCDONALD A.; SOSA, M. *Apuntes para el estudio de la fecundidad en Cuba*. Habana: Sociedad Científica Cubana para el desarrollo de la familia, 1996.

ALFONSO, M. Entre lo tradicional y lo moderno: la familia habanera en el siglo XIX. *Revista Novedades en Población*, Habana, n.1, 2000.

ALLEN, L. Girls want sex, boys want love: resisting dominant discourses of (hetero)sexuality. *Sexualities*, United Kingdom, v. 6, n. 2, p. 215–236, May 2007.

ÁLVAREZ, L. *La fecundidad en Cuba*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1985.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S.; BARROS, F. *A família DINC no Brasil*. 2008. <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_1064.pdf>. Acesso em: 4 nov. 2008.

ALVES, J. E. D.; CAVENAGHI, S. Questões conceituais e metodológicas relativas a domicílio, família e condições habitacionais. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 1., 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ALAP, 2004.

ALVES, J. E. D. Mitos e realidade da dinâmica populacional. In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2000, Caxambu. *Anais...* Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2000. 1 CD-ROM.

ARIES, P. H. El amor en el matrimonio. In: ARIÈS, P.; BÉJIN, A., (Org.) *Sexualidades occidentales*. Buenos Aires: PAIDOS, 1987. p. 177-228.

ARRIAGADA, I. Transformaciones sociales y demográficas de las familias latinoamericanas. *Papeles de Población*, Toluca, v. 10 n. 40, p. 71-95, abr./mayo. 2004. <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=11204007>>. Acesso em: 21 maio 2008.

ARRIAGADA, I. Changes and inequality in Latin American Families. *CEPAL Review*, Santiago v. 77, p. 135-153, Ago. 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/19932/lcg2180i-Arriagada.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

BACHRACH, C. H. Comment: the puzzling persistence of postmodern fertility preferences. In: BULATAO, R. A.; CASTERLINE J. B. (Ed.). *Global fertility transition*. New York: Population Council, 2001, p. 332-339.

BAJRAJ R. J.; VILLA, M; RODRÍGUEZ, J. *Población y desarrollo en América Latina y el Caribe: un desafío para las políticas públicas*. Santiago del Chile: CEPAL, 2000. (Serie Población y Desarrollo)

BARROS, O. *Escenarios demográficos de la población cubana*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2005.

BECKER, G. The demand for children. In: __. *A treatise on the family*. Boston: Harvard University Press, 1981. cap. 5, p. 93-112.

BENÍTEZ, M E. *La familia cubana en la segunda mitad del siglo XX*. Habana: Editorial Ciencias Sociales, 2003.

BENÍTEZ, R. *Transición demográfica en América Latina con especial mención a México. Tendencias y consecuencias sociales*. Disponível em: <<http://www.bibliojuridica.org/libros/4/1642/9.pdf>>. Acesso em: 09 ago. 2007.

BIRDSALL, N. Economic approaches to population growth. In: CHEMERY, H.; SRINIVASAN, T. N. (Ed.). *Handbook of development economics*. Amsterdam: Sole, 1988. v.1

BOSERUP, E. *Population and technological change: a study of long – term trends*. Chicago: University of Chicago Press, 1981.

BRYMAN A. Quantity and quality in social research. London: Unwin Hyman, 1988. (Contemporary Social Research Series, 18).

BUENO E.; MOLINA J.; VALLE, G. *El trabajo por cuenta propia en Cuba*. Habana: Universidad de la Habana/CEDEM, 1998.

BURCH, T. K. El tamaño y la estructura de la familia extendida y fecundidad. Algunos aspectos conceptuales y metodológicos. In: __. *La familia como unidad de estudio demográfico*. San José: CELADE, 1976. 467 p. (Serie E, 1001).

BURCH, T.; LIRA, L.; LOPES, V. (Ed.). *La familia como unidad de análisis demográfico*. San José: Celade, 1976. (Serie E, 1001).

CANALES, A. La población en la era de la información. De la transición demográfica al proceso de envejecimiento. *Revista de Estudios Demográficos Y Desarrollo Urbano*, México, v. 16, n. 3, 2001. Disponível em: <http://www.redadultosmayores.com.ar/buscador/files/DESAR_006.pdf>. Acesso em: 5 jan. de 2008.

CANALES, A. Retos teóricos de la demografía en la sociedad contemporánea. *Revista Papeles de Población*, Toluca, v. 10, n. 40, p. 47-69, abr./mayo. 2004.

CALDWELL, J. C.; REDDY, P., CALDWELL, P. The social component of mortality decline: an investigation in South India employing alternative methodologies. *Population Studies*, London, v. 37, n. 2, p. 185-205, Jul. 1983.

CALDWELL, J. C. Toward a restatement of demographic transition theory. *Population and Development Review*, New York, v. 2, n. 3/4, p. 321-366, Sept./Dec., 1976.

CARLSSON, G. The decline of fertility: innovation or adjustment process. *Population Studies*, London, v. 20, n. 2, p. 149-174, Nov. 1967.

CARVALHO, J. A. M.; BRITO, F. A demografia brasileira e o declínio da fecundidade no Brasil: contribuições, equívocos e silêncios. *Revista Brasileira de Estudos de População*, São Paulo, v.22, n. 2, p. 351-369, jul./dez. 2005.

CASTERLINE, J. B. Conclusions. In: LEE, R. (Ed.) *Dynamics of values in fertility change*. Oxford: Oxford University Press, 1999. p. 37-370

CATASÚS CERVERA, S. *La nupcialidad cubana en el siglo XX*. Habana: Centro de Estudios Demográficos, 1991.

CATASÚS CERVERA, S. *La nupcialidad en Cuba. Características y evolución en el contexto de conclusión de su transición demográfica*. Tours, IUSSP, 2005. Disponível em: <<http://iusp2005.princeton.edu/abstractViewer.aspx?submissionId=50855>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

CATASÚS CERVERA, S.; CANO, P.; VÁSQUEZ, L. *Evolución estimada de la fecundidad en Cuba*. Habana: Universidad de La Habana/ CEDEM., 1975. (Estudios Demográficos, 6).

CEPAL. *Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas: síntesis y conclusiones*. Brasília: CEPAL, 2002. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getprod.asp?xml=/publicaciones/xml/4/10264/P10264.xml&xs=/celade/tpl/p9f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom.xsl>>. Acesso em: 10 jun. 2005.

CLELAND, J.; WILSON, C. H. Demand theories of the fertility transition: an iconoclastic view. *Population Studies*, London, v. 41, n. 1, p. 5-30, Mar. 1987.

COALE, A. The demographic transition. In: *International Population Conference*, 1973, Liège. Liège: International Union for the Scientific Study of Population, 1973. v. 1

COALE, A.; HOOVER, E. *População e desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Fundo da Cultura, 1966.

COLEMAN, James Samuel. *Foundations of social theory*. Cambridge: Harvard University Press, 1994.

COSIO, M. E. Z. Dos modelos de transición demográfica en América Latina. *Perfiles latinoamericanos*: revista de la Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, México, n. 6, p. 29-47. 1995. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=2212539>>. Acesso em: 09 ago. 2007.

CUBA. Ministerio de Justicia. *Código de familia de la República de Cuba*. La Habana, 1987.

CUBA. Ministerio de Salud Pública. *Conceptualizaciones para el registro nacional de estadísticas sanitarias de Cuba*. La Habana, 2003.

CUBA. Oficina Nacional de Estadísticas. *Anuario Demográfico de 2006*. 2007. Disponível em: <<http://www.one.cu/aec2006/anuariopdf2006/capitulo11/XI.1.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2007.

CUBA. Oficina Nacional de Estadísticas. *Anuarios demográficos 1993 – 2003*. La Habana.

CUBA. Oficina Nacional de Estadísticas. *Estudios territoriales de salud reproductiva: Cienfuegos y Holguín*. . La Habana, 2003.

CUBA. Oficina Nacional de Estadísticas. *Informe del Censo Nacional 2002*. 2005. [2006]. Disponível em <www.one.cu>. Acesso em: 23 abr. 2007.

DAVIS, K. Marriage and the family. In: DAVIS, Kingsley. *Human society*. New York: MacMillan, 1949. cap 15.

DAVIS, K. The theory of change and response in modern demographic history. *Population Index*, Princeton, v. 29, n. 4, p. 345-352, Oct. 1963.

DAVIS, K. The origin of growth of urbanization in the world. *The American Journal of sociology*, Chicago, v. 60, n. 5, p.429-437, Mar. 1955.

DAVIS, K. The world demographic transition. *The Annals of the America Academy of Political and Social Sciences*, Philadelphia, v. 273, n. 1, p. 1-11, Jan. 1945.

DEL REY, A. *et al.* El reavivamiento religioso en Cuba. *Revista Temas*, Habana, n. 31, p. 93-100, oct./dic. 2002.

DÍAZ-BRIQUETS, S. Determinants of mortality transition in developing countries before and after the second world war: some evidence from Cuba. *Population Studies*, London, v. 35, n. 3, p. 399-412, Nov. 1981

DÍAZ, M. La familia cubana ante la crisis de los 90. In: CONGRESO INTERNACIONAL LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION, 22., 2000, Miami.. *Anais...* Habana: CIPS, 2000. Disponível em: < www.clacso.edu.ar >. Acesso em: 05 jul. 2006.

DURAM, M. A. El futuro de las familias. In: MESA REDONDA, 2007, Santiago. [Santiago]: CEPAL, 2007.

ECOL, R. D. População e tecnologia, questões centrais da pós-modernidade. *MultCiencia*, Campinas, n. 6, maio 2006.

EASTERLIN, R. A.; CRIMMINS, E. M. The fertility revolution. In: _____. *The fertility revolution: a supply-demand analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1985. cap. 1, p. 1-11.

FARNÓS, A. *La declinación de la fecundidad y sus perspectivas en el contexto de los procesos demográficos en Cuba*. 1985. 232 f. Tese (Tesis de Grado Científico)- Centro de Estudios Demográficos, La Habana, 1985. t.1.

FONTANA, A; FRY, J. H. The interview. From structured questions to negotiated text. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *Collecting and interpreting qualitative materials*. 2nd ed. Sage: Thousand Oaks, 2003. p. 61-106.

FRIEDLANDER, J. S.; SCHELLEKENS, J.; BEN-MOSHE, E. The transition from high to low marital fertility: cultural or socioeconomic determinants? *Economic Development and Cultural Change*, Chicago, v. 39, n. 2, p. 331-351, Jan. 1991.

GARCÍA, R. *La transición de la mortalidad en Cuba: un estudio sociodemográfico*. La Habana: Centro de Estudios Demográficos, 1996.

GEORGE, L. Sociological perspectives on life transitions. *Annual Review of Sociology*, v. 19, n. 1, p. 353-373, 1993.

GIDDENS, A. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GILLESPIE, Rosemary. Voluntary childlessness in the United Kingdom. *Reproductive Health Matters*, London, v. 7, n. 13, p. 43-53, May. 1999.

GOLDANI, A. M. Desigualdade racial nas trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras. In: LOVELL, P. (Org.), *Desigualdade racial no Brasil contemporâneo*. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 1991. p. 195-241.

GONZÁLEZ, F. Mujer, trabajo y transición de la fecundidad en Cuba. In: _____. *et al. Aspectos relevantes de la transición demográfica en Cuba*. Habana: CEDEM, 1994.

GONZÁLEZ REGO, R. A. *Migraciones hacia la Habana. Efectos en la conformación de su ambiente social*. 2001. Disponível em: <http://www.giemic.uclm.es/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=116&Itemid=50>. Acesso em: 4 maio 2008.

GOODY, J. Production and reproduction. *A comparative study of the domestic domain*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

GRAN, M. *Interrupción voluntaria de embarazo y anticoncepción. Dos métodos de regulación de la fecundidad. Cuba, 1995 – 2000*. Habana: Ministerio de Salud Pública. Dirección Nacional de Estadísticas, 2005.

GUPTA, M. Kinship systems and demographic regimes. In: KERTZER, T.; FRICKE, T. (Ed.) *Anthropological demographic: toward a new synthesis*. Chicago: Chicago University Press, 1997. p. 36-52.

HAMMEL, E. A. A theory of the culture for demography. *Population and Development Review*, New York, v. 16, n. 3, p. 455-485, Sept. 1990.

HAVANON, N.; BENNETT, A.; KNODEL J. Sexual networking in provincial Thailand. *Studies in Family Planning*, New York, v. 24, n. 1., p. 1-17, Jan./Feb. 1993.

HERNÁNDEZ, R. *La revolución demográfica en Cuba*. Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1986.

HORIUCHI, S. Epidemiological transitions in developed countries: past, present and future. In: SYMPOSIUM ON HEALTH AND MORTALITY, 1999, Brussels. Proceedings: *Health and mortality issues of global concern*. New York: United Nations, 1999.

INGLEHART, R. *The silent revolution: changing values and political styles among western publics*. Princeton: University Press, 1977.

JELIN, Elizabeth. Las familias latinoamericanas en el marco de las transformaciones globales. In: ARRIAGADA, I. (Org). *Familias y políticas públicas en América Latina: una historia de desencuentros*. Santiago de Chile: CEPAL, 2007. cap. 4.

KAA, D. J. Demographic transition, second. In: SMELSER, N. J.; BALTES, P. B. (Ed.) *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, 2001b. v. 5, p. 3486-3488.

KAA, D. J. Europe and its population: the long view. In: KAA, D. J. van de. *et al.* (Ed.). *European populations*. Dordrecht: Kluwer Academic Publishers, 1999. p. 1-194.

KAA, D. J. The idea of a second demographic transition in industrialized countries. 2002. Trabalho apresentado no Sixth Welfare Policy Seminar of the National Institute of Population and Social Security, Tokyo, Japan, 29 January 2002. Disponível em: <http://www.ipss.go.jp/webj-ad/WebJournal.files/population/2003_4/Kaa.pdf>. Acesso 14 jun. de 2008.

KAA, D. J. Options and sequences: Europe's demographic patterns. *Journal of the Australian Population Association*, Amsterdam, v.14, n.1, p. 1-30, Apr. 1997.

KAA, D. J. The second demographic transition revisited: theories and expectations. In: BEETS, G. C. *et al.* (Ed.) *Population and family in the low countries*. Lisse: Zwets and Zeitlinger, 1994. p. 81-126.

KAA, D. J. Postmodern fertility preferences: from changing value orientation to new behavior. In: BULATAO, R. A.; CASTERLINE, J. B. (Ed.). *Global fertility transition*. New York: Population Council, c2001a. Supplement to PDR.

KAA, D. J. Europe's second demographic transition. *Population Bulletin*, Washington, v. 42, n. 1, p. 1-59, Mar. 1987.

KINGSLEY, D. The theory of change and response in modern demographic history. *Population Index*, Princeton, v. 29, n.4, p. 345-366. Oct. 1963.

KNODELL, J. Family limitation and the fertility transition: evidence from de age patterns of fertility in Europe and Asia. *Population Studies*, London, v.31, n. 2, p. 214 – 249, Jul. 1977.

KNODEL, J.; PRAMUALRATANA, A.; HAVANON, N. Focus group research on fertility decline in Thailand: methodology and findings. In: CALDWELL, J. C.; HILL, A. G.; HULL, V. J. (Org.). *Micro-approaches to demographic research*. New York: Kegan Paul International, 1988. p. 3-55.

KNODEL, J.; PRAMUALRATANA, A. *Focus group research as a means of demographic inquiry*. Madison: PSC, 1987. 106 p. (Research Report, 87)

KNODEL, J.; WALLE, E. van de. Lessons from the past: policy implications of historical fertility studies. *Population and Development Review*, New York, v.5, n. 2, p. 217-245, June. 1979.

LASLETT, P. *Family and household as work group and kin group*: areas of traditional Europe compared. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

LASLETT, P. *Introduction: the history of the family*. Cambridge: Cambridge University Press, 1972.

LESTHAEGHE, R.; NEIDERT, L. The second demographic transition in the United States: Exception or textbook example? *Population and Development Review*, New York, v. 32, n. 4, p. 669-698, DEC. 2006.

LESTHAEGHE, R. *Europe's demographic issues: fertility, household formation and replacement migration*. New York: United Nations Secretariat/Expert Group Meeting On Policy Response To Population Ageing And Populations Decline, 2000.

LESTHAEGHE, R.; WILLEMS, P. Is low fertility a temporary phenomenon in the European Union? *Population and Development Review*, New York, v. 25, n. 2, p. 211-228, Jun. 1999.

LESTHAEGHE, R. *Imre Lakatos' views on theory development: applications to the field of fertility theories*. Brussels: Vrije Universiteit, 1997. (IPD-Working Papers 97-1).

LESTHAEGHE, R. The second demographic transition in Western countries: an interpretation. In: MASON, K.O.; JENSEN, A. J. (Ed.). *Gender and family change in industrialized countries*. Oxford: Clarendon, 1995. p. 17-62.

LESTHAEGHE, R.; SURKYN, J. Cultural dynamics and economic theories of fertility changes. *Population and Development Review*, New York, v. 14, n. 1, p. 1-45, Mar. 1988.

LESTHAEGHE, R.; KAA, D. van de. Twee demographische transitities? In: _____. *Groei of krimp*. Deventer: Van Loghum-Slaterus, 1986. p. 9-24.

LESTHAEGHE, R. A century of demographic and cultural change in Western Europe: an exploration of underlying dimensions. *Population and Development Review*, New York, v. 9, n. 3, p. 411-435, Sept, 1983.

LEE, R. La reacción demográfica ante las crisis económicas en poblaciones históricas y contemporáneas. *Boletín de las Naciones Unidas*, n. 29, ene. 1990.

LIVI BACCI, M. Comment: desired family size and the future course of fertility. In: BULATAO, R. A.; CASTERLINE J. B. (Ed.). *Global fertility transition*. New York: Population Council, 2001.

LIVI BACCI, M. *Too few children and too much family*. [2001?] Disponível em: <<http://www.ds.unifi.it/livi/publicazioni/too-much-family-too-few-children.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2008.

LONGO, L. A. F. de, RIOS NETO, E. L. G. Virgindade matrimonial e iniciação sexual: uma análise temporal. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 11., 1998. *Anais...* ABEP, 1998. Disponível em: <<http://www.abep.org.br/usuario/GerenciaNavegacao.php?>

caderno_id=&busca=Pesquisar&caderno_id=&busca=Pesquisar&listaCadernos=&palavraChave=Virgindade+matrimonial+>. Acesso em: 21 maio 2008.

MALTHUS, T. *Primer ensayo sobre la población*. Madrid: Alianza, 1968.

MARTÍN, C. *et al. La emigración de Cuba desde fines del siglo XX y principios del XXI: lecturas y reflexiones mirando a la Ciudad de La Habana*. Habana: Universidad de La Habana /Centro de Estudios de Migraciones Internacionales, 2007.

MARX, C. *El Capital*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1973. t. 1

MARX, C. *Contribución a la crítica de la economía política*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1975.

MASON, K. O. Norms relating to the desire for children. In: BULATAO, R. A.; LEE, R. D. (Ed.). *Determinants of fertility in developing countries: a summary of knowledge*. New York: Academic Press, 1983. pt. A, cap. 12, p. 314-346.

MCDONALD. Gender equity in theories of fertility transition. *Population and Development Review*, New York, v. 26, n. 3, p. 427-439, Sept. 2000.

MCQUILLAN, K. When does religion influence fertility? *Population and Development Review*, New York, v. 30, n. 1, p. 25-56, Mar. 2004.

MESA, O. El divorcio en Cuba: otro ángulo de análisis. *Revista Cubana de Derecho*, La Habana, v. 18, n. 38, 1989.

MIRANDA-RIBEIRO, P. *Começar de novo: um estudo comparativo do descasamento e recasamento*. 1993. 144 f. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1993.

MIRANDA-RIBEIRO, P.; MOORE, A. *Papéis de gênero no papel: uma análise de conteúdo da Revista Capricho, 2001 – 2005*. 2003. (Textos para a Discussão, 26). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20216.pdf>>. Acesso em: 22 jan. 2008.

MIRANDA-RIBEIRO, P. *Telenovelas and the sexuality transition among teenagers in Brazil*. 1997. 216 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – The University of Texas, Austin, 1997.

MOORE, A. *Females degree of control at first sexual intercourse in Belo Horizonte, Brazil*. Prepared for delivery at 2003 Meeting of the Population Association of America, Minneapolis, Minnesota, PAA, may 1-3, 2003. Não publicado.

MIRÓ, C. La demografía en el siglo XXI en América Latina. *Papeles de Población*, Toluca, v.12, n. 50, p. 13-22, oct./dic. 2006.

NOTESTEIN, F. Population: the long view. In: SCHULTZ, T. W. (Ed.) *Food for the world*. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

OLIVEIRA, M. C. F. *Família e reprodução*. São Paulo: EdUSP, 1976.

OLIVEIRA, M. F. *Some notes on the family as a mechanism of social protection in Brazil*. 1988. Trabalho apresentado na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), 1988, Caxambu. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/anpocs/olivei.rtf>>. Acesso em: 8 jul. 2008.

OLIVEIRA, M de F.; MARCONDES, G. Contabilizando perdas e ganhos: maternidade, trabalho e conjugalidade no pós-feminismo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 14., 2004, Caxambu. *Anais...* Caxambu: ABEP, 2004.

OMRAN, A. R. The Epidemiologic transition: a theory of the epidemiology of population change. *Milbank Memorial Fund Quarterly*, New York, v. 49, n. 4, p. 509-538. 1971.

PATARRA, N.; OLIVEIRA, M. F. C. Transição, transições. In: ENCONTRO DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 6., 1988, Olinda. *Anais...* Belo Horizonte: [s.l.], 1988. v. 1, p. 17-36.

PATARRA, N. Transição demográfica: novas evidências, velhos desafios. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, São Paulo, v. 11, n. 1, jan./jun. 1994.

MARCONDES, G. *Refazendo famílias: trajetórias familiares de homens recasados*. 2008. 285 f. Tese (Doutorado) - Departamento de Demografia do Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Exemplar corresponde à redação preliminar da tese.

PÉREZ, O. E. Situación actual de la economía cubana y sus retos futuros. In: __ *Reflexiones sobre la economía cubana actual*. 2 ed. La Habana: Ciencias Sociales, 2006. <<http://www.sicbasa.com/rionda/EventosVirtuales/juldic2003enejun2004/2003/Actasdesins/pon/pon-oe-cuba.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2008.

QUIROGA, J. *Vulnerabilidade, gênero e HIV: um estudo sobre mulheres e homens homossexuais*, Brasil – 1998. 2006. 171 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2006/junia_quiroga.pdf> . Acesso em: 17 jun. 2008.

RODRÍGUEZ, G. *La fecundidad cubana a partir de 1990: las perspectivas sociales e individuales*. La Habana: Centro de Estudios Demográficos, 2006.

RODRÍGUEZ, J. *Vulnerabilidad demográfica: una faceta de las desventajas sociales*. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2000. Disponível em: <<http://www.eclac.cl/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/4971/P4971.xml&xsl=/celade/tpl/p9f.xsl&base=/celade/tpl/top-bottom.xslt>> Acesso em: 10 de jun. de 2005.

RUGGLES, S. The economics of the family: some theoretical considerations. In: _____. *Prolonged connections: the rise of extended family in 19th century England and America*. Madison, Wis: The University of Wisconsin Press, 1987

SANTANA PÉREZ, F. et al. Características de la primera relación sexual en adolescentes escolares de Ciudad de La Habana. Revista Cubana Salud Pública, v. 32, n. 3. 2006. Disponível em: <http://bvs.sld.cu/revistas/spu/vol32_3_06/spu06306.htm>. Acesso em: 12 jun. 2008.

SCHKOLNIK, S.; CHACKIEL, J. América Latina: la transición demográfica en sectores rezagados. *Notas de Población*, San José, v. 26, n. 67/68, jun./dec. 1998.

SELLTIZ, C. et al. *Métodos de investigación en las ciencias sociales*. 5. ed. Madrid: RIALP, 1971.

SERAPIONI, M. Métodos qualitativos e quantitativos na pesquisa social em saúde: algumas estratégias para a integração. *Ciência & saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, 2000.

SIMON, J. *The economics of population growth*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

SIMON, J. *The ultimate resource*. Princeton: Princeton University Press, 1981.

SIMÃO, A. *A primeira relação sexual, o primeiro casamento e o nascimento do primeiro filho: um estudo quantitativo e qualitativo de duas coortes de mulheres em Belo Horizonte*. 2005. 285 f. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005. Disponível em http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/teses/2005/Andrea_Branco_Simao.pdf. Acesso em 17 jun. 2008.

SMOCK, P. J. Cohabitation in the United States: an appraisal of research themes, findings, and implications. *Annual Review of Sociology*, Palo Alto, v. 26, n. 1, p.1-20, Aug. 2000.

SOUZA, C. C. *Uniões informais no Brasil em 2000: uma análise sob a ótica da mulher*. 2004. 67 f. Dissertação (Mestrado em Demografia)-Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004. Disponível em: http://www.cedeplar.ufmg.br/demografia/dissertacoes/2004/Carolina_de_Souza_Costa.pdf. Acesso em: 10 jul. 2008.

TOGOIRES, V. *Cuba: efectos sociales de la crisis y el ajuste económico de los 90's, balance de la economía cubana a finales de los 90s*. La Habana: CEEC, 1999.

UDRY, J. R.; CLIQUET, R. L.; A cross-cultural examination of the relationship between ages at menarche, marriage, and first birth. *Demography*, Chicago, v. 19, n. 1, p.53-63, Feb. 1982.

UNITED NATIONS. *World population prospects*. New York: United Nations World Populations Estimates and Projections, 2005. v. 1.

VALDÉS JIMÉNES, Y. *El proceso de transmisión de valores: retos para la familia cubana actual*. Argentina: Biblioteca Virtual CLACSO. [2000?]. Disponível em: <www.clacso.edu.ar>. Acesso em: 12 jul. 2007.

WILLIAMS, C. H. L. *Gendered jobs and gendered workers, in still a man's world*. Berkely: University of California Press, 1995.

WONG, R. L. *Demographic bonuses and challenges of age structural transition in Brazil*. Paper presented to the XXV International Population Conference, Tour, France, 2005. Disponível em: <<http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/PopPobreza/Wong.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2006.

ZELINSKY, W. The hypothesis of the mobility transition. *Geographical Review*, New York, n. 61, p. 219-249, 1971.

ANEXOS

Anexo 1. Informações sobre a entrevista em profundidade e pessoas entrevistadas.

Roteiro da entrevista em profundidade

Consigna:

Hola, soy investigadora de la Universidad de La Habana y estoy realizando una investigación para indagar sobre la toma de decisión para la reproducción, estamos realizando unas entrevistas sobre la vida sexual, reproductiva y de pareja de las personas y las decisiones que toman en torno a esto. La entrevista será grabada y es anónima. ¿Está usted de acuerdo en ser entrevistado?

FICHA DE CARACTERIZACIÓN

Pseudônimo	Ocupación
Edad	Condición migratória
Sexo	¿Tiene hijos? Cuantos?
Color de la piel	¿Con quién vive?
Escolaridad (último año cursado)	Religión

I. Sexualidad

I.1 Primera Menstruación

Me puede contar su experiencia sobre su primera menstruación. Por ejemplo, conversó con alguien sobre este tema, que sintió, cambió algo en su vida?

I.2 Iniciación sexual

Sobre sus primeras experiencias sexuales, me puede contar cómo fueron, con quién, tuvo algún tipo de experiencias previas a la penetración?, ¿Con quiénes hablaba sobre esos temas? ¿Cuándo se inician sus relaciones sexuales? ¿Qué tiempo duró esa relación? ¿Hubo algún acuerdo previo sobre protección o tema importante sobre el que hablaron antes de

esa primera relación? ¿Usó algún método anticonceptivo su primera vez? ¿Cuál? ¿Qué significó la primera relación sexual?

I.3. Experiencia sexual

Por favor me cuenta un poco sobre sus compañeros sexuales, por ejemplo, cómo los escoge, o si ellos lo/a escogen, que les gusta de ellos, quien tiene la iniciativa en sus relaciones sexuales, cómo hace para mostrar que quiere tener sexo?, qué problemas ha tenido en sus relaciones sexuales?

II. Historia de uniones o casamientos

Me puede hablar sobre las uniones o casamiento que ha tenido en su vida? Puede comenzar por la primera vez que se unió o casó. ¿Cuánto tiempo duró? ¿Hablaron de tener hijos? ¿De quien fue la decisión? ¿Qué aspectos tuvieron en cuenta para decidir tener hijos? ¿Ustedes que hacen los fines de semana? Profundizar en significado del matrimonio o de la unión ¿Qué crees de la infidelidad? ¿Conoces a alguien que haya sido infiel? Me puedes contar sobre eso? ¿Tú has sido infiel alguna vez, me puedes contar sobre eso?

III. Historia reproductiva

¿Tú o tu pareja ha salido embarazada alguna vez? Cuando tú o tu pareja salió embarazada por vez primera? ¿Qué sentiste en ese momento, a quién le contaste? ¿Cuántas veces tú o tu pareja ha salido embarazada?; ¿Cómo fue la decisión para tener o evitar tener hijos?; Condiciones necesarias para tener hijos; ¿Cuáles fueron las cosas que cambiaron en su vida después de tener hijos? ¿Cuál fue el principal cambio? Profundizar sobre conocimiento y uso de métodos anticonceptivos; Realización de abortos, motivos.

¿Qué usted cree sobre la decisión de no tener hijos? Conoce a alguien que decidió eso? Por favor me cuenta un poco sobre esa o esas personas.

IV. Empoderamiento

Por favor me cuenta un poco sobre la toma de decisión en su casa. Sobre la compra de bienes, sobre la planificación del dinero, sobre las tareas de la casa, sobre los cuidados de los hijos (si tiene). Hábleme sobre como ocurren esos momentos, por ejemplo, me puede

narrar como ocurrió la última decisión que tomaron en su casa, si existieron contradicciones.

V. Miedos

Si usted tuviera que definir cuáles son los miedos que usted siente, cuáles serían los primeros que definiría, por qué. Con quién suele hablar sobre esos miedos?

VI. Salud

Podría contarme cuáles son los motivos por los cuales usted va al médico con mayor frecuencia? : ¿Y te has hecho chequeos médicos? Cuáles elementos o actividades usted considera importantes para mantener una buena salud? Indagar sobre deportes, hábitos de fumar, beber, alimentación saludable.

VII. Futuro

Ahora me puedes comentar que esperas del futuro? Cuales son tus planes? la migración forma parte de tus planes?

Por favor si existiera algún otro tema sobre el que quisiera hablar

Reporte asociado a la entrevista (llenar inmediatamente después de concluida la entrevista)

1. Contexto general y ambiente durante la entrevista
2. Reacciones y personalidad del entrevistado
3. Temas que fueron los más importantes, ideas para el análisis que resultan interesantes desde la entrevista

QUADRO A1. Características das mulheres entrevistadas. (Continua)

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cor da pele	Situação conjugal	Filhos	Condição migratória	Aborto
1. Carla	20	Ensino médio	Estudante	Branca	Solteira	0	Não migrante	1
2. Anicia	17	Ensino fundamental	Dona de casa	Branca	Solteira	1	Não migrante	0
3. Hilda	42	Ensino médio	Trabalha	Branca	Casada	0	Não Migrante	1
4. Clotilde	24	Ensino médio	Trabalha	Preta	Casada	0	Não migrante	0
5. Lucia	33	Superior	Trabalha	Branca	Casada	1	Não Migrante	0
6. Carmen	42	Ensino fundamental	Trabalha	Branca	Casada	1	Migrante	5
7. Gloria	18	Ensino Médio	Trabalha	Preta	Unida	0	Não Migrante	1
8. Ana	25	Ensino Médio	Trabalha	Branca	Solteira	0	Não Migrante	0
9. Cristina	15	Ensino Fundamental	Estudante	Preta	Solteira	0 (Grávida)	Não Migrante	0
10. Elizabeth	17	Ensino Fundamental	Estudante	Branca	Solteira	0 (grávida)	Não migrante	1
11. Kátia	23	Ensino Médio	Estudante Universitária	Branca	Unida	0 (grávida)	Não Migrante	1
12. Lila	13	Ensino Básico	Estuda	Branca	Solteira	0 (grávida)	Não Migrante	0
13. Irene	25	Superior	Trabalha	branca	Solteira	0	Migrante	1
14. Lourdes	44	Superior	Trabalha	Preta	Casada	2	Não Migrante	2
15. Josefa	35	Superior	Trabalha	Branca	Unida	0	Não Migrante	1
16. Julia	34	Superior	Trabalha	Branca	Unida	2	Migrante	2
17. Catarina	40	Superior	Trabalha	Branca	Separada	1	Não Migrante	3
18. Célia	31	Ensino médio	Dona de casa	Branca	Unida	2	Não Migrante	4
19. Claudia	30	Ensino Fundamental	Trabalha	Branca	Unida	2	Não Migrante	4
20. Maria Luiza	35	Ensino Médio	Trabalha	Mulata	Unida	2	Não Migrante	1
21. Leticia	31	Ensino Médio	Trabalha	Branca	Casada	1	Não Migrante	3
22. Delia	42	Ensino médio	Dona de casa	Mulata	Unida	2	Não Migrante	4
23. Isabel	20	Ensino médio	Dona de casa	branca	Casada	1	Não Migrante	4
24. marta	36	Ensino Fundamental	Trabalha	Preta	Casada	3	Migrante	4
25. Clara	26	Ensino médio	Dona de casa	Preta	Casada	2	Não Migrante	1
26. Lydia	21	Ensino Fundamental	Dona de casa	Mulata	Unida	1	Não Migrante	1
27. Estela	34	Ensino Fundamental	Trabalha	Mulata	Solteira	1	Não Migrante	12 (problemas de saúde)

QUADRO A1. Características das mulheres entrevistadas. (Fim)

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cor da pele	Situação conjugal	Filhos	Condição migratória	Aborto
28. Mirta	21	Ensino Fundamental	Trabalha	Branca	Unida	1	Não Migrante	2
29. Jenifer	37	Ensino médio	Trabalha	Branca	Unida	1	Não Migrante	2
30. Gisela	24	Ensino médio	Trabalha	Branca	Solteira	0	Não Migrante	2
31. Dalia	31	Ensino médio	Trabalha	Branca	Separada	1	Não Migrante	3
32. Jazmin	33	Ensino Médio	Trabalha	Mulata	Casada	3	Não Migrante	1
33. Madelín	19	Ensino médio	Trabalha	Mulata	Unida	0	Não Migrante	1
34. Caridad	18	Ensino Fundamental	Trabalha	Branca	Unida	0	Não Migrante	2
35. Estrella	15	Ensino Fundamental	Estudante	Preta	Solteira	0	Não Migrante	1
36. Consuelo	17	Ensino Fundamental	Estudante	Branca	Solteira	0	Não Migrante	1
37. Talia	19	Ensino médio	Trabalha	branca	Unida	2	Não Migrante	3
38. Mildred	18	Ensino Fundamental	Dona de casa	Branca	Unida	0	Não Migrante	1
39. Alicia	18	Ensino Fundamental	Dona de casa	Branca	Casada	1	Não Migrante	1
40. Barbara	17	Ensino Fundamental	Estudante	Branca	Solteira	0	Não Migrante	1
41. Marcela	15	Ensino Fundamental	Estudante	Preta	Solteira	0	Não Migrante	1
42. Maria	34	Superior	Trabalha	Branca	Unida	0	Não Migrante	2
43. Elisa	24	Ensino Fundamental	Dona de casa	Branca	Divorciada	1	Migrante	1
44. Luiza	20	Ensino médio	Estudante	Branca	Unida	0	Não Migrante	1
45. Laura	26	Superior	Trabalha	Branca	Casada	0	Não Migrante	3
46. Rosa	26	Superior	Trabalha	Branca	Unida	0	Migrante	4
47. Inês	34	Superior	Trabalha	Branca	Divorciada	0	Migrante	2
48. Norma	30	Ensino Médio	Trabalha	Branca	Casada	1	Não Migrante	0

QUADRO A2. Características dos homens entrevistados

Pseudônimo	Idade	Escolaridade	Ocupação	Cor da pele	Situação conjugal	Filhos	Condição migratória
1. Pedro	35	Superior	Trabalha	Branco	Solteiro	0	Não Migrante
2. Ivan	27	Superior	Trabalha	Branco	Unido	0	Migrante
3. Ricardo	30	Superior	Trabalha	Branco	Unido	0	Não Migrante
4. Alexis	35	Ensino Médio	Trabalha	Branco	Solteiro	0	Migrante
5. Ismael	27	Superior	Trabalha	Branco	Casado	1	Não Migrante
6. Manuel	24	Ensino médio	Trabalha	Branco	Solteiro	0	Não Migrante
7. Jose	23	Ensino médio	Trabalha	Branco	Solteiro	0	Não Migrante
8. Ernesto	49	Ensino Fundamental	Trabalha	Branco	Unido	3	Migrante
9. Heitor	30	Ensino médio	Trabalha	Preto	Unido	0	Não Migrante
10. Daniel	21	Ensino médio	Trabalha	branco	Solteiro	0	Migrante
11. Martin	21	Ensino médio	Trabalha	branco	Solteiro	0	Não Migrante
12. Juan	26	Ensino médio	Trabalha	Mulato	Solteiro	0	Não Migrante
13. Alain	33	Ensino médio	Trabalha	Branco	Casado	2	Não Migrante
14. Pablo	17	Ensino Fundamental	Estudante	Preto	Unido	0	Não Migrante
15. Roberto	19	Ensino Médio	Estudante (univ)	Branco	Solteiro	0	Não migrante

Anexos 2. Tabelas relativas aos processos de formação de famílias.

TABELA A1. Chefes de domicílios monoparentais segundo situação conjugal. Cuba, ano 2002.

Situação conjugal	Valores absolutos	%
Casado	39497	9,45
Unido	31115	7,45
Divorciado	123958	29,66
Separado	61694	14,76
Viúvo	72583	17,37
Solteiro	89054	21,31
Total	417901	100,0

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A2. Chefes de domicílios monoparentais segundo condição de atividade. Cuba, ano 2002.

Condição de atividade	Valores Absolutos	%
Trabalha	196345	47,0
Não trabalha	3055	0,7
Aposentado e pensionista	62287	15,0
Dona de casa	133585	31,9
Outros	22629	5,4
Total	417901	100,0

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A3. Chefes de domicílios monoparentais segundo anos de estudo. Cuba, ano 2002.

Anos de Estudo	Valores absolutos	%
0 a 6 anos de estudo	118531	28,4
9 anos de estudo	119995	28,7
12 anos de estudo	135686	32,5
Mais de 12 anos de estudo	43688	10,5
Total	417901	100,0

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A4. Chefes de domicílios monoparentais segundo sexo. Cuba, ano 2002.

Sexo do chefe	Valores absolutos	%
Feminino	357360	85,5
Masculino	60541	14,5
Total	417901	100,0

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A5. Domicílios monoparentais segundo região de residência. Cuba, ano 2002.

Região de residência	Valores absolutos	%
Urbano	832915	81,4
Rural	190640	18,6
Total	417901	100,0

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A6. Chefes de domicílios monoparentais segundo idade. Cuba, ano 2002.

Idade do chefe	Valores absolutos	%
15 a 19	949	0,2
20 a 24	6472	1,5
25 a 29	22688	5,4
30 a 34	48045	11,5
35 a 39	71252	17,0
40 a 44	59426	14,2
45 a 49	47127	11,3
50 a 54	38920	9,3
55 a 59	30666	7,3
60 a 64	24177	5,8
65 a 69	19538	4,7
70+	48641	11,6
Total	417901	100

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A7. População feminina por situação conjugal. Cuba, ano 1981.

Grupos de idades	Solteira	Casada	Unida	Divorciada	Separada	Viúva
15-19	522785	53355	90649	11150	16049	392
20-24	106306	129474	114932	24136	25943	877
25-29	32509	178355	95720	32288	21557	1613
30-34	15883	186500	89762	34640	18784	2573
35-39	10867	168973	80044	32055	16588	3763
40-44	9146	143953	66003	27032	15180	5945
45-49	8504	117933	52940	20590	12987	8693
50-54	9207	101695	42484	16650	11584	14404
55-59	10083	84507	33189	12961	9812	20693
60-64	10711	68654	26410	10220	8282	29862
65-69	10272	51447	18641	7857	6571	37714
70-74	9443	32855	11081	5264	4528	40950
75+	12173	21607	7551	4472	4091	77100
Total	767889	1339308	729406	239315	171956	244579

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 1981.

TABELA A8. População masculina por situação conjugal. Cuba, ano 1981.

Grupos de idades	Solteiro	Casado	Unido	Divorciado	Separado	Viúvo
15-19	676571	11730	23079	3214	2179	105
20-24	240203	66452	80475	7700	8672	285
25-29	90130	135825	105164	13611	11614	520
30-34	46710	180460	90158	16266	10476	721
35-39	30610	175494	78557	15251	9019	914
40-44	23843	153015	69718	13587	8698	1384
45-49	19902	121499	57724	11008	8171	1886
50-54	19497	109182	49552	9772	7723	2934
55-59	18674	94060	40915	8255	7051	4466
60-64	18374	83854	36053	6928	6709	6841
65-69	15646	69882	29288	5380	5757	9577
70-74	13228	52908	21200	3943	4473	12334
75+	20185	55575	19670	4328	5555	29554
Total	1233573	1309936	701553	119243	96097	71521

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 1981.

TABELA A9. População feminina por situação conjugal. Cuba, ano 2002.

Grupos de idades	Solteiro	Casado	Unido	Divorciado	Separado	Viúvo
15-19	302040	20004	62503	3092	4635	258
20-24	121147	62932	116212	10579	10838	530
25-29	79201	138394	174178	26593	19069	1125
30-34	62228	199564	201691	42779	24345	2246
35-39	59553	229582	188755	55452	25537	3865
40-44	41308	174126	127243	45921	18681	5652
45-49	31833	154497	84523	43006	15140	9041
50-54	28840	153380	63410	46876	14378	15872
55-59	25118	136876	44682	43251	12846	25348
60-64	19923	112283	29907	32936	10023	35795
65-69	15663	81347	18470	21756	6868	43929
70-74	12382	55936	11741	13734	4415	52011
75+	25736	57441	11930	16583	5702	157080
Total	824972	1576362	1135245	402558	172477	352752

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A10. População masculina por situação conjugal. Cuba, ano 2002.

Grupos de idades	Solteiro	Casado	Unido	Divorciado	Separado	Viúvo
15-19	392432	5609	15061	859	1029	283
20-24	229808	29567	75276	3663	4482	265
25-29	174580	96585	162293	12135	10792	440
30-34	131214	169427	204712	22466	15186	713
35-39	105911	211971	193504	29853	16462	1090
40-44	65734	165033	132232	25752	13727	1345
45-49	47035	142704	97761	22944	11803	1910
50-54	39322	155725	78116	24226	11380	3384
55-59	31109	147277	58276	21997	9368	5539
60-64	25247	129698	43736	18752	8347	8649
65-69	23214	98474	28297	13334	6453	11047
70-74	15752	77859	18762	9544	4790	14728
75+	26518	108252	23462	11311	6422	53024
Total	1307876	1538180	1131488	216836	120232	102417

Fonte: ONE-CEPDE. Censo de 2002.

TABELA A11. Tablas de nupcialidad femeninas Cuba, años seleccionados.

1990						1995					
Idade	solteras (lx)	casamientos	NLx	Tx	ex	ICADE	solteras (lx)	casamientos	nLx	Tx	ex
15	100000	22066	488967	850521	8,50521	15	100000	12179	493910,5	915488,5	9,154885
20	77934	28116	361554	589497	7,5640542	20	87821	17527	421578	758762	8,63986974
25	49818	14098	227943	392621,4	7,88111526	25	70294	9524	337184	626003,6	8,90550545
30	35720	4972	164678,4	307638,4	8,6124972	30	60770	5368	288819,6	556397,6	9,15579398
35	30748	2695	142960	274269	8,91989723	35	55402	2358	267578	526642	9,50583011
40	28053	2239	131309	252875	9,01418743	40	53044	1539	259064	512289	9,65781238
45	25814	1876	121566	234404	9,08049895	45	51505	1075	253225	502179	9,75010193
50	23938	1713	112838	217735	9,09578912	50	50430	799	248954	494638,5	9,80841761
55	22225	1384	104897	105475,8	4,74581777	55	49631	549	245684,5	245861,7	4,95379299
60	20841	2894	578,8	578,8	0,02777218	60	49082	886	177,2	177,2	0,00361028
2000						2005					
Idade	solteras (lx)	casamientos	NLx	Tx	ex	ICADE	solteras (lx)	casamientos	nLx	Tx	ex
15	100000	7245	496377,5	949481,5	9,494815	15	100000	5735	497132,5	958973,5	9,589735
20	92755	10671	453104	851132,5	9,17613606	20	94265	9484	461841	876588,5	9,29919376
25	82084	8261	398028,5	753359,1	9,17790434	25	84781	6105	414747,5	794967,5	9,37671766
30	73823	4923	355330,6	686586,6	9,30044295	30	78676	4700	380220	736632	9,36285525
35	68900	3311	331256	652557	9,47107402	35	73976	3367	356412	699541	9,45632367
40	65589	1661	321301	636297	9,70127613	40	70609	2479	343129	678619	9,61094195
45	63928	1161	314996	625175	9,77936116	45	68130	1290	335490	666214	9,77857038
50	62767	914	310179	616663	9,82463715	50	66840	869	330724	657816	9,84165171
55	61853	618	306484	306668	4,95801335	55	65971	614	327092	327269,4	4,96080702
60	61235	920	184	184	0,00300482	60	65357	887	177,4	177,4	0,00271432

Fuente: ONE – CEPDE. Anuarios Demográficos de los años 1990, 1995, 2000 y 2005

TABELA A12. Divórcios, Casamentos e razão divórcios por cada 100 casamentos para as mulheres. Cuba, ano 2005.

Grupos de Idades	Divórcios	Casamentos	Divórcios/casamentos
15-19	474	5829	8,13
20-24	2637	10282	25,65
25-29	4336	8064	53,77
30-34	6770	8128	83,29
35-39	6632	6533	101,52
40-44	5608	5220	107,43
45-49	2916	2799	104,18
50-54	1985	1966	100,97
55-59	1440	1335	107,87
60-64	777	805	96,52
65-69	403	427	94,38
70-74	189	214	88,32
75+	190	229	82,97
Total	51831	34357	66,29

Fuente: ONE-CEPDE. Anuario demográfico del 2005.

TABELA A13. Divórcios, casamentos e razão divórcios por cada 100 casamentos. Cuba, anos seleccionados.

Anos	Divórcios	Casamentos	Divórcios/casamentos
1960	3472	60799	5,71
1965	8895	69551	12,79
1970	24813	115160	21,55
1975	22802	65000	35,08
1980	24655	68941	35,76
1985	29297	70413	41,61
1990	37646	101515	37,08
1995	40418	70413	57,40
2000	37937	57001	66,55
2005	34359	51831	66,29

Fonte: ONE-CEPDE. Anuário Demográfico de 200 e 2005.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)